UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Mansueto Dal Maso

Movimentos Sociais:
a longa viagem para o mesmo lugar

Tese de Doutorado em Ciências Sociais, apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Prof. Dra. Elide Rugai Bastos.

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida e aprovada em ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Elide Rugai Bastos
Prof. Dr. Octávio Ianni
Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço
Prof. Dra. Maria Orlanda Pinassi
Prof. Dr. André Pereira Botelho

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

D168m

Dal Maso, Mansueto.
Movimentos sociais : a longa viagem para o mesmo lugar / Mansueto Dal Maso. – Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientadora: Elide Rugai Bastos.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimentos sociais rurais. 2. Movimentos sociais urbanos. 3. Inclusão social. 4. Justiça social. 5. Conflito social. 6. Socialização. 7. Assentamentos rurais. I.Bastos, Elide Rugai. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Agradecimentos:

Aos moradores de Canudos e assentados de Nova Conquista, que abriram suas portas e permitiram que entrasse em seu mundo. No meio deles me senti acolhido e incluído. Os testemunhos, relatos e depoimentos, associados à convivência, contribuíram, de modo singular, na formulação das hipóteses que compõem e articulam a ossatura deste trabalho. Foram eles a desvendar as metamorfoses de suas formas de vida. Deste modo, cabe-lhes, em grande parte, o mérito da interpretação.

À Prof. Elide Rugai Bastos, por ter-se mostrado compreensiva, corrigindo e equacionando os meus limites, e pela dedicação com que tem acompanhado todo o processo de construção desta obra. Grande incentivadora e orientadora, com suas observações, considerações e senso crítico ajudou a descortinar possibilidades, enfrentar dificuldades, desmontar processos, encontrar saídas para os impasses, ir além do alcançado, aprofundar, redirecionar e buscar novas interpretações. Sem seu auxílio este trabalho não seria o que é. Com isso, não lhe são imputadas as deficiências nele contidas, das quais sou o único responsável.

Ao CNPq, que viabilizou este estudo da realidade brasileira e dos movimentos sociais mediante o financiamento do projeto de pesquisa.

A todas as pessoas que, em diferentes graus e níveis e de muitas formas, participaram da longa viagem que resultou neste texto. Embora por mim assinado, é produto coletivo. Faz parte do mesmo processo social que, em parte, procurou desvendar. Mesmo sem registro nominal, todos estão contemplados.

A todos sou devedor.

MAPA DO ESTADO DO MARANHÃO

Projeto de Assentamento Nova Conquista

Bairro Canudos - São Luis

RESUMO

Ao reconstituir os processos sociais que originaram o bairro Canudos e o assentamento Nova Conquista, localizados respectivamente nos municípios de São Luís e Açailândia, ambos no estado do Maranhão, o estudo se propõe caracterizar aspectos importantes da composição do social e da natureza dos movimentos sociais.

Agregados pelas condições de exclusão social – sem-teto e sem-terra -, setores da população, que se constituem em movimentos a partir dos acampamentos, se mobilizam tendo em vista sua integração. Ao mesmo tempo em que denunciam as condições de desigualdade sobre as quais está fundada e se organiza a sociedade brasileira, alargam as fronteiras do conflito e transformam suas reivindicações – casa e terra - em questões de caráter social e político. Nesta ampliação do espaço público está contida, ainda que não explicitada verbalmente, a necessidade de instituir uma nova sociabilidade como condição *sine qua non* de sua integração. Defrontam-se com a ordem instituída, representada pelo Estado, que, ao criar os assentamentos, recompõe os espaços públicos e recoloca as demandas e os próprios movimentos na esfera dos ordenamentos jurídicos e administrativos.

Vistos pela ótica dos setores sociais mobilizados, os assentamentos transformam-se em espaços físicos e sociais de ambigüidade. Com efeito, os sem-teto e os sem-terra se movem entre o desejo da antiga sociabilidade, inviável de um ponto de vista processual, e a necessidade de se integrar à nova ordem – ressocialização - para que a própria condição de assentados se realize. A integração, porém, comporta uma reiterada desintegração. Desta maneira, as bases dos movimentos são paulatinamente expropriadas de suas antigas formas de vida e integradas a um espaço físico e social que, ao se constituir em conformidade com os ordenamentos instituídos, cria, em outros níveis, as antigas formas de exclusão. Neste processo são redefinidas as formas e o caráter da exclusão. Configura-se o processo de excludência.

Analisado pela ótica da sociabilidade dominante, o assentamento é funcional à ordem: restringe as fronteiras do conflito e da política e esvazia as áreas de tensão, integra espaços e grupos sociais, ainda que de forma desigual e subalterna, à lógica de expansão do capital. Assim, o caráter social e político das questões postas pelas bases dos movimentos sociais nos acampamentos são redefinidas pelas políticas de assentamento. Nos assentamentos a integração adquire um caráter individual regulado pela competitividade do mercado.

O estudo visa identificar as metamorfoses destas formas sociais.

ABSTRACT

By restructuring the social processes which gave origin to the "Canudos" neighbourhood and the "Nova Conquista" settlements, both located in the municipality of "São Luis" and "Açailândia" in the State of "Maranhão", Brazil, this study intends to characterise important aspects of the composition of the social structure, and nature of social movements.

United by the same condition of social exclusion, homeless and landless people represent sectors of the population, which organized itself in the settlement as a social movement that mobilised itself in order to achieve their integration into society. While denouncing the condition o inequality, on which Brazilian society is built and organised, they expand the frontiers of conflict and transform their social claims for a home and a land, into issues of a social and political nature. In the expansion of public space lies, even if not clearly expressed, the need to build a new capacity of social relations as a *sine-qua-non* condition of their integration. By challenging the constituted social order, represented by the State, which by creating settlements, rearranges the public spaces, and places the social movements and their demands in the sphere of juridical and administrative order.

Seen from the standpoint of social organisation, the settlements become physical and social spaces characterises by ambiguity. In fact, homeless and landless people find themselves caught between the desire to recapture the old way of life, which is no longer viable, and the need to be integrated in the new order – to be resocialized – in order to achieve their social rank as settlers. The integration, however, allows a reiterated disintegration. Consequently, the bases of the social movements are gradually expropriated of their old forms of life and integrated in a new physical and social space, which, being constituted in accordance with the official juridical order, recreates, on other levels, the old forms of exclusion. In this process, the form and the character of social exclusion are redefined. In this way a process of exclusion is created.

Analysed from the perspective of dominant social relations, the settlement is functional to the established order: it restricts the frontiers of social conflict and the political process and pre-empts the areas of tension; it integrates social spaces and groups, even if in an unequal and subordinate fashion, according to the logic of capitalistic expansion. Henceforth, the social and political character of the issues, raised by the bases of the social movements in the settlements, are redefined by politics governing settlements. Within the settlements the process of integration acquires a peculiar character monitored by the competitive nature of the market.

The study aims at identifying the metamorphosis of these social forms.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1

I PARTE - ACAMPAMENTO - Espaço do sonho 15

CAPÍTULO 1° Dois movimentos e um mesmo universo 17

Configuração dos movimentos 21

a) Maranhão Novo – Canudos 21

b) Itacira – Nova Conquista 30

O urbano e o rural: similaridades e diferenciações 39

O caráter social do acampamento 54

II PARTE - ASSENTAMENTO – A dura realidade 65

CAPÍTULO 2° A construção social de Canudos 71

Processo de integração 78

a) Casa e bairro 79

b) Família 94

CAPÍTULO 3° A construção social de Nova Conquista 117

Condições sociais 128

Processo de integração 135

a) Produção agrícola 135

b) Financiamentos e modernização 145

O acampamento reinventado 161

III PARTE - A REPRODUÇÃO DA EXCLUDÊNCIA 171

CAPÍTULO 4° Processos migratórios 173

Canudos e Nova Conquista: destinos transitórios 175

A funcionalidade das migrações 190

CAPÍTULO 5° Pobreza e desigualdade 203

Narrações sobre a pobreza 205

a) Condições sociais 206

b) Representações do sofrimento 209

As interpretações 225

O caráter da estrutura social 239

CONSIDERAÇÕES FINAIS 249

BIBLIOGRAFIA 265

ANEXOS 279

Introdução

O objeto desta investigação são duas experiências de socialização, uma urbana e outra rural, que, à primeira vista,[1] decorrem de mobilizações de sem-teto e de sem-terra. Estão contidas no bairro Canudos, localizado na periferia da cidade de São Luís, e no assentamento Nova Conquista, núcleo do Projeto de Assentamento Açaí, situado no município de Açailândia, os dois no estado do Maranhão.

Ao decompor os processos sociais que instituem o bairro e o assentamento, o trabalho permite examinar os atores envolvidos, as propostas colocadas na agenda pública e a natureza das configurações que se impõem. A indagação, portanto, permite decifrar e caracterizar aspectos importantes da composição do social e dos movimentos sociais.

No bojo das mudanças que redefinem os modos de vida[2], surgem e se desenvolvem os movimentos sociais. Constituem-se em forças que transitam entre as antigas formas de vida e as novas configurações. Por causa disso, têm na ambigüidade uma de suas características constitutivas. De todo modo, surgem em situação de conflito e se moldam a partir de processos de superação de determinadas contradições. Operam, então, no sentido de alargar as fronteiras do conflito e redefinem ou desnudam vários pontos críticos da estrutura social. No momento em que os movimentos sociais tornam-se forças sociais e políticas propõe-se uma nova sociabilidade. Por causa disso, se defrontam com a ordem instituída que, através do Estado, restringe e esvazia o conflito de seu caráter político, reconduzindo questões e agentes à esfera jurídico-administrativa. Neste embate se configuram e redefinem tanto a questão social como os movimentos sociais.

Dessa forma, o caráter dos movimentos investigados não reside apenas nas propostas e nas mobilizações que eles geram e que levam aos acampamentos, mas também e sobretudo nas formas como as questões levantadas se resolvem de um ponto de vista societário. Em outras palavras, o sentido dos movimentos sociais está contido na natureza da questão social, e seu caráter depende da forma como a questão social é posta ao longo do processo.

[1] A expressão "à primeira vista" permite outras interpretações. Embora não explicitado, na asserção está contido, em parte, o núcleo central desta tese.
[2] O modo de vida que configura uma forma social representa, na realidade, um conjunto de relações.

Para compreender a natureza dos movimentos sociais é necessário ressaltar que eles não podem ser caracterizados exclusivamente por sua dimensão política,[3] geralmente reféns da ordem instituída. Seria admitir que a política tem sentido em si e os ordenamentos políticos se explicam unicamente a partir do campo da política.[4] De onde, então, poderia vir a crítica à política e aos ordenamentos políticos? A tese aqui defendida é que os conflitos sociais devem ser interpretados como processos que contribuem para a redefinição do social e, portanto, também da política e seus ordenamentos. A predominância do político como critério de análise pode se constituir numa das formas de legitimação e reprodução da estrutura social predominante. É nesta dimensão que se coloca a complexa relação entre os movimentos sociais e os organismos de representação política – partidos e poderes públicos. Estes últimos agem sobre aqueles no sentido de domesticá-los, tutelá-los, conduzi-los. Estão em causa possibilidades de reordenamentos sociais bloqueadas pela estrutura social e política instituída. Desta maneira, se a estrutura social predominante é mantida por condizentes ordenamentos políticos, é ilusório imaginar que serão estes a revolucionar ou reordenar a própria estrutura social. As transformações que pretendem criar e fecundar novas formas de sociabilidade dependem de propostas e forças sociais que, articuladas, coloquem em cheque a ordem instituída. Mas, como se trata de um processo de longa duração, a ruptura está condicionada ao movimento das forças que compõem a sociedade.

O estudo analisa estas problemáticas a partir de Canudos e Nova Conquista. Tentei identificar as metamorfoses das formas sociais e os mecanismos que as recriam incessantemente.

---

[3] "O que deve ser questionado é a idéia, (...), de que as categorias do político são superiores às da vida social. A idéia republicana afirma que o mundo social deve ser subordinado ao mundo político, assim como a sociologia deve ser subordinada à filosofia. Ora, esta idéia sobrecarregou-se, pouco a pouco, de conseqüências negativas. Quanto mais é verdade que nenhuma sociedade pode ser livre ou democrática sem recorrer a um princípio superior de igualdade previamente proclamado, como a igualdade perante a lei, tanto mais tal princípio corre o risco de ser desconectado das realidades sociais". TOURAINE, Alain.**Como sair do liberalismo**. Bauru: EDUSC, 1999. Citação p. 40.

[4]Melucci afirma que a mediação da política não dá mais conta dos processos sociais em sociedades complexas. MELUCCI, Alberto. **L'invenzione del presente: movimenti sociali nelle società complesse**. Bologna: Il Mulino, 1991. Referência p. 82. Santos fala de esgotamento do estruturalismo e de valorização dos indivíduos que protagonizam os processos sociais. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999. Referência p. 20. Pintacuda escreve: "O caminho para subtrair a política da condição subalterna de instrumento dos partidos é aquela de torná-la capaz de governar as cidades e fazer com que estas se tornem vivíveis para os cidadãos. A análise política, então, não poderá limitar-se exclusivamente a dispor modelos abstratos, deduzidos das várias ciências para reformar e organizar as estruturas do aparelho estatal, uma vez que seu objetivo principal é a elaboração de um projeto de convivência civil, cuja centralidade é constituída pela valorização das relações humanas e sociais. Desta maneira adquirirão seu verdadeiro sentido muitas palavras como: participação, poder, conflitos, tensão, representação política, questão moral. Do grau e do tipo de qualidade de vida que se consegue produzir na cidade pode-se avaliar se os projetos elaborados e propostos sejam ou não sejam válidos". PINTACUDA, Ennio. **Breve corso di politica**. Milano: Rizzoli, 1988. Citação p. 8-9.

Em termos históricos, é possível dizer que as experiências analisadas são compostas por elementos, acontecimentos, momentos, tempos e espaços diferentes e subseqüentes. A passagem dos sem-teto e sem-terra da condição de isolamento para o acampamento e deste para o assentamento é expressão desta seqüência. Numa interpretação evolucionista, constituem momentos cuja ordem deve ser preservada para que se possa compreender o sentido do processo social como um todo. No entanto, a rigidez desta ordem deve também ser questionada. As etapas, momentos ou acontecimentos constituem uma totalidade processual e não podem ser analisados separada e autonomamente. Compõem a conjunção e articulação das determinações que constituem o bairro e o assentamento. Desta maneira, a separação representa apenas um artifício analítico que permite decifrar cada elemento ou parte, mas o sentido é conferido pelo entrelaçamento que imprime movimento ao processo social. Processo em que se entrecruzam, duelam, negam, combinam, articulam e redefinem forças sociais, propostas de sociabilidade, movimentos instituídos e instituintes. O processo não tem um horizonte claro a partir do qual se possam determinar os tempos, a direção, intensidade e velocidade das transformações e configurações. Embora o acampamento preceda o assentamento, os dois se constituem reciprocamente. Da mesma forma que o acampamento está no assentamento, este confere sentido àquele. Conseqüentemente, não é possível interpretá-los senão articuladamente. Não se quer com isso afirmar que são a mesma coisa. As próprias diferenças se definem como relações sociais, e o movimento de redefinição das formas de vida deve ser capaz de verificar em que consistiam, as metamorfoses sofridas e as possibilidades contidas nas configurações do presente. A redefinição está no movimento e não nos recortes. Por isso a análise do processo social permite detectar em que consistem, qual o caráter e como são equacionadas as contradições da sociedade brasileira explicitadas pelos sem-teto e pelos sem-terra.

O estudo dos processos sociais deve se livrar do caráter teleológico usualmente conferido ao movimento da história para que se possa apreender e decifrar as potencialidades contidas nas diferentes configurações sociais.

A política oficial de assentamento, rural e urbana, constitui uma das formas mediante as quais os poderes instituídos recompõem a unidade social ameaçada pelas mobilizações sociais e pela transformação das questões da casa e da terra em problemas de caráter social e político. Neste sentido, o objetivo da proposta dominante visa restaurar a ordem social, ou seja, restabelecer as condições de produção e extensão daquela forma de vida mais do que atender às demandas e integrar os grupos sociais contidos nas mobilizações. De todo modo, as duas propostas, a instituinte e a instituída, determinam o processo e se expressam de uma forma no acampamento e de outra no assentamento.

Os recortes temáticos dados a este trabalho, em forma de capítulos, visam favorecer a compreensão e interpretação das formas como se expressam e redefinem as diferentes propostas de sociabilidade. Contudo, ganham sentido quando os articulamos entre si, porque é o conjunto que nos dá uma visão completa da questão social e dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo.

O primeiro capítulo trata do **acampamento**. Os sem-teto e os sem-terra surgem no cenário público e se constituem em sujeitos sociais e políticos no acampamento. É lá que as mobilizações ganham organicidade, unidade diretiva e visibilidade. Sua configuração política funda-se e decorre da articulação e reconhecimento de sua existência social. Neste sentido, os acampamentos, que agregam sem-teto e sem-terra e instituem os movimentos sociais, operam a transformação de questões aparentemente pontuais, antes vivenciadas de forma individual, em questões societárias. Portanto, à medida que os membros dos movimentos ampliam as fronteiras do conflito transformando suas condições em propostas de nova sociabilidade tornam-se sujeitos políticos. Revelam que a integração e emancipação, ou seja, a superação da exclusão, dependem impreterivelmente da criação de novos espaços públicos. Desta maneira, o movimento social que se constitui junto com o acampamento – há uma relação de reciprocidade constitutiva entre acampamento e movimento – se defronta com a ordem instituída.[5] É neste embate que as propostas ganham consistência, ou seja, se instituem ou são derrotadas. Enquanto os movimentos dos sem-teto e sem-terra apontam para uma nova sociabilidade – os acampamentos representam uma crítica à ordem instituída -, regulados pelo Estado, os poderes dominantes atuam no sentido de preservar a estrutura social vigente. Noutras palavras, os movimentos são percebidos de maneira diferente: pelos acampados e as lideranças, são vistos como instrumentos de superação da exclusão; pelo Estado, como provocações para recompor a ordem ameaçada. Os dois mobilizam um mesmo conceito de integração que, porém, assume significados diferentes. Para os sem-teto e os sem-terra a integração é um processo social que levará a transformar sua situação social. Para a ordem instituída a integração é funcional ao movimento de expansão do capital. Portanto, seu efeito é reprodutor de desigualdades.

Deste modo, embora as demandas dos movimentos dos sem-teto e dos sem-terra acampados apontem para reivindicações que, aparentemente, poderiam estar contidas na idéia de "inclusão", o

[5] "... a trajetória dos movimentos sociais leva a um reagrupamento das forças reacionárias que passarão a demarcar o campo dos conflitos, o que definirá a correlação de forças (...)". Deste modo, "o próprio caráter contestador das classes populares transforma-se em componente de um processo contra-revolucionário". BASTOS, Elide Rugai. "A sociologia nos anos 30. Uma revisão crítica da articulação: raça e cultura"; *in*, D'INCAO, Maria Ângela (org.). **História e ideal.**

caráter das mobilizações provoca a construção de caminhos pelos quais a unidade social se reconstitui a partir das bases já existentes.

O imaginário igualitário, embora nem sempre claramente explicitado, é o motor das lutas. A superação dos conflitos, o eixo ao redor do qual o povo é aglutinado. O caráter "revolucionário" dos movimentos entra até na simbologia criada pela sociedade. Mas no processo que se desencadeia as questões urbanas e rurais se transformam e com elas se transformam também os protagonistas que as vivem.

O segundo e o terceiro capítulo analisam as funções e o sentido dos **assentamentos**. Enquanto *locus* da unidade social desejada, o assentamento é um passo a mais. Teoricamente, representaria a solução das questões postas pelo acampamento. Num primeiro momento aparece como o ponto de convergência tanto das aspirações dos sem-teto e dos sem-terra como dos poderes instituídos. Contudo, se as propostas eram divergentes no acampamento, o conflito que não foi resolvido no processo será necessariamente reproduzido também no assentamento. De fato, o embate permanece e se repropõe. De um lado a tentativa de socialização dos sem-teto e dos sem-terra que buscam recompor a antiga unidade social e, do outro e ao mesmo tempo, a necessidade de ressocialização como condição de integração e de permanência na área. Por causa disso, o assentamento é um espaço físico e social ambíguo. Nele coexistem propostas diferentes. Como ressaltado, ao projeto de alargamento das fronteiras do conflito e de criação de espaços públicos inclusivos, contrapõe-se a intervenção estatal que coloca os sem-teto e os sem-terra em outras bases físicas e sociais, controla e regula as relações que configuram o bairro e o assentamento e, aos poucos, integra aqueles espaços à ordem instituída, descaracterizando as propostas dos acampados. No assentamento a ordem é restabelecida.

A política de assentamento tem o Estado como ator. É este que arrecada e distribui as terras, estrutura os assentamentos, libera e direciona os financiamentos, organiza os assentados e estuda as formas de incorporá-los ao mercado, à produção, à vida social. É o Estado que cumpre o papel de organizar a sociedade segundo as exigências das classes dominantes.

Mas se o assentamento pode ser visto como uma resposta ao acampamento, também expressa um esvaziamento das questões postas no acampamento. É uma seqüência e uma ruptura, uma vitória e uma derrota ao mesmo tempo.

Ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Editora UNESP - Secretaria de Estado da Cultura - Editora Brasiliense, 1989. Citação p. 339.

Acampamento e assentamento significam momentos da metamorfose da sociedade e da inserção de sem-teto e de sem-terra no processo de transformação social, mesmo que grande parte de sua ação tenha efeito apenas de denúncia.

Embora pareça o contrário, não há seqüência linear entre acampamento e assentamento. Um parece desdobramento do outro, mas, de fato, o assentamento é a derrubada do acampamento e de suas propostas. Assim, da forma como se processam, os assentamentos não representam conquistas absolutas dos movimentos sociais e sim da ordem instituída.

O objeto de investigação do quarto capítulo são as **migrações**. Os acampamentos e assentamentos resultam de deslocamentos de pessoas e grupos sociais. A mobilidade espacial é usualmente associada à mobilidade social. Pessoas, grupos e povos migram com o intuito de se fixar, integrar e melhorar suas condições de vida. Retomando a tese da formação social e política do Brasil, cujas estruturas e arranjos predominantes relegaram setores da população à condição de submissão e dependência, a hipótese sustentada é que as migrações estão inscritas e fazem parte daquela mesma estrutura e, portanto, não se resolvem com os assentamentos. Analisadas pela ótica da produção, as migrações foram geralmente explicadas na perspectiva do desenvolvimento econômico. Uma vez que os movimentos analisados encontram-se na esfera da reprodução e são permanentemente deslocados, coloca-se, de um ponto de vista teórico, o imperativo de interpretar as migrações enquanto processos históricos que objetivam a reprodução da ordem social.

Canudos e Nova Conquista mostram que nos embates entre formas de sociabilidade diferentes, ao prevalecer o estreitamento imposto pela ordem instituída, os espaços físicos não contemplam todos os grupos sociais. Os movimentos migratórios, então, cumprem a função de alargar os espaços físicos do mercado esvaziando áreas de tensão, decorrentes da lógica expropriadora e alienadora do capital, criando a ilusão que o processo contribuirá para o equacionamento das desigualdades. Portanto, a hipótese sustentada é que os deslocamentos são funcionais à ordem social e sua multiplicação favorece a reprodução da estrutura social. Na perspectiva de parcelas das classes populares, mesmo que nem sempre traduzidas no discurso e apenas na ação, os assentamentos não se traduzem em ponto de chegada, fixação, integração e melhoria das condições de vida. Redefinem as desigualdades, mas não as equacionam de um ponto de vista estrutural.

O quinto capítulo volta novamente o olhar para o bairro e o assentamento procurando interpretar os processos sociais pela ótica da **pobreza** e das **desigualdades**. Em teoria, os

assentamentos podem ser vistos como processos distributivos de terras urbanas e rurais, que visam equacionar o que os documentos oficiais definem como "distorções sociais". Na concepção dominante, contudo, a expressão "distorções sociais" deixa entender que estamos diante de resultados do processo histórico em que interferências ocasionais levaram a construção social para caminhos que poderiam e deveriam ter sido outros. Neste sentido, a distribuição representaria uma forma de corrigir estas distorções, recolocando a sociedade nos trilhos da justiça e da igualdade. No entanto, a política distributiva exige o enfrentamento das desigualdades e supõe a definição de princípios de igualdade que antes não existiam. Neste sentido, o igualitarismo necessita se situar em uma nova esfera publica porque o que chamamos de igualdade, cidadania e direitos são modos como as relações sociais são ordenadas. Por isso, as políticas distributivas como formas de integração e de produção de maior igualdade social devem ser reguladas por princípios políticos e não pelas leis de mercado.

No Brasil as desigualdades são estruturais. Não são apenas o resultado de erros de percurso. Por isso, não podem ser combatidas, senão redefinindo a estrutura social. Numa sociedade de base patrimonial, a distribuição de bens não modifica a estrutura social, pelo contrário, contribui para reproduzi-la.

Desta maneira, para superar o caráter paternalista e compensatório, reprodutor da dependência e do favor, as políticas distributivas devem obrigatoriamente recolocar a discussão da estrutura social. Em outras palavras, deve-se antes rediscutir o Brasil. A reforma agrária não se esgota na simples distribuição de terra. Se esta ação não for acompanhada de num conjunto de políticas que objetivam redefinir a estrutura social, a terra não se tornará espaço de integração, mas continuará sendo lugar de conflito e de expropriação.

O estudo das relações e processos que configuram o bairro e o assentamento contribuem para desvendar o **caráter dos movimentos sociais**.

Os movimentos sociais devem ser vistos dentro de um contexto maior, que é o social em sua totalidade. Quem os gera? Por que se desenvolvem? Qual seu alcance? Quais seus limites? É necessário, portanto, reconstituir o *locus* em que tais propostas e ações são construídas e as "determinações" que operam no processo de sua institucionalização porque as propostas dos movimentos sociais não dependem apenas da "vontade política" de seus atores, mas das condições históricas em que eles operam. E as condições históricas, que definem e caracterizam a ordem social, não dependem exclusivamente de situações conjunturais, já que estas são expressões de movimentos de longa duração que definem os princípios e regulam o processo de socialização. Portanto, os movimentos sociais não podem ser considerados a partir de si mesmos.

Tendo o cuidado de não assumir o determinismo histórico e social como princípio teórico, é possível afirmar que a natureza dos movimentos sociais está articulada – ainda que a relação seja tensa e conflitante – com a ordem social da qual surgem e que procuram colocar em cheque.

Deste modo, aquelas que aparecem como idas e vindas dos movimentos sociais são, na verdade, formas que assume o movimento do social. As formas políticas e institucionais / estruturais da sociedade delimitam também os espaços e as ações dos movimentos sociais. Por isso, seu enfraquecimento, fortalecimento e redirecionamento não dependem da vontade política de suas bases nem da vitalidade interna da organização e sim das condições históricas e estruturais que lhes são oferecidas.

Surgem perguntas que recolocam um imaginário sobre o qual a sociedade em seu conjunto costuma trabalhar: podem os movimentos sociais ser expressão de um processo de ruptura da ordem constituída? Podem resolver o problema das injustiças ou das "distorções sociais", entendidas como maneiras desiguais de se colocar diante do mercado e suas leis? São os movimentos sociais apenas funcionais ao sistema? Ou de certa forma o dobram, mesmo que não o mudem radicalmente?

Com base nos processos sociais investigados, é possível dizer que a crítica levantada pelos movimentos sociais no acampamento e resolvida de forma institucional no assentamento permanece válida e operativa. As derrotas políticas e sociais não invalidam as propostas, sobretudo quando apontam para a necessidade de redefinição das bases sobre as quais se assentam as relações sociais.

As mobilizações e as denuncias dos sem-teto e dos sem-terra desfazem a tese da anomia dos setores populares e de sua incapacidade de articulação política. Também desfazem a tese da desorganização das classes populares. Geralmente a idéia de organização está ligada ao instituído e a de desorganização ao instituinte que o ameaça. A afirmação de que as massas e os setores populares são desorganizados funda-se em duas concepções: a) tudo deve concorrer e todos devem colaborar para a manutenção da unidade expressa na ordem instituída; b) os setores populares e as massas são incapazes por si só de se organizar e, por isso, devem se submeter e obedecer às ordens dos poderes instituídos. Portanto, qualquer tentativa de alargamento do espaço público será interpretada como desorganização, confusão, desordem.

A "desorganização", rigorosamente falando, é um produto social e, como tal, interfere e determina as configurações sociais e os arranjos políticos. No Brasil, setores das classes populares não alcançam os objetivos a que se propõem por efeito de sua desorganização, mas isso ocorre porque a ordem instituída, pela intervenção do Estado, opera reduzindo seus espaços de ação, impedindo sua emergência política e reproduzindo em tempos e configurações diferentes a submissão e a dependência. Neste sentido, a "desorganização" não é um atributo das classes populares, mas um

produto do movimento da sociedade caracterizado por desigualdades que são estruturais. Com efeito, de um ponto de vista social, os setores populares são constantemente mantidos em posição subalterna e tutelados pelas elites mediante a reprodução da estrutura social e a imposição de arranjos políticos que às vezes são capazes de tudo mudar para que nada mude.[6]

A "desorganização" pode estar relacionada ao princípio de uma nova organização. Deste modo, o que antes era organizado, num contexto de mudanças e transformações, passa a ser desestruturado. É o caso das tradicionais unidades sociais dos sem-teto e dos sem-terra submetidos a um processo de ressocialização. Neste sentido fica evidente que o existente são processos sociais e as definições estão sempre relacionadas a ordenamentos históricos.

Assim, as organizações e mobilizações populares devem ser apreendidas e interpretadas na perspectiva de novos ordenamentos sociais e não na ótica do instituído. Deste modo, organização e desorganização devem ser vistos como formas de a sociedade articular as forças que a compõem. Não necessariamente se negam, pelo contrário, se determinam e articulam reciprocamente imprimindo à sociedade um movimento que é peculiar.

Outro mito que deve ser desfeito para poder decifrar o caráter dos movimentos sociais é o da resistência às mudanças que atrasaria a modernização do país. Nas interpretações relativas à formação e modernização da sociedade brasileira, foram construídos conceitos como "atraso", "lentidão", "desenvolvimento tardio", entre outros, ligados à categoria tempo, que tiveram notável repercussão e, de diferentes maneiras, estão presentes em vários estudos. Colocam frente a frente, em oposição ou articuladas num original processo, múltiplas, diferenciadas e complexas configurações sociais. O que sempre está em causa são as mudanças acontecidas e em curso e, concomitantemente, a dificuldade que determinados ordenamentos sociais teriam de deixar para trás antigas condições e assumir novas. Fala-se, assim, de permanência e reprodução do tradicional que, na visão de alguns, representaria um empecilho ao desenvolvimento e à modernização da sociedade. Numa perspectiva

[6] Gramsci escreve: "A unidade histórica das classes dirigentes se dá no Estado e sua história é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados. No entanto, não se deve acreditar que aquela seja uma unidade puramente jurídica e política, ainda que esta forma de unidade tenha a sua importância e não seja apenas formal: a unidade histórica fundamental, por sua concretude, é o resultado das relações orgânicas entre Estado, ou sociedade política, e "sociedade civil". As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não podem se tornar "Estado": sua história, portanto, é entrelaçada àquela da sociedade civil, é uma função "desagregada" e descontínua da história da sociedade civil e, por este trâmite, da história dos Estados ou grupos de Estados". E acrescenta: "A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. Não pairam dúvidas quanto ao fato de que na atividade histórica destes grupos existe a tendência à unificação, ainda que em planos provisórios, mas esta tendência é constantemente quebrada pela iniciativa dos grupos dominantes, e, portanto, pode ser demonstrada somente quando o ciclo histórico estiver completado, se este se concluir com sucesso. Os grupos subalternos sempre sofrem a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem; somente a vitória "permanente" quebra, e não de imediato, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem triunfar, os grupos subalternos estão tão somente em estado de defesa alarmada (...)".GRAMSCI, Antonio. **Il Risorgimento**. Torino: Editori Riuniti, 1979. I Ristampa. Citação p. 243.

de evolução histórica, prevaleceu em alguns a convicção de que o desenvolvimento do capitalismo refundaria a sociedade brasileira e instauraria, de forma definitiva, a modernidade. Nesta concepção, as formas tradicionais de organização e estruturação social teriam seus dias contados. A ruptura estaria inscrita na própria lógica de movimento do capital. A constatação, no decorrer do processo, de que havia desenvolvimento intensivo e extensivo do capital sem que, de um ponto de vista social e político, tudo fosse criado *ex novo*, contribuiu não apenas para a redefinição das teorias interpretativas, mas também para a compreensão do próprio movimento do capital. Com efeito, a suposta inexorabilidade estava minada pelo processo histórico, uma vez que o passado ressurgia com outro caráter nos novos contextos.

No fundo, conceitos como os de "atraso", "história lenta", "desenvolvimento tardio" e outros fincam suas raízes numa concepção evolucionista e teleológica, ainda que o propósito seja sua superação. Constituem categorias oriundas da mesma matriz teórica e que, em última instância, concebe o progresso, o desenvolvimento e a modernidade como metas a serem alcançadas. Como a história está direcionada a um fim, a nossa demora decorre da articulação entre formas de organização e estruturas sociais e políticas tradicionais e modernas. Esta articulação funciona como uma espécie de freio que torna lenta a viagem rumo ao pleno desenvolvimento da modernidade. Mesmo assim esta última é irreversível e a meta continua a mesma. Importa lembrar que todo o processo de integração, inclusão, emancipação e institucionalização dos direitos foi sistematicamente associado ao livre e pleno curso de desenvolvimento do capitalismo e de instauração, sem obstáculos, da modernidade. Neste sentido, algumas interpretações do Brasil, mesmo críticas, carregam, às vezes, uma herança positivista e uma vocação modernizadora, ou seja, reproduzem uma visão dualista que está na base de algumas matrizes teóricas.

Concluindo, o objetivo deste estudo é procurar descobrir o papel que os movimentos sociais desempenham na composição e redefinição da ordem social. A questão não é nova: qual o lugar do povo, dos setores populares, das massas, turbas, multidões, classes subalternas e dos movimentos sociais nas configurações sociais e políticas da nação brasileira?

Pesquisa

Para o desenvolvimento do tema foram realizadas duas ordens de pesquisa: a) bibliográfica; b) de campo.

a) **Pesquisa bibliográfica**. O debate teórico fundamenta-se em estudos que procuram desvendar a natureza da questão social e o caráter dos movimentos sociais no Brasil. Amplia-se para o tema das desigualdades e abre um diálogo com algumas formulações das teorias da justiça.[7]

b) **Pesquisa de campo**. A pesquisa de campo realizou-se em duas áreas, uma urbana e outra rural, localizadas no estado do Maranhão a uma distância de 600 quilômetros uma da outra e teve a duração de dois anos – abril de 2001 a maio de 2003. Constituem o bairro Canudos, situado na periferia da cidade de São Luís e o assentamento Nova Conquista, no município de Açailândia.
A pesquisa foi desenvolvida em vários níveis:

1. **Pesquisa documental**. Dados e informações oficiais relativos aos dois projetos foram coletados junto às instituições governamentais e a organismos da sociedade. Com o intuito de reconstituir a história do bairro e do assentamento, foram entrevistados agentes dos movimentos diretamente envolvidos nas mobilizações e outros que tiveram algum tipo de participação.

2. **Questionários**. Foram aplicados dois questionários em Canudos e três em Nova Conquista.[8]
Canudos. O questionário pesquisa por unidade familiar foi aplicado em 342 unidades familiares. O objetivo inicial era cobrir toda a área e, portanto, contemplar as mais de 400 famílias que constituíam o bairro. Entretanto surgiram algumas dificuldades, a saber: a) no período em que o trabalho foi realizado[9] o assentamento estava em fase de formação e, embora os terrenos tivessem sido divididos e designados no ano de 1999, não estavam totalmente ocupados; b) muitas casas estavam em fase de construção e alguns proprietários, sem condição de se transferir para o bairro, continuavam morando alhures; c) a demora na viabilização do projeto em decorrência de entraves jurídico- burocráticos tinha provocado a desistência de algumas pessoas / famílias contempladas com um lote; d) as condições de privação de outras ou a obrigação de trabalhar em locais distantes ainda não tinham permitido a fixação na área. Alguns nem sequer tinham conseguido cercar o terreno. Pelas razões expostas, os questionários foram aplicados a todas as famílias que moravam no bairro e àquelas que no período da coleta marcaram presença na área com o propósito de construir a casa. Chegou-se a 342 unidades investigadas.

[7] Os trabalhos consultados estão contidos na bibliografia.
[8] Os questionários foram anexados ao trabalho.
[9] Esta fase da pesquisa foi realizada entre os meses de outubro de 2001 a fevereiro de 2002.

O questionário pesquisa dirigida foi aplicado a 61 pessoas. Os critérios mobilizados para a realização deste trabalho foram os seguintes: a) assentados que tinham algum tipo de ligação com o Fórum da Moradia; b) pessoas que ocupavam cargos, não importando quais, nas organizações presentes e atuantes em Canudos: cooperativa habitacional, escolinha comunitária, pastorais, clubes de mães, sindicatos, mutirões, etc.; c) pessoas que tomavam a iniciativa de organizar algum tipo de atividade no bairro, como jogos de futebol, festas e outras; d) assentados que exerciam alguma influência sobre os outros por seus conhecimentos e capacidade de lidar com questões mais complexas e, finalmente; e) algumas pessoas escolhidas aleatoriamente.

Nova Conquista. Realizada concomitantemente com a de Canudos, a coleta de dados contemplou três questionários: a) pesquisa por unidade familiar; b) pesquisa por unidade de produção / criação coletiva; c) pesquisa dirigida.

Os dados oficiais falavam da possibilidade de assentar 172 famílias, no entanto, o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tinha construído 154 casas na vila e o técnico agrícola acompanhava oficialmente 157 unidades.

O propósito, pelo menos no que diz respeito à pesquisa por unidade familiar, era traçar um perfil de todas as famílias a partir de suas residências na vila. Haveria seleção quanto aos itens "pesquisa por unidade de produção / criação coletiva" e "pesquisa dirigida". Contudo, algumas dificuldades tornaram inviável aquele projeto. Com efeito, como vários assentados passavam longos períodos na roça por causa da distância da vila, foram encontradas algumas casas vazias. Inferia-se, então, que tinham construído outra casa ou barraco na roça e, sobretudo nas épocas de pico das atividades agrícolas, permaneciam por lá. Sendo impossível o deslocamento para os lotes por falta de transporte e precariedade das estradas associadas à distância dos lotes e à escassez de tempo, foi decidido investigar as famílias que tivessem sido encontradas na vila durante aquele período. O trabalho resultou em 117 unidades pesquisadas.

Quanto ao item pesquisa por unidade de produção / criação coletiva, inicialmente queríamos atingir na coleta todas as famílias que, de alguma forma, estivessem envolvidas em atividades de caráter coletivo. A constatação de que aquele processo seria repetitivo e dispendioso nos levou a redirecionar o trabalho. Resolveu-se, então, diversificar a coleta de tal modo que contemplasse todas as formas de produção e criação em curso e o fizesse de forma significativa, ou seja, contemplasse vários atores para cada uma delas, ainda que a seleção fosse aleatória. O resultado final redundou em 49 questionários aplicados.

A pesquisa dirigida seguiu os mesmos critérios daquela realizada em Canudos. Os critérios mobilizados foram: a) assentados que tivessem algum tipo de ligação com os sem-terra; b)

pessoas que estivessem ocupando cargos, não importando quais, nas organizações presentes e atuantes em Nova Conquista: associação dos agricultores, associação dos moradores, escola, pastorais, clubes de mães, sindicatos, mutirões, etc.; c) pessoas que tomassem a iniciativa na hora de organizar as pessoas a partir de atividades específicas, tais como jogos de futebol, festas e outras; d) assentados que exercessem alguma influência sobre os outros por seus conhecimentos e capacidade de lidar com questões mais complexas e, finalmente; e) algumas pessoas escolhidas aleatoriamente. Foram investigadas 55 pessoas.

3. **Entrevistas e histórias de vida**. O trabalho foi realizado no bairro e no assentamento levando em consideração as especificidades de cada processo social.

Canudos. Os critérios mobilizados para a seleção dos entrevistados foram elaborados a partir da reconstituição histórica do bairro e, na base da pesquisa anterior, de caráter quantitativo. A articulação das informações com os dados coletados e a interpretação do processo apontavam para algumas características mobilizadas inclusive pelos próprios atores sociais para falar de si e do bairro. Entre elas: a) a participação no processo de conquista de Canudos; b) a presença de um elevado número de mulheres chefes de família; c) o tamanho das famílias; d) as condições econômicas e o tempo de construção da casa; e) a chegada de novos e a saída de antigos moradores. Tendo como pano de fundo estas e outras questões, as entrevistas contemplaram as seguintes características dos moradores: a) pessoas que moravam no assentamento desde o início e antes estavam no acampamento (Maranhão Novo); b) pessoas que chegaram ao assentamento mais tarde e adquiriram / compraram o terreno / casa; c) mulheres chefes de família (com filhos e sem marido); d) mulheres que trabalhavam fora de casa; e) homens chefes de família e que, de alguma forma, estivessem trabalhando; f) desempregados / as; g) comerciantes; h) jovens - entre 16 e 22 anos - e; i) pessoas que exerciam algum cargo nas organizações do bairro.

As entrevistas que, com a permissão dos entrevistados, foram gravadas, continham uma parte em que os entrevistados falavam livremente de si e da vida no bairro e outra parte dirigida. Nesta segunda parte, os temas abordados em Canudos foram: a) casa e bairro; b) família; c) trabalho; d) acampamento e assentamento; e) condições de vida, pobreza e sofrimento e; f) serviços públicos. O trabalho resultou em 32 pessoas entrevistadas. As entrevistas foram transcritas e interpretadas.

Nova Conquista. Os critérios mobilizados foram os mesmos utilizados em Canudos, ainda que adaptados ao contexto diferente. Também neste caso, as entrevistas não foram feitas de forma aleatória, pelo contrário, obedeceram a critérios elaborados a partir das indicações da pesquisa

quantitativa anteriormente realizada cujos dados revelavam que os atores sociais não constituíam um universo homogêneo, em vez disso formavam uma realidade composta de múltiplos sujeitos que podiam ser agrupados com base em algumas características sociais significativas no sentido de decifrar e recompor o processo de socialização em curso no assentamento. Entre as características consideradas: a) pessoas / famílias que tinham percorrido todo o caminho desde a ocupação da fazenda Califórnia, do acampamento até o assentamento; b) pessoas / famílias que, após terem sido assentadas, acabaram desistindo e repassando o lote rural e a casa na vila a outros; c) pessoas / famílias de origem urbana que se agregaram ao movimento na tentativa de melhorar suas condições de vida; d) pessoas / famílias que chegaram em Nova Conquista após o início do projeto de assentamento e na qualidade de compradores de terra; e) mulheres, viúvas ou separadas, que, sendo chefes de família, assumiram a responsabilidade da propriedade de um lote como assentadas; f) pessoas que além de trabalhar a terra exerciam outras atividades, por exemplo, comércio, produção de carvão para as siderúrgicas de Açailândia, professores, técnicos agrícolas e outras não diretamente ligadas à produção agrícola.

A parte dirigida das entrevistas focalizou os temas: a) produção agrícola; b) financiamentos; c) projetos coletivos; d) associações – rural e urbana; e) relações com a cidade de Açailândia e; f) vida na vila. Foram entrevistadas 21 pessoas. As entrevistas foram transcritas e organizadas conforme os objetivos deste trabalho.

4. Os trabalhos anteriores exigiram várias visitas às áreas realizadas ao longo dos dois anos de pesquisa. Contemplaram longos períodos de convivência com os moradores do bairro e assentados. Traduziram-se em **observações**, **reflexões** e **anotações**.

O estudo é, de certa forma, um dos resultados dos assentamentos investigados. Enquanto expressão da redefinição social, é movimento, processo.

I PARTE

ACAMPAMENTO

Espaço do sonho

Capítulo 1°

Dois movimentos e um mesmo universo

O objeto de investigação deste capítulo são dois acampamentos, um urbano de sem-teto e outro rural de sem-terra, localizados respectivamente nos municípios de São Luís e Açailândia / Imperatriz, no estado do Maranhão. Algumas interrogações estão na origem da indagação: a) O que são e em que consistem os acampamentos? b) Quem são seus atores e como se redefinem junto com os processos que instituem e transformam os próprios acampamentos? c) Em que sentido os acampamentos contêm e expressam as demandas dos movimentos dos sem-teto e dos sem-terra? d) Qual a relação entre os acampamentos, as anteriores condições de vida de seus membros e os assentamentos?

Tendo em vista decifrar o caráter destes processos, o trabalho se propõe decompor o conjunto articulado de relações que os instituem, examinar suas partes constitutivas e, finalmente, recompô-los. A inquirição assenta no princípio de que o concreto resulta de determinações diferentes, é unidade na diversidade.

Constituem a base dos projetos investigados dois movimentos sociais, um urbano e outro rural. Sendo partes determinantes dos processos, serão apreendidos e interpretados na dinâmica de transformação do social e não separada ou autonomamente. Com efeito, os acampamentos resultam de mobilizações, caracterizadas por tensões e conflitos, que envolvem parte importante da população. Expressam um momento do processo de re-ordenamento da sociedade brasileira. Em decorrência disso, não estão em causa tão somente os movimentos dos sem-teto e dos sem-terra. As relações, configurações e arranjos políticos envolvidos no processo também serão discutidos.

Neste processo amplo, complexo e heterogêneo, terra, casa, campo, cidade, comunidade, família, trabalho, sindicatos, partidos, movimentos sociais, enfim, todas as dimensões e as formas de

organização da vida social ordenam-se em novas bases e ganham outro sentido. Assim, campo e cidade e, por conseguinte, movimentos sociais urbanos e rurais se aproximam, articulam, ganham similaridades, abrem para novas configurações e ordenamentos políticos e exigem novas interpretações.[1]

A tese sustentada, portanto, é que os acampamentos, bem como os assentamentos, resultam do processo de questionamento da estrutura social e estão integrados a ele. Neste sentido, não podem ser apreendidos e decifrados a partir de si mesmos. Assim, os movimentos que os compõem, surgem, se desenvolvem e se transformam no mesmo processo de reconfiguração e (re)integração social.

Na perspectiva delineada, as forças sociais que compõem os acampamentos se organizam e mobilizam tendo em vista o ajuste e não a ruptura da ordem social. Se, com base na teoria da autonomia dos movimentos sociais, os acampamentos poderiam ser concebidos como possibilidade de ruptura da ordem instituída, na ótica da redefinição e reordenamento do social, configuram mecanismos de ajuste. Outra hipótese, interdependente desta, é que os movimentos sociais surgem e operam ancorados na reprodução social e não mais na produção. Sendo outra sua natureza, abrem para novas configurações e interpretações sociais e políticas.

Deste modo, voltada para o estudo de dois processos que contemplam dois movimentos sociais, um urbano e outro rural, a indagação se propõe mostrar que estes, embora separados por distâncias físicas, sociais e culturais, contêm aspectos, dimensões e questões convergentes que desafiam as antigas explicações e obrigam a novas formulações. As proximidades e similaridades decorrem das metamorfoses da questão social, da qual os movimentos investigados são produto. A um só tempo, os movimentos redefinem aqueles ordenamentos, incorporando novas questões sociais à agenda política.

O método escolhido para alcançar o objetivo traçado focaliza a reconstituição histórica – surgimento, formação, desenvolvimento e redefinição – das mobilizações e processos que deram origem, conformaram e transformaram Canudos e Nova Conquista. Alicerçada na concepção de que a interpretação dos processos sociais exige indagações capazes de ir além do contingente e apanhar o

[1] A proposta analítica sugerida não pretende menosprezar nem, muito menos, negar peculiaridades e diferenças entre atores e processos que instituem e dinamizam a sociedade. Todavia, importa ressaltar que estas também são construções mediadas pelo critério da comparação e têm a unidade social como referência essencial. Ou seja, são relações sociais e se constituem na trama do movimento do social.

movimento da história, a investigação permite elaborar uma visão ampla, abrangente e articulada das múltiplas relações, acontecimentos e momentos que constituem os acampamentos examinados. Estes, com efeito, resultam de uma confluência de ações e expressam um conjunto articulado de relações e não podem ser considerados como dados empíricos objetivados. O método sugerido, portanto, enriquece os recortes que a indagação efetua tendo em vista decifrar cada aspecto e dimensão do processo. Decorre disso a necessidade de abordar e, às vezes, se deter em detalhes de caráter processual. Cada momento, fase ou acontecimento é analisado à luz das condições anteriores, bem como das configurações decorrentes do movimento de reordenação do social, e não como algo carregado de sentido próprio. Imaginando o processo como uma seqüência de condições sociais – dispersão, acampamento, assentamento -, é possível dizer que cada fase redefine e confere novo sentido à anterior e, ao mesmo tempo, contém, ilumina e determina a subseqüente.

No período em que foi iniciada a pesquisa, os acampamentos mencionados já não existiam em forma de objetos empíricos observáveis. Perduravam, contudo, tanto nas lembranças e relatos dos assentados, como no caráter das relações que fundavam e regulavam suas novas condições de vida - assentados. Desta maneira, não podendo contar com a observação direta, a indagação percorreu outro caminho. O método escolhido mobilizou e privilegiou, de maneira especial, as narrativas e os relatos dos assentados-acampados[2] e procurou descobrir a presença dos acampamentos nas entranhas das relações que compunham o assentamento. Com o intuito de contornar eventuais problemas de caráter subjetivo / emotivo / interpretativo, foram visitados alguns acampamentos existentes na época da indagação. Também foram consultadas outras fontes: movimentos e organismos da sociedade, instituições e repartições públicas, artigos e outras publicações relativas aos processos referidos.

Resumindo, este capítulo objetiva analisar os acampamentos mencionados com o intento de descobrir em que consistem, como se constituem, se redefinem e qual o seu caráter. A hipótese que o institui é a de que os dois processos contemplados, em que pesem as diversidades e especificidades geográficas, históricas e sociais, colocam questões similares e percorrem caminhos de aproximação.

[2] "Uma coisa é investigar a estrutura social com o uso de dados estatísticos, outra bem diferente é examinar como os indivíduos vivenciam esta estrutura social. Embora muito menos explorada, esta última pode ser igualmente reveladora e sugerir explicações possíveis tanto para os padrões persistentes de desigualdade social quanto para as políticas que visam a neutralizar a pobreza e reduzir a desigualdade". Reis, Elisa P. "Modernização, cidadania e estratificação"; *in* BETHELL, Leslie (org.). **Brasil, fardo do passado, promessa do futuro. Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Citação p. 218.

O estudo de suas determinações constitutivas, portanto, contribui para decifrar e explicar a natureza das transformações sociais ocorridas e em andamento, bem como o caráter dos movimentos sociais. Como ressaltado, os movimentos sociais, rurais e urbanos, já não se inscrevem em universos distintos e contrapostos, conforme sugeriam interpretações anteriores[3]. Resultam e, ao mesmo tempo, expressam o movimento de transformação da sociedade brasileira que comporta a reorganização, redefinição e reintegração dos espaços físicos e sociais.

[3] A partir do final da década de 70 e sobretudo nos anos 80 os movimentos sociais passam a ocupar um lugar relevante nas análises, reflexões, estudos e pesquisas do pensamento social e político no Brasil. Qualquer tentativa de balanço teórico se defronta com diferentes perspectivas de análise e com uma pluralidade de interpretações quanto a seu significado histórico. Ao analisar os trabalhos acadêmicos voltados para os movimentos sociais, Kauchakje [KAUCHAKJE, Samira. **Movimentos sociais na academia: um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na UNICAMP e USP entre 1970 e 1995**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 1997.] fala de três momentos: a) o "ressurgimento" que coincide com a década de 70 e parte da década de 80 e se caracteriza, de um ponto de vista macroestrutural, como a luta contra o regime militar; b) o de "modificações" que corresponde à segunda metade da década de 80 e parte da década de 90 e se caracteriza justamente pelas modificações e acomodações no regime de transição; c) o momento atual caracterizado por novas funções dentro do regime democrático. Já Miranda [MIRANDA, Telma Guimarães de. **Movimentos sociais no Brasil: balanço da literatura, 1970 – 1995**; 2 vol. São Paulo: USP-FFLCH, 1997. Tese de doutorado] prefere o enfoque na perspectiva da unidade teórica. Assim aponta para três tendências que, *grosso modo*, coincidem com a periodização histórica. As tendências são: a) a estrutural econômica cuja fundamentação teórica se refaz aos estudos de Castells, Borja e Lojkine. Encontramos aqui os primeiros trabalhos de José Álvaro Moises e Maria da Gloria Gohn, entre outros; b) a cultura política enfatizando o papel do sujeito coletivo. Temos aqui, por exemplo, o trabalho de Eder Sader e as influências de Gramsci, Touraine, Thompson e Castoriadis; c) ação coletiva enfatizando o papel institucional e a mediação entre sujeito, agente do movimento e Estado, alvo principal deles. Inserem-se nessa tendência os trabalhos de Ruth Cardoso, Renato Boschi, entre outros.
As análises relativas aos movimentos sociais urbanos foram inicialmente influenciadas pelos trabalhos de CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbano**s, México: Siglo Veitiuno, 1979; **Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 e; LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981. Entre as principais obras da década de 80 destacamos: JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde. São Paulo 1974-84**. São Paulo: Cortez, 1989; MOISES, José Álvaro. **Classes populares e protesto urbano**. São Paulo, 1978, Tese de Doutorado; (org.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; BOSCHI, Renato Raul (org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983; GOHN, Maria da Glória. **Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo**. São Paulo: Editora Autores Associados / Cortez Editora, 1982; KOWARICK, Lúcio. "Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v.1, n.3, p. 38-50, fev. 1987; SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Brasiliense, 1988; MARONI, Amneris. **A estratégia da recusa**. São Paulo: Brasiliense, 1982; SHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987. E em relação aos movimentos sociais rurais: GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1991. MEDEIROS, Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989; MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1983; **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

Configuração dos movimentos

Imagine-se o criador moldando sua criatura. E uma vez completada a obra, suponha-se que esta se descole das mãos de seu artífice e ganhe existência própria. Caso isso seja possível, criador e criatura deixam de existir, pelo menos enquanto criador e criatura. Por isso, há entre eles reciprocidade constitutiva, cumplicidade. A existência de um depende da existência do outro. Não sobrevivem senão relacionados. Por causa disso, as mudanças que eventualmente afetem a um dos dois impreterivelmente redefinem os acordos, princípios e ordenamentos que conferem equilíbrio, ainda que provisório, à sua existência mútua.

Nesta linha de raciocínio se, de um lado, há em curso um processo de redefinição da ordem social que, entre outros aspectos, gera os movimentos dos sem-teto e dos sem-terra que resultam em acampamentos e assentamentos, do outro, estas configurações sociais concorrem na caracterização da nova questão social. Fica evidente, então, que os ordenamentos aos quais os sem-teto e os sem-terra são relegados, ainda que ilusoriamente possam imaginar ser fruto de suas deliberações, contêm os elementos que constituem a essência da estrutura social. Todavia, ressalte-se mais uma vez, a criatura revela e redefine o criador. Deste modo, os acampamentos desvelam a estrutura social dominante e, em parte, redefinem o processo de socialização.

Desta feita, o estudo dos acampamentos, resultado de mobilizações dos sem-teto e dos sem-terra, contribui para taquigrafar os processos que reordenam e redefinem a estrutura social no Brasil e para decifrar o caráter dos movimentos sociais envolvidos nas ações que os constituem.

a) Maranhão Novo - Canudos

Canudos é um bairro[4] da periferia de São Luís, capital do estado do Maranhão. Localizado a aproximadamente dez quilômetros do centro da cidade, é composto por mais de 400 famílias. Criado em 1998 nas margens de uma reserva florestal[5], começou a ser efetivamente habitado a partir do ano

[4] Na realidade é parte do bairro, uma vez que este é constituído por dois núcleos: Canudos e Terra Livre. Resultou de duas mobilizações distintas e contemporâneas.
[5] Trata-se da reserva florestal do Itapiracó.

de 1999. A ocupação dos lotes e a construção das casas representaram, desde o início, dois momentos distintos de um mesmo processo. Enquanto a primeira foi relativamente rápida, a segunda ainda está em andamento. A ocupação esteve subordinada a ordenamentos espaciais e jurídicos, ao passo que a construção das casas ficou na dependência das condições materiais de cada pessoa / família assentada. São ainda muitas as casas de madeira ou taipa. A área já dispõe de energia elétrica e está aguardando a instalação da rede de água. Conta com algumas casas comerciais, particularmente de material de construção e gêneros alimentícios. Fica na dependência de outros bairros para serviços como educação, saúde e trabalho.

As origens do bairro estão ligadas às mobilizações de um grupo de sem-teto, organizados e articulados pelo Fórum da Moradia[6], que resultaram no acampamento do bairro Maranhão Novo. Os fatos ocorreram no ano de 1997, centenário de Canudos[7] e, por causa disso, os sem-teto resolveram batizar o acampamento com o mesmo nome.

No dia 3 de setembro de 1997, mais de 500 famílias de sem-teto ocuparam um terreno nas proximidades do conjunto habitacional do Ipase, no bairro Maranhão Novo, em São Luís, onde estabeleceram seu acampamento.

Com base nos dados coletados em Canudos em 2001, isto é, dois anos após o início do bairro, a maioria das pessoas inicialmente assentadas na área tinha participado das mobilizações que tinham resultado no acampamento. Trabalhando com a hipótese de que as condições materiais dos acampados / assentados não tinham sofrido alterações significativas naquela passagem e em tão curto espaço de tempo, a partir do assentamento foi possível reconstituir a situação do acampamento. Este recurso permitiu traçar algumas características dos acampados: 40,65% do total moravam em casa de parentes e amigos; 41,81% viviam em casas, quartos ou barracos alugados e apenas 6,56% possuíam casa própria.

A concentração num único espaço físico e social redefine os sem-teto antes dispersos, suas relações com a sociedade e com os poderes públicos e a própria questão habitacional. Assim, ao

[6] O Fórum da Moradia é uma articulação de caráter estadual e nacional que acompanha os movimentos sociais dos que lutam por moradia e está presente também nas áreas de assentamento. Entre os anos de 1995 e 1997, período das mobilizações referidas, o Fórum da Moradia em São Luís acompanhava 8 áreas de assentamento que perfaziam um total de 17.328 unidades familiares. Fonte: Fórum da Moradia de São Luís.

[7] Nos relatos de alguns moradores que participaram das mobilizações e estiveram presentes no acampamento, o nome tinha uma dupla função: a) homenagear a Canudos de Antonio Conselheiro e; b) fortalecer a unidade do grupo e manter o espírito de resistência que tinha marcado a luta dos moradores do sertão baiano. Como estratégia, o filme relativo à história de Canudos foi apresentado várias vezes aos acampados. Lembrava um deles: *Nós também não teríamos desistido de nossa luta enquanto não nos tivessem concedido um terreno a partir do qual construir a nossa vida* [José Antonio – Canudos].

mesmo tempo em que constrói a identidade do grupo que permanece mobilizado tendo em vista a conquista do assentamento, o acampamento provoca ou contribui para a reordenação das forças e configurações sociais e políticas.

Enquanto os sem-teto ocupavam a referida área, outro grupo, nas mesmas condições, se apossava de outro terreno localizado na margem oposta do mesmo conjunto.[8] Se, de um lado, as ocupações apontavam para o grau de organização, articulação e mobilização dos sem-teto, do outro, evidenciavam a gravidade do problema social decorrente do déficit habitacional.[9] Alguns dados ajudam a decifrar sua dimensão. O município de São Luís possui uma extensão de 828 Km² e, no ano de 2000, sua população era de 868.047 habitantes, alcançando, portanto, uma densidade demográfica de 1.048,35 moradores por Km².[10] Durante o período que contempla o acampamento e o surgimento do bairro Canudos, ou seja, entre os anos de 1996 e 2000, o município teve um crescimento populacional de 11,17%, com uma taxa anual de 2,67, superior, portanto, à média do estado do Maranhão, que foi de 1,54. Infere-se, então, que as migrações do interior do estado para a capital continuaram ao longo desses anos. Em decorrência disso, as pressões de pessoas, setores da população e movimentos organizados em vista de sua integração ao espaço urbano continuaram intensas.[11]

O déficit habitacional não é um problema exclusivo ou típico da cidade de São Luís.[12] De forma mais ou menos acentuada, atinge a maioria das cidades do país. Em decorrência deste seu

[8] As duas ocupações resultaram, mais tarde, no bairro Canudos e Terra Livre. A reconstituição do processo histórico e a investigação acompanharão somente o primeiro dos dois grupos, ou seja, aquele que foi denominado Canudos.

[9] Torna-se necessário atentar para uma dupla dimensão da questão que, inicialmente, não está clara nas mobilizações dos sem-teto. A luta por um terreno e a luta por moradia, embora articuladas e constitutivas de um único movimento, apresentam-se, ao longo do processo, separadas, distintas. Em muitos casos, a primeira tem um caráter coletivo e a segunda individual / familiar. Neste sentido não se deve confundir "déficit habitacional" com "escassez de áreas urbanas". Num primeiro momento, as mobilizações visam a conquista do espaço físico, ou seja, a terra. Os sem-teto descobrirão, mais tarde, que a luta por moradia é muito mais complexa e abrangente. Como ficará comprovado, alguns conquistarão a terra, mas não a casa.

[10] IBGE, Censo Demográfico 2000.

[11] De acordo com a Secretaria Municipal de Terras e Habitação Urbanas - SEMTHURB, no ano de 2001 existiam aproximadamente 250 mil casas no município de São Luís. No mesmo período, o déficit habitacional teria sido superior às 70 mil casas. Conforme depoimento do então secretário municipal, era muito elevado o número de casas que se encontravam em condições precárias e possuíam um valor venal inferior aos 10 mil reais. Estas informações foram obtidas numa conversa informal ocorrida em novembro de 2001. Não constam de documentos oficiais e, portanto, possuem valor relativo.

[12] "A falta de moradias no Brasil atinge diretamente 20,2 milhões de pessoas, quase 12% dos habitantes do país. (...) O déficit habitacional é de 6,6 milhões de unidades, o que representa quase 15% do total de domicílios existentes, 44,9 milhões. (...) O estudo "Déficit Habitacional no Brasil 2000", (...) revela que, enquanto a taxa de crescimento da população brasileira foi de 15,6% entre 1991 e 2000, o aumento do déficit foi de 21,7% no mesmo período, embora o número de moradias tenha subido 28,6%. (...). A maior carência é registrada nas regiões urbanas, 81,4%, índice que cresceu 41,5% entre 1991 e 2000. O déficit nas áreas rurais, que decresceu 23,9% nesse mesmo período, representa 18,6%". **Folha de São Paulo**, 20 de janeiro de 2002.

caráter, a maneira como a questão da escassez[13] é enfrentada, de um lado pelos poderes públicos e, do outro, por setores da população que se articulam e mobilizam com o intuito de conseguir um espaço físico e social a partir do qual construir suas vidas, revela aspectos importantes das configurações políticas que caracterizam os ordenamentos sociais de cada lugar.

Uma vez que os terrenos ocupados pelos movimentos supracitados eram de propriedade de uma empresa de construção civil[14], de imediato o caso foi parar na justiça. Procurava-se, com isso, reconduzir para a esfera jurídica o conflito que, em decorrência das mobilizações dos sem-teto, tinha assumido um caráter social e político.[15] Deste modo, questões de caráter social eram subjugadas à propriedade e ao contrato, princípios que fundavam e regulavam a ordem capitalista.[16]

Se, de um lado, os proprietários do terreno priorizavam a dimensão jurídica, princípio sobre o qual estava fundada a ordem instituída, do outro, os acampados mostravam que aquela ordem devia ser modificada, uma vez que suas condições indicavam que não eram princípios de igualdade que operavam na conformação e regulação da sociabilidade. Ainda que não formulado ou explicitado em termos conceituais, os agentes do movimento percebiam que a solução jurídica não teria mudado a velha configuração social e, por causa disso, as questões levantadas teriam ficado intocadas. Caso os encaminhamentos tivessem ficado na dependência exclusiva das deliberações jurídico-institucionais, então os assentados teriam voltado às condições iniciais de sem-teto dispersos. Cientes disso, continuaram mobilizados, permaneceram na área e ensaiaram formas de resistência.

Deste modo, o conflito se desenvolveu percorrendo dois caminhos: o jurídico e o social. A existência e mobilização do acampamento deixavam evidente que o desenvolvimento da cidade não podia ficar subordinado ao velho ordenamento social, uma vez que este impedia a integração de parcelas da população.

---

[13] Remete a princípios e ordenamentos distributivos.

[14] "Mas o impasse destas terras vem de longe. Segundo dados obtidos junto ao Fórum da Moradia, (...), a área anteriormente pertencia ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), tendo sido hipotecada e adquirida pela CIMA, que contraiu uma vultuosa dívida junto aos cofres municipais". **O Imparcial**, São Luís, 22 de novembro de 1997.

[15] "A ordem espacial da cidade é uma manifestação visível da divisão social e das relações de poder. Neste sentido o espaço é modelado pelo conflito". RUGGIERO, Vincenzo. **Movimento nella città. Gruppi in conflitto nella metropoli europea**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000. Citação p. 41-42.

[16] Sendo a propriedade uma relação social e não um dado objetivado, assume, ao longo da história, formas e conteúdos diferentes. Em relação à terra, para citar apenas um exemplo, pode-se consultar IANNI, Octavio. "Formas sociais da terra"; *in* **Ciência e Cultura**, 36(8); ago. 1984. Por isso, ao falar da propriedade torna-se necessário a adjetivação, ainda que esta, por si só, não seja suficiente para explicar a natureza do processo. A questão da propriedade capitalista como princípio ordenador e regulador das relações sociais será retomada em outro capítulo.

Enfrentaram e, em diferentes momentos, resistiram às ações violentas de milícias particulares arregimentadas pela construtora e às ordens de despejo do judiciário.[17]

Num curto espaço de tempo foram executadas duas ações de despejo. Nas duas oportunidades, após um recuo inicial, os sem-teto voltaram a ocupar a área. Os relatos de moradores de Canudos na época presentes no acampamento retratam o clima de tensão e violência[18] que caracterizou aquela fase: *Houve muita confusão, muito enfrentamento diretamente com a polícia e com os jagunços. Houve várias derrubadas dos casebres que estavam sendo construídos; umas quatro ou cinco derrubadas aconteceram na área. Alguns companheiros foram presos e espancados e houve também o assassinato de uma pessoa* [Apolônia – Canudos].[19]

A intervenção do Estado na mediação do conflito entre o "suposto" dono da terra e os sem teto, representa, na verdade, o caminho institucional de recondução do problema para o espaço da "ordem jurídica", mobilizando inclusive a força para a sua manutenção. Com isso, o Estado deixa de ser mediador para assumir a função de regulador e reprodutor da ordem instituída. Assim sendo, controla o campo do conflito e impede que as questões que o configuram adquiram um caráter

[17] "**Invasores resistem ao despejo**. Quatro pessoas foram presas na manhã de ontem, durante operação de reintegração de posse de dois terrenos pertencentes à Construtora Cima, que foram ocupados há alguns meses por cerca de 1.800 famílias. Há pouco mais de um mês, essas mesmas famílias tinham sido retiradas, segundo o oficial de justiça, (...), que reiterou ser da Construtora Cima o terreno em questão. (...) Estiveram no local um caminhão de homens contratados pela Cima e um ônibus com 50 policiais do Batalhão de Choque da Polícia militar fortemente armados. Houve muita violência (...) uso de gás, cachorros (...), demonstração de força e prepotência". **O Imparcial**, São Luís, 22 de novembro de 1997.

[18] Merece reparo um dado que a pesquisa qualitativa – depoimentos, entrevistas, anotações de campo – registrou. A violência praticada pelos poderes públicos, representados pelas forças da ordem e pelas milícias particulares arregimentadas pela construtora marcou profundamente a vida dos acampados, sobretudo das mulheres. Como e em que medida a violência influencia e, de certa forma, determina as relações de sociabilidade das vítimas é uma questão aberta que mereceria ser investigada. Para efeito de ilustração reportamos parte do depoimento de duas moradoras de Canudos: *Eu tenho bem viva na mente a lembrança do dia em que o batalhão da polícia foi para lá, para o acampamento. Eram muitos homens armados e tinham até cachorros. O pessoal começou a correr por tudo que era canto tentando arrumar as coisas com medo de perder tudo. Aqueles homens avançavam pelo chão e por cima tinha um helicóptero. As crianças choravam, muitas mulheres gritavam desesperadas. Era durante o dia e muitos não estavam no acampamento porque tinham que trabalhar. Por isso havia mais crianças e mulheres. Foi uma confusão, um desespero, uma correria que não sai da minha cabeça* [Maria José – Canudos]. E ainda: *Uma prima minha que veio lá do interio tem dois filhos e não tem casa, estava comigo no acampamento. Depois que teve o primeiro despejo e nós decidimos retornar à área, ela disse que não iria mais porque estava com medo. Aí ela foi embora. Mais tarde, quando veio outra vez o pelotão da polícia, queimaram o barracão com as nossas coisas dentro. Não deu tempo nem de tirar as redes. Naquela confusão toda, minha filha acabou se queimando. Até hoje ela está com a marca. Aí meu marido pediu para eu também deixar o acampamento que ele ficaria para segurar um terreno, porque nós precisávamos de um cantinho para morar* [Isaura - Canudos].

[19] A imprensa de São Luís acompanhou e registrou, a seu modo, os desdobramentos do conflito. Reportamos algumas manchetes: *Invasões sem controle. PM destaca um efetivo de 90 soldados para retirar os invasores de duas áreas em São Luís*: **O Imparcial**, São Luís,16.10.1997. *Sem-teto cumprem promessa. Canudos volta a ser ocupada um dia após o despejo*: **O Debate**, São Luís, 17.10.1997. *Justiça determina saída de invasores. Polícia Militar garante desocupação da área, cumprindo a reintegração de posse em favor da construtora Cima*: **O Estado do Maranhão**, São Luis, 16.11.1997. *Novo despejo em Canudos. PM derruba barracão dos sem-teto que ainda resistiam*: **O Debate**, São Luís, 22.11.1997. *Clima tenso em Canudos. Sem-teto reagem à derrubada interditando avenida*: **O Debate**, São Luís, 28.11.1997. *Madrugada sangrenta na véspera do Natal em São Luís. Jagunços matam sem-teto na invasão Canudos*: **Jornal Pequeno**, São Luís, 25.12.1997. *Invasor morto a tiros na área ocupada*: **O Estado do Maranhão**, São Luís, 25.12.1997. *Jagunços matam sem-teto e deixam outro baleado*: **Jornal Pequeno**, São Luís, 25.12.1997.

político. Enquanto o movimento dos sem-teto[20] tenta redefinir o conflito alargando-o, o que representaria a ampliação do espaço público, o Estado o restringe e mantém preso aos princípios que regulam a ordem privada. Desta maneira, age como ator social e político que reproduz a ordem privada e impede o alargamento dos espaços públicos e a transformação em sujeitos políticos dos membros que constituem a base dos movimentos sociais.

As pressões, que se traduziram em repetidos enfrentamentos com as forças da ordem e milícias particulares, despejos, derrubadas dos casebres e barracões, ocupações de avenidas, prisões e até o assassinato de um integrante do movimento, produziram um duplo efeito entre os membros do movimento: de um lado provocaram a desistência de alguns e, do outro, a radicalização do restante. A expressão "radicalização" é aqui entendida como a retomada da posição originária e a firme decisão de não abrir mão da mobilização enquanto não fosse encontrada uma solução plausível para o problema da moradia. Deste modo, a debilitação do movimento decorrente do abandono de alguns era compensada pela maior unidade dos que permaneciam. Para estes últimos, o problema das desistências ficava em segundo plano, uma vez que outras pessoas e famílias iam se juntando ao grupo. Contudo, a mobilidade das pessoas tornava mais problemático o processo de construção da unidade e identidade do movimento. Com efeito, eram as condições materiais – falta de moradia – associadas à impossibilidade de conseguir "casa própria" pelo caminho instituído, isto é, mediante a compra, que deslocavam e agrupavam os sem-teto. Estas condições, porém, eram insuficientes para dar ao grupo coesão social e unidade política. Com efeito, estas características não são simples decorrências de condições materiais, mas são partes constitutivas e determinantes dos processos sociais.

Conseqüentemente, as medidas jurídico-institucionais e a mobilidade dos acampados contribuíram para redefinir a natureza do movimento, obrigado a mudar suas posições e estratégias de ação. O deslocamento das mobilizações do acampamento para as avenidas, as praças e os prédios públicos expressou essa mutação. Com isso, o acampamento deixou de ser um lugar geográfico para se tornar um problema social. Para que isso pudesse acontecer, foi necessário romper as barreiras que relegavam o problema da moradia aos sem-teto e estes a espaços físicos determinados: os acampamentos. As mobilizações não podiam mais ficar restritas ao acampamento, aos sem-teto propriamente ditos, e os enfrentamentos não podiam contemplar ou envolver unicamente os poderes públicos e o judiciário. Era necessário levar o problema para o âmbito da sociedade e trabalhar no

[20] O mesmo vale para o movimento dos sem-terra.

sentido de propiciar a adesão de setores da população à causa dos sem-teto. A força do movimento não estaria mais contida na quantidade de seus membros, mas na qualidade e na potencialidade das questões propostas, capazes de mobilizar e articular outras forças sociais na perspectiva de um ordenamento social mais justo e equânime.

Portanto, apreendido enquanto processo social, o acampamento opera a metamorfose dos sem-teto, redefine e alarga o conflito e transforma o problema da moradia, antes circunscrito, de menor importância e de caráter administrativo, em questão social e política.

Como ressaltado, ao deslocar seu campo de ação para outra esfera, o movimento se redefine. Assim, mantendo sua unidade a partir do espaço físico e social do acampamento, os sem-teto levaram o problema para as ruas e praças da cidade. Foram, assim, envolvendo organismos, entidades e outros movimentos da sociedade. O deslocamento do acampamento, ainda que de forma pontual, para os locais das repartições municipais e estaduais, obrigava os poderes públicos a se posicionar. Para que a dimensão política do problema fosse incorporada à maneira de lidar com o conflito, os sem-teto deviam necessariamente enfrentar o Estado, que era quem bloqueava essa possibilidade.

As constantes mobilizações, o apoio crescente de setores da população, as questões ocupando espaço nos meios de comunicação e sendo objeto de debates em diferentes instâncias da sociedade, entre outros fatores, obrigaram o Estado, através de seus representantes municipais, a intervir.

Por sua posição e função dentro da estrutura social brasileira, pode-se trabalhar com a hipótese de que a intervenção do Estado, nesta como em outras circunstâncias, não visa a ampliação da discussão social e política do problema, mas, pelo contrário, sua recondução à ordem inicial, ameaçada pelos desdobramentos das mobilizações dos sem-teto. Nesta perspectiva, o assentamento cumpre a função de aliviar tensões sem precisar modificar a estrutura social. Sua função não é mediar conflitos, mas deslocar tensões e contradições.

A União, então, transferiu para o município uma área de 32 hectares, parte da reserva do Itapiracó, para que fosse criado o projeto de assentamento Canudos e Terra Livre. Como a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA entrou com uma ação judicial sustando as obras que deviam ser realizadas na área, as possibilidades dos sem-teto serem assentados ficaram bloqueadas. Transferiram, então, o acampamento para a beira da área com o intuito de: a) manter os sem-teto mobilizados e, de certa forma, unidos; b) manter o controle sobre a área e; c) continuar exercendo pressão sobre os poderes públicos. Numa audiência pública promovida pela Procuradoria Geral, os sem-teto se fizeram presentes em grande número e denunciaram *o descaso dos poderes públicos para*

com as graves questões que envolviam os setores pobres e desprotegidos da população [Eduardo – Canudos]. Apontaram também fatos que mostravam a maneira desigual de agir dos poderes públicos, dependendo dos grupos sociais que estavam em questão.[21]

Mais do que expressar divergentes concepções quanto à lógica de atuação do Estado, os desentendimentos entre diferentes instâncias governamentais no trato das políticas públicas explicitam as tensões pela disputa do poder existentes entre setores da classe dominante.

Além do enfrentamento jurídico, a necessidade de redefinir a maneira como a estrutura social e política operava no sentido de reproduzir em forma negativa – eram considerados pobres e perigosos - qualquer tentativa de organização e mobilização de setores das classes populares, obrigou os sem-teto a repensar o caráter de suas lutas e a criar novas estratégias de relacionamento com a população, particularmente os moradores das áreas próximas ao acampamento antes e ao assentamento mais tarde. Se, de um lado, os poderes instituídos focalizavam a questão da propriedade como princípio que fundava e regulava a ordem social, e era a partir dela que os movimentos populares eram descaracterizados, do outro, era necessário transformar o problema da moradia de tal maneira que ganhasse o consenso de outros setores da população e, com essa nova força política, provocasse a redefinição da ordem instituída. Esse processo expressava o movimento de forças sociais que se propunham alargar e redefinir a ordem dominante. Também podia ser caracterizado como uma tentativa de redefinir a legalidade a partir da legitimidade. Com efeito, nem tudo que é legal é necessariamente legítimo.

Tanto na fase do acampamento como durante o processo de assentamento, os sem-teto foram percebendo que as mobilizações, em vista de sua integração física e social, não enfrentavam apenas um adversário personalizado nas imobiliárias, ainda que estas estivessem articuladas com setores das classes dominantes e contassem com a anuência serviçal de frações dos poderes públicos. Na realidade, parcelas de moradores dos bairros próximos ao acampamento e ao assentamento tinham se articulado e mobilizado no sentido de impedir que *pobres e favelados* ficassem ao lado de *pessoas de bem.* O impacto que aquelas mobilizações exerceram sobre os sem-teto talvez tenha sido maior do que as próprias ações de despejo.[22] De certa forma, enquanto estas eram esperadas e tinham por trás

[21] *A grande questão da audiência foi que na época estavam acontecendo várias coisas que mostravam a posição contraditória da Secretaria de Meio Ambiente. Ela só tinha olho para a questão do assentamento e não olhava para outras coisas que estavam acontecendo na cidade como a destruição do mangue lá no bairro de São Francisco. Nós juntamos este e outros casos e colocamos lá. Foi de grande importância para a gente*. Trecho do depoimento de um morador de Canudos que fazia parte da direção do movimento na época do acampamento.

[22] Como será discutido em outro capítulo, estas relações terão um peso relevante na construção do sentido atribuído à "pobreza" e sua associação com a "humilhação" e o "sofrimento".

grupos e interesses poderosos, aquelas não tinham sido previstas e tinham por base grupos sociais mais próximos, pessoas que, quiçá, um dia tivessem vivenciado a condição de sem-teto. Deparavam não com um concorrente, mas com uma estrutura social adversa. Num primeiro momento, as bases do movimento ficaram como que desnorteadas, com dificuldade de se reorganizar, pensar e viabilizar qualquer tipo de intervenção que não provocasse um isolamento ainda maior do conjunto das forças sociais que, em teoria, podia se solidarizar com as questões postas. O resultado imediato foi o enfraquecimento do movimento. Neste caso o enfraquecimento não decorreu da desistência de parte de seus membros, mas das tensões que caracterizaram seu relacionamento com outros grupos e classes sociais. Desta maneira, quando os sem-teto foram obrigados a se retirar da área do acampamento, alguns membros do movimento atribuíram a derrota à falta de apoio de setores da sociedade.[23] Como salientado, por ocasião do assentamento o problema reapareceu, associado então a uma interpretação política já mais elaborada[24].

Diante deste quadro, as bases do movimento perceberam que a luta por moradia contemplava também um trabalho de transformação das desigualdades que permeavam e caracterizavam as relações entre pessoas, grupos e classes sociais. Tais desigualdades se traduziam também na divisão espacial e na separação física entre os vários bairros da cidade. A conquista, ou melhor, a construção do espaço da vida exigia uma redefinição da estrutura social, da sociabilidade. Desta forma, a luta por um teto tornava-se uma questão social que envolvia a todos e requeria uma redefinição da sociabilidade. O movimento devia, então, transformar o motivo de sua mobilização numa questão que pudesse contar com o apoio e a solidariedade de outros grupos sociais. Já não era apenas uma ação para conquistar um lote, mas também para conquistar a sociedade, ou parcelas dela, para construir laços de unidade, de sociabilidade. Neste sentido os sem-teto criaram comissões que estabeleceram contato com grupos, organismos e entidades existentes nos bairros: associações de moradores, sindicatos, clubes de mães, pastorais, entre outros. O intercâmbio e a discussão em conjunto dos

[23] *Outra coisa que também contribuiu para a gente não permanecer lá na área foi a falta de apoio da própria comunidade. Por se tratar de uma área nobre, o pessoal não queria que a gente ficasse lá porque achavam que ia se tornar uma favela, ia gerar confusão, ia ter roubo, ia crescer a marginalidade lá naquela região. Claro que eles não queriam porque a gente é pobre, é favelado, como eles dizem* [Márcio – Canudos]

[24] *Porque é o tipo da coisa que acontece com o MST (...) A televisão e a mídia no geral tentam criar uma imagem do movimento que não existe, que não é a realidade. A mídia pega uma coisa que não é a realidade do movimento e trabalha de uma maneira tal que tenta jogar a opinião pública contra a gente. Da mesma forma que fizeram no Maranhão Novo, tentaram fazer no Parque Vitória. Tentaram jogar o pessoal do Parque Vitória contra a gente usando essa questão: "Olha, quem vai morar aí é só favelado. Depois que vier, vai aumentar o número de roubo, vai aumentar um monte de coisa ruim aqui, a violência vai aumentar". Então ficam fazendo esse terror todo para jogar as pessoas contra a gente. Lá no Parque Vitória também fizeram um abaixo-assinado para tirar a gente* [Continuação do depoimento anterior].

problemas provariam que não se tratava de "um bando de desordeiros", preguiçosos e perigosos.[25] Assim como os próprios moradores dos bairros, estavam mobilizados com o intuito de conseguir condições de vida digna.

É nesta passagem que as condições de vida adquirem um caráter social e ganham um *status* de direito, ainda que não explicitado pelos sem-teto. Suas estratégias não ficam restritas ao nível jurídico e se tornam um momento fundamental de configuração do movimento e da própria questão social.

No decorrer do processo vivenciaram e experimentaram também gestos de apoio e ações de solidariedade de pessoas, grupos, associações, sindicatos, organizações, movimentos e comunidades de origens e lugares diferentes.[26]

b) Itacira – Nova Conquista

Nova Conquista é um dos cinco núcleos[27] que constituem o PA – Projeto de Assentamento Açaí, localizado no Município de Açailândia, Maranhão. Distante aproximadamente 40 quilômetros da sede do município, na margem esquerda da rodovia que dá acesso à cidade de Rondon no Pará, é

[25] *Quando chegamos aqui muitos não gostavam da gente. Antes que os terrenos fossem liberados, fizemos um barracão aí na beira da estrada e ficamos vigiando para ninguém tomar a área. Quase todos os que passavam pela avenida olhavam para o nosso barracão com cara feia, como se fôssemos pessoas que gostam de criar confusão, bagunça. Isso mudou um pouco. Pelo menos aí no Parque Vitória está mudando porque a gente está fazendo uns trabalhos com o pessoal de lá. O pessoal de lá, da união dos moradores, do centro comunitário e nós daqui estamos contribuindo para dar uma amenizada nesse conflito. Têm algumas mulheres daqui que trabalham nas casas aí do Parque Vitória. Inclusive tem gente que estava morando lá e agora está por aqui. A gente vai se misturando e eles estão vendo que não somos aquilo que eles pensavam da gente* [Maria José – Canudos].

[26] *Quando estávamos acampados lá no Maranhão Novo contamos com o apoio de várias pessoas que nos ajudavam e contribuíam com a nossa luta. Lembro que tinha pessoas que passavam lá e levavam roupa, comida. Às vezes nós mesmos íamos buscar comida nas casas dos vizinhos, nos restaurantes. O jeito era pedir e em muitos lugares éramos bem acolhidos. Pedíamos também às entidades que contribuíssem com a gente. Depois que viemos para cá ainda recebemos algumas ajudas* [Eduardo – Canudos]

[27] Os núcleos que, com Nova Conquista, formam o Projeto de Assentamento Açaí são: Conquista da Lagoa, Macaúba, Nova Vitória e Sudelândia. A previsão inicial do INCRA era assentar na área 479 famílias. Uma vez que sete famílias já moravam na região, o assentamento propriamente dito contemplaria 472 famílias que constavam do cadastramento realizado no acampamento dos sem-terra de Itacira, antiga fazenda Criminosa. Fonte: INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional no Estado do Maranhão – SR(12), Divisão de Suporte Operacional, Relação dos Projetos de Assentamento Criados; mimeo: s/data.

formado por uma vila, onde os assentados residem, e pelos lotes rurais em sua volta. A proposta inicial previa o assentamento de 166 famílias.[28]

Sua existência, assim como a de outros assentamentos, resultou de mobilizações de sem-terra cujas ações concorreram e continuam contribuindo na redefinição da questão fundiária e da questão agrária, bem como das relações sociais e políticas que constituem e regulam os arranjos institucionais e de classe no Brasil.

No dia 26 de março de 1996, um grupo de 150 famílias de sem-terra ocupou a fazenda Califórnia[29], localizada na margem da rodovia Belém – Brasília, entre as cidades de Açailândia e Imperatriz, no município de Açailândia. A ação tinha sido planejada durante muito tempo. Os sem-terra tinham inclusive recolhido informações relativas à condição física e jurídico-financeira da fazenda. Sabiam, portanto, que as terras se encontravam em situação de semi-abandono e que seus proprietários estavam em situação irregular por não terem executado serviços acordados em contratos de financiamento. Na concepção dos membros do movimento, estas razões conferiam legitimidade à ação de ocupação. Apesar disso, tinham consciência de que iriam enfrentar a ordem legal.[30]

Retomando os tradicionais princípios da propriedade e da ordem a mídia, expressão dos interesses dominantes, não tardou a se manifestar. O objetivo era chamar à responsabilidade os poderes públicos a fim de que restabelecessem a unidade e harmonia social conturbada pela ação de movimentos que não respeitavam a lei – ordem social fundada na legalidade. Desqualificar o adversário é uma forma de negar a legitimidade de seu ponto de vista e a pertinência das questões por ele propostas. Assim, as reiteradas tentativas empreendidas por setores das classes dominantes para desarticular e desmoralizar publicamente o movimento dos sem-terra se fundam, essencialmente, no

[28] O projeto de Assentamento Açaí se inscreve no contexto das lutas sociais realizadas pelos movimentos sociais de base rural e, de maneira singular, pelo MST – Movimento dos Sem-Terra, e das respostas, em termos de políticas oficiais relativas à reforma agrária, planejadas e implementadas pelos Governos Federal e Estaduais. Um visão desta política desenvolvida no Maranhão contribui para a contextualização e compreensão de Nova Conquista. Somando os Projetos de responsabilidade do INCRA, Cédula da Terra, Iterma (Instituto de Terras do Maranhão), Projeto Casulo e Prefeitura Municipal / Colone / Ministério da Aeronáutica, eram 520 os Projetos de assentamentos rural no Maranhão no ano de 2002. Ocupavam uma área de 2.610.463,4336 hectares, possuíam uma capacidade de assentamento de 78.107 famílias, ao passo que o número de famílias cadastradas era de 70.216. Fonte: INCRA – SR(12) – Divisão de Suporte Operacional SR(12) O.

[29] Quando os sem-terra ocuparam a fazenda Califórnia, encontraram: a) pastagens que, às vezes, eram alugadas: b) uma serraria desativada; c) um gerente que tomava conta da fazenda e vivia da extração da madeira. Os donos não moravam no local.

[30] *Sabíamos em que terreno estávamos pisando e sabíamos também que mais tarde teria vindo a ordem de despejo. Para evitar enfrentamentos, então, fizemos a ocupação durante a noite. Lembro que entre nós havia muito medo e nervosismo* [José Antonio – Nova Conquista].

preceito da propriedade, princípio sobre o qual é instituída toda a ordem social moderna. Analisadas nesta perspectiva, as ocupações[31] desestabilizam não somente uma ou outra propriedade, mas o próprio princípio que funda a propriedade.[32] Trata-se, na realidade, de um artifício ideológico mediante o qual tentam esvaziar, senão negar, o caráter social e político do conflito. Portanto, se não há conflito estrutural, resulta que o pobre é responsável por sua pobreza e o sem-terra ou o sem-teto por sua condição. Constitui uma inversão que permite escamotear qualquer tentativa de análise dos processos e das estruturas sociais e induz a se fixar exclusivamente nos produtos. Desta forma, a vítima é responsabilizada pelos danos que sofre. Com efeito, a condição de sem terra resulta de um processo histórico de construção do latifúndio, de impedimentos jurídicos, econômicos e sociais que bloquearam toda possibilidade de acesso à terra aos antigos escravos, homens pobres livres e setores populares de um modo geral, de reiteradas expulsões de posseiros, arrendatários, meeiros e outros e da constante reprodução das desigualdades sociais e estruturais. Por causa disso, os sem-terra são um produto social. Sua existência não resulta de uma deliberação própria, mas de condições materiais, sociais e políticas originadas no processo de formação e estruturação da sociedade brasileira. Nesta perspectiva, o acesso à terra passa necessariamente pela redefinição destas estruturas e pela capacidade de colocar na agenda política novos princípios distributivos que rompam com a lógica da excludência. Como o movimento não existia antes das relações que o geraram, não pode ser responsabilizado pelo processo que lhe deu vida.

Pelo exposto, então, conclui-se que o movimento dos sem-terra é produto de conflitos, surge em situações de conflito, constrói sua identidade no enfrentamento e se redefine com o próprio conflito.

A imagem construída e veiculada pela mídia apresenta os sem-terra como um movimento constituído por bandos de desordeiros, avessos à sociabilidade, violentos e destruidores da propriedade alheia. Outra é a percepção e diferente a concepção construída a partir de uma análise interna do movimento. Os acampados, mais tarde assentados, construíam e regulavam suas relações orientados por valores que visavam a coesão e sociabilidade do grupo. Seus procedimentos e comportamentos pautavam-se em princípios éticos que produziam um profundo respeito para com os

[31] Enquanto os setores dominantes concebem as ações dos sem-terra como "invasões", estes mobilizam o conceito de "ocupação", repondo a questão da função social da terra.
[32] É discutível a idéia de que o movimento dos sem-terra estaria, com suas ações, minando o princípio da propriedade. De um modo geral as mobilizações objetivam a redistribuição das terras e o acesso à propriedade por parte de seus membros. Deste modo, são questionadas as formas de apropriação e reprodução da propriedade e não o princípio em si.

valores e normas que constituíam e regulavam a convivência social. Em seu universo, o princípio da dignidade de vida devia prevalecer sobre outros ordenamentos. Neste sentido, faziam questão de ressaltar que as ações de ocupação visavam a melhoria das condições de vida e que não pretendiam criar situações embaraçosas para outros.[33]

Despejados[34] três dias após a ocupação da fazenda com base numa ordem judicial executada pela polícia militar, os sem-terra acamparam à beira da Belém-Brasília, nas terras de um assentamento próximo.[35]

Durante os meses em que ficaram acampados, outras famílias procedentes de municípios próximos e regiões longínquas foram se juntando ao grupo. Em pouco tempo o acampamento cresceu e ganhou maior visibilidade, uma vez que estava localizado à beira de uma rodovia federal. O cadastramento realizado pelo INCRA em fins de maio e início de junho de 1996 contabilizou 572 famílias. Levando em consideração que a Fazenda Califórnia, em caso de desapropriação, possibilitaria o assentamento de 186 famílias, o movimento viu-se na incumbência de ampliar seu raio de ação. Deste modo, articulado e assessorado pelo MST[36], incluiu em suas reivindicações outra área localizada nas proximidades da fazenda e sem domínio particular: a Gleba Quatorze.

---

[33] *A nossa luta não era invadir a terra, era conquistar o pedaço de terra para gente trabalhar e poder plantar o que precisávamos para comer. Nós não partimos para a luta um contra o outro; nós partimos sobre a justiça. Nós queríamos uma terra que estava lá abandonada. Nós não podíamos ficar quietinhos vendo os nossos filhos passando fome e lá, bem ao lado, aquela terra toda que não era trabalhada. Também não queríamos confusão com o gerente e com outros capangas que os fazendeiros tinham colocado lá na área. A nossa luta era por terra; nós não queríamos confusão* [José Carlos - Nova conquista].
Na reconstituição dos fatos que precederam o assentamento foram entrevistadas somente pessoas que tinham participado das mobilizações da Fazenda Califórnia e do acampamento nas terras do assentamento Itacira.

[34] O despejo era previsto pelos próprios sem-terra como conseqüência do embate entre a legitimidade de sua ação e a legalidade da ordem.

[35] *Pedimos pros companheiros que apoiassem ou pelo menos agasalhassem a gente lá na estrada enquanto era resolvida a questão da Califórnia. Nós não tínhamos para onde ir e nem era nosso propósito voltar para trás. Então pedimos para eles lá que já eram assentados e tinham um espaço, para agasalhar todo mundo. Disseram que se quiséssemos ir para a vila tudo bem, se não quiséssemos podíamos escolher um lugar qualquer dentro da área deles. Aí a gente escolheu a beira da estrada, onde ficamos acampados durante os meses de abril e maio* [Raimundo Nonato – Nova Conquista].
É prática comum os movimentos dos sem-terra colocarem as bases de seus acampamentos em lugares estratégicos - beira da estrada, proximidades de grandes propriedades, assentamentos mais antigos, entre outros – e, enquanto aguardam a liberação de novas áreas para efeito de assentamento, viverem de trabalhos temporários nas fazendas próximas ou nas terras dos assentados e da ajuda e solidariedade de outros movimentos e setores organizados da sociedade.
Os sem-terra despejados da Fazenda Califórnia acamparam nas terras do assentamento Itacira, antiga fazenda Criminosa. O Projeto de Assentamento foi criado pela Portaria 082/95 em novembro de 1995, está localizado no Município de Imperatriz, tem uma extensão de 5.024 hectares e é constituído por 136 famílias assentadas.

[36] As relações entre a antiga liderança do assentamento Nova Conquista e o MST – Movimento dos Sem Terra, era de consideração, respeito e gratidão. *Aí nós devemos ser gratos ao MST que foi quem nos botou na batalha para poder conseguir isso. Aí conseguimos um pedaço dessa terra* [Ricardo – Nova Conquista]. E ainda: *Eu já morava aqui na região há mais de 20 anos e nunca tinha conseguido um pedaço de terra. Então eu dou graças a Deus, ao Movimento dos Sem-Terra e aos companheiros que enfrentaram a luta. Eu entrei na batalha junto com eles para poder conseguir um pedaço de terra* [Francisco – Nova Conquista].

Em termos cronológicos, o acampamento coincide com os acontecimentos de Eldorado do Carajás[37]. A convergência de acontecimentos e as cobranças de organismos nacionais e internacionais direcionadas aos poderes públicos também contribuíram para acelerar os trâmites de desapropriação da Fazenda Califórnia e de arrecadação de parte da Gleba Quatorze para fins de assentamento. Os assentados em Nova Conquista atribuíam parte do mérito de sua conquista aos *companheiros assassinados em Eldorado do Carajás*.[38]

Entretanto, medidas tomadas em contextos de pressão reforçam a idéia de que os assentamentos têm por fim, em última instância, aliviar tensões sociais. Admitida esta hipótese, torna-se difícil sustentar a outra, ou seja, que os assentamentos fazem parte de uma política que visa reordenar a sociedade com base em princípios de justiça distributiva em vista de uma maior igualdade social.[39]

Assim, no mês de junho daquele mesmo ano, as 572 famílias acampadas na beira da rodovia Belém – Brasília puderam deixar o acampamento e sair em direção àquele que se tornaria seu novo hábitat: o assentamento.[40] Não era apenas um deslocamento espacial. Iniciava um processo de redefinição de sua identidade; uma outra socialização estava em marcha.

Uma vez que o acampamento era único e no horizonte estavam destinos diferentes - a Fazenda Califórnia e os cinco núcleos do P.A. Açaí -, era necessário proceder à formação de grupos em conformidade com as possibilidades de assentamento de cada unidade. A constituição dos grupos e a

---

Contudo, a relação é também de "dependência", sobretudo quanto às questões de organização dos acampamentos e dos assentamentos. No movimento de construção do projeto, essas relações passarão por um processo de redefinição.

[37] Em 17 de abril de 1996, 19 *sem-terra* foram mortos e mais de 60 pessoas ficaram feridas durante a desobstrução feita por duas tropas da Polícia Militar da rodovia PA-150, bloqueada pelos camponeses, em Eldorado do Carajás. Esse acontecimento, que vinha se somando a outras chacinas, no campo e na cidade, expunha ao mundo a maneira como no Brasil era enfrentada a questão social e como eram tratadas as classes subalternas pelos poderes públicos quando, reivindicando o direito de acesso a bens sociais, questionavam e desafiavam a ordem dominante. Mais tarde, organizações camponesas de 67 países articuladas na Via Campesina decidiram transformar o dia 17 de abril em Dia Internacional da Luta Camponesa.

[38] *A nossa conquista maior foi por causa daquele massacre que teve em Eldorado. A morte daqueles companheiros parece que alimentou a nossa caminhada aqui. Então nós devemos agradecer a Deus, não porque perdemos companheiros, que Deus ponha o nome deles em bom lugar, mas por causa da nossa conquista* [José Antonio – Nova Conquista].

Foram vários os relatos que faziam referência ao massacre de Eldorado do Carajás para explicar a aceleração na criação dos projetos de assentamento.

[39] A questão será retomada e discutida em outro capítulo.

[40] Enquanto a Portaria de criação do Projeto de Assentamento Açaí (082/96) data de 26.9.96, portanto, na época subseqüente aos acontecimentos relatados, os acampados que tinham escolhido como destino a antiga Fazenda Califórnia tiveram que aguardar mais de um ano para que a Portaria (055/97) tornasse oficial o projeto (7.10.1997).

escolha dos núcleos de assentamento obedeceram ao critério da preferência individual / familiar.[41] Desta forma, entre os cadastrados ninguém foi obrigado a integrar determinado grupo ou assentamento contra a sua vontade. Um elemento que favoreceu a operacionalidade desse critério foi a abundância de terras disponíveis. Supõe-se que relações de parentesco, vizinhança e amizade tenham influenciado a composição dos grupos. Ao mesmo tempo, é possível inferir que constituíam valores de importância relativa uma vez que os constantes deslocamentos tinham provocado a dispersão dos núcleos tradicionais e, às vezes, das próprias unidades familiares e o acampamento tinha agregado pessoas oriundas dos mais diversos lugares.[42]

Ao eleger determinado grupo, portanto, os sem-terra também escolhiam o lugar de assentamento. Ou vice-versa, ao dar preferência ao lugar, constituíam o grupo de destino. Não havendo escassez de terra, não se colocava o problema distributivo.[43] Pelo contrário, a abundância permitia que novas famílias fossem integradas ao processo. Tratava-se, por conseguinte, de estabelecer alguns critérios básicos que regulassem sua incorporação, uma vez que não tinham participado das mobilizações.[44]

Além de pressionar para a liberação das áreas, os sem-terra tiveram que se mobilizar também para impedir que outros interesses prevalecessem. Por isso, quando souberam que as terras seriam finalmente disponibilizadas, organizaram dois grupos que, percorrendo caminhos diferentes, cercaram a área e instalaram postos de vigilância.[45]

---

[41] *Então, quem queria ficar na Califórnia ficava, quem queria vir para cá, para a região do trinta, vinha para cá, quem queria ir lá para Conquista da Lagoa ia para lá. E assim foi dividido nas cinco vilas. Não teve problema para essa divisão das vilas, das agrovilas. Um dizia, eu vou para lá, para a Lagoa; aí outro dizia que ia também e outro também e, daí a pouco, o grupo estava formado* [Zé Dalena – Nova Conquista]

[42] *Quando estávamos lá no acampamento nós fazíamos muita coisa juntos. Praticamente tudo era feito em conjunto, discutido no coletivo. Por isso, lá era todo mundo unido e existia muito companheirismo. Agora, de conhecer as pessoas eu conhecia muito pouco. Chegava gente de todo canto e não tinha como conhecer todo aquele mundão. A gente participava dos grupos e dava para conhecer um pouco das pessoas daquele grupo* [José Carlos – Nova Conquista].

[43] As áreas disponibilizadas contemplavam 658 lotes e as famílias cadastradas no acampamento eram 572.

[44] *Mais famílias que não estavam lá no berço da estrada, depois conseguiram um pedaço de terra que ia sobrando da quantidade de terra. A gente foi colocando pessoas que estavam lá fora e precisavam de um pedacinho de terra. Chegavam aqui e pediam. Alguns eram trabalhadores de fazendas como o Chico, a Dona Maria e o Raimundo. Outros estavam lá encostados na cidade, mas eles não eram da cidade. Estavam lá porque não tinham onde ficar. (...) Lembro que tinha também um grupinho de pessoas das fazendas daqui, da vizinhança, que queriam entrar para receber um pedaço de terra. Queriam porque diziam que as terras onde estavam eram da família, dos pais e eles queriam criar sua própria família e precisavam construir alguma coisa para si. Aí nós não deixamos porque eles já estavam em cima do que era deles* [Zé Dalena – Nova Conquista].

[45] *Eu vim na frente, com um grupo de vinte pessoas, porque tínhamos a informação que um pessoal ligado ao prefeito e aos fazendeiros estava querendo colocar pessoas de Imperatriz e de outras regiões, pessoas que não tinham sofrido nenhum problema no berço da estrada e não estavam nem se ligando para a caminhada. Nós viemos, um grupo de vinte pessoas, para esse lado daqui e outro grupo foi para o lado de lá. Fizemos uma barreira para que não entrasse ninguém* [José Carlos – Nova Conquista].

A base do movimento descobre aos poucos que as conquistas nunca estão definitivamente garantidas e as pressões, tensões e antagonismos reaparecem constantemente, em outros níveis e com outras características, ao longo do processo. Com efeito, são sempre múltiplos e díspares as relações e os projetos referidos à terra. Ao lado dos sem-terra há fazendeiros, especuladores, grupos empresariais, políticos, agentes administrativos, entre outros.[46]

Constituídos os grupos em conformidade com a capacidade de assentamento de cada núcleo, os acampados iniciaram a viagem que, como ressaltado, teria sido simultaneamente geográfica e social.

Ao chegar ao local de destino, os assentados de Nova Conquista levantaram um novo acampamento às margens da área de assentamento. Uma vez que os lotes ainda não tinham sido demarcados, de início trataram a terra como um bem coletivo. Assim, respeitando normas estabelecidas de comum acordo, cada família podia cultivar aquilo que precisasse para o sustento.[47] Enquanto isso, escolheram o lugar onde a vila seria construída. Organizaram-se, limparam a área e começaram a dividir os lotes de 20 por 30 metros. Feito isso, sortearam entre si os terrenos e cada família, de acordo com as próprias possibilidades, começou a construir a casa / barraco. Passaram a morar definitivamente na vila após terem ficado mais de um ano no acampamento. Somente dois anos mais tarde, isto é, em 1998, o INCRA construiu 154 casas de tijolos recobertas com telhas de barro.[48]

Inicialmente, o processo de construção do assentamento parecia conduzido pelos próprios moradores. Uma vez que tinham ficado vários meses acampados dentro do espaço físico de um assentamento e muitos já tinham trabalhado em outros projetos em condição de "encostados"[49] enquanto aguardavam a chance de serem assentados, sabiam que a estrutura do projeto devia

---

[46] Martins afirma que "terra e poder estão juntos na sociedade brasileira". MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"**. São Paulo: Hucitec, 1986. Citação p. 17. Do mesmo autor ver também: **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

[47] *Começamos tirando oito linhas de roça para cada um. Aquele que pudesse plantar oito plantava, o que podia botar só duas botava, o que podia botar quatro botava, só que não poderiam ultrapassar as oito enquanto não fossem divididos os lotes* [José Antonio – Nova Conquista].

[48] De acordo com os planos oficiais, todo projeto de assentamento devia dispor das seguintes estruturas básicas: a) um poço artesiano; b) casas residenciais feitas de tijolos; c) escola; d) posto de saúde; e) estrada de acesso; f) energia elétrica; g) casa de farinha; h) associações rural e urbana.
De acordo com os moradores, ficaram faltando 18 casas, uma vez que na vila viviam 172 famílias oficialmente cadastradas. Alegando que o plano contemplava a construção de 472 casas para o conjunto do PA Açaí e aquela meta tinha sido alcançada, o INCRA não atendeu às exigências dos assentados.

[49] Em Nova Conquista é chamado de "encostado" aquele que não foi contemplado com um lote e vive trabalhando nas terras dos assentados – são várias as relações de trabalho - enquanto aguarda a criação de novos assentamentos.

obedecer a um padrão estipulado pelo INCRA. Estava em causa a luta pela integração e não pela exclusão, por isso deviam evitar de se indispor com os órgãos públicos.

Deste modo, é possível dizer que o processo de construção de Nova Conquista se fundava e obedecia a dois princípios ordenadores: aquele oficial que configurava o espaço conforme a política de assentamento e aquele social, regulado pelo próprio movimento. Os dois processos articulados, ainda que embasados em concepções e princípios diferentes, constituíam um único movimento de ressocialização em andamento. Por isso, a análise da organização do movimento é importante para o estudo, uma vez que em suas várias dimensões explicita a configuração das relações sociais e permite definir as forças sociais e os interesses em jogo.

A hipótese aqui sugerida é a de que a maneira de ordenar e estruturar o espaço físico influencia e, de certa forma, determina o modo como os grupos sociais que nele vivem organizam sua vida. No caso estudado, a concentração dos assentados na vila, bem como a padronização das casas, expressa e antecipa o caráter do ordenamento social que, aos poucos, configurará o grupo social.[50]

Uma vez acomodados na vila[51], os assentados anteciparam-se àquelas que deviam ser as incumbências do INCRA, contrataram uma empresa de topografia e iniciaram a medição e divisão dos lotes.[52] Com o intuito de criar uma área coletiva, estipularam reduzir o tamanho dos lotes que caberiam a cada unidade familiar.[53] Recortados, então, os terrenos foram distribuídos entre as famílias cadastradas no acampamento. A divisão, portanto, obedeceu a critérios igualitários, tanto para o espaço urbano como para o rural.[54] Todavia, em relação às áreas rurais, além do tamanho existiam outros fatores de diferenciação difíceis de serem equacionados por critérios distributivos que salvaguardassem a igualdade de condições. Entre outros: a) distância entre a vila e o lote; b) a

[50] A importância do formato, da estrutura e do sentido da casa na configuração e reprodução das funções sociais relativas ao universo rural tradicional será retomada e discutida em outra parte do trabalho.

[51] *A questão da organização era como aquela que existia lá no acampamento. Quem fizesse bagunça e roubasse devia ser expulso. Várias coisas que aconteciam em termos de desorganização deviam ter suas penalidades. Não vou dizer que tudo estivesse funcionando como era no acampamento. Quando existia uma coisa que ultrapassava os limites, se juntavam as pessoas da diretoria, os grupos de famílias e resolviam chamar a pessoa responsável por aquela coisa, ou então eles mesmos encaminhavam para que a pessoa saísse fora. Nós expulsamos alguns por causa de bebida e outros porque eram maconheiros. Então essas pessoas nós expulsamos. Aqueles que vinham de fora, de outros lugares e ficavam aqui, trabalhando com alguém daqui, deviam também viver como nós vivíamos* [Raimundo – Nova Conquista].

[52] *Nós achamos uma firma em Imperatriz que mexia com topografia. Ela colocou o topógrafo e a gente pagava por cada lote. A gente pagava 50 reais ao agrimensor por cada lote cortado. Cada lote tem 520 metros por 800 metros. A gente entrava com a mão-de-obra da gente para cortar os variantes. Assim foi dividido. Até hoje o INCRA está respeitando a nossa divisão porque foi feita através da topografia e nós temos um memorial registrado pela firma. Nós tiramos uma base de oito e meio alqueires para cada lote, ficando o resto da área para a associação* [José Dalena – Nova Conquista].

[53] *Nos temos o lote individual de 8,5 alqueires e uma área coletiva que é de 1,5 alqueire por cada um. Dá uma média de 190 - 200 alqueires que está no coletivo* [José Dalena – Nova Conquista].

[54] *Todo mundo aqui ficou com um terreno de um tamanho só* [José Carlos – Nova Conquista].

localização do terreno: região mais úmida ou mais árida, planície ou morro; c) vias de acesso; d) transporte. Neste sentido, os procedimentos adotados – critérios distributivos – revelam o caráter do movimento nesta fase da construção da sociabilidade no assentamento.

> *Nós tínhamos dividido a turma em grupos: grupo um, trinta pessoas; grupo dois, trinta pessoas; grupo três, trinta pessoas; e assim sucessivamente. Depois que os lotes estavam divididos, quinze lotes de um lado e quinze do outro, fazendo fundo com fundo ou frente com frente, fizemos trinta bilhetes e jogamos dentro duma caixinha. Cada um ia metendo a mão na caixa e tirava o seu bilhete enroladinho. Cada um que teve a sorte não pode se queixar porque a sorte dele de ficar mais longe ou mais perto da vila foi aquela mesmo. Uns ficaram mais longe, outros mais perto. Depois que cada um ficou com o seu, quem queria podia trocar com outro. Assim os que estavam mais longe hoje, às vezes, já estão mais perto porque foram trocando um com o outro.*
>
> [José Dalena – Nova Conquista]

Como em todos os processos sociais de longa duração, nem todos os atores estiveram permanentemente presentes em todos os momentos e atividades do movimento. E todos os processos resultam e reproduzem em outro nível tensões, conflitos, contradições e ambigüidades. Ao reconstituir a trajetória da conquista da terra, os assentados lamentam a desistência de colegas. Assim, um assentado relatava: *A gente vem nessa luta há muito tempo. De lá para cá muitos companheiros desistiram; outros entraram na vaga deles. Alguns companheiros se afastaram quando nós ocupamos a Fazenda Califórnia. Não saberia dizer se foi porque não concordavam ou por medo*.[55] *Outros companheiros abandonaram a luta quando estávamos lá no acampamento. Na época as dificuldades eram muitas e talvez tenham ido embora para outros lugares, nas fazendas ou na cidade, porque o sofrimento era grande. Mas todo dia chegavam pessoas novas e nós não arredamos o pé. Depois teve também vários companheiros que desistiram quando já estávamos aqui e tínhamos conseguido nosso pedaço de terra. É uma tristeza ver que dos doze que vieram comigo, apenas um terço ainda resiste*. *Bom teria sido se todos aqueles que sofriam lá no berço da estrada tivessem ficado todos juntos; mas têm companheiros que não têm paciência* [José Carlos – Nova Conquista]. E

[55] Em Nova Conquista encontramos vários moradores que tinham adquirido a terra e a casa na vila de assentados que tinham desistido. Entre os "compradores" alguns discordavam da forma como os sem-terra tinham conquistado a terra. Em suas falas reproduziam as idéias e interpretações veiculadas pela mídia, que caracterizava as mobilizações dos sem-terra como ações de "fora da lei". Estas concepções, agora presentes no interior do assentamento, tornavam mais complexas, tensas e ambíguas as relações que configuravam o processo de ressocialização.

outro emendava: *O que a gente mais sente é por uns companheiros que depois de estar aqui, já estar localizados, já ter o pão de cada dia para eles comer tirando o sustento da terra, eles pegam e passam para outras pessoas, vão para a rua e ficam na favela do mesmo jeito. Então isso ai é uma tristeza para a gente* [Antonio José – Nova Conquista]

As colocações já revelam e, ao mesmo tempo, apontam para as transformações do processo social. Mostram que a dinâmica de movimento do social redefine a compreensão e interpretação dos fenômenos históricos. Instaura-se um duplo movimento. Processos de caráter social são, então, apreendidos e explicados na ótica da vontade individual. Cabem, portanto, algumas indagações que evidenciam aspectos importantes da redefinição social dos assentados. Se o "ter" ou o "não ter" dependem da vontade individual, por que os sem-terra tiveram que recorrer à mobilização para conquistar a terra? Não podiam fazê-lo individualmente? Se a conquista da terra é um processo social, porque não o seria a perda – excludência - também? Qual o peso ou alcance da "vontade individual" quando, na realidade, o indivíduo se torna sujeito político a passa e existir em sua condição social enquanto grupo, movimento, classe? Como fica a questão dos direitos individuais diante destas contradições?

O espaço físico e social de Nova Conquista e, portanto, a ressocialização em curso passam a ser caracterizados por essas tensões, ambigüidades, duplicidades. O que é visto e interpretado como falta de vontade de quem teria desistido deve, na verdade, ser apreendido e compreendido dentro de um enfoque teórico que não esteja assentado no princípio da soberania da vontade individual, mas seja capaz de decifrar e caracterizar as dimensões essenciais do processo de socialização marcadas pela rearticulação e redefinição de espaços geográficos e grupos sociais à ordem dominante.

Com a divisão dos lotes na vila e na roça, o processo de socialização vai adquirindo outro caráter. Está em curso o processo de construção do assentamento Nova Conquista.

O urbano e o rural: similaridades e diferenciações

O conceito de "acampamento", utilizado para descrever mobilizações de sem-teto e de sem-terra, configura-se, desde o início, numa categoria interpretativa que visa realçar as similaridades

existentes entre os dois processos. Na realidade, os sem terra falam de "acampamento" e os sem-teto usam a expressão "área de ocupação". Constituem, como indicado pela narrativa dos acontecimentos, dois fenômenos que se desenvolvem em situações sociojurídicas distintas. Com efeito, enquanto o movimento dos sem-teto se constrói com base nas áreas de ocupação e, quando são despejados, restam-lhes duas alternativas, reconstruir a agregação no mesmo espaço físico ou dispersar-se, o movimento dos sem-terra acampa em pontos estratégicos, como beira de rodovias, entrada de fazendas ou outros assentamentos. Esta condição caracteriza o conflito e o próprio assentamento. Na realidade, para manter sua unidade o movimento urbano deve reproduzir a situação de "ilegalidade" jurídica[56] reocupando as áreas das quais o sem-teto foi despejado e, em decorrência disso, vive em permanente e crescente tensão, enquanto o movimento rural acampa em situação de aparente "legalidade jurídica", ainda que o problema social permaneça. Resulta, então, que para o movimento dos sem-teto não existe possibilidade de separação / distinção entre "área de ocupação" e área de "acampamento". Deste modo, os sem-terra despejados da Fazenda Califórnia se estabeleceram no assentamento Itacira. Recusaram o convite de levantar o acampamento na vila e ficaram na beira da estrada.[57] Pelo contrário, reorganizado na área de despejo o acampamento dos sem-teto torna-se o espaço da confrontação. As formas violentas que assume o conflito marcam a vida de seus membros. Mais tarde, as principais referências à época do acampamento priorizam os despejos, a violência sofrida, o pelotão da polícia e dos jagunços contratados pela construtora, a destruição dos barracos, as prisões de membros do movimento e a morte de um deles. O acampamento dos sem-terra é uma forma de agregar e chamar a atenção pública para o problema. Em geral não é um espaço de violência, sofrida nas ações de ocupação e despejo, e sim de organização, formação e planejamento. As recordações focalizarão a unidade e solidariedade do grupo.

Não obstante estas diferenciações, ambos trazem a denúncia da excludência que está em sua própria natureza.

Apesar das diversidades apontadas, é possível afirmar que a conjunção e articulação das relações, tensões e processos que produziram os acampamentos dos sem-teto e dos sem-terra são

[56] Barreira escreve: "É importante, nesse sentido, lembrar que a ocupação de terras, que é o ponto inicial do habitar na cidade, acontece em grande parte dos casos, na condição de não legalidade, o que torna inicialmente a relação com os órgãos públicos plena de desconfiança e medo. Acrescido a esse fato, o próprio beneficiamento de serviços de água, luz e saneamento é feito de modo precário pelos moradores, através de recursos próprios que, inclusive, burlam as regras de controle urbano de tais serviços". *In* NASCIMENTO, Elimar Pinheiro e BARREIRA, Irlys Alenar F. (org.). **Brasil urbano. Cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993. Citação p. 171.

[57] As razões alegadas foram essencialmente duas: a) a vila ficava afastada de pontos estratégicos, tornando mais difícil a pressão política; b) a permanência na vila podia criar a ilusão de uma convivência harmoniosa com os assentados e favorecer a acomodação do movimento. Como será aprofundado mais adiante, o acampamento e o assentamento resultam e expressam formas de socialização distintas.

essencialmente as mesmas. Com efeito, a investigação[58] mostra que as condições que geram os movimentos e as mobilizações por meio das quais estes se constituem são muito parecidas. Ou seja, não há separação e sim aproximação entre o movimento social rural e o urbano. E a aproximação não se limita às formas organizativas e às estratégias de encaminhamento das ações dos movimentos, mas contempla a natureza das mobilizações e o caráter das questões envolvidas. Em outras palavras, a proximidade: a) não é geográfica, uma vez que os processos se desenvolvem a aproximadamente 600 quilômetros de distância; b) não é fruto da vontade dos movimentos, pois nunca estabeleceram nenhum tipo de contato, e o conhecimento recíproco, caso exista, foi mediado pelos meios de comunicação; c) não assenta na identificação do bem reivindicado, uma vez que as bases materiais de produção de suas vidas são diferentes: mundo do trabalho e terra. Isto leva a trabalhar com a hipótese de que os movimentos sociais surgem, se desenvolvem e se transformam em consonância com o movimento da sociedade. As proximidades e similaridades percebidas entre diferentes movimentos sociais são, portanto, produto e expressão das transformações que redefinem a questão social. Ao mesmo tempo em que resultam do processo de redefinição do social, os movimentos sociais também são construtores da sociedade. Por isso, seu caráter deve ser buscado no interior da questão social e não a partir de sua radiografia interna. Estão integrados à unidade social como processos que explicitam e redefinem o campo do conflito. Importa lembrar que sua existência contém a denúncia de sua excludência. Neste sentido, o caráter da questão social, assim como dos movimentos sociais, está no processo que institui e redefine o conflito. Em outras palavras, a compreensão das questões sociais e dos próprios movimentos sociais depende da investigação relativa ao caráter dos conflitos sociais. Conseqüentemente, a hipótese ventilada é que os movimentos sociais tentam retirar os conflitos do campo do privado a que foram relegados pela ordem social dominante, torná-los públicos e, com isso, conferir-lhes um caráter social e político. É o que pode ser definido como processo de alargamento do campo do conflito que contribui para construir novos espaços públicos e, com isso, redefinir a sociabilidade. Neste sentido, os movimentos sociais têm um caráter instituinte.

Conclui-se, então, que os movimentos sociais são parte constitutiva da unidade social e devem ser apreendidos e investigados com base nos processos sociais e não enquanto unidades ou processos autônomos. Seu estudo exige uma interpretação da questão social fundada em novas bases que

[58] "... exercita-se o método comparativo, enquanto experimento mental ou ideal, por meio do qual a reflexão apreende continuidades e descontinuidades, recorrências e seqüências, integrações e rupturas; em geral expressas em relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, compreendendo sempre os contrapontos soberania e hegemonia, alienação e emancipação". IANNI, Octávio. "A sociologia e as questões sociais na perspectiva do século 21", *in* **IX Congresso Brasileiro de Sociologia**, Sociedade Brasileira de Sociologia, Porto Alegre, 30 de agosto a 3 de setembro, 1999; mimeo. Citação p. 12.

contemplem a redefinição e o alargamento dos conflitos e a ampliação dos espaços públicos que propiciam a socialização e politização das questões sociais. As questões sociais adquirem outro caráter.

Deste modo, é a disputa pela definição e alargamento do conflito que caracteriza o surgimento e desenvolvimento dos movimentos sociais investigados. É esta também a questão central nas interpretações e explicações do social.[59] Conclui-se, então, que os assentamentos e respectivos movimentos devem ser apreendidos e analisados no contexto das transformações que redefinem as relações coletivas, individuais e institucionais. Estas constituem processos sociais que desenraízam e enraízam em outros espaços físicos e sociais, desestruturam e reestruturam, destroem e reconstroem, excluem e incluem, enfim, minam os ordenamentos instituídos e abrem para novas composições. As novas configurações dependem das propostas em disputa e da correlação das forças proponentes. O conflito, então, é um espaço de disputa e é dele que surgem os movimentos sociais. Infere-se, por conseguinte, que os movimentos sociais são forças sociais que produzem a mudança, e não expressam desordem. Também não constituem fenômenos marginais e antiinstitucionais, expressão de disfunções do sistema.[60] Pelo contrário, ao retirar as questões da esfera privada para que sejam debatidas e equacionadas publicamente, revelam-se portadores de uma nova proposta de integração e emancipação. Por isso, na perspectiva da produção da mudança social, os movimentos sociais carecem de novas interpretações e formulações teóricas.

Alguns esclarecimentos teórico-metodológicos se fazem necessários, uma vez que o propósito é interpretar os acampamentos / movimentos em termos de similaridades e diferenciações.

a) Um primeiro ponto a ser destacado é que as similaridades e as diferenciações são relações sociais e estão articuladas no mesmo processo social de tal forma que não se negam. Por causa disso, ao acentuar ou privilegiar determinadas dimensões ou características do social, a

[59] A tentativa de compreender a natureza das mudanças funda as diferentes interpretações da sociedade brasileira. Fernandes coloca a questão nestes termos: "Quais são as características da mudança numa sociedade como a brasileira? Por que o controle da mudança é tão importante para o poder político das classes sociais dominantes?" E mais adiante explica: "Os processos de mudança são, com freqüência, fenômenos de poder, na evolução das sociedades. E o controle da mudança, por sua vez, quase sempre aparece como fenômeno político. (...) Nas condições peculiares da sociedade de classes dependente e subdesenvolvida, a mudança e o controle da mudança são, com maior razão, fenômenos especificamente políticos". FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 3ª edição. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. Citações p. 23 e 49.

[60] RUGGIERO,Vincenzo. **Movimento nella città. Gruppi in conflitto nella metropoli europea**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000. Referência à p. 56.

investigação não pretende menosprezar ou negar outras. Neste sentido, quando são apontadas as similaridades entre os movimentos sociais urbanos e rurais, não estão sendo encobertas ou suprimidas as especificidades, peculiaridades e diferenciações. Ao mesmo tempo, enfatizar as similaridades não induz a concluir que ocorram por igual em todos os movimentos sociais e em todos os lugares. Portanto, falar de similaridades e diferenciações de movimentos sociais é discorrer sobre similaridades e diferenciações de processos sociais. Com isso, o núcleo dos processos dos quais nascem e se desenvolvem as similaridades e as diferenciações não se encontra somente no interior dos movimentos e não depende unicamente da vontade política de seus membros. Todas as dimensões estão contidas no movimento do social para o qual contribuem determinações múltiplas e diferentes e do qual os movimentos são uma manifestação. Deste modo, similaridades e diferenciações não existem em universos ou movimentos diferentes; compõem e estão no mesmo processo. São expressões de tensões e conflitos mediante os quais os grupos, movimentos e classes se organizam e operam.

b) Outro aspecto a ser salientado é que tanto as similaridades como as diferenciações não constituem dados empíricos objetivados. São conceituações, interpretações teóricas que permitem decompor e reorganizar as relações sociais que compõem os acampamentos e imprimem movimento à sociedade. Em outras palavras, as similaridades e as diferenciações são construídas e não apreendidas a olho nu.

c) A comparação entre os acampamentos dos sem-teto e dos sem-terra permite decifrar as articulações, as tensões, os conflitos, as tendências, os arranjos de um mesmo processo social e não a constituição de realidades que se configuram e se movem de forma autônoma e independente. Com isso, a análise das relações de similaridades e diferenciações que configuram aqueles processos objetiva apreender e compreender o movimento do social, detectar seus traços constitutivos, os elementos que operam com maior intensidade e configuram tempos, espaços, grupos e povos a um movimento de socialização que é unitário. O concreto é unidade na diversidade.

Caso a reconstituição das mobilizações que resultaram nos acampamentos dos sem-teto de São Luís e dos sem-terra de Imperatriz ocultasse alguns dados relativos à localização e aos objetivos propostos e se fixasse na dinâmica dos acontecimentos, a narrativa permitiria a troca das posições

sem, com isso, alterar o conteúdo dos processos. Com efeito, as estratégias e formas de mobilização são muito próximas: agregação, ocupação, despejo, organização do acampamento, redefinição do problema em termos sociais, articulação com outros grupos, movimentos e organismos da sociedade e, finalmente, assentamento.

De início, seria possível sugerir que as proximidades resultam da presença ou "interferência" do Fórum da Moradia[61] e do MST[62] presentes nas mobilizações e que, de certa forma, contribuem para uni-las a outras ações similares em curso em outras áreas e regiões. Com efeito, articulados regional e nacionalmente, estes organismos possuem estruturas organizativas e estratégias de luta similares e, de certa forma, padronizadas. Em decorrência disso, as formas de mobilização voltadas para a conquista da casa e da terra, independentemente do lugar geográfico, acabam assumindo os mesmos traços: ocupação, acampamento, assentamento. Contudo, se de um lado há uma proximidade que se manifesta em termos organizativo e estratégico, do outro há também uma unidade processual que resulta das transformações ocorridas e que redefiniram a questão social. Em outras palavras, as similaridades e convergências estão nas condições sociais que geram os diferentes movimentos, na transformação de problemas locais e de grupos em questões sociais, nos processos sociais que transformam os atores envolvidos e seus movimentos em atores políticos.

No processo delineado, os movimentos sociais apontam para: a) a existência de grupos sociais e espaços físicos não integrados, ou seja, não institucionalizados - os acampamentos são evidências disso; b) a exigência de redefinir o conflito e alargar o espaço público e; c) a necessidade, ainda que não explicitada, de uma nova institucionalização.

Como o caráter das relações, das tensões, dos atores e das mobilizações está contido nas articulações, configurações e arranjos do social, as similaridades e as diferenciações devem ser buscadas no interior do processo de instituição e redefinição da sociedade e não na vontade dos

[61] O nome oficial do chamado Fórum da Moradia é, na verdade, Sociedade Maranhense em Defesa da Moradia. Trata-se de uma entidade civil sem fins lucrativos. Seu objetivo primordial consiste em apoiar as articulações dos movimentos de luta pela moradia, estimulando sua unificação e procurando fortalecer a conquista de uma política habitacional condizente com os direitos da população. A entidade é filiada ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM. A organização estadual é regida por uma coordenação composta de 18 membros e uma executiva de 7 membros. Os coordenadores regionais representam o Fórum nas instâncias municipais. Entre as atividades desenvolvidas destacam-se: a) capacitação e; b) assessoria jurídica. Fonte: Sociedade Maranhense em Defesa da Moradia.

[62] Para um estudo do Movimento dos Sem-Terra, entre outras obras, pode-se consultar: FERNANDES, Bernardo Monçano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999; **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000; **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. GOHN, Maria da Gloria. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997. ZANDER, Navarro. "Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária"; *in* **São Paulo em Perspectiva**, vol. 11, nº 2, São Paulo: Fundação SEADE, abr-jun de1997.

movimentos ou de seus coordenadores. Por isso, como indicado, pensar os movimentos sociais hoje requer uma nova definição do problema social.

A primeira característica similar entre os dois processos investigados está assentada nas condições sociais de seus membros. É possível dizer que o elemento que funda os acampamentos é a "carência" de um bem social: casa e terra. As origens dos acampados e assentados, urbanos e rurais, são muito parecidas. Os indicadores sociais permitem afirmar que pertencem às mesmas classes sociais. Diferenciações maiores resultarão do desenvolvimento dos assentamentos. Os acampamentos, assim como os assentamentos em fase inicial, expressam um grau maior de homogeneidade. Os dados coletados em Canudos e Nova Conquista[63] mostravam que 59,36% do assentados urbanos tinham nascido no interior do estado, em pequenos povoados ou na zona rural, e 64,96% dos que foram contemplados com um lote no projeto de assentamento rural, ainda que esporadicamente, tinham morado em povoados e cidades. Outro dado significativo: enquanto 69,23% dos assentados de Nova Conquista declararam ter sempre trabalhado a terra, apenas 5,98 já tinham sido proprietários. Dos que foram assentados em Canudos, uma pequena minoria, ou seja, 12,56% do total, declarou ter possuído casa própria em São Luís antes de residir naquele bairro. Por isso, quando surgiu o acampamento e, mais tarde, o assentamento, parcela significativa teria deixado o aluguel, 25,81%, e a casa de parentes ou amigos, 41,14%.

Características comuns, portanto, são: a) a mobilidade espacial; b) a condição material de sua produção socioeconômica: "não proprietários", de casa e de terra, e; c) os limites de sua reprodução social como trabalhadores beneficiários dos "recursos" colocados à disposição de parte da população. Desta base decorre a convergência dos processos ensejados. Com efeito, casa e terra representam: a) o lugar a partir do qual é possível construir a vida; b) a possibilidade de manutenção e reprodução, ainda que ilusórias, da unidade familiar e dos valores tradicionais e; c) o lócus a partir do qual o entorno ganha forma e sentido. Daí a importância da organização social dos acampamentos e assentamentos que configuram o espaço da vida.

As características apontadas mostram que os movimentos sociais não estão mais no campo da produção. Por isso, para decifrá-los é necessário construir novas categorias interpretativas. Nesta

[63] Torna-se necessário frisar que os dados mobilizados para as considerações aqui elaboradas são relativos a uma fase da pesquisa empírica realizada entre os meses de outubro de 2001e fevereiro de 2002. Não retratam, portanto, as condições dos assentados e as relações "lote ou casa e proprietário" na época da criação dos assentamentos. É preciso, então, levar em consideração que Canudos já tinha três e Nova Conquista cinco anos de existência e o levantamento não captou eventuais desistências e substituições ocorridas naquele período.

perspectiva, Martins afirma que a categoria "exclusão" não é apropriada para entender e explicar a nova questão social.[64]

A composição dos assentamentos com base na faixa etária dos responsáveis pelos domicílios contribui para traçar o perfil e caracterizar os acampamentos e assentamentos, bem como os próprios movimentos sociais. Em Canudos os responsáveis pelos domicílios eram assim distribuídos: 42,98% tinham entre 21 e 30 anos, 35,67% entre 31 e 40 anos e 11,99% entre 41 e 50 anos. Em Nova Conquista a situação era a seguinte: 18,80% tinham entre 21 e 30 anos, 29,06% entre 31 e 40 anos e 26,50% entre 41 e 50 anos.

Merece reparo o elevado número de jovens responsáveis por domicílios. No que diz respeito ao assentamento rural, ainda que os índices sejam inferiores àqueles registrados no assentamento urbano, concorrem para desfazer a idéia, de senso comum, de que os jovens estariam, indistintamente, deixando o campo e migrando para as cidades. No assentamento investigado existe uma parcela considerável de pessoas com idade entre 20 e 40 anos que são responsáveis pelos domicílios e "proprietários" dos lotes rurais.[65] Pode-se trabalhar com a hipótese de saturação das cidades, da transformação por que está passando o mundo do trabalho e da dificuldade de conseguir emprego, sobretudo por parte daqueles que possuem um baixo nível de escolaridade.[66] De todo modo, os dados permitem inferir que os movimentos sociais que deram origem aos acampamentos e assentamentos eram constituídos por parcelas significativas de jovens. Trata-se de um aspecto relevante, uma vez que contribui na caracterização dos movimentos sociais e reforça a tese da reprodução. As gerações mais jovens colocam as questões sociais e políticas em outros níveis, o que redefine os próprios movimentos.[67]

Ao mesmo tempo em que descortina uma base social comum, a composição dos acampamentos também revela diferenciações. Uma delas diz respeito à representação em termos de gênero. Com efeito, enquanto o acampamento dos sem-terra é constituído por uma maioria de homens, acompanhados, em muitos casos, pelas respectivas famílias, no movimento dos sem-teto é elevado o

[64] MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, Vozes, 2002.
[65] Enquanto o PA – Projeto de Assentamento não for emancipado, os assentados não são proprietários com plenos direitos – jurídicos – das terras.
[66] Os depoimentos dos assentados de Nova Conquista retomarão alguns destes aspectos.
[67] Os coordenadores e diretores dos organismos e instâncias de representação dos movimentos referidos são, em grande maioria, jovens. O que está em causa não é apenas uma questão de idade, mas sobretudo de compreensão dos processos e de estratégias de mobilização. As tensões aparecem também nas relações que estes movimentos estabelecem com os organismos de caráter mais tradicional e institucionalizado: sindicatos e partidos, entre outros.

número de mulheres.[68] Em Canudos 55,55% dos proprietários dos terrenos eram mulheres e representavam 36,96% do total dos responsáveis pelos domicílios. Situação bem diferente foi encontrada em Nova Conquista, onde as mulheres representavam 12,82% dos responsáveis pelos domicílios, índice que, *grosso modo*, correspondia às mulheres proprietárias dos lotes. Os dados do censo realizado no ano de 2000 apresentavam o seguinte quadro para o Maranhão: o total da população era composta por 50,23% de mulheres e 49,77 de homens. Daquele total, 59,53% viviam em áreas urbanas e 40,47% em áreas rurais. Do total da população residente em áreas urbanas, 51,91% eram mulheres e 48,09% eram homens. Do total da população residente em áreas rurais, 47,77% eram mulheres e 52,23% eram homens.[69] Quando comparados com a composição da população brasileira,[70] os dados permitem tecer algumas considerações, a saber: a) em termos de distribuição da população realizada a partir do critério de gênero, não há diferença entre o Maranhão e o Brasil; b) pelo que se refere à residência da população tendo como divisor a situação urbana e rural, as diferenças são expressivas, ainda que, ao longo dos anos, o Maranhão acompanhe a tendência geral. Desta forma, mais de 40% da população do estado ainda reside em áreas rurais, ao passo que a média para o Brasil não chega a 19%; c) é possível afirmar que o processo de urbanização em curso no Maranhão caminha de forma mais lenta do que em outras áreas do país. Isto leva a imaginar que as formas de organização social e política tradicionais, caracterizadas pelo patriarcalismo, estejam ainda operando de forma intensiva.[71] Entretanto, há em curso um progressivo esvaziamento das áreas rurais encabeçado principalmente pelas mulheres. Ainda que a percentagem da distribuição da população rural do Maranhão baseada no critério de gênero seja a mesma do Brasil, é necessário levar em consideração o expressivo contingente da população que ainda reside naquele espaço social. Desta forma, ganha relevância qualitativa e explicativa o fato de que a população é composta, em sua maioria, de mulheres, mas nas áreas rurais chega a representar quase 5% a menos do que os homens. Ainda que o dado em si não autorize nem permita suposições, em

[68] Não constitui traço exclusivo do movimento investigado. Com efeito, por ocasião da ocupação de um terreno da Volkswagen em São Bernardo do Campo, São Paulo, em julho de 2003, por parte de milhares de famílias de sem-teto, a mídia registrava: "Mulheres tomam a dianteira nas invasões. Mesmo sem apoio dos maridos, lideres ou simples participantes dos movimentos dizem buscar proteção para a família". Folha de São Paulo, 27.8.2003; p. C3.

[69] IBGE, Censo demográfico 2000.

[70] No ano de 2000, do total da população brasileira, 50,78% eram mulheres e 49,22% homens. Deste total, 81,25% residiam em áreas urbanas e 18,75% em áreas rurais. Do total da população que residia em áreas urbanas, 51,52% eram mulheres e 48,48% homens. Do total da população que residia em áreas rurais, 47,58% eram mulheres e 52,42% homens. Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000.

[71] "Nos estados do nordeste o tradicionalismo e o mandonismo estão muito mais fundidos social e politicamente". REIS, Elisa Pereira. "Modernização, cidadania e estratificação"; *in* BETHELL, Leslie (org.). **Brasil: fardo do passado, promessa do futuro. Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Citação p. 227.

tese pode-se trabalhar com a hipótese de que nas áreas rurais do Maranhão há em curso o mesmo processo de redefinição e reconfiguração dos grupos sociais que caracteriza as outras regiões do país, uma vez que as tendências são as mesmas. Desta maneira, a reconfiguração das relações sociais redefine o campo do conflito. Com isso, é possível conjeturar que o mundo rural do Maranhão está sendo redefinido também pela expressiva migração das mulheres em direção à cidade. Constituem fenômenos que questionam as formas de socialização e de dominação patriarcal que, em parte, ainda dominam aquele universo.[72] A cidade representa e expressa a possibilidade de maior abertura social, de horizontes plurais e menos rígidos, de processos emancipatórios assentados numa maior autonomia e independência. A ida para a cidade não deixa de representar o abandono da rígida dominação tradicional. Neste sentido, configura-se como um movimento em direção à emancipação, ainda que esta não se realize pelo simples deslocamento espacial.[73]

Outros fatores contribuem para explicar a expressiva presença de mulheres no acampamento dos sem-teto na cidade: a) a possibilidade de permanecer no acampamento durante o dia. Trata-se de um dado relativo, uma vez que, como será evidenciado pela análise do assentamento, muitas delas trabalham fora de casa; b) número relativamente grande de mulheres responsáveis pelo domicílio, com família e sem companheiro; c) resquícios de uma estrutura social machista que associa a casa à mulher, ao passo que ao homem é atribuída a tarefa de providenciar o sustento da família; d) maior autonomia das mulheres em relação às estruturas sociais tradicionais.

Outro aspecto que revela o caráter similar existente entre os dois acampamentos reside na natureza dos processos que visam uma nova institucionalização. Somente assim a inclusão é possível. Com efeito, as lutas pela inclusão que não contemplem a redefinição da ordem instituída podem reproduzir as desigualdades e a excludência em outros níveis. A unidade social deveria ser fundada na igualdade, eqüidade e inclusão e garantida por ordenamentos e estruturas jurídicas e políticas e não apenas pela força que grupos e movimentos eventualmente tenham de impor seus interesses. Se a característica da questão social no Brasil reside nas desigualdades e a excludência de setores populares é uma de suas marcas constitutivas, como produzir integração e equidade sem transformar a estrutura social? Neste sentido, a luta pela inclusão de determinados grupos sociais, que se expressa nas lutas pela distribuição de terras, participação e acesso a alguns benefícios, se não for

[72] "A igualdade entre homens e mulheres não pode ser alcançada através de estruturas institucionais que estão moldadas pela não igualdade". BECK, U. **Risk society. Towards a new modernity**. London: Sage, 1992. Citação p. 123.
[73] Constituem processos que contribuem para reforçar a tese de que o problema está na reprodução.

acompanhada de uma nova estrutura social e política que garanta as novas configurações, também não assegurará a operacionalidade da distribuição. Em outras palavras, o processo não é distributivo e sim societário, ou seja, de estrutura social e política. Assim, a luta pela participação não garante por si só uma estrutura participativa. Reis escreve: "não há garantia de que as novas formas de participação superarão o elitismo muito enraizado que caracteriza a sociedade brasileira. Os beneficiados pelos novos mecanismos de participação podem vir a ser os que já têm direito à cidadania, e portanto o fosso entre os que têm e os que nada têm pode aumentar. Ainda que mude a composição da elite, pode persistir a exclusão daqueles que estão no nível inferior da estrutura social".[74] Portanto, é a luta por uma nova institucionalização que gera similaridades entre os movimentos investigados, sobrepujando diferenças espaciais, culturais e de identidade.[75]

As similaridades podem ser percebidas também nos tipos de organização e nas mudanças relativas às formas de representação dos movimentos. No decorrer dos percursos investigados, surgem e se desenvolvem duas tendências de organização / representação dos movimentos: uma voltada para dentro e outra que assume a função de reguladora das relações com o mundo exterior. Constituem relações caracterizadas pela complementaridade e, ao mesmo tempo, pela ambigüidade. Visam recriar as tradicionais bases sociais e, simultaneamente, integrar as bases dos movimentos à nova ordem social. As primeiras ficam mais próximas dos problemas e das questões da forma como, de um modo geral, são percebidos pelos membros do movimento. As segundas surgem e se desenvolvem na perspectiva da integração ao universo social que está além do movimento propriamente dito. Seu caráter, portanto, depende mais dos ordenamentos sociais instituídos do que do movimento. Deste modo, os organismos de representação dos movimentos terminam estabelecendo relações permeadas de tensões. Assumem, de certa forma, uma posição ambígua, uma

[74] REIS, Elisa P. "Modernização, cidadania e estratificação"; *in* BETHELL, Leslie (org.). **Brasil: fardo do passado, promessa do futuro. Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Citação p. 230. Discorrendo sobre o tema da democracia, Weffort escreve: "A peculiaridade do 'sistema dual' é a de que, para os indivíduos que estão integrados, existem mecanismos efetivos de participação e influência, ao passo que para os que ficam de fora há um regime de coerção e, em casos extremos, de terror.(..) Evidentemente, entre os que estão dentro contam-se segmentos organizados de trabalhadores, assim como outros setores sociais e políticos que querem democratizar o sistema e eliminar a dualidade, universalizando suas características democráticas. Para os que ficam de fora, para os marginalizados que são muito pobres e incapazes de se organizar, resta apenas tornarem-se objeto de manipulação política - em outras palavras, são tratados não como cidadãos mas como 'clientes', na acepção romana do termo. E, quando necessário, o que ocorre com freqüência, são submetidos à repressão policial. Eles são livres para participar das eleições e, na realidade, a maioria o faz. Não são marginalizados por nenhum tipo de restrição institucional, mas pelas próprias condições sociais, políticas em que vivem e que os transformam em massas amorfas". WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Citação p. 23.

[75] ZALUAR, Alba. "Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 35, vol 12; fev. 1997.

vez que devem representar e expressar o movimento, cuja unidade está assentada em valores e princípios tradicionais, e seu horizonte visa a sociedade moderna, fundada sobre diferentes bases sociais e regulada por outros princípios.

Nesta perspectiva, além de contar com o apoio e a direção do Fórum da Moradia e do MST, os movimentos vão criando e desenvolvendo suas próprias formas de organização dos acampamentos. As organizações têm um duplo objetivo: a) articular a vida do acampamento com o intuito de construir e manter a unidade do movimento; b) organizar as atividades e promover os encaminhamentos necessários para que sejam alcançados os objetivos do movimento, ou seja, o assentamento. Com isso, as formas de organização assumem a condição e se tornam as instâncias de representação dos acampados nas esferas políticas e sociais. Os acampados, então, passam a ser mobilizados a partir das solicitações de seus organismos de representação. Como exposto, as mobilizações assumem a forma de ocupações, acampamentos, manifestações pelas ruas e praças públicas, reuniões, formação de grupos e divisão de tarefas, entre outras. Ao mesmo tempo em que expressam a excludência de seus membros, adquirem um caráter inclusivo. Com efeito, a denúncia da desigualdade contém em si a força – proposta – de um novo ordenamento social.

Na medida em que os movimentos se desenvolvem e geram suas próprias formas de organização e representação, criam certa tensão com os organismos de mediação que regulavam o processo inicial. Por outro lado, a institucionalização das formas internas de organização enfrentará, a médio prazo, a mesma relação de aproximação-distanciamento para com as bases sociais do movimento. Paulatinamente surgem e se desenvolvem visões diferentes dos processos sociais que, sendo unitários, articulam e, ao mesmo tempo, dividem. É a tensão que caracteriza a passagem das questões do cotidiano para a esfera da mediação política. De um modo geral, a direção / coordenação do movimento coloca as questões na perspectiva da unidade social e política do movimento, enquanto as bases se movem de acordo com as necessidades e as relações do cotidiano.

A reconstituição histórica dos acontecimentos que produzem os acampamentos permite afirmar que a institucionalização dos movimentos sociais produz um estreitamento das fronteiras do conflito, gerando novas tensões, agora não somente com o mundo exterior, mas internamente,[76] entre a direção do movimento e suas bases. Os movimentos se movem na ambigüidade entre a nova institucionalização, acentuando, portanto, seu caráter instituinte, e a conformação ao instituído. Na

[76] A separação entre mundo "interno" e "externo" constitui uma abstração que permite decifrar o processo. Na realidade, o processo é um só e contempla os dois mundos. Interno e externo constituem-se reciprocamente; um está no outro. Desta maneira, as novas tensões produzidas no interior do movimento não são senão uma extensão das desigualdades inerentes à ordem instituída. É o processo de institucionalização que está em curso.

passagem entre o acampamento e o assentamento, são criadas novas formas de representação que evidenciam esta ambigüidade. Em Canudos surge a Cooperativa Habitacional do Residencial Canudos – COHARCA e, em Nova Conquista, as associações rural e de moradores (vila). É outra a lógica que rege estes organismos. Criados na perspectiva de financiamentos públicos para a construção de casas e de projetos de produção agrícola, conduzem e regulam o processo de integração – desintegração. Desintegração da tradicional organização social e integração à sociedade moderna. Como ficará evidenciado pela análise do assentamento, a institucionalização que precede e antecede os processos sociais age sobre estes no sentido de formatá-los e regulá-los.

Como destacado anteriormente, os acampamentos ganham sentido quando interpretados pela ótica dos assentamentos. As leituras feitas pelos assentados de Canudos e Nova Conquista contribuem para acentuar as similaridades quanto ao sentido dos acampamentos. Com efeito, nos relatos dos assentados continuam vivas as recordações da época do acampamento. As narrativas contêm as dificuldades enfrentadas e revivem os momentos de sofrimento, mas acentuam sobretudo o "companheirismo", a unidade e solidariedade do grupo. Vistas a partir do assentamento, portanto, estas últimas características parecem pertencer a um mundo distante, o que mostra que a passagem não foi apenas uma viagem espacial, mas também social. Os assentados[77] não conseguem entender por que a unidade e a solidariedade já não operam no sentido de reproduzir a coesão que então parecia existir. A passagem expressa a maneira pela qual o conflito, alargado no acampamento, é institucionalizado no assentamento. A transição é conduzida e regulada pelo Estado, que atua estreitando os espaços públicos e reproduzindo a dependência dos setores populares. Deste modo, para os movimentos mencionados, o acesso à terra, a casa, financiamentos e outros benefícios depende da benevolência do Estado e não expressa a institucionalização dos direitos. São "políticas governamentais", e não "políticas públicas", que reproduzem o favor e não alteram a estrutura social, pelo contrário, a reproduzem.

A meio caminho entre o processo instituinte e o instituído, os sem-teto e os sem-terra sentem que são integrados a um processo de socialização que escapa de seu controle – os limites do conflito são estabelecidos pela ordem instituída – e, na ambigüidade, atribuem as dificuldades e desigualdades em curso à falta de operacionalidade dos princípios tradicionais, agora vivenciados como ausência, e à falta de vontade dos membros dos próprios movimentos que os teriam abandonado. Como será retomado e analisado em outro momento, os elementos constitutivos das novas configurações, ou

[77] O assentamento será o objeto de estudo do próximo capítulo.

seja, os princípios que fundam e regulam o processo de socialização em curso no assentamento – propriedade, competitividade e individualidade[78] - são percebidos com clareza e descritos com riqueza de detalhes pelos assentados. Falta-lhes, no entanto, a capacidade de interpretá-los e explicá-los como processos societários, uma vez que são atribuídos à vontade dos indivíduos. Ganha, então, caráter interpretativo a proposição de Ianni: "Quando o indivíduo perde suas coordenadas conhecidas, sedimentadas, institucionalizadas, o individualismo aparece como se fosse uma sofisticada elaboração ontológica e epistemológica, na qual se projeta muito da subjetividade do indivíduo. É como se o singular fugisse para dentro de si, precisamente quando os universais se alteram, recriam em outros níveis".[79]

As similaridades não se limitam às origens sociais dos acampados. Estão também nas formas e nos conteúdos dos acampamentos. O processo de formação do acampamento é, na realidade, o mesmo da construção do movimento. O acampamento e o movimento, como apontado, não se explicam por si e a análise não pode se debruçar sobre eles com o intuito de interpretá-los, a não ser na perspectiva das transformações do social. Neste sentido, a unidade e a identidade do acampamento não são apenas questões ou relações internas ao movimento. Com efeito, este se conforma e redefine, aos poucos, nas relações com os outros grupos, movimentos e classes que compõem a sociedade. É nesta dinâmica que os movimentos vão descobrindo a necessidade de construir uma unidade social mais ampla com base nas questões agendadas que constitui o processo de alargamento do conflito. Não basta mais contar com uma relativa unidade interna do movimento. É necessário construir a unidade em outro patamar e com outros setores da sociedade para que as questões ganhem força social e, deste modo, se transformem em questões políticas. Com propriedade, Touraine afirma que "a revolta, a luta, só se torna movimento social a partir do momento em que se transforma em apelo para uma luta geral e não particular".[80]

Determinado problema adquire caráter social quando coloca em discussão a sociedade como um todo. Por isso, todo problema social é, no fundo, um problema que diz respeito à estrutura da sociedade. Neste sentido, o problema dos sem-teto e dos sem-terra não diz respeito apenas aos sem-teto e aos sem-terra, pois sua existência expressa a forma como a sociedade se organiza e movimenta. Desta maneira, sem-teto e sem-terra são problemas sociais e não algo exclusivo a grupos ou

[78] Ianni lembra que "liberdade, igualdade, propriedade e contrato constituem a universalização abstrata por meio da qual se apagam as desigualdades e contradições". IANNI, Octavio. **Classe e Nação**. Petrópolis: Vozes, 1986. Citação p. 10.
[79] IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992. Citação p. 122.
[80] TOURAINE, Alain. **A sociedade pós-industrial**. Lisboa: Moraes Ed., 1969. Citação p. 111.

movimentos determinados. Ao serem colocadas nestes termos, as questões sociais ganham um caráter político, isto é, societário. E apontam necessariamente para uma redefinição da ordem social.

Como acentuado, as mobilizações que resultam nos acampamentos mostram que seu objetivo é a integração social de sem-teto e de sem-terra. Conseqüentemente, o sentido do acampamento está naquilo que deve propiciar e não em si mesmo. Portanto, não pode ser considerado a partir de suas manifestações, mas na perspectiva de sua razão de ser e de seus objetivos: a integração. Neste sentido, as mobilizações não têm caráter revolucionário, mas transformador. Deste modo, a luta pela integração é comum aos dois processos, ainda que percorra caminhos diferentes e os acampamentos apresentem características próprias. Constitui e regula a dinâmica do processo e revela sua natureza, suas condições e suas possibilidades. Com efeito, os movimentos estudados nascem de conflitos distributivos e se redefinem com os desdobramentos destes. Além disso, questionam as formas de apropriação dos bens sociais que instituem e regulam a ordem dominante. Neste horizonte, a casa e a terra não conseguirão alcançar os objetivos propostos, a integração, se os processos que geram os assentamentos não conseguirem reorganizar e reestruturar a sociedade sobre princípios e bases distributivos. Nesta dinâmica, se, num primeiro momento, eram a casa e a terra que fundavam e articulavam o movimento, mais tarde as mobilizações deverão ser reorientadas, incorporando outras dimensões do processo social, a fim de que aqueles bens possam continuar se desenvolvendo em termos de integração. Decorre que a integração de grupos e setores da população a determinada unidade social exige também a integração das múltiplas dimensões que constituem o social. Deste modo, as mobilizações em vista da casa e da terra ao longo do processo se transformarão em ações por financiamento, trabalho, mercado, educação, saúde, transporte, etc. E ao recolocar as questões em outros níveis distributivos, indiretamente os movimentos sociais mostram que a ordem instituída está fundada na expropriação e nas desigualdades que se traduzem em formas concretas de exclusão.

A lógica e a dinâmica dos processos reforçam a idéia conforme a qual os movimentos sociais têm em vista a coesão e unidade social e não a desordem ou a desintegração.

Resumindo, então, é possível afirmar que os processos de construção de Canudos e Nova Conquista são semelhantes não apenas quanto à seqüência e dinâmica dos acontecimentos, mas também quanto ao caráter das condições sociais dos movimentos, às formas de organização, às mobilizações e ao conteúdo das questões propostas. Ou seja, as similaridades estão nas razões das mobilizações, nas formas das mobilizações e nas propostas de redefinição da estrutura social.

Retomando as trajetórias históricas, pode-se dizer que as proximidades estão: a) nas condições sociais – sem-terra e sem-teto – que constituem a razão fundamental da mobilização; b) nas ocupações[81] como momento dos processos e estratégias para conferir unidade ao movimento, estabelecer seus elementos internos e dar-lhe um caráter social e político; c) nas relações com outros grupos e movimentos sociais marcadas pelas desigualdades da estrutura social. As desigualdades resultam da própria estrutura social e são, ao mesmo tempo condição de seu movimento; d) no enfrentamento da ordem jurídica – esfera que configura e regula a ordem social instituída; e) nos despejos que, entre outros aspectos, constituem formas mediante as quais a ordem tenta descaracterizar as propostas dos movimentos – os assentamentos devem ser realizados dentro da ordem e não podem se sobrepor a ela e querer redefini-la a partir de outros princípios; f) nas condições para a incorporação de novos membros ao movimento; g) na elaboração de cadastros para manter a unidade e o controle do grupo. Os cadastros terão uma função essencial na regulação da ordem de assentamento.

Similaridades poderão ser encontradas também nas fases subseqüentes do processo, ou seja, na construção do assentamento propriamente dito.

O caráter social do acampamento

Os acampamentos dos sem-teto e dos sem-terra assinalados e os movimentos que os constituem surgem de conflitos distributivos. Está em questão a casa e a terra, a cidade e o campo, isto é, o espaço físico e social a partir do qual construir com dignidade a vida. Está em causa, portanto, a questão social.

O conflito, no entanto, não é um ator social objetivado. Os movimentos sociais não se colocam fora, na frente ou em contraposição ao conflito. São parte constitutiva dele. Este deve necessariamente conter outras partes, isto é, outras forças que estão em oposição e, por isso, geram tensão. A rigor, o que está em causa não é o conflito, pois este só existe enquanto expressão de forças sociais em oposição. Neste sentido, pode-se dizer que o conflito é o espaço de confrontação e, ao

[81] De acordo com Monçano, a ocupação é a única forma de acesso à terra nesse país que jamais fez reforma agrária. E, apesar de todos os esforços do MST, ainda não se conseguiu mexer na estrutura fundiária do Brasil, extremamente concentrada. MONÇANO, Bernardo, em entrevista concedida a Marina Amaral, "O historiador do Movimento"; *in* **Caros Amigos**, n° 6, outubro 2000, p. 22.

mesmo tempo, é a própria contenda de forças antagônicas. Pode ser caracterizado como disputa pelo controle do espaço social. Configura-se, essencialmente, como defesa do instituído, de um lado, e movimento para uma nova institucionalização, do outro. De um ponto de vista histórico, resolve-se de diferentes maneiras. As clássicas são a revolucionária e a reformista.

Deste modo, se os movimentos dos sem-teto e sem-terra expressam forças que procuram uma nova institucionalização, quem é o oponente, ou seja, o ator social que garante a reprodução da ordem instituída? Em geral, as mobilizações dos sem-teto e dos sem-terra não são direcionadas às empresas imobiliárias ou ao latifúndio, a não ser de maneira abstrata e pontual. Não são estes os atores sociais com os quais os movimentos assinalados se defrontam, embora expressem ordenamentos a ser modificados para que suas demandas possam vigorar. Quem defende, garante e reproduz a ordem instituída é o Estado. Este, portanto, assume a condição de ator. Apresenta-se como mediador, para salvaguardar seu caráter imparcial, que lhe confere universalidade, mas na realidade age defendendo parcialmente os interesses. Desta maneira, cumpre uma dupla função: de um lado, garante a ordem instituída e, do outro, vê-se na obrigação de conceder alguma coisa às forças que se mobilizam em prol de uma nova institucionalização. Decorre disso também a ambigüidade que caracteriza a relação dos movimentos sociais para com o Estado. De um lado é considerado o adversário, o defensor dos interesses opostos e, do outro, é reconhecido como a instância que concede, distribui, regula, ordena. É para o Estado que são dirigidas as reivindicações dos movimentos sociais. Isso prova que estão presos à ordem instituída, mesmo que seus propósitos visem novos ordenamentos. E aqui também reside seu caráter reformador e não revolucionário.

Neste processo, o que aparece como dualidade do Estado – defender o instituído e, ao mesmo tempo, ceder às forças instituintes - na realidade se resolve em favor do instituído. E o que aparece como ambigüidade dos movimentos sociais – nova institucionalização e, simultaneamente, submissão à ordem instituída – se resolve enfraquecendo a força instituinte. A ressocialização, que inicia no acampamento e se aprofunda no assentamento, configura-se como um processo de recondução à ordem das forças que, propondo novos ordenamentos, operavam desestabilizando-a. Desta maneira, o processo instituinte dos movimentos sociais resolve-se na direção do instituído. Como apontado, não tinha um caráter revolucionário, mas transformador. Contudo, resolve-se dentro da ordem, enquanto transformações permitidas, controladas e reguladas. Por isso, a longo prazo as transformações tornam-se funcionais à ordem e distanciam-se das propostas inicialmente colocadas pelas mobilizações dos sem-teto e dos sem-terra. É a vitória do instituído sobre o instituinte operada pelo

Estado. É este, que controla, regula, concede, reprime, redireciona os processos de socialização. Desta maneira, as forças sociais são conformadas à ordem instituída.

No processo de configuração e transformação dos ordenamentos sociais, isto é, no enfrentamento do conflito, os movimentos se redefinem. Os envolvidos passam da condição de dispersos à de acampados e, em seguida, de assentados. Ainda que indiretamente, através de suas mobilizações parecem afirmar que o princípio distributivo deve fundar e regular as novas configurações sociais. Neste movimento, no entanto, o Estado impede que aquelas questões ganhem um caráter político. Os assentamentos, como será visto no próximo capítulo, constituem mecanismos de estreitamento do conflito, impedindo assim que as questões passem para outro nível, ou seja, ganhem um caráter societário e, com isso, ameacem a estrutura social instituída.

Por causa disso, a unidade e identidade dos movimentos vão se construindo e redefinindo na ambigüidade. Como assinalado, de um lado opera o desejo distributivo que aponta para uma nova sociabilidade e, do outro, a ação do Estado, que, através do processo de ressocialização, reconduz à ordem. Na perspectiva dos sem-teto e dos sem-terra, seria possível imaginar que uma vez alcançado o objetivo proposto, a casa e o lote rural, as mobilizações perderiam sua razão de ser e os grupos sociais estariam finalmente integrados à ordem social almejada. Entretanto, tanto as pessoas e os grupos como os bens materiais e culturais são relações sociais. Por causa disso, não existem apenas como dados materializados que tenham existência própria, mas como relações que devem ser permanentemente reproduzidas. A distribuição também não é um ato que se explica e se esgota em si. Enquanto relação social, a distribuição é uma maneira de conceber e organizar a sociedade. Neste sentido, perpassa todas as relações e ações que a constituem, que formatam a sociabilidade. Resulta, então, que a integração social, que constitui a razão da mobilização dos grupos estudados, não se esgota com a simples distribuição de terras, rurais ou urbanas. Este é apenas um momento de um processo que deve incorporar e articular todas as dimensões da vida social. A distribuição é uma dimensão constitutiva do processo de socialização e não um momento, um recorte. Como dimensão constitutiva, é também normativa, ou seja, tem caráter regulador das formações sociais possíveis. Como processo social, a distribuição de um bem abre caminhos e necessita incorporar outros bens e, dessa forma, regula e formata as relações entre pessoas e grupos sociais e configura a sociedade.

Nas mobilizações que configuram os acampamentos, compreendidos como processos sociais e não como dados objetivados, os movimentos dos sem-teto e dos sem-terra se redefinem. Deixam para trás suas condições anteriores, locais e corporativas, e paulatinamente adquirem dimensão social e caráter político. Nesta perspectiva, cooperam na redefinição da ordem social. A redefinição de qualquer configuração ou questão, mesmo de caráter local, exige a transformação das relações, processos e estruturas que constituem e regulam a ordem social. Assim, ao ganhar caráter social, os movimentos também se configuram como forças políticas que operam no sentido de reorganizar a sociedade. Com isso, os movimentos são portadores de novos ordenamentos sociais. Este processo de redefinição dos movimentos não se dá por uma simples evolução interna destes. Cooperam, de forma singular, as tensões e enfrentamentos para com outros grupos e setores da sociedade.

Efetivamente, nos processos de formação, configuração e redefinição da sociabilidade – ressocialização -, os grupos e movimentos contam com suas bases materiais e ideológicas, com interesses contrastantes e com condições históricas herdadas.[82] Neste sentido, deparam com uma estrutura social que, através do Estado, opera como força reprodutora dos ordenamentos instituídos. As desigualdades – físicas e sociais – que constituem a ordem dominante sofrem, ao longo do processo de reprodução, tentativas de naturalização. Na composição da sociedade entendida como uma totalidade organizada, portanto, cada pessoa, grupo, movimento ou coisa deve ocupar o lugar físico e cumprir a função social que lhe foi reservado – concepção positivista e funcionalista – para que haja unidade e harmonia social. Analisadas por este prisma, as mobilizações dos sem-teto e dos sem-terra que ocupam propriedades e apelam para a mudança dos ordenamentos sociais, não deixam de representar uma afronta à ordem social.

É nos momentos de tensão e de conflito, quando, de certa forma, as forças sociais estão encurraladas pelos adversários, que os fundamentos sobre os quais está construída a sociedade de classes aparecem de forma mais clara. O conflito opera no sentido de que desmascara e obriga as pessoas e os grupos a se posicionarem com base em suas forças materiais e culturais, mobilizando inclusive os preconceitos socialmente construídos e reproduzidos. Deste modo, a proposta de uma maior igualdade embutida na demanda de distribuição do espaço social, urbano ou rural, encontra

[82] "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada". MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. *In* MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**, vol. 1, p. 203-285. Citação p. 203.

resistências culturais não apenas entre as classes dominantes, mas também entre outros setores da população que, de um modo geral, estão mais integrados ao movimento da sociedade, ainda que de forma desigual. Os *limites* que separam as propriedades separam também os grupos, classes e espaços geográficos e sociais. Sua reprodução, portanto, é essencial para a manutenção daquele ordenamento social.

Os movimentos dos acampados se defrontam com esta rígida estrutura social e as formas preconceituosas pelas quais se manifesta e opera. Os sem-teto de São Luís vivenciaram esta tensão tanto no acampamento, Maranhão Novo, como no assentamento, ao lado do parque Vitória. Uma análise mais acurada mostra que existem diferentes níveis de integração e desigualdades entre os dois bairros. Contudo, os preconceitos em relação aos sem-teto e à possibilidade de estes se fixarem ao lado de grupos bem ou mal integrados provocam reações preconceituosas fundadas na mesma matriz ideológica. Tais preconceitos expressam e desvendam aspectos da estrutura social e operam no sentido de dificultar, senão impedir, aos setores subalternos de ascender socialmente e se integrarem ao convívio da cidade. Desta forma, numa sociedade caracterizada por processos de produção de desigualdades, estas últimas passam a operar reproduzindo grupos, movimentos, classes e espaços físicos e sociais desiguais.[83] Esta é a perspectiva dos poderes públicos quando, recorrendo à política de assentamento,[84] objetivam, na realidade, cercar grupos e classes sociais "perigosos". Neste sentido, os assentamentos cumprem a função de aliviar tensões e, desta maneira, contribuem para a reprodução da ordem dominante.

As relações de tensão que os acampados devem enfrentar por causa das reações de outros grupos e forças sociais, vizinhos ou distantes, colocam os movimentos diante do desafio de ter que

[83] O que Ruggiero atribui à estruturação da cidade vale, na realidade, para a sociedade. Afirma o autor: "A cidade, em qualidade de lugar de desigualdades, deve constantemente promover a convivência entre indivíduos desiguais. Assim devem ser procuradas e construídas formas de equilíbrio e estabilidade. O equilíbrio, que é alcançado graças a estratégias que tornam aceitáveis as iniqüidades, serve-se de três conceitos fundamentais: limitação, separação e cooptação. O primeiro componente refere-se ao espaço urbano, à ação, à renda e, mais em geral, às oportunidades. O segundo diz respeito à separação em termos, por exemplo, de etnicidade, sexo, estilo de vida. O terceiro fundamenta-se numa estratégia que visa a esvaziar as energias criadoras e os estilos de vida "outros" de cada potencial de mudança social". RUGGIERO, Vincenzo. **Movimento nella città. Gruppi in conflitto nella metropoli europea**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000. Citação p. 63.

[84] Souza afirma que no Brasil o acesso à habitação não se processa pela via do livre jogo do mercado ou das políticas públicas, mas às bordas do mercado formal. Desta forma, uma vez que o acesso "se processa enquanto uma transgressão às leis de mercado e às margens do quadro jurídico instituído, tais formas de acesso à moradia adquirem uma dimensão política, requerendo a intermediação do Estado". E, mais adiante, acrescenta que "as invasões acabam colocando em questão não apenas as relações contratuais entre proprietários e populações urbanas marginalizadas, mas as próprias relações entre estas e o Estado, enquanto garantidor do respeito à lei, principal responsável pela viabilização do acesso à moradia por parte da população excluída do mercado". SOUZA, Maria Ângela de Almeida, *in* NASCIMENTO, Elimar Pinheiro e BARREIRA, Irlys Alenar F. (org.). **Brasil urbano. Cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993. Citações p. 211 e 214.

(re)pensar sua unidade na perspectiva da construção da unidade social. Isto exige certo grau de consenso com outros grupos, movimentos e organizações sociais quanto aos princípios que fundam a sociabilidade e às formas de organização da sociedade. Por isso, o que está em causa não é apenas a unidade interna do movimento, mas também sua capacidade de articulação com a sociedade, no sentido de apresentar suas reivindicações e lutas como questões sociais. Nesta interação, ao se redefinir, o movimento redefine também as outras forças sociais. Com efeito, deve transformar os preconceitos étnicos, raciais e de classes, enraizados na cultura dos diferentes grupos sociais, em mobilizações que convirjam para a construção da unidade social em outros princípios e em outras bases. Neste sentido, as questões que fundam as mobilizações devem ser postas em termos sociais, o que significa trabalhar na perspectiva da reformulação e reordenação das relações que constituem a estrutura social. Em outras palavras, significa reconhecer que a sociedade, em suas diferentes expressões, deve ser estruturalmente redefinida. A mobilização de determinado grupo que objetiva alcançar determinado bem torna-se, assim, um processo que redefine a sociedade e as relações que a constituem.

As condições sociais e políticas dos movimentos que constroem os acampamentos dos sem-teto e dos sem-terra e suas mobilizações revelam uma sociedade estruturada sobre desigualdades. Por isso, os processos que objetivam sua superação em vista de uma sociedade mais equânime defrontam-se com novas formas de desigualdades. Desta feita, as mobilizações em vista da inclusão redefinem, na verdade, as formas de exclusão. Neste sentido, as formas de exclusão decorrem das desigualdades que possuem caráter estrutural. Regulam as relações entre grupos e classes sociais e estão inscritas nos ordenamentos jurídicos. Daí o conceito de excludência, enquanto processo, e não de exclusão, enquanto produto.

Os grupos sociais que conseguem se integrar, ainda que de forma desigual, se fixando a determinados espaços físicos e sociais, passam a considerar os setores pobres da população, em permanente deslocamento por causa da dificuldade de integração, uma ameaça à convivência pacífica e harmoniosa da sociedade. A ameaça à ordem e à estabilidade está, com freqüência, associada à mobilidade espacial articulada com a carência de bens materiais. Desta forma, não opera no caso daqueles que têm a possibilidade de adquirir os bens necessários. Com isso, seu caráter constitutivo é a propriedade. Trata-se, em última instância, da ameaça à propriedade. E esta ameaça vem primordialmente dos que não possuem propriedade. Ideologicamente construída, esta concepção reproduz a visão dualista da sociedade. Por conseguinte, os proprietários se contrapõem aos não

proprietários. Os primeiros são por natureza ordeiros e pacíficos, ao passo que os segundos têm tendências à rebeldia e ameaçam a ordem social.

Foi esta constatação, isto é, uma concepção descolada das relações sociais, que contribuiu para a redefinição dos movimentos assinalados. E a estratégia foi se organizar e mobilizar em vista da mudança das relações sociais nas quais aquelas idéias estavam enraizadas. Percebeu-se que os processos sociais são regulados pelos ordenamentos sociais existentes. Nesta perspectiva, suas condições materiais, de sem-teto e de sem-terra, passaram a ser vistas como questões sociais. Compreenderam, então, que suas mobilizações deviam ganhar outro caráter e que a redefinição do processo de socialização não dependia exclusivamente de sua vontade política.

Com base na compreensão e interpretação destes processos, fica evidente que as condições e contradições que envolvem e caracterizam determinados grupos e classes sociais são, na verdade, produto e condição do movimento da sociedade. As tensões, ambigüidades e contradições são estruturais e se manifestam socialmente como desigualdades.

Deste modo, ainda que indiretamente, os movimentos mencionados revelam como se organiza e move a sociedade brasileira. Os ordenamentos impostos pelas classes dominantes através do Estado expropriam e deslocam constantemente setores das classes subalternas e, ao mesmo tempo, criminalizam os setores da população que não conseguem se integrar a determinado lugar, geográfico e social. É como se a mobilidade e a estabilidade dependessem da vontade individual. *Mutatis mutandis*, é a mesma lógica que expulsou os camponeses de suas terras e, em seguida, os submeteu à dura legislação formulada contra a vadiagem descrita por Marx em *O Capital*.[85]

Trata-se de uma dupla expropriação. O expropriado é responsabilizado e penalizado pela situação à qual foi relegado após ter sido expropriado de suas tradicionais condições de vida. Desenraizado, então, é culpabilizado por não estar integrado à ordem que o excluiu. De certa forma,

[85] "Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, esse proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda Europa ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI, uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam. (...) Assim, a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura". MARX, Karl. **O Capital**, Livro 1, vol. 2; p. 828-882. Citação p. 851 e 854. Ver também CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998. Especialmente p. 95-143.

os movimentos sociais mostram que há em curso uma espécie de acumulação primitiva ininterrupta. É a lógica da excludência.

Canudos e Nova Conquista constituem movimentos que surgem de condições de carências relacionadas à não distribuição – ou concentração - dos bens propostos: solo urbano e lote rural. A casa e a terra expressam mais do que aquilo que pode estar contido naqueles bens materiais. Com efeito, são mediações que objetivam a produção e integração social, ou seja, a dignidade de vida. As teorias da justiça reconhecem que sua razão de ser está assentada na escassez de bens disponíveis,[86] o que coloca o desafio de elaborar e implementar critérios distributivos que permitam o surgimento e desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. De todo modo, a demanda pela distribuição de bens, um teto na cidade e a terra no campo, constitui apenas o ponto inicial de um processo distributivo que vai além destes bens e questionam a estrutura social. Com isto, a distribuição não se esgota apenas no fato de tornar disponíveis lotes urbanos ou rurais. A distribuição é uma relação social que constitui e regula o processo histórico e não um dado, uma realidade empírica em si. Estas características aparecerão de forma mais nítida no decorrer dos próximos capítulos na medida em que o processo, como um movimento de longo alcance, começar a ganhar seus contornos. O que aqui importa registrar é o fato de que os movimentos sociais analisados surgem no bojo de conflitos distributivos, colocam em discussão a estrutura social dominante e as formas como os bens sociais foram historicamente distribuídos. A agregação de sem-teto e de sem-terra nos acampamentos assume a forma e a qualidade de pressões sociais que recolocam o problema distributivo na agenda política. Com isso, os acampamentos se transformam em forças políticas e transformam seus membros em atores políticos. O caminho escolhido prioriza o social e, ainda que indiretamente, reconhece que os ordenamentos políticos devem nascer do social e objetivar a justiça social. Pode-se concluir, então, que o acampamento representa a articulação, sistematização e institucionalização da pressão e exige dos movimentos - de sem-teto e de sem-terra - uma demanda mais qualificada politicamente. Com isso, os assentamentos redefinem as relações que estruturam e dinamizam a sociedade.

Pelo exposto, as organizações e ações dos movimentos sociais são expressões de processos de caráter mais amplo que redefinem o movimento da sociedade. Neste sentido, não é possível pensar os

[86] Refazendo-se à obra de Rawls, Vita afirma "que a justiça deve ser vista como a 'primeira virtude das instituições sociais' até que se tenha chegado a uma sociedade caracterizada pela inexistência de recursos escasso valorizados por seus membros". VITA, Álvaro. **Justiça liberal. Argumentos liberais contra o neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Citação p. 91.

movimentos sociais como instâncias ou forças autônomas que propiciariam a redefinição da sociedade. Os movimentos sociais não substituem nem representam outras forças neste processo de redefinição da sociabilidade. Aliás, devem se articular e relacionar, às vezes de forma tensa e outras vezes de forma antagônica, com outras forças sociais para conferir às questões um caráter social. As questões assumem um caráter social quando conseguem ser postas e trabalhadas de maneira que, de diferentes formas, envolvam todos os setores que constituem a sociedade. Assim, a questão da habitação, da vida com dignidade, da integração, entre outras, são questões sociais na medida em que operam no sentido de redefinição e transformação dos ordenamentos sociais, da sociabilidade.

Portanto, "sem-teto" e "sem-terra" são categorias sociais e políticas. Expressam mais do que condições, ou melhor, falta de condições materiais. Com efeito, o sem-teto e o sem-terra dispersos e isolados não existem politicamente nem são considerados socialmente. O que os transforma em sujeito social e político é a luta pela casa e pela terra. Por conseguinte, são as relações sociais que redefinem os sujeitos e instituem política e socialmente os movimentos dos sem-teto e dos sem-terra. Imaginando o processo como uma seqüência de relações e mobilizações, o primeiro passo ou momento da transformação consiste na passagem do isolamento para a agregação. Esta já contém o antigo sem-teto e sem-terra redefinido. Por isso a agregação é um processo que retira o sem-teto e o sem-terra de seu isolamento e os coloca em outro contexto físico e social. Nesta passagem, os acampados e seus movimentos se constituem politicamente.

Os movimentos analisados mostram que a agregação, associada a um fim definido – a conquista de um teto e da terra –, se realiza mediante a ocupação e através do acampamento. Para as pessoas envolvidas nas mobilizações, a ocupação de terrenos ou fazendas e a construção de acampamentos representam e expressam novos espaços físicos e sociais, mesmo que suas condições sejam provisórias. Se, a rigor, suas condições materiais permanecem inalteradas, continuam sem-teto e sem-terra, suas condições sociais e políticas se transformam radicalmente. Deste modo, é possível dizer que o acampamento – sem esquecer que continua uma relação social – é o *locus* que transforma o sem-teto e o sem-terra, bem como o seu movimento, em sujeito social e político. Quer dizer, o acampamento possui uma força social e política que vai além das condições materiais e da força dos acampados. O acampamento transforma as condições e as ações dos "sem" - teto e terra - em questões sociais. Neste sentido passa a ser uma referência importante dentro do processo de construção do assentamento, ou seja, das novas condições de vida. Os assentados fazem uma distinção clara entre os que estavam no *berço da estrada* e aqueles que chegaram depois. Por isso, é

até possível dizer que a força e as potencialidades dos assentamentos estão também nos acampamentos. Nesta perspectiva, o acampamento não é um simples agregado de pessoas. Constitui um movimento social que resulta de conflitos distributivos – coloca na agenda política a necessidade da (re)distribuição das terras urbanas e rurais e da integração social – e, através de suas mobilizações, redefine tanto os conflitos como a ordem social da qual surgem.

II PARTE

ASSENTAMENTO

A dura realidade

O objetivo destes dois capítulos é decompor e analisar as relações e os processos que instituem, dinamizam e redefinem Nova Conquista e Canudos, convencionalmente chamados assentamentos. O propósito da indagação é contribuir para a compreensão e interpretação quanto a seu caráter, função e sentido. Considerando que os assentamentos se constituem e expressam em termos de processos sociais, a inquirição deverá impreterivelmente voltar-se para o estudo das relações, atores, mobilizações e articulações que os configuram. Neste sentido, podem ser concebidos como a síntese de um conjunto de processos que afetam e redefinem todas as dimensões das condições de vida dos assentados: trabalho, emprego, comércio, mobilidade das pessoas, espaço, tempo, meio ambiente, região, território, saúde, educação, família, escola, nação, Estado, sociedade, indivíduos e coletividades.[1]

Como ressaltado no primeiro capítulo, o conflito, que está na origem dos movimentos dos sem-teto e os sem-terra e se explicita no acampamento, pode ser interpretado como resultado da crise de suas concepções de vida. Apreendidos e interpretados nesta perspectiva, o acampamento e o assentamento expressam a forma como a crise se desenvolve e resolve. Em outras palavras, representam e significam momentos da metamorfose da sociedade e, conseqüentemente, de inserção dos sem-teto e dos sem-terra no processo de transformação social. Desconstruindo o processo para caracterizar suas partes constitutivas, então, pode-se dizer que se, de um lado, o acampamento expressa o ponto culminante do conflito, do outro, o assentamento representa a maneira como a crise é historicamente equacionada. Qual o caráter dessa solução, ou resolução, é o que a investigação procurará decifrar.

De antemão, fica evidente que na passagem do acampamento para o assentamento os modos de vida dos sem-teto e dos sem- terra tiveram que ser mudados. Veremos ainda que as mudanças não

[1] "Só se poderá ver os problemas (...) de uma forma desfocada e pouco nítida se os considerarmos numa perspectiva a curto prazo, inteiramente circunscrita à atualidade. Tentei mostrar um pouco do que se torna visível destes problemas, quando os articulamos num contexto de longo prazo". ELIAS, Norbert. **A condição humana: considerações sobre a evolução da humanidade, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. Citação p. 129.

recriarão as condições de operacionalidade dos tradicionais ordenamentos, cuja ineficiência está expressa na crise, mas abrirão para novas configurações societárias. Por isso, os elementos que operavam no acampamento acabam esvaziados. Neste sentido, o assentamento pode ser concebido como um processo de ressocialização.

Deste modo, o estudo dos assentamentos contribui para desvendar e explicar a forma como são resolvidos, em termos societários, as crises / conflitos explicitados pelos acampamentos.

Em teoria, o assentamento pode ser analisado a partir de diferentes perspectivas. Estas, de modo geral, demarcam tanto o objeto da investigação como os instrumentos mobilizados, teóricos e empíricos. À guisa de ilustração, apontamos três enfoques possíveis:

a) assentamento enquanto totalidade analítica. As configurações e o sentido dependem de sua evolução interna;

b) assentamento como ponto de chegada de um processo que mobilizou e deslocou sem-teto e sem-terra. A categoria "assentamento" remete à idéia de chegada, assento, estabilização e fixação;

c) assentamento considerado como expressão da vontade institucional de equacionar distorções sociais mediante políticas de reforma agrária e urbana, buscando o alívio de tensões sociais. Nesta ótica, ganham relevância os dados quantitativos: terras disponibilizadas; número de famílias assentadas; recursos financeiros liberados; incremento da produção agrícola, dinamização da economia local, regional e nacional, entre outros.

Para esta investigação, o assentamento não é tão-somente alívio de tensões, um objeto ou um ponto de chegada, e sim um processo de ressocialização que também contempla, de forma articulada, elementos das concepções referidas. A reconstituição das relações que o constituem permite entender melhor a socialização. Nisto reside a importância de seu estudo. É no assentamento, instituinte da integração dos grupos sociais referenciados, que a socialização se resolve e as ambigüidades se manifestam com maior clareza.

A tese proposta é a de que os processos que instituem os assentamentos se desenvolvem de forma ambígua, produzindo simultaneamente a integração e a desintegração, a inclusão e a exclusão.

Esta duplicidade não decorre da "incompetência" nem da "incapacidade" dos grupos, comunidades e movimentos sociais envolvidos de se integrar às novas configurações. Está inscrita na estrutura organizacional e no movimento da sociedade nacional. Por meio das mobilizações que resultaram nos acampamentos e nos assentamentos, os sem-terra e os sem-teto objetivavam melhorar suas condições de vida, reproduzir a unidade social rompida pelas transformações que provocaram expulsões, deslocamentos e desenraizamentos e se integrar à nova ordem societária de forma mais igualitária. A rigor, o postulado inicial já continha a ambigüidade de querer reproduzir, a um só tempo, as antigas e as novas condições sociais. Contudo, não será ela a bloquear o processo ou fazer com que este se resolva em termos de novas formas de exclusão e de desigualdades. A duplicidade e ambigüidade está no próprio movimento de modernização que não incorpora, de modo claro, o projeto de emancipação humana. Trata-se de uma modernização[2] incompleta. Decorre disso a dificuldade, senão a impossibilidade estrutural, de colocar a questão dos direitos, enquanto princípios formuladores e reguladores de uma nova sociabilidade, na agenda política do país.

A interpretação relativa à estrutura social dos assentamentos resulta da conjunção de dois processos de investigação: a) uma pesquisa de caráter quantitativo que, articulada com outros levantamentos, permite o uso de dados estatísticos; b) o exame das formas como os assentados vivenciam o processo de ressocialização através de depoimentos, testemunhos, relatos e observações de campo. "Embora muito menos explorada, esta última pode ser igualmente reveladora e sugerir explicações possíveis tanto para os padrões persistentes de desigualdade social quanto para as políticas que visam a neutralizar a pobreza e reduzir a desigualdade".[3]

---

[2] Com base na interpretação do processo histórico, Faoro traça os contornos dos conceitos de "modernidade" e "modernização". Escreve: ".. a *modernidade* compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto a *modernização*, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes. Na modernização não se segue a trilha da "lei natural", mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança. Traduz um esquema político para uma ação, fundamentalmente política, mas economicamente orientada, para usar a língua de Weber. A ação social que dela decorre não parte da economia, como expressão da sociedade civil. Na *modernidade*, a elite, o estamento, as classes – dizemos, para simplificar, as classes dirigentes – coordenam e organizam um movimento. Não o dirigem, conduzem ou promovem, como na *modernização*. A *modernização*, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro – ela é uma só, com um vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as diferentes situações históricas. Talvez se possa dizer, ainda, que a *modernização*, ao contrário da modernidade, cinde a ideologia da sociedade, inspirando-se mais na primeira do que na segunda". FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994. Citação p. 99.

[3] Elisa P. Reis. "Modernização, cidadania e estratificação"; *in* BETHELL, Leslie (org.). **Brasil: fardo do passado, promessa do futuro. Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Citação p. 218.

Portanto, a reconstituição dos processos sociais está baseada em três princípios metodológicos convergentes, a saber:

a) o entendimento de que a realidade social é o *locus* dos processos de *sensemaking*, ou seja, de produção de sentido[4];

b) o princípio de que "para entender a sociedade é necessário começar de baixo, isto é, dos indivíduos que a constituem, em oposição à tradicional concepção orgânica segundo a qual a sociedade como um todo vem antes dos indivíduos"[5];

c) a convicção de que "a sociologia não pode ser boa sociologia se não incorporar à sua análise a *consciência social*, enquanto dado, que a vítima das situações sociais adversas tem da adversidade e de si mesma".[6]

Considerados numa perspectiva de desenvolvimento histórico e organizativo, Canudos e Nova Conquista constituem processos sociais com características próprias. Com o intento de decifrar aspectos que configuram a peculiaridade dos processos de socialização em andamento, então a investigação os analisará separadamente.

[4] BRUNER, J. **La ricerca del significato**. Torino: Bollati Boringhieri,1990; WEICK, Karl. E. **Senso e significato nell'organizzazione: alla ricerca delle ambiguità e delle contraddizioni nei processi organizzativi**. Milano: R. Cortina, 1997; MANTOVANI, Giuseppe. **L´elefante invisibile. Tra negazione e affermazione delle diversità: scontri e incontri multiculturali**. Firenze: Giunti, 1998.
[5] BOBBIO, Norberto. **L´età dei diritti**. Torino: Einaudi, 1992. Citação p. XI-XII.
[6] MARTINS, José de Souza, **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. Citação p. 26.

Capítulo 2°

A construção social de Canudos

O povoamento e a construção dos bairros Canudos e Terra Livre começaram no ano de 1999.[7] Reguladas pela prefeitura municipal, a divisão e designação dos terrenos foram efetuadas com base nos cadastros organizados pelos sem-teto no acampamento. Como a demora entre as mobilizações do acampamento (1997) e o início do assentamento (1999), provocada por entraves jurídico-burocráticos, tinha ocasionado o afastamento[8] de componentes da lista, os sem-teto elaboraram novos critérios para a distribuição dos lotes restantes, permitindo aos cadastrados presentes a indicação de conhecidos. As designações, contudo, eram feitas pelo movimento e registradas pela prefeitura.

Com o intuito de evitar disputas pela posse dos terrenos, ordenar e manter o controle do assentamento, o poder público municipal estipulou um prazo de 90 dias para que as pessoas contempladas ocupassem os respectivos terrenos. Deste modo, aos sem-teto não restou outra alternativa senão: a) construir uma casinha ou um barraco e morar na área, ou; b) cercar o terreno como forma de preservá-lo enquanto não se tornasse viável sua efetiva ocupação. Vivendo de trabalhos informais, prestação de serviços e outros expedientes, muitos dependiam de atividades

[7] Criado com o intuito de aliviar tensões sociais de outras áreas da cidade, o bairro previa o assentamento de 1.100 famílias. Mais tarde, do lado de Terra Livre foram incorporadas novas unidades. Canudos estava praticamente cercada e não permitia o alargamento de seu espaço físico.

[8] Em termos de deslocamentos espaciais, a mobilidade de setores das classes subalternas é elevada. Isto leva a inferir que as desistências aqui registradas não decorrem necessariamente da fixação de seus agentes em outros terrenos ou bairros da cidade. Inclusive entre os assentados, não serão poucos aqueles que, após uma breve permanência em Canudos, voltarão a adquirir a anterior condição de sem-teto.

desenvolvidas longe daquela área e não tinham como se estabelecer no assentamento no prazo estipulado.[9]

A ocupação efetiva dos terrenos se deu aos poucos. Aos ordenamentos legais se contrapunham as condições econômicas e sociais dos sem-teto. O que tornava a ocupação ainda mais morosa eram as formas como os poderes públicos geriam e administravam o processo. Com efeito, assim como no caso dos assentamentos rurais, a política oficial trabalhava, em termos de marketing, com "bairros modelos" onde não teria faltado a infra-estrutura básica e, para os moradores, a possibilidade de acesso aos serviços essenciais para uma vida integrada à cidade. Em consonância com essa visão, os discursos de praxe anunciavam a criação de novos bairros com o objetivo de solucionar *graves distorções sociais* e criar mais *integração* e mais *justiça*.[10] Neste sentido, os novos "assentamentos" previam obras de infra-estrutura básica, como água, esgoto, energia e calçamento, além do financiamento das casas. Eram apresentadas como políticas públicas voltadas para setores da população carentes. Aproximadamente cinco anos mais tarde, nem ao menos a construção de uma casa tinha sido financiada e os outros benefícios existentes – energia elétrica e rede de água em andamento – tinham sido conquistados aos poucos. As formas de acesso a estes bens, no entanto, revelam tratar-se de "prestação de serviços pagos" e não propriamente de benefícios públicos, ou seja, dependem da capacidade dos usuários de cumprir com os contratos estipulados e pagar os bens consumidos, e não da condição de dignidade humana.[11]

---

[9] Dois anos mais tarde, em 2001, quando do início da pesquisa no bairro, ainda existiam alguns terrenos cercados e desabitados. Todavia, num curto espaço de tempo, a urbanização do bairro – energia elétrica, expectativa iminente de água encanada, comércio, etc. – associada à pressão tanto dos sem teto como de outros interesses imobiliários, resultou numa rápida ocupação de todos os espaços disponíveis. Foi como se o bairro tivesse entrado numa nova fase de desenvolvimento. Foi, aliás, esta constatação que contribuiu na formulação da investigação. A interrogação que exigia novas respostas podia ser formulada desta maneira: Como um bairro que tinha ficado praticamente estagnado por três anos, repentinamente entrava numa fase de rápido desenvolvimento? Teriam sido as condições econômicas dos moradores a mudar tão profundamente? Ou teria sido uma mudança geral da qual os moradores também tiravam proveito? Ou teria sido, talvez, uma nova leva de moradores a impulsionar e dinamizar o bairro? Com efeito, a partir de 2002, começaram a surgir casas de alvenaria em diferentes pontos, cercadas por casebres e barracos de taipa, e instalaram-se comércios – material de construção e gêneros alimentícios. O novo surto de desenvolvimento redefinirá as bases sociais do bairro e criará tensões entre seus moradores. As tensões se traduzirão inclusive em conflitos entre as anteriores formas de representação dos sem-teto / assentados e os novos interesses emergentes.

[10] Extraído de documentos da SENTHURB, retrata a intenção política do órgão quanto à justificativa da criação dos bairros Canudos e Terra Livre. São Luís, s/d.

[11] *As pessoas da associação dizem que a CEMAR* [Companhia Energética do Maranhão] *botou a luz graças à luta do movimento. Negativo. Ela bota luz até dentro do mato, depende de ter duas casas, porque ela é privatizada e o objetivo da empresa é arrecadar bens, arrecadar dinheiro. Não é diretor, não é presidente nem ninguém da associação que bota energia em bairro não. Veja bem, tem luz quem paga direitinho quando vêm as contas. A vizinha lá de casa, por exemplo, está com alguns meses que não tem luz porque não pagou uma conta. O pessoal da empresa veio e cortou a luz dela. E ela não tem como pagar porque é uma família humilde. Então, ela pode dizer que tem luz? Tem os paus, os fios que passam bem em frente e entram até dentro de casa, mas em casa não tem luz. Assim ninguém pode dizer que botou a luz porque é o dinheiro que bota a luz dentro de casa* [Ricardo – Canudos].

Inicialmente os moradores não dispunham de água nem de energia elétrica. Assim, enquanto procuravam construir um reservatório com doações e a ajuda de empresas privadas, puxavam clandestinamente a água do bairro vizinho. A mesma coisa fizeram com a energia. Uma infinidade de fios entrecruzavam as ruas e vielas até os barracos. Portanto, era do interesse das companhias de água e energética criar as respectivas redes e passar a cobrar pelo serviço prestado e pelo consumo. Foi nesta passagem que os moradores foram percebendo que a urbanização do bairro representava uma nova configuração do espaço físico e social e esta terminaria por expulsar novamente muitos deles. A integração tornava-se uma disputa de caráter individual e não era expressão de um direito social.

Embora supervisionado pelos poderes públicos, num primeiro momento o processo de assentamento esteve sob a direção e o controle do movimento dos sem-teto que, tendo em vista a nova realidade do bairro, tinha formalmente se organizado em cooperativa habitacional[12] quando ainda estava no acampamento. Deste modo, estabeleceu-se uma relação de dependência recíproca entre a cooperativa e os moradores. Estes eram assentados com o consentimento e a supervisão daquela, que, por sua vez, ganhava legitimidade na medida em que favorecia seu assentamento. A relação entrará em crise mais tarde, quando se instaurarão novas condições sociais e estas mostrarão que a permanência no bairro estará associada à capacidade individual dos moradores de se integrar às novas configurações e não mais à vontade da direção do movimento. Assim, se num primeiro momento foram as condições de carência que abriram a possibilidade de acesso ao terreno, mais tarde a permanência no bairro passará a depender da capacidade dos moradores de reproduzir suas condições de moradores num espaço físico e social redefinido. De forma contraditória, as mesmas condições de carência que propiciaram o acesso ao bairro, quando reproduzidas nele, se tornarão a causa de sua expulsão. Então, uma nova leva de moradores - compradores - substituirá os que forem expulsos. A dinâmica de construção do bairro revela o caráter da socialização em curso.

Portanto, criada para intermediar o financiamento das casas, a cooperativa entrará em crise. De um ponto de vista processual esta se expressará como: a) não realização da sua função primordial - mediar os financiamentos e organizar a construção das casas e; b) incapacidade de se redefinir com base no novo processo social e político. A reconfiguração do bairro produzirá novas formas de organização, representação e mediação. Por isso, as relações entre os vários organismos de representação serão atravessadas por tensões e, de maneira paradoxal, a cooperativa evoluirá para a defesa dos tradicionais ordenamentos sociais.

[12] COHARCA – Cooperativa Habitacional Residencial Canudos.

Como apontado, a desistência de membros do movimento e a chegada de novos pretendentes obrigaram os sem-teto a elaborar critérios de inclusão. Embora a política instaurada pelo Fórum da Moradia nas "áreas de ocupação" sob seu controle desestimulasse e procurasse impedir formas de especulação, o movimento de Canudos não tinha condição de manter o controle do processo. Também porque se pautava em princípios de igualdade abstrata e romântica – a igualdade como desejo – e não em processos igualitários construídos nas tramas tensas e conflitantes das relações sociais. Uma vez que havia uma quantidade de lotes superior ao número de inscritos, como frisado, um dos critérios adotados para a incorporação de novos membros foi permitir que os cadastrados indicassem alguém de confiança para ser assentado. Com isso, os critérios de inclusão deixaram de ser regidos por princípios de caráter geral, ou de grupo, e passaram a ser individuais. O tráfico de influências é mais operativo nesta esfera. Com efeito, em alguns casos aquele princípio abriu caminho para a "venda" de lotes, ainda que a prática não fosse publicamente admitida pelo movimento.[13] Por outro lado, aquele mesmo critério permitiu a reagregação de famílias, parentes, conhecidos e amigos. De tal forma que não era apenas a possibilidade de ganhos materiais que regulava as escolhas, mas também princípios enraizados na sociabilidade familiar e comunitária.[14]

Os terrenos foram sendo ocupados em conformidade com as condições de cada família. As primeiras construções eram de madeira ou de taipa. De diferentes tamanhos, eram dispostas e estruturadas de tal maneira que comportavam futuras ampliações. O conjunto das construções conferia ao bairro o aspecto de uma ocupação caótica. Apenas o traçado das ruas e a demarcação dos terrenos conferiam certo ordenamento. Não dispondo de financiamento, os moradores compravam o material necessário aos poucos, ou recolhiam telhas, madeiras e tijolos descartados de obras de reformas realizadas em outras áreas residenciais ou até mesmo catados nos depósitos de lixo da cidade. Alguns construíram um modesto barraco ou cercaram o terreno como forma de preservá-lo de possíveis ocupações enquanto aguardavam oportunidades mais favoráveis para morar definitivamente no bairro. Os terrenos públicos eram defendidos pelos próprios moradores para que não fossem ocupados por novos sem-teto. A sede da cooperativa, um barracão simples, pequeno e construído

[13] *A minha vinda para cá foi assim: fiz amizade com um rapaz e lhe falei da minha necessidade. Naquela época as pessoas daqui que tinham participado de toda a luta desde o Maranhão Novo podiam indicar uma outra pessoa que precisasse para receber um terreno. Aí conversei com ele e ele me indicou. Paguei duzentos reais para ele, cento e cinqüenta no monte e o restante mais tarde e vim para cá. Mais tarde ele vendeu a casa dele e foi embora. Quando eu vim, fiz a inscrição aqui, depois de uma semana eles me entregaram o terreno e então fui resolver a questão dos documentos* [Maria de Lourdes – Canudos].

[14] *Eu vim morar aqui depois que muitos já estavam aqui. Esse terreno onde hoje estou foi meu irmão quem me deu. Ele estava morando aqui desde o começo. Não foi ele quem me deu porque não era dele. Ele disse que tinha uma família que precisava muito de uma casa para morar e a coordenação me deu esse terreno aqui* [Celso - Canudos].

com material descartado, foi, durante os primeiros anos, o único espaço público da comunidade. Nele eram realizadas praticamente todas as atividades: reuniões da cooperativa, assembléias, escolinha, clube de mães, celebrações religiosas, alfabetização de adultos, pastorais sociais, entre outras.

Até o término da investigação, em Canudos não existiam estruturas escolares públicas em atividade.[15] Um dos desafios enfrentados pelos moradores do bairro, particularmente as mulheres responsáveis pelos domicílios e com filhos, era encontrar um lugar - creche ou escolinha – enquanto procurassem emprego ou estivessem trabalhando. Com efeito, eram muitas as mulheres que precisavam de uma fonte de renda para sustentar a família e várias trabalhavam como empregadas domésticas em conjuntos próximos ou distantes da cidade. A convergência e associação de diversos fatores – necessidade econômica, baixa escolaridade, situações familiares e do bairro, entre outros - as expunham a condições de servidão e humilhação.[16] Em situações de escassez, precariedade e reestruturação das condições de trabalho, a relação clientelista parece voltar, sobretudo entre setores das classes subalternas, e substituir as incipientes relações baseadas no contrato e reguladas pelo direito. Um exemplo disso pode ser visto no emprego doméstico.[17] Trata-se de um tipo de atividade que arregimenta trabalhadoras em sua maioria oriundas dos setores populares mais carentes e desprotegidos. Mesmo assim, a concorrência é acirrada, já que a disponibilidade de mão-de-obra é superior à procura.[18]

Diante das condições e das necessidades dos moradores de Canudos, sobretudo das mulheres, a cooperativa assumiu a responsabilidade de viabilizar o funcionamento de uma *escolinha*

[15] Na área de Terra Livre estava sendo construído um centro escolar municipal.
[16] Este aspecto aparecerá nos depoimentos e será retomado e aprofundado no contexto da investigação relativa à pobreza e ao sofrimento.
[17] Segundo o IBGE, entre as principais ocupações das mulheres, o serviço doméstico saltou do quinto lugar em 1992 para o segundo em 2001. Enquanto em 1992, havia 3,6 milhões de mulheres empregadas neste tipo de serviço, em 2001 o PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - identificou 5,3 milhões, ou seja, 21% da população economicamente ativa (PEA) feminina. Importa salientar que dentro deste universo menos de um terço das trabalhadoras têm carteira assinada e recebem benefícios como férias e 13º salário. As mulheres executando serviços domésticos e com carteira assinada passaram de 18,17% em 1992 para 25,88% em 2001. De acordo com o último levantamento, 55,3% das mulheres exercendo serviços domésticos são negras e, deste total, 76,25% não têm carteira assinada. *In* **Folha de S. Paulo**, 25 de maio de 2003.
[18] Os dados do PNAD 2001 revelam que havia 494 mil crianças de 5 a 17 anos envolvidas com trabalho doméstico. Ainda segundo a mesma pesquisa, o *ranking* das ocupações das mulheres economicamente ativas é assim constituído: a) setor privado; b) serviço doméstico; c) por conta própria e; d) serviço público. Essas quatro classificações representam 80% da PEA feminina.
Renato Mendes, coordenador de projeto da OIT – Organização Internacional do Trabalho, relata que a presença de crianças no universo do trabalho doméstico produz três conseqüências para as mulheres que buscam esse mercado: a) redução das vagas; b) achatamento dos salários e menor oferta de garantias trabalhistas, uma vez que as crianças não recebem o mesmo valor que as adultas. Daí a possibilidade de "troca" de uma empregada com carteira por outra sem os direitos trabalhistas e, conseqüentemente, o número elevado (74,12%) das que não possuem carteira e; c) as condições precárias de trabalho e a ausência de qualificação para exercer a tarefa provocam maior atraso escolar nas meninas. Com isso, a possibilidade de não obter outro tipo de trabalho aumenta. Fonte: **Folha de S. Paulo**, 25 de maio de 2003.

comunitária. Por se tratar da iniciativa de uma comunidade carente e não contar com a colaboração dos poderes públicos nem da iniciativa privada, a escola passou a operar graças ao trabalho voluntário de professores e à mobilização de moradores com vistas a angariar recursos. Por isso, era o retrato do bairro e funcionava de acordo com suas condições materiais e humanas. Os horários eram flexíveis, de acordo com a disponibilidade ou não de merenda.[19] Para suprir às carências materiais, eram usualmente mobilizadas ações de solidariedade familiar e comunitária.[20] Em circunstâncias particulares, a coordenação da cooperativa transferia para a escola parcelas de recursos angariados para outros fins, outras vezes eram moradores do bairro ou outros organismos que faziam pequenas doações.

Durante o período da investigação, a escola atendia aproximadamente 60 crianças divididas em três turmas. O ambiente físico não comportava mais do que isso. A demanda para colocar os filhos na escolinha superava em muito a disponibilidade real de vagas. Os trabalhos eram realizados por três professoras e uma administradora que ofereciam seu serviço gratuitamente.[21] Em busca de uma solução para o problema, a cooperativa entrou em contato com a secretaria de educação municipal com o intuito de viabilizar um convênio. Os moradores de Canudos descobriram, então, que espalhadas pelos diversos cantos da cidade existiam inúmeras escolas comunitárias nas mesmas condições: funcionavam pela iniciativa da comunidade, ou de alguém da comunidade, mas não eram publicamente reconhecidas e, conseqüentemente, não podiam receber recursos públicos. Para contornar o problema tentaram percorrer o caminho da institucionalização sem obter êxito.[22]

Aquela situação explicitava a maneira como os poderes instituídos lidam com as coisas públicas. As necessidades básicas se tornam fontes de direitos efetivos somente quando afetam determinados grupos e classes sociais, e os organismos públicos encarregados de operacionalizar a

---

[19] *Quando há merenda disponível o horário das aulas vai das 7:00 h às 11:00 h da manhã e quando não há merenda tem que liberar mais cedo porque não dá para manter as crianças até esse horário sem se alimentar* [depoimento da coordenadora da escola comunitária – Maio de 2002].

[20] *... um dia uma mãe leva um lanche, um saquinho de torradas, noutro dia outra mãe leva pão, biscoito ou outras coisas para poder dividir com as crianças* [idem].

[21] *Num primeiro momento, muitas pessoas se disponibilizaram, mas depois foi diminuindo. Tem hora em que as pessoas podem fazer um trabalho voluntário, mas depois a própria pessoa precisa de coisas no dia-a-dia e a realidade faz com que ela deixe de fazer esse tipo de trabalho. Assim, na escolinha já passaram umas dez professoras. Por conta disso, quando dá para ajudar a gente ajuda. Uma coisa importante seria conseguir um recurso para elas porque quando chegam em casa elas também precisam das coisas* [depoimento de um dos coordenadores da cooperativa – Maio de 2002].

[22] O fato de a escola não ter sido reconhecida pelos poderes públicos gerou desconfiança em relação à sua eficácia entre alguns moradores. *A escolinha não é registrada e algumas pessoas ficam sem acreditar muito nela. Acham que não vale a pena brigar por uma coisa que não tem muito valor. Preferem levar suas crianças para outros lugares ou deixá-las em casa.* [Por outro lado]*... aqui em Canudos têm muita criança que passa o dia na rua quando deveria estar numa sala de aula aprendendo alguma coisa. Se as coisas estão tão difíceis hoje, podemos nos perguntar, olhando mais para frente, como estas crianças poderão conseguir um bom emprego e boas condições de vida numa sociedade como a nossa* [Eduardo – Canudos].

distribuição dos benefícios sociais agem de forma arbitrária recriando assim as desigualdades geográficas e sociais que deveriam combater. Por causa disso, o processo de integração operava dissociado da cidadania e dos direitos.

Entre setores das classes subalternas a escola cumpre uma dupla função: a) educação / capacitação em vista da integração na sociedade[23] – ascensão social – e; b) satisfação de uma necessidade básica, como a alimentação. Enquanto a primeira pode ser considerada na perspectiva do desenvolvimento das potencialidades individuais – o que numa sociedade estruturalmente desigual é discutível –, a segunda está enraizada na dependência, na submissão, no favor. Neste caso, a política do favor que nega o direito é mantida e reproduzida pela ação do Estado, que, com isso, favorece a reprodução de desigualdades estruturais.

Os constantes deslocamentos antes e o assentamento numa região carente de estruturas educativas agora fazem com que muitas crianças e adolescentes em idade escolar estejam, efetivamente, fora da escola.[24] Isto coloca a questão da relação entre os princípios da igualdade social e política e as desigualdades físico-geográficas reproduzidas pela mediação dos organismos públicos, que, em princípio, foram criados tendo em vista a distribuição eqüitativa dos bens sociais. Na medida em que alguns benefícios estão diretamente relacionados a determinadas áreas geográficas, a mobilidade de grupos subalternos e a impossibilidade de sua fixação naqueles espaços continuam reproduzindo em escala renovada sua excludência. O emblema desse processo é o sem-teto que ocupa um terreno, o vende para sobreviver, ocupa outro, o vende novamente e assim vai reproduzindo a sua condição de sem-teto. A mobilidade de setores das classes subalternas não deriva de uma opção política ou de estilo de vida. Insere-se na dinâmica de integração a um processo de modernização que não se completa. Com isso, os deslocamentos não se traduzem em mobilidade social, ou seja, em ascensão social, e reproduzem a subordinação política, a dependência e excludência.

Avaliada com base nos objetivos contidos na ata de sua fundação, a escolinha comunitária não consegue satisfazer a contento nenhum deles. A saber: a) a carência de estruturas físicas impede que sejam atendidas todas as demandas; b) não consegue angariar recursos materiais e humanos que

[23] *A escola é muito importante. Nós não temos recursos para mandar as crianças estudar longe; às vezes não conseguimos nem comprar uma roupinha nova para elas. Precisamos também de uma escolinha para as crianças do pré porque muitas mães vão trabalhar fora. E se as crianças ficam fora da escola, como elas vão conseguir um bom emprego amanhã? Elas vão ser que nem a gente indo de um lado para outro sem nunca conseguir nada* [Conceição – Canudos].
[24] *Este ano ficou muita gente fora da escola porque perto não tem colégio e as pessoas estão sem recursos. Nas redondezas a comunidade cresceu muito e nós só temos um colégio perto do assentamento. Então a situação do ensino na região está ficando cada dia mais difícil* [Maria das Graças – Canudos].

propiciem um mínimo de estabilidade e a garantia de continuidade; c) não libera as mães da responsabilidade dos filhos enquanto trabalham, uma vez que funciona somente pela manhã e com horários flexíveis; d) não resolve – embora amenize – o problema da alimentação das crianças, visto que estas continuam a depender das condições já precárias de suas próprias famílias.

Processo de integração

O conjunto articulado de relações e mobilizações que instituem e redefinem o movimento dos sem teto pode ser definido como "processo de integração". Este contempla um duplo movimento: de um lado a tentativa dos sem-teto de instituir uma nova sociabilidade – a excludência explicitada pelo acampamento contém a crítica à ordem instituída - e, do outro, a força do poder instituído, mediada pelo Estado, que age no sentido de se reproduzir – expansão intensiva e extensiva. No embate entre as forças instituintes e instituídas reside o conflito. Portanto, este contém pelos menos duas possibilidades de resolução: a) o movimento instituinte ganhar força e redefinir a ordem instituída – nova institucionalização; b) o movimento instituído se reorganizar, domesticar e redirecionar as forças instituintes reconduzindo-as para o campo do instituído.

A construção do bairro transforma as condições dos antigos sem-teto – tornam-se moradores. Cabe, então, investigar como se dá essa passagem, uma vez que não são redefinidas tão-somente suas condições materiais, mas também as sociais, políticas, de identidade do movimento e dos sujeitos sociais. O novo processo de socialização contém um duplo movimento que se expressa não como duplicidade, mas como ambigüidade. Concomitante com a expectativa dos sem-teto de reproduzir a antiga sociabilidade, avança sua integração à nova ordem – ressocialização. Neste sentido, socialização e ressocialização operam juntas, articuladamente.[25] Canudos é a explicitação

[25] Adaptada às novas condições e circunstâncias, a análise de Rude relativa à ideologia popular contribui para uma melhor compreensão daquilo que está em causa. "A ideologia *popular* (...) não é uma questão apenas interna e propriedade exclusiva de uma classe ou grupo (...). É, com mais freqüência, uma mistura, uma fusão de dois elementos dos quais apenas um é propriedade peculiar das classes 'populares', sendo o outro imposto de cima por um processo de transmissão e adoção de fora. Destes, o primeiro é o que eu chamo de elemento 'inerente', tradicional, baseado na experiência direta, na tradição oral, na memória folclórica e não aprendido ouvindo-se sermões ou discursos ou lendo livros. Nessa fusão, o segundo elemento é o repertório de idéias e crenças 'derivadas' ou tomadas de empréstimo a outros que, com freqüência, adquire a forma de um sistema mais estruturado de idéias, políticas ou religiosas, como os Direitos do Homem, Soberania Popular, Laissez-faire e os Direitos Sagrados da Propriedade, Nacionalismo, Socialismo ou as várias versões da justificação pela Fé". RUDE, George. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. Citação p. 25.

deste movimento. Por isso, o estudo das transformações que estão redefinindo aspectos importantes da vida dos sem-teto / moradores contribui para decifrar o caráter da socialização.

Cabe ressaltar que o processo de socialização contempla e trabalha com todas as esferas da vida dos moradores do bairro. Sendo que a natureza da socialização está no caráter das transformações, para recompor o processo a pesquisa se deteve particularmente nas questões relativas à casa e à família. Nelas convergem muitas outras questões que, às vezes, serão apenas colocadas sem maiores aprofundamentos. O propósito é procurar caracterizar o movimento de socialização, mais do que detalhar as partes que o constituem.

a. Casa e bairro

> *A casa é tudo que a gente tem, porque hoje em dia quem não tem casa não é nada*.
>
> [Celina - Canudos]

Descaracterizadas, as lutas pela moradia são constantemente reduzidas à conquista de um bem material, a casa. O estreitamento do conflito, que esvazia as mobilizações de seu conteúdo político, reduz a própria concepção de moradia a um espaço físico delimitado, cercado. Configura-se como o estreitamento do social e das esferas que o constituem. Reduzido, então, o espaço social não comporta a todos. Por causa disso, o contraponto do estreitamento é a excludência.

As mobilizações dos sem-teto visam condições de vida digna, ou seja, a integração social. Esta contempla um "teto", mas não se esgota na casa. A integração opera a partir de lugares físicos[26] que devem necessariamente estar integrados ao espaço social. Não podem estar cercados, isolados. Assim, indiretamente, a proposta expressa no acampamento era tornar a sociedade habitável. Na medida em que é criado para aliviar tensões existentes em outras áreas da cidade, Canudos nasce cercado. Cerca também os sem-teto, relegando-os àquele espaço. Visto nesta ótica, o bairro e as casas

[26] A casa é o lugar de fixação, estabilidade. De um ponto de vista etimológico habitar significa "possuir". Assim, habitar corresponde à posse de algo. Significa possuir um lugar a partir do qual é possível contemplar o mundo e interagir para a sua construção. Neste sentido a casa deixa de ser um objeto material e se torna um espaço social. Contribui na configuração da personalidade e da identidade, individual, familiar e social. Por isso, descolada de contextos sociais específicos, a casa perde seu sentido.

expressam o estreitamento das questões postas pelos acampados.[27] A proposta era a integração, mas como esta deve se dar a partir de um espaço cercado, não poderá se completar. Os impedimentos integrativos se manifestarão na dificuldade de construir a casa, o bairro. E produzirão novas expulsões.

Portanto, está implícito que a luta pela casa não se completa nem se realiza em Canudos se a sociedade não passar por transformações inclusivas. Por conseguinte, não se trata simplesmente de construir casas e bairros, que podem se tornar áreas de confinamento. É necessário redefinir o projeto de socialização instituído de tal modo que o processo de integração contemple a emancipação dos grupos e movimentos que compõem a sociedade.

A intenção, então, é resgatar e analisar aspectos das transformações que parecem afetar mais diretamente a casa e o sentido que lhe é atribuído. Na realidade, as transformações contribuem para revelar o caráter do novo processo de socialização. Quer dizer, a casa, com todos os elementos que a constituem, é reveladora das transformações que concorrem para integrar os moradores de Canudos à ordem instituída. A reconstituição levará em conta, direta e indiretamente, os depoimentos, relatos e tentativas de interpretação dos moradores do bairro.

Os relatos interpretam e explicitam o sentido[28] que tem a casa para os moradores de Canudos. Ainda que as formulações sejam múltiplas e acentuem aspectos diferentes, todos os relatos convergem para um sentido comum: a casa representa o lugar a partir do qual os moradores de Canudos observam e interpretam o mundo e, ao mesmo tempo, o espaço material e social – *locus* - que permite que suas vidas adquiram um sentido e um reconhecimento público. A subjetividade é uma construção e socialização definidora da identidade. É como se esta estivesse diretamente ligada à casa. Mais do que na casa enquanto construção material, a importância parece residir naquilo que representa em termos de possibilidade de integração social. Sem casa a integração era inviável, com a casa tornou-se novamente possível. Por isso, ainda que inacabada, representa tudo o que eles têm e

[27] A reflexão relativa à casa não pode ficar restrita à concepção burguesa que a transformou numa propriedade privada, cercada do resto do mundo, um suposto espaço de proteção e segurança diante das formas de desestruturação que afetam o mundo exterior. Numa visão societária, a casa não representa um canto afastado ou isolado, mas um lugar do mundo e aberto a este. É o lugar que permite habitar, observar e interpretar o mundo. Por isso, o mundo entra nela e a reorganiza. Para que as coisas do mundo possam caber na casa, então, esta deve estar aberta. Adquire, assim, características cosmológicas, sociológicas - que se expressam inclusive na divisão dos espaços e das funções - e culturais. Vista nesta perspectiva, a casa representa a ordem conferida ao mundo. A maneira de organizá-la revela também as formas como o mundo é percebido e ordenado.

[28] *Um dos sonhos era ter a casa da gente e agora eu tenho. A casa representa tudo na vida. Esse teto aqui para morar é a minha felicidade, é a minha casa* [Maria das Graças - Canudos].
Fazia muito tempo que eu vinha lutando por um lugarzinho para morar com a minha família. Por isso, esta casa significa muita coisa para mim, muita coisa mesmo [Celina - Canudos].
Lutei e sofri muito para chegar até onde cheguei, aqui debaixo desta casinha de taipa. Aqui eu me sinto outra pessoa, porque antes eu morava nas casas dos outros e vivia humilhada [Amélia – Canudos].

sem ela, eles é que passam a não ser, a não valer nada. Assim, independentemente de suas condições materiais, a casa é o espaço físico e simbólico que possibilita a construção da subjetividade na relação com o mundo exterior, com a sociedade, ou seja, permite a subjetivação, a identificação e a socialização. Por isso, o contraponto, isto é, não ter casa, significa não ter lugar no mundo e, conseqüentemente, não ser "nada", não ter subjetividade nem ser reconhecido socialmente. O que está em causa não é simplesmente o "ter" para "ser" cuja relação é, em muitos casos, mobilizada para compreender e interpretar determinados fenômenos sociais da atualidade.[29] Sem um lugar concreto, sem um ponto definido não é possível observar a realidade, se relacionar com ela e construir o próprio sentido no universo das relações que a constituem. A casa representa este lugar. E como a natureza de toda relação é de reciprocidade, pode-se dizer que na medida em que o sem-teto constrói a casa, esta lhe confere dignidade ao situá-lo num lugar físico mais apropriado, em outro patamar social.

Assim, embora simples e pobre, a casa representa tudo o que eles têm. Ao tê-la, têm a si mesmo e à família. Por isso, fazem questão de dizer quantas e quem são as pessoas que moram na casa. Esta, com efeito, é constituída pelas pessoas que nela moram. Conseqüentemente, a casa está associada à família. *A família e essa casa aqui é tudo o que a gente tem. A gente vem lutando pela casa e pela família desde o começo* [Rosa - Canudos]. Sem a família, a casa parece perder seu sentido. Casa e família, então, se articulam numa totalidade de sentido. Incorporam, aos poucos, a idéia de espaço de segurança, proteção, tranqüilidade e serenidade diante do mundo em volta que se torna cada vez mais tenso e conflitante.

O projeto oficial previa o assentamento de 1.100 famílias no bairro. Pouco mais de quatrocentas em Canudos e o restante em Terra Livre. A coleta de dados, restrita a Canudos, contemplou 342 unidades: casas / famílias.[30] A média de pessoas por unidade era de 3,69. Importa considerar que 37% dos responsáveis pelos domicílios eram, na época, solteiros. Em relação ainda aos responsáveis pelos domicílios, 78,65% do total tinham menos de 40 anos. Isto permite afirmar

[29] "A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda a realização humana, uma evidente degradação do *ser* para o *ter*. A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do qual todo "ter" efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. Enfim, as pessoas vivem sob o império dos objetos, das mercadorias. À medida que as pessoas são consumidoras, tornam-se cidadãs". DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Citação p. 18.

[30] O levantamento foi realizado durante os meses de novembro - dezembro de 2001 e janeiro – fevereiro de 2002. Não existiam números definitivos quanto às potencialidades do bairro Canudos. Os dados apresentados pela SEMTHURB - Secretaria Municipal de Terra, Habitação, Urbanismo e Fiscalização Urbana – e pela COHARCA - Cooperativa Habitacional do Residencial Canudos não combinavam. Talvez uma das causas da indefinição e do descompasso estivesse relacionada à mobilidade das famílias e ao fato de que alguns terrenos ainda estavam desocupados quando da pesquisa.

que o bairro era composto, em grande maioria, de pessoas relativamente jovens. Este aspecto caracteriza também as formas de organização e lutas sociais da área e da cidade. Com efeito, 76,69% das pessoas envolvidas em algum tipo de atividade relativa à comunidade local e à cidade tinham menos de 40 anos e, destas, 55,74% eram mulheres e 44,26% homens.

Os dados relativos à média das unidades domiciliares investigadas, articulados com a capacidade aproximada de assentamento na área, permitiu projetar uma população de mais de 1.500 habitantes para o residencial Canudos.

Quanto às casas: 49,41% do total eram de taipa, 43, 28% de alvenaria sem reboco, e o restante apresentava outras condições. Do total dos moradores, 73,68% consideravam suas casas inacabadas, estando os trabalhos parados por falta de recursos, e 21,93% estavam construindo ou reformando.
Do universo indagado, somente 2,92% dos responsáveis pelos domicílios tinham procurado algum tipo de financiamento para a construção das casas. Ainda assim, os recursos solicitados tinham sido inferiores a R$ 2.000,00. A maioria dos moradores de Canudos tinha construído ou estava construindo a casa por conta própria, contando alguns com eventuais ajudas ou empréstimos de parentes.

As subjetividades e individualidades dos sem-teto não sobressaíam no acampamento. Este se apresentava como um universo relativamente homogêneo, uma unidade de atuação. Sua força residia na sua unidade, naquilo que significava enquanto totalidade. Com efeito, as questões tinham adquirido um caráter geral, social e político, subsumindo as individualidades. Assim, a inclusão no acampamento tinha sobrepujado as diferenças[31] conferindo-lhe uma dimensão política. E era na esfera política e pela ampliação e redefinição dos espaços públicos que o movimento conflitava com a ordem instituída.

Na passagem do acampamento para o assentamento as coisas mudam. Não é apenas um deslocamento espacial. A viagem representa também a volta para uma nova individualidade e coletividade. Estas deverão ser reconstruídas em condições materiais e sociais redefinidas. Neste sentido, a passagem expressa a desarticulação da força política do acampamento e, conseqüentemente, a redefinição do conflito. A tensão entre a ampliação da socialização e a reprodução do instituído ganha outro caráter. O assentamento é um espaço físico e social cercado, controlado e regulado pelo Estado que age reproduzindo a ordem instituída.

[31] "Optar pela inclusão é optar por um patamar comum de identidade e pertencimento social, sobrepujando as diferenças". ZALUAR, Alba. "Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 35, vol. 12, fev. 1997.

Portanto, no assentamento as coisas não dependem mais do movimento, do coletivo como no acampamento. Cuidar do terreno, da cerca, da casa, do trabalho, dos filhos, tudo passa a ser tarefa individual. Base material e representações se constituem e se redefinem reciprocamente. Assim, ao mesmo tempo em que o terreno e a casa propiciam a emergência da subjetividade e da identidade, estas aparecem diferentes, estranhas. Integram uma outra sociabilidade.

As casas, então, podem ser vistas como expressão deste processo. Contêm os elementos do social e não se restringem à sua materialidade. As formas, estruturas e acabamentos manifestam as condições materiais e sociais dos moradores. A substituição, num curto espaço de tempo, de barracos de taipa por casas de alvenaria revela, com alto grau de probabilidade, aspectos do processo em curso: a saída dos antigos sem-teto assentados e a chegada de novos moradores.

Na perspectiva apontada, as condições materiais das casas acabam falando a respeito das reais possibilidades de seus moradores permanecerem no bairro.[32]

Inicialmente concebida como lugar da família no mundo, a casa passa, aos poucos, a adquirir a dimensão visível de *status* social. Perde, com isso, a articulação constitutiva de sentido com as outras dimensões do universo social e da vida. Paulatinamente, as diferenciações econômicas passam a determinar diferenças culturais, sociais e de representação. O espaço físico e social do bairro é integrado ao movimento da sociedade. Elementos e percepções deste processo estão contidos nos depoimentos:

> *Algumas pessoas estão melhorando de vida porque têm um emprego melhor e ganham um pouquinho mais. Muitas pessoas vieram depois e ainda estão vindo, estas têm uma condição melhor. Agora já tem bastante comercio. Os donos dos comércios maiores não moram aqui*.
>
> [Berenice - Canudos]

> *As pessoas que vieram lá da luta e estão aqui moram numa situação muito difícil. As casas melhores que têm aqui não são do pessoal que estava lá. Os que estavam lá são*

[32] *Comprei esta casa aqui uns quatro meses atrás. Um dia passei por aqui, encontrei a placa que queriam vender. A moça que morava aqui não queria vender. Disse que só vendia porque não tinha condição de ficar aqui no local. Ela não tinha com que se sustentar com os filhos* [Márcia - Canudos].

pessoas carentes, que estão precisando de ajuda, bastante ajuda. Você vê as condições de moradias delas.

[José Antônio - Canudos]

A morosidade ou a rapidez na construção e acabamento das casas, ao revelar as condições ou falta de condições, operam, no universo dos próprios moradores, uma diferenciação que é simultaneamente econômica e social. Embora este seja um tema controvertido, a pobreza contribui na elaboração das diferenciações em curso e, portanto, na definição dos atores.[33]

A casa é fundamental para a integração social. Carrega atribuições ideologicamente construídas que cumprem funções sociais. Quem possui residência fixa tem um lugar e sabe qual é sua função na sociedade. Integrado ao ordenamento social, torna-se merecedor de consideração, respeito e confiança. Uma vez que tais características estão associadas à casa, não se aplicam a quem não possui um teto. Por causa disso, os sem-teto são vistos com desconfiança, suspeição, tanto pelos moradores do bairro Maranhão Novo como do Parque Vitória. Dentro desta lógica, o processo de construção da casa expressa, de certo modo, o movimento de integração social. A casa inacabada manifesta a incompletude da integração.[34]

Além de expressar e operar as diferenciações econômicas e sociais, de acordo com inúmeros depoimentos as dificuldades de construir a casa geram "sofrimento".[35] É este que manifesta de forma mais patente sua relação com a integração social. Casa e integração estão associadas, interdependentes.

A minha casinha é de taipa e está para cair a qualquer momento. Não vai agüentar outro inverno. Precisaria fazer uma reforma, mas não tenho condição. O que ganho não dá nem para as crianças comerem direito. Aqui tudo é sofrimento: casa, trabalho, creche para as crianças, transporte.

[Aparecida – Canudos]

[33] O tema será retomado e aprofundado em outro capítulo.
[34] *A minha não é uma residência porque está faltando sala, está faltando cozinha, está faltando tudo. Meu plano era construir uma casa digna de uma família, mas ainda não deu. Só trabalho quando aparece um serviço e, por isso, não tenho um dinheiro seguro todo mês. Aí quem ajeitou a casa um pouquinho melhor fica olhando de cima para baixo. A minha condição não é porque não quero trabalhar* [Pedro - Canudos].
[35] A questão do sofrimento enquanto expressão da dificuldade de integração será retomada no capítulo relativo à pobreza e às desigualdades.

A casa está também associada a um lugar, a um espaço físico e social. De certa forma, a dificuldade de construir a casa se expressa como dificuldade de se integrar ao espaço social. Neste sentido, a casa e sua localização devem ser compreendidas e entendidas como dimensões constitutivas da vida e não separadamente. Assim como qualquer casa não é necessariamente uma casa, também qualquer lugar não é o "lugar". A diferenciação econômica e social decorre e se expressa tanto nas condições e modalidades de construção da casa como nas divisões, distinções, separações e condições dos "lugares" geográficos.

Contrariamente às aparências, as áreas ocupadas pelos sem-teto não resultam de suas deliberações. Tanto o acampamento como o assentamento configuram momentos de integração a um espaço, físico e social, de reordenamento da cidade. Se é possível afirmar que a área de ocupação – acampamento – foi escolhida pelo movimento, deve-se também acrescentar que, de um ponto de vista jurídico, foi considerado um ato ilegal. Quanto à área de assentamento, não foi uma decisão dos sem-teto, mas uma imposição:

> *O pessoal que estava no acampamento não queria vir para cá porque aqui fica longe do centro e tudo fica mais difícil. Nós viemos para cá porque não tinha outro jeito. Não fomos nós que escolhemos esse lugar aqui*.
>
> [Maria José – Canudos]

Também as pessoas que integraram o bairro mais tarde na qualidade de compradores do terreno / casa não o fizeram espontânea e livremente: [36]

> *Eu não vim para cá por opção, mas por necessidade. Foi este lugar que veio a se adequar à minha necessidade de conseguir moradia própria. Andei procurando por vários outros bairros, mas a minha condição não dispunha de renda suficiente para poder habitar em outro bairro*.
>
> [José Antonio - Canudos]

[36] É como se cada um tivesse que procurar o lugar que lhe foi reservado. A procura parece um ato de livre-arbítrio, mas na realidade o espaço está fechado e, por isso, não há escolha.

Resulta, então, que os moradores não integraram espontaneamente o bairro. E, logicamente, não controlam nem regulam o movimento de socialização em curso na área. Canudos, portanto, transforma-se num processo de integração de sem-teto e outros aos ordenamentos instituídos.

A localização do bairro, sobretudo para os setores da população de mais baixa renda e, por causa disso, com dificuldade de transporte,[37] não é uma questão secundária, e sua solução não se exaure numa eventual política de desenvolvimento intensivo do sistema de transporte público. O lugar de moradia deve ficar relativamente perto do lugar de trabalho. O que está em causa não é apenas a questão do tempo necessário para o deslocamento, mas o custo do deslocamento dentro de um orçamento familiar extremamente precário. A vantagem de morar perto do centro, ainda que em condições mais precárias, é que permite ir a pé ao trabalho. De acordo com o testemunho de vários moradores, muitos dos que foram inicialmente assentados acabaram vendendo a casa e se mudando para áreas mais próximas do trabalho. Esta prática não representa apenas uma característica de quem tem um emprego estável, independentemente do salário, mas também de quem executa outros serviços, temporários ou diários, ou de quem trabalha como vendedor em feiras ou é camelô. Isto é, não é a relação de trabalho em si que provoca determinados deslocamentos ou mudanças, mas a necessidade de proximidade aos locais de trabalho, nem que estes representem uma espécie de "bico" ou exerçam seu poder simbólico no imaginário do desempregado e do subempregado que esperam a chance de conseguir arrumar um emprego mais rentável a qualquer momento.

Se a casa é a exteriorização de si e a condição de realização da unidade familiar, o bairro é o espaço físico da casa, da família, das relações do dia-a-dia, dos encontros e desencontros, das mediações, das tensões e articulações. Assim, qualquer bairro não é "o bairro". Articulados na unidade da cidade, os bairros traçam os contornos e reproduzem a divisão espacial e social de interesses, grupos e classes sociais. Desta feita, a cidade é o emblema da modernidade e cópia da sociedade. Seus movimentos e arranjos expressam os movimentos e arranjos da sociedade.

Dentro da cidade, o bairro assume o *status* das pessoas que nele moram ou moraram. Muitas vezes as origens ou a história regressa continuam exercendo poder simbólico e criador na configuração imaginária e real do bairro. Nas referências e no imaginário de muitos, Canudos,

[37] A dificuldade de transporte não deve ser debitada apenas à falta de linha de ônibus, mas também ao custo elevado da passagem. "Com teto, sem condução. Mesmo tendo casa, trabalhadores dormem nas vias e em albergues para poupar dinheiro do ônibus. Excluído do transporte vira 'morador de rua'": **Folha de S. Paulo**, 27 de outubro de 2003. Ver também: GOMIDE, Alexandre de Ávila. "Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas publicas"; *in* **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, jul. 2003. Texto para discussão n° 960.

inicialmente associado aos sem-teto que tinham acampado num terreno em frente ao bairro do Maranhão Novo, continua sendo o símbolo da luta daquele movimento, talvez sem saber que parcela considerável de assentados não está mais lá.

O bairro é uma mediação importante nas relações com o mundo exterior. Neste sentido lhe são atribuídas as funções que tinha a comunidade na sociedade tradicional. No fundo procura-se no bairro aquilo que a comunidade ou o povoado representavam no antigo mundo e constata-se que não respondem àquelas exigências. Houve uma espécie de estranhamento.[38]

Percebe-se a dificuldade senão a impossibilidade de estabelecer ou reproduzir relações de vizinhança como aquelas que teriam existido antes. São outras as bases da socialização. Como a nível interpretativo a unidade deveria ser conferida pelos antigos valores, estes não operam efetivamente e as novas categorias ainda não foram incorporadas como elementos explicativos. Em outras palavras, as tentativas de explicar a dificuldade de relacionamento com os vizinhos não se fundam nos critérios sociais e políticos que estão na base e regulam a nova sociabilidade. Neste sentido há uma ambigüidade por parte dos moradores. De um lado querem se integrar no novo mundo – todo o processo visa a integração – e, do outro, gostariam de reproduzir a antiga sociabilidade. Esta ambigüidade os leva a uma interpretação dúbia do próprio processo. Com efeito, atribuem a não operacionalidade dos antigos princípios aos próprios moradores e não ao novo processo de socialização em curso. Como aqueles princípios e valores ainda estão presentes, recriados, no universo cultural de quem relata, deveriam operar quase que normal e automaticamente. Ao não operar, muitos dos membros das antigas unidade familiares e comunitárias os abandonaram e passaram a pautar sua vida de outra forma. Neste sentido, seria a falta de vontade dos moradores a impedir que o bairro reproduza a antiga sociabilidade.

As mudanças são percebidas com maior clareza nos outros, onde a relação entre os valores tradicionais e a nova realidade social se manifesta como conflito, incompatibilidade, ruptura. Os moradores não percebem que há em curso um processo de socialização que redefine todas as dimensões da vida, inclusive a própria individualidade.

Deste modo, o bairro é definidor da identidade pessoal e social. Sua localização e sua estruturação refletem as condições econômicas, políticas, sociais e culturais de seus moradores.

[38] *No início as pessoas viviam unidas, mas a partir do momento em que conseguiram a casa cada um foi puxando para o seu lado. Aqui a gente não pode contar nem com os vizinhos* [Luis - Canudos].
Antes o pessoal era mais unido e agora não. Parece que viraram a cabeça. Eu queria saber por que as pessoas ficaram assim [Marina - Canudos].

Contudo, não há uma relação direta de "causa – efeito" entre os moradores e o bairro. Se o bairro reflete as condições de seus moradores, estes, por sua vez, adquiriram aquelas formas específicas na relação com outros moradores de outros bairros. Com isso, as condições de um determinado bairro, que refletem as condições de seus moradores, estão articuladas com as condições de outros bairros e outros moradores e dependem delas.

A relação entre os bairros expressa e reflete as desigualdades existentes entre os grupos e as classes sociais dentro de uma sociedade determinada. Desta forma, quando os moradores de Canudos afirmam que não freqüentam certos ambientes para não sofrer humilhação devido às suas condições materiais, não são impedimentos físicos que bloqueiam o acesso e sim estruturas e mecanismos sociais.[39]

Todo caminho, assim como toda relação, é de mão dupla. Todavia, aquele que vai não é o mesmo que vem. Neste sentido, também os grupos sociais dos bairros mais ricos não freqüentam os bairros pobres. As causas, porém, são outras: de um lado operam impedimentos sociais de caráter estrutural e, do outro, questões de segurança de casta e de classe. Ao analisar as concepções e visões das elites brasileiras, Reis mostra que, embora estas considerem a pobreza e a desigualdade como um dos problemas centrais da sociedade brasileira, não as caracterizam como um problema social.[40]

Além da casa e da família, o bairro é o lugar de grande parte das atividades públicas que concorrem para criar o espaço público e dos serviços e benefícios coletivos: educação, saúde, água, energia, mercado, etc. Escola e posto de saúde foram os serviços básicos mais requisitados pelos moradores de Canudos. A escola é percebida como o único caminho de integração social. Com efeito, convidados a priorizar o que era indispensável para o futuro dos filhos, 87% dos responsáveis pelos domicílios apontaram o estudo. O posto de saúde é visto como um meio para amenizar as graves

[39] *Quem não tem dinheiro não vai aonde vai quem tem. Tem lugares aonde o pobre não vai e se tentar ir não entra. Eu já me senti discriminada pelo fato da minha condição ser de baixa renda, de eu morar em Canudos* [Maria das Graças - Canudos].

[40] As elites "acreditam que as coisas poderiam mudar se houvesse vontade política e se o Estado cumprisse seu papel. Ou seja, as elites em geral tendem, coerentemente, a uma percepção voluntarista da realidade. (...) Aparentemente, as indicações são no sentido de que a elite não se sente responsável pelo problema da pobreza e da desigualdade. Ela transfere claramente a responsabilidade sobre ele ao Estado. É o Estado que carece de vontade e que não planeja bem suas ações". A autora afirma, então, que falta "uma noção de responsabilidade social entre as elites" e acrescenta que para estas "a ameaça da desigualdade pesa sobretudo como uma ameaça à manutenção da ordem e da segurança pessoal. É sobretudo a problemática da segurança e da manutenção da ordem nas grandes cidades que parece assustar as elites". Após destacar que elas resistem às medidas distributivas e concebem a pobreza como algo que não afeta a sociedade como um todo, conclui: "nossas elites não incluem a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades entre os seus interesses de fato". REIS, Elisa P. "Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000.

situações sociais do bairro que se expressam sob variadas formas de doenças. As doenças mais recorrentes são originárias da má alimentação – desnutrição – e da falta de higiene.[41]

O bairro é o espaço de articulação e organização social e política. Contudo, como faltam muitos serviços essenciais, a integração é incompleta.[42]

As categorias "sem-teto" e "moradores" não fazem referências apenas a mudanças relativas às condições materiais: sem casa – com casa. Como ressaltado, contemplam também a passagem de determinada configuração social e cultural para outra. Redefinem a socialização. Neste sentido, entram em jogo todas as relações que compõem o universo dos atores envolvidos. Os sem-teto pensavam adquirir novas bases materiais sem modificar as relações sociais e culturais. Imaginavam até reproduzir as tradicionais relações de sociabilidade no novo contexto. Desta maneira, ficam perplexos quando deparam com as mudanças ocorridas nas relações do cotidiano.[43] São as mudanças que afetam as relações entre os membros do movimento,[44] os moradores do bairro, a cooperativa, o sentido da casa, da família,[45] do bairro que geram desconcerto e estranhamento. Não estão em causa os acontecimentos do mundo exterior e nem percebem que há em curso uma adequação àquele universo. Assim, as interpretações captam melhor o que está deixando de operar do que as novas configurações. Por causa disso, a responsabilidade é atribuída a si próprios, sujeitos da antiga unidade, e não aos operadores - poderes públicos - da nova socialização. Em outras palavras, é como se aquele mundo deixasse de operar por falta de vontade dos antigos sem-teto agora assentados no bairro. Falta-lhes a percepção e o entendimento que as mudanças não dependem da vontade individual nem do desejo do movimento; que a integração individual e do bairro exige necessariamente a transformação de tudo aquilo que imaginavam reconstituir.

---

[41] Conforme o Censo de 2000, o Maranhão ocupava um dos primeiros lugares no *ranking* brasileiro da mortalidade infantil. Registrava 49 mortes de crianças de até 1 ano para cada 1.000 nascidas vivas. Era também um dos Estados com maior prevalência da desnutrição de crianças: 12%. O desnutrido perde as defesas necessárias para enfrentar infecções. E geralmente morre de doenças pulmonares. Essas doenças representam 3,4% das mortes no Maranhão. No mesmo Estado 2,9% das crianças morrem por diarréia. **Folha de S. Paulo**, 4 de março de 2003.

[42] *A dificuldade é que neste lugar tem muitas coisas que faltam para nós como pobres. Falta colégio, posto médico, feira, posto policial. Aqui também não encontra serviço. Tem muita gente que vende a casa e vai embora porque não tem trabalho ou porque aqui fica muito longe do trabalho* [Célia - Canudos].

[43] *As pessoas que foram da luta hoje são inimigos uns dos outros. No Maranhão Novo as pessoas estavam bem unidas, bem unidas mesmo. Todo mundo devia continuar unido também depois que veio para cá, mas as pessoas ficaram diferentes. Não sei o que aconteceu. É porque conseguiram teto e ficaram diferentes ou foi uma outra coisa, não sei. Eu sei que as pessoas ficaram muito diferentes umas com as outras* [Bárbara - Canudos].

[44] *Depois que cada um ganhou seu pedacinho de terra, aí não ficamos mais como éramos lá, parecendo uns irmãos, tudo unido. Agora está bem diferente. Cada um se vira da maneira que pode para sobreviver* [Ester – Canudos].

[45] *Aqui é cada um por si, querem pisar nas pessoas, querem ser melhores do que os outros; tudo isso tem aqui. Aqui a gente não pode contar nem com os vizinhos. Também é muito difícil contar com parente* [Milena - Canudos].

Deste modo, estranhamento e desconcerto expressam, em parte, a maneira como os moradores de Canudos interpretam a passagem de uma visão tradicional-comunitária para uma visão moderno-individual. Junto com as mudanças de ordem espacial e econômica, está em curso uma transformação dos códigos socioculturais. A persistência dos antigos valores tornou-se impossível.[46] Assim, a adaptação ao novo espaço social exige a aquisição de novas formas de sociabilidade tanto no seio da família como no do bairro e a reformulação dos laços interpessoais. Em relação a valores específicos que fundam e regulam a unidade do movimento, para vários moradores que estiveram presentes nas duas etapas do processo, a referência passa a ser o antes e o depois, e a mudança, no seu sentido amplo, se caracteriza pela consciência de uma sociabilidade diferente e desagregadora. A socialização se configura num estreitamento das fronteiras do conflito.

A maioria dos moradores que estiveram juntos no acampamento e nas mobilizações em vista da conquista de Canudos é unânime e categórica em afirmar que a unidade e solidariedade que caracterizavam e regulavam suas ações no passado foram paulatinamente solapadas e agora prevalece a regra tácita do "cada um por si". Teria sido o acesso à propriedade o marco divisório entre um mundo e outro? Mas não era por um pedaço de chão e uma casa que eles lutavam? Por que, então, a conquista dos bens pelos quais se mobilizaram teria transformado de forma tão radical suas condições e concepção de vida? Como se articularam e combinaram os objetivos de suas mobilizações, a casa, e a socialização em novas bases? Não teria sido outra também a casa, e o sentido da casa, que os sem-teto puderam construir em Canudos? Ou seja, não teriam também sido privados do antigo sentido que, idealizado, teria contribuído para ofuscar o novo processo de socialização tornando-o menos compreensível?

O agrupamento dos sem-teto no acampamento fundamentava-se na própria condição de "sem-teto" e tinha como objetivo a conquista da "casa". O processo, como evidenciado no primeiro capítulo, exigia a ampliação da ordem instituída. Era a "necessidade" objetivada na falta da casa – evidência da excludência - que agregava. Desta maneira, o acampamento operava no sentido de redefinir e dar consistência política às mobilizações dos sem-teto. E a inclusão demandava uma nova institucionalização. Direta ou indiretamente, naquele processo estava em causa também a redefinição da propriedade. O assentamento, no entanto, se dá sobre as bases da propriedade da forma como ela é

[46] *Aqui deveria ter união, não é? Aqui tem muita confusão. A gente conseguiu isso daqui foi na luta e nesse tempo todo mundo era unido. Mas agora ninguém mais vive unido. Eu não me sinto unida com as pessoas daqui. A gente quer paz, tranqüilidade para nós todos aqui dentro do Canudos, mas isso aí já está se acabando. Tinha no começo, mas agora não tem mais* [Terezinha – Canudos].

concebida e opera dentro da ordem instituída. Aliás, é sobre ela que a ordem está estabelecida e é ela que regula e controla o processo social, o que já tinha ficado evidente na forma como os acampamentos tinham sido tratados pelos poderes públicos. A configuração do assentamento sobre as bases operativas da propriedade expressa o estreitamento do conflito alargado pelo acampamento e a integração dos sem-teto à ordem social instituída.

A origem dos assentados[47] contribui para entender a composição social do bairro e coloca questões relativas ao processo de construção de sua identidade. Do total dos responsáveis pelos domicílios, 32,45% tinham nascido em São Luís, 59,36% em municípios do interior do estado do Maranhão e 8,19% procediam de outros estados da Federação. Resulta, então, que 67,55% do total eram migrantes e estavam fora de seu município de nascimento. Dentro deste universo, 44,16% provinham diretamente da roça[48] e Canudos representava a primeira tentativa de fixação na cidade. Antes da criação do bairro e início do povoamento, 49,14% das famílias assentadas viviam em casas de parentes e amigos. Estes dados mostram como a tradicional unidade familiar – a grande família – cumpria a função de proteção de seus membros. Como salientado, e os depoimentos evidenciam, aos poucos essa função deixará de operar em decorrência das transformações que reconfiguram a unidade social – ressocialização – no contexto do bairro.

Articulados com o grau de escolaridade, muito precária senão inexistente em algumas regiões do interior, estes dados contribuem para entender as dificuldades de arrumar emprego a não ser em setores informais, de baixa renda e sem garantias e proteção. Estas situações e condições se traduzem na impossibilidade de sua integração na cidade e na sociedade. "O emprego precário e o trabalho informal refletem diretamente o fato de que as condições de trabalho estão abaixo do padrão geral de

---

[47] *Na ocupação lá no Maranhão Novo eram pessoas que vinham de muitos lugares da cidade e até do interior. Todos tínhamos o mesmo objetivo e por isso havia união. Muitas pessoas ficavam lá só de noite porque durante o dia precisavam trabalhar. Comentavam até que alguns perderam o emprego por causa daquelas lutas. A maioria daquelas pessoas se encontrou pela primeira vez lá no acampamento* [Maria do Rosário – Canudos].

[48] "Entre 1995 e 1999, cerca de 4,2 milhões de pessoas abandonaram o campo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais que o dobro, portanto, das pessoas assentadas (1,8 milhão) pelo governo federal no mesmo período em conseqüência das lutas dos trabalhadores rurais sem-terra pela reforma agrária. Ora, essa significativa migração do campo para a cidade teve (e ainda tem) como causas o empobrecimento e a insolvência de parte significativa dos pequenos produtores rurais familiares, a mudança no padrão tecnológico das grandes empresas agropecuárias (com a conseqüente dispensa de assalariados), a inviabilização das relações de arrendamento e de parcerias tradicionais, a falência de diversos negócios comerciais localizados nestas áreas e o êxodo rural da juventude, atraída pelas possibilidades virtuais de obter local de trabalho na cidade". CARVALHO, Horácio Martins. "A crise de identidade dos pequenos produtores rurais familiares e suas possibilidades de superação"; *in* **Cadernos do CEAS***,* Centro de Estudos e Ação Social, n° 198, mar./abr. 2002, p. 27-36. Citação p. 30.

vida socialmente necessário para que o indivíduo se integre normalmente na comunidade a que pertence".[49]

Deste modo, as formas de emprego / trabalho prevalecentes em Canudos pela ordem quantitativa são: a) pedreiros e serventes de pedreiro; b) empregadas domésticas; c) ambulantes / camelôs; d) seguranças / vigilantes; e) balconistas e ajudantes de serviços gerais; f) garçons, entre outros. De certa forma, é possível dizer que os moradores de Canudos são "condenados" a esse tipo de trabalho.

No período em que o levantamento foi realizado, 58,77% do total dos responsáveis pelos domicílios possuíam algum tipo de emprego remunerado, ao passo que o restante, ou seja, 41,23 % do total, estava desempregado.[50] Considerando o universo daqueles que de alguma forma exerciam algum tipo de trabalho, 29,25% do total tinham carteira assinada e o restante ganhava por serviço prestado. Analisada na perspectiva das unidades familiares, a situação era a seguinte: 46,20% afirmaram viver do salário auferido graças ao emprego de alguns de seus membros; 36,84% da prestação de serviços;[51] 8,77% da aposentadoria ou pensão de alguém da família e 8,19% de ajuda e doações. Em termos quantitativos, 87,14% das unidades familiares viviam com até no máximo dois salários mínimos mensais por unidade, sendo que 22,52% destes dispunham de um valor inferior ao salário mínimo mensal.[52] Em decorrência desse quadro, 95,03% das unidades pesquisadas não possuíam plano de saúde.

---

[49] MINGIONE, Enzo. "Fragmentação e exclusão: a questão social na fase atual de transição das cidades nas sociedades industriais avançadas"; *in* **Dados** – Revista de Ciências Sociais, vol. 41, n. 4, Rio de Janeiro, 1998.

[50] Os dados são relativos aos responsáveis pelos domicílios. Neste sentido, não contemplam outros membros das unidades domiciliares. Conseqüentemente, são várias as combinações possíveis: o responsável pode estar exercendo algum tipo de trabalho e ter renda, bem como pode estar desempregado e viver da renda de outros membros da unidade familiar. Por causa disso, os dados referentes às atividades empregatícias não correspondem à renda, uma vez que esta foi analisada tendo como referência a unidade familiar. Situação diferente é aquela apresentada pelas mulheres responsáveis pelo domicílios, com filhos e sem companheiros.

[51] Um aspecto que deve ser levado em conta consiste nas variáveis possíveis entre "emprego" e "prestação de serviços". Não necessariamente a prestação de serviço se constitui num emprego, uma vez que este tem um caráter mais estável. Dificilmente a prestação de serviço comporta a assinatura da carteira. Por se tratar de uma categoria que retrata de forma mais direta as peculiaridades das situações conjunturais, a expressão "prestação de serviços" se presta a ambigüidades. Com efeito, enquanto estão trabalhando, mesmo que provisória e temporariamente, os moradores de Canudos se autodefinem como "empregados" e, nos períodos em que estão à procura de serviço, catalogam-se sob a denominação de "prestadores de serviços".

[52] De acordo com o Censo do IBGE realizado no ano de 2000, 48,6% das crianças vivem em famílias cujo chefe ganha até dois salários mínimos; em 1991, a taxa era de 60,5%. A situação de pobreza também aumenta entre crianças que vivem em famílias chefiadas por mulheres sozinhas: nesses casos, 60,5% das crianças de até seis anos são pobres.
É nos estados da região Nordeste que o problema da pobreza infantil é mais grave, uma vez que mais de 60% das crianças de até seis anos vivem em famílias pobres. O pior índice, em todo o país, é o do Maranhão, onde 77,4% das crianças na primeira infância vivem em famílias cujo responsável ganha menos de dois salários mínimos. Depois do Maranhão, as maiores proporções de crianças pobres estão no Piauí (76,8%) e no Ceará (69%). Os melhores índices em todo o país estão em São Paulo (24,7%), Distrito Federal (32,8%) e Santa Catarina (35,1%). **Folha de S. Paulo**, 30 de novembro de 2002.

A análise mostra que é necessário fazer uma distinção entre as formas que determinadas relações sociais assumem em contextos específicos, ou seja, as formas de vida, e os princípios e valores que operam na construção da unidade e identidade de um determinado grupo social. No acampamento as formas de vida resultam de um ordenamento dirigido e regulado por organismos de intermediação – Fórum da Moradia – que visam construir a unidade do movimento com vistas, a médio e longo prazo, a transformar as bases da ordem social. De um modo geral, no acampamento a construção da unidade do movimento mobiliza valores e princípios tradicionais: família, comunidade, parentesco, solidariedade, elementos simbólicos de caráter religioso. Os bens simbólicos e materiais são concebidos em sua forma comunitária e não individual: a vida e a terra são dons de Deus e, portanto, patrimônio de todos. A propriedade, em sua forma jurídica e contratual, não determina nem regula as relações de sociabilidade. Em decorrência desta base tradicional, os membros dos acampamentos sentem-se "unidos" como "uma grande família", onde "tudo é de todos". Por outro lado, as interpretações elaboradas a partir dos assentamentos evidenciam o desconforto decorrente da impossibilidade de operacionalização dos elementos que constituíam a sociabilidade tradicional. Deste modo, o desenraizamento[53] do presente induz a novas interpretações do passado e favorece a invenção de tradições. A unidade, coesão, harmonia e solidariedade atribuídas às formações sociais anteriores expressam essa operação romântica. Reinventado, o passado deveria se impor ao presente e reestabelecer o que foi perdido.[54] Não passa de voluntarismo querer reproduzir aquelas formas de vida em contextos regulados pelo movimento de socialização que tem no capital e no mercado suas referências fundamentais.

[53] "É característico da sociedade capitalista, desde a sua origem, a exclusão, isto é, o desenraizamento. (...) O que é próprio e característico dessa sociedade, e do predomínio que há nela das leis de mercado sobre quaisquer outras leis sociais, é o desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e àquilo que elas estavam acostumadas a ser. Por que o capitalismo faz isso? O capitalismo faz isso para incluir". MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. Citação p 120.

[54] Em relação à importância do mito edênico no Brasil pode-se consultar: CARVALHO, José Murilo. "Os motivos edênicos no imaginário social brasileiro"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 38, out. 1998. Do mesmo autor, "Terra do nunca: sonhos que não se realizam"; *in* BETHELL, Leslie. **Brasil: fardo do passado, promessa do futuro. Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

b. Família

Todos deveriam colocar a família como o valor maior da sua vida. A família é fundamental para que a pessoa tenha êxito na vida.

[Ricardo - Canudos]

A questão das transformações sociais constitui o objeto de investigação de muitos que, a partir de diferentes lugares e de várias maneiras, enfrentam o desafio de desvendar sua natureza, bem como interpretar e conceituar a complexidade das configurações que delas emergem. Importa salientar que as transformações são simultaneamente materiais e imateriais, ou seja, envolvem os meios de produção da vida e a própria vida em sociedade. Por conseguinte, têm um caráter societário, mesmo quando a indagação focaliza apenas algumas de suas dimensões constitutivas.

As relações familiares devem ser entendidas e explicadas tendo como referência fundamental o processo ininterrupto de construção e redefinição do social. Constituem, como a própria expressão enuncia, relações sociais.

A família, assim como a casa, é considerada o bem mais precioso por todos os moradores do bairro, inclusive aqueles cujas unidades se fragmentaram ao longo dos reiterados deslocamentos.
Em Canudos, os dados relativos ao estado civil dos responsáveis pelos domicílios contribuem para decifrar o caráter das transformações que redefinem a estrutura e o sentido da família. O quadro encontrado foi o seguinte: do universo dos responsáveis pelos domicílios, 17,84 % eram casados; 37,43 % solteiros[55] e 35,08 % amasiados.

Os dados apontam ainda para situações e condições familiares distantes da mistificada unidade familiar tradicional, bem como do padrão médio de evolução da família brasileira registrado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em suas periódicas indagações. A referência à família tradicional funda-se no fato de que 59,36% dos chefes de família procediam diretamente de pequenos povoados e bairros rurais do interior do Maranhão, embora pudessem ter permanecido um período mais ou menos longo em São Luís, em casa de parentes, conhecidos ou morando de aluguel; 8,19 % do total dos chefes de família procediam de outros estados da Federação,

[55] Por meio de entrevistas e observações recolhidas no bairro foi constatado que algumas mulheres responsáveis pelos domicílios, com filhos e sem companheiro se incluíram na categoria "solteiro" na pesquisa de múltipla escolha.

e o restante, ou seja, 32,45%, era originário de São Luís. Mesmo sem dados precisos que permitam a quantificação, com base na reconstituição das histórias de vida de alguns foi possível constatar que vários daqueles que podiam ser considerados de origem urbana eram, na realidade, descendentes diretos ou de segunda geração de famílias que tinham migrado para a cidade em épocas anteriores. Estes dados permitem trabalhar com a hipótese de que o universo rural continua presente e contribui, em diferentes níveis e graus, na configuração do processo social que caracteriza o bairro e a própria cidade.

Os dados apontavam ainda para a seguinte configuração de Canudos: as mulheres representavam 55,5% do total dos proprietários dos terrenos e 36% do total dos chefes de família. Foi registrada a presença de um número significativo de mulheres chefes de família, com filhos e sem companheiros.[56] Mesmo sem poder ser quantificado, este dado contribui não apenas na caracterização da estrutura familiar, mas também na organização econômica, social e política do bairro. As mulheres com filhos necessitam arrumar um emprego para poder sustentar a família. No entanto, para se ausentar de casa devem encontrar alguém que tome conta dos filhos e deve ser um serviço gratuito, pois não há dinheiro disponível. No bairro, porém, não existem creches nem escolas, a não ser aquela criada pela cooperativa com o intuito de atender as crianças cujas mães precisassem trabalhar. No entanto, aquela escola sofre as mesmas carências que pretende suprir. Trata-se de uma espécie de círculo vicioso cujas ações seqüenciais visam romper o círculo da pobreza e acabam reproduzindo a miséria, o que mostra que a vontade política e as ações filantrópicas não conseguem romper o movimento de reprodução da excludência se não forem transformadas as bases sociais e políticas sobre as quais a lógica daquele movimento está instituída.

Nas investigações e interpretações relativas ao caráter da sociedade tradicional, a família sempre ocupou um lugar relevante. É difícil entender o universo rural e decifrar o mundo tradicional sem que a análise leve necessariamente em consideração a família. Constitui o referencial, o núcleo central e estrutural daquele universo. Deste modo, a comunidade passa a ser representada como uma família ampliada, um conjunto de famílias articuladas pelos mesmos laços que as unem. Nesta perspectiva, no mundo tradicional agrário a família é vista ou apreendida também como unidade

---

[56] *Aqui a maioria dos chefes de família são mulheres. Também existem muitas mulheres com filhos que largaram o marido* [Andréia - Canudos].
No bairro existe muita mãe solteira. Tem muita mãe solteira que sai para trabalhar e, às vezes, tem delas que nem trabalham. Hoje o marido abandona os filhos e aí fica naquela dificuldade. Às vezes a mãe tem que deixar os filhos com alguém, pagar alguém para tomar conta para ela poder trabalhar fora [Dalva - Canudos].

produtiva. A emergência e consolidação da sociedade moderna colocaram os pressupostos de sua instituição na emancipação daquelas formas de gestão e de regulação de unidade social. Isto, como os próprios relatos dos moradores de Canudos focalizam, desarticulou a estrutura da unidade familiar tradicional no sentido de que retirou dos pais não apenas o poder de interferir na conformação da sociedade, mas também de reproduzir a unidade familiar mobilizando valores e funções tradicionais. Este processo se expressará como "dificuldade de educar os filhos". No caso, as dificuldades não devem ser entendidas apenas em sua dimensão econômica, ou seja, de escassez de recursos materiais, mas também em seus aspectos sociais e culturais.

Contudo, importa ressaltar que o processo de modernização não liquidou de vez com as tradicionais formas de conceber e articular as famílias, as comunidades e a própria sociedade. As formas de organização e dominação social que foram denominadas de patriarcalismo e redefinidas ainda estão presentes e operantes.

A unidade familiar é sistematicamente evocada pelos próprios setores tidos como os mais modernos para defender princípios morais, geralmente associados à unidade social, ou implementar reformas que favoreceriam simultaneamente a sociedade e as famílias. Ou seja, a comunicação e o diálogo com os cidadãos ainda mobilizam tradicionais mecanismos de coesão social como a família, independentemente de suas condições reais. Por parte de muitos, é considerada a base e o objetivo de toda a sociedade. Todas as vezes que a unidade da sociedade é ameaçada pelas desigualdades que o processo de desenvolvimento gera, apela-se para os valores da família a fim de recompor as fissuras.

É necessário, portanto, superar a visão abstrata de família e trabalhar com o conceito de relações sociais. Este é o caminho para superar inclusive a ambigüidade dos moradores de Canudos que concebem a família como algo imutável[57] e, simultaneamente, apontam para transformações profundas, estruturais e culturais.[58] Enquanto realidade social, a família não se explica por si, não tem sentido em si.[59] A perpetuação do nome contribui para esconder uma realidade social em permanente mutação.

---

[57] *Eu acredito que a família não muda, continua a mesma. O que mudam são as outras coisas. O que muda mais hoje é o comportamento, até mesmo porque a gente não pode se comportar como se comportava antigamente, senão você vai ser antiquado* [José Antonio – Canudos].

[58] *Eu acho que hoje em dia a família não é mais aquilo que era antes. Antes tudo era diferente. Eu não sei explicar direito, mais sei que aquelas coisas de antigamente mudaram. Hoje tudo é moderno e a diferença é muita. Antes era tudo rígido. Hoje não; a criançada tem muita liberdade e faz tudo. Antigamente tinha que chegar e tomar bênção e hoje não tem esse negócio; é tudo liberado* [Antonia - Canudos].

[59] A realidade social não se dá a conhecer imediatamente e, em geral, está carregada de significações que lhe são atribuídas. Neste sentido, o nome de uma pessoa ou de uma coisa não revela nada a respeito daquela pessoa ou coisa a não ser o nome, algo abstrato e extrínseco às suas propriedades. Marx define com precisão o método de investigação quando afirma que os elementos que constituem determinada realidade social devem ser apreendidos como relações sociais. MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Referência p. 60.

Reconstituindo o processo que produziu o acampamento e resultou no assentamento, os atores envolvidos se identificam como representantes de unidades familiares. Mesmo quando é apenas um membro da família a permanecer no acampamento ou na frente das mobilizações, é em nome da família, real ou hipotética, que afirma agir. Este aspecto ganha força quando se constata que a maioria das pessoas que compunham o acampamento – assim como o assentamento - eram mulheres.

Desta maneira, a luta pela casa dos sem-teto presentes no acampamento tem, em sua raiz, uma base familiar, ainda que várias pessoas solteiras tenham se associado ao movimento.

Partindo, então, do pressuposto de que a luta pela casa representa também uma forma de manutenção e reprodução da unidade familiar, poder-se-ia inferir que, com a chegada em Canudos, a conquista de um terreno e a construção da casa, as bases materiais estariam dadas, ou seja, que o assentamento teria propiciado, em contextos e tempos diferentes, a manutenção da preliminar unidade familiar. A investigação das experiências e das formas de produção da sociabilidade no espaço e no tempo do bairro mostra que não é mais suficiente as pessoas estarem agregadas no mesmo "espaço", no caso o espaço do assentamento, para que os princípios que fundavam e regulavam a sociabilidade anterior continuem operando e produzindo os mesmos resultados. Como destacado, o deslocamento espacial muda as bases sociais e exige a construção de uma nova identidade. Assim, as novas relações que, conforme imaginavam os acampados, deviam recriar as formas de solidariedade que existiam outrora, na realidade produzem a emergência de novos sujeitos. O espaço, o tempo, as relações, as instituições, tudo parece ter força e vontade própria. Desta maneira, os moradores falam da importância da unidade e se descobrem divididos, em tensão, em conflito. Quando convidados a discorrer sobre a família, a ambigüidade aparece nas interpretações. De um lado, a unidade familiar fundada no imaginário parece não ter sofrido abalos com as mudanças ocorridas e, do outro, a família das relações do cotidiano não é mais a mesma.

De um modo geral, as mudanças em relação à família tradicional são percebidas essencialmente como perda da autoridade dos pais sobre os filhos:

> *As famílias mudaram muito porque hoje em dia os pequenos começam já de pequenos a serem salientes, caçar confusão, brigar na rua. Isso que é diferente. Eu fui criada respeitando os mais velhos. Hoje em dia não sabem respeitar os mais velhos, não sabem dobrar a língua*.
>
> [Francisca - Canudos]

Eu vejo que hoje a família é totalmente diferente de antigamente. Antigamente os filhos respeitavam os pais, os avós e hoje em dia não, os filhos não obedecem mais. Tem muita coisa diferente. Em termos de união, antigamente a família era mais unida do que hoje em dia.

[Raimunda - Canudos]

A integração é um processo que reconstrói as identidades individuais e coletivas em novas bases sociais. Para as pessoas e os grupos que vivem em condições de pobreza, é concebida como possibilidade de ascensão social. Suas mobilizações, com efeito, têm em vista "melhorar as condições de vida", ou conseguir "uma vida mais digna". A reprodução das anteriores condições de pobreza em novos contextos, portanto, acaba gerando frustração de expectativas. Desta maneira, os setores populares geralmente submetidos à condição de excludência transferem a perspectiva da ascensão social da esfera da família para a dos filhos. É uma espécie de rendição dos pais que, todavia, continuam a acreditar na possibilidade de integração dos filhos. Vista nesta ótica, a integração imaginada não se completou. Resta-lhes batalhar para que se complete para os filhos. Não se trata mais da antiga integração na família, na comunidade local / bairro, mas na cidade, na sociedade.

De forma contraditória, a nova integração desestrutura a antiga. Não é mais preciso estar integrado às unidades locais, como antigamente, para estar integrado à sociedade. Aliás, tudo aquilo que contribui para a integração – escola, trabalho, serviços públicos – está longe do bairro. Se a integração do bairro não se completa, também não pode integrar seus moradores. Por isso, é nesse outro mundo que precisa estar integrado e não mais no mundo local. Nesta perspectiva, o abandono do bairro e o deslocamento para outros locais em alguns casos podem ser interpretados como buscas de novas integrações – trabalho, acesso aos serviços públicos. A ampliação das relações que deslocam os fatores de integração para outras esferas e para outros espaços físicos e sociais não se dá mais em termos de unidades familiares e sim de indivíduos. Dentro da própria unidade, há desigualdades – homens desempregados, mulheres trabalhando, crianças fora da escola. A unidade integradora é outra. Portanto, as unidades familiares não se mobilizam com o intuito de sua reprodução, mas em vista da integração de seus membros em outras unidades.

Como a integração dos filhos exige a mobilização de recursos materiais e humanos e as condições são de pobreza, há uma redução drástica do número de filhos por unidade familiar.[60]

> *Antigamente as famílias tinham mais filhos. Nós mesmos somos nove irmãos e hoje eu só tenho duas filhas. Eu acredito que a gente não vai ter mais filhos pela dificuldade que a gente tem de dar educação. Porque tem que dar uma boa educação e também uma boa formação*.
>
> [José Antônio - Canudos]

> *A família mudou muito também porque hoje um casal tem dois ou três filhos no máximo e antigamente tinha até dez, doze. Eu tenho dois filhos e não pretendo ter mais porque o custo de vida é muito grande e hoje precisa pagar até para as crianças estudar. A educação também depende do dinheiro, por isso está muito mais difícil*.
>
> [Antônia - Canudos]

A situação expressa nos depoimentos mostra que a luta dos sem-teto não se encerra com a conquista de um terreno no bairro nem com a construção da casa. Casa, trabalho, bairro, família, movimento: tudo se transforma e ganha outra dinâmica, novo sentido. As transformações redefinem as pessoas, as coisas e as próprias instituições. Por isso, as mudanças familiares expressam aspectos da nova socialização, do processo que está reconfigurando a sociedade. Quer dizer, são movimentos societários e não apenas familiares.

Portanto, existe um descompasso muito grande entre o conceito ideal, romântico e abstrato de família e as experiências concretas vivenciadas pelos moradores de Canudos. As tensões e os conflitos que não estão presentes nas definições e concepções do que é e representa a família, constituem e formatam o cotidiano de muitas mulheres e homens que vivem no bairro. A sensação é a de que as experiências concretas e as dificuldades enfrentadas não conseguem abalar ou modificar aquela visão idealista e romântica. Desta forma, a separação entre a concepção ideal e a vida real desvirtua a compreensão dos processos sociais e faz com que as tensões e rupturas das antigas unidades familiares sejam interpretadas, quase que exclusivamente, como um produto das mudanças

[60] É impressionante a redução do número de filhos registrada em Canudos no espaço de uma geração. Como as informações foram obtidas através das entrevistas – pesquisa qualitativa – não foi possível quantificar os dados. De qualquer maneira fica o registro. Várias das unidades familiares presentes no bairro possuem um ou dois filho e vêm de famílias que tinham oito, dez ou até mais.

nas relações interpessoais. É neste mesmo nível que as relações para com os filhos são apreendidas e interpretadas. Constituem o divisor entre o passado e o presente, entre a antiga e a nova geração.

Os moradores de Canudos focalizam as mudanças nas relações interpessoais, especialmente entre as gerações, para explicar as transformações ocorridas no interior da velha unidade familiar e na sociedade. A ruptura dos laços que preservavam aquela unidade graças ao exercício da autoridade dos pais que mantinham um controle rígido quanto às atitudes e aos comportamentos dos filhos, abriu o caminho para a constituição de um novo espaço social em que tudo parece possível e onde, aparentemente, ninguém consegue assumir o controle da situação. Nesta dinâmica rompe-se inclusive a visão paternalista que setores das classes subalternas tinham historicamente construído em relação ao Estado. Há, subjacente a este processo, uma crítica à ordem democrática e jurídica que permite e defende a existência de uma pluralidade de comportamentos, descaracterizando e deslegitimando a velha figura paterna[61] sem que, em contrapartida, seja instituída outra autoridade capaz de regular e controlar as vontades individuais. Com efeito, à desagregação familiar é associada a desorganização social e à perda de autoridade dos pais, a incapacidade das autoridades públicas de colocar ordem na desordem que existe fora de casa, isto é, na rua, no bairro e na sociedade.[62]

Os deslocamentos físicos que, conforme ressaltado, têm um caráter familiar, estão inicialmente assentados no sonho da ascensão social. Todo deslocamento, porém, acarreta o rompimento de laços sociais e gera instabilidade e sofrimento emocional, físico e psicológico. O deslocamento reiterado produz no deslocado um desajuste social e acaba dificultando sua adaptação e integração a qualquer meio social.[63] A precariedade em termos de permanência em determinados espaços físicos se traduz na dificuldade, senão na impossibilidade, da ascensão e integração social. As trajetórias de vários moradores apontam para isso. Após ter deixado o interior foram para a cidade, onde executaram vários serviços e moraram em diversos locais. Em momentos de maiores dificuldades, alguns experimentaram inclusive voltar para o lugar de origem, mas não agüentaram e retornaram para a cidade. Ao chegar em Canudos, a viagem parecia ter chegado ao fim. Lá eles se fixariam definitivamente e a partir de lá construiriam suas vidas. Entretanto, logo depararam com a

[61] *Os filhos não obedecem mais como nós obedecíamos antigamente. Desde pequenos eles são salientes. E hoje nem pode tocar neles porque se alguém denunciar você é que leva a pior. Então eu não sei como fazer para botar os meninos para obedecer* [Josefa – Canudos]. A referência é ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

[62] *Sempre peço aos meus filhos para ficar dentro de casa e não sair para a rua. Se saírem para a rua os pequenos vão pela cabeça dos outros. E na rua tem muita confusão, muita briga* [Isaura – Canudos].

[63] *Eu vejo que para os pobres que nem nós não tem uma solução dos nossos problemas. A gente entra nas lutas que aparecem por aí para encontrar um jeito de melhorar as nossas condições, mas no fim nunca as coisas dão certo. No fim a gente é sempre chutado. Tem dia que me pergunto se neste mundo tem lugar onde a gente possa viver tranqüilo. Eu começo a ficar cansado de carregar a família por tudo que é lado e nunca encontro um lugar para ficar* [Sebastião - Canudos].

exigência de ter que construir a casa associada à falta de recursos e à necessidade de encontrar um emprego sem possuir preparo e qualificação. A isso se acrescia a distância dos locais de trabalho, dos colégios, dos hospitais, dos postos de saúde e das repartições públicas e a total falta de infra-estruturas do bairro. Todos estes problemas, conjugados com a desarticulação das antigas unidades sociais que ofereciam amparo e proteção nas adversidades, produzem sim mudanças de hábitos, mas também geram problemas psicológicos e sociais que geram desajustes e afetam, de maneira principal, as próprias famílias.[64]

Além da questão do deslocamento que contém o desenraizamento, outra dimensão relevante do problema é a rapidez das mudanças às quais determinados grupos sociais, sobretudo setores das classes subalternas, são submetidos.[65] Imagine-se uma família oriunda do interior do Maranhão repentinamente jogada na periferia da cidade de São Luís. A única experiência acumulada foi o trabalho na roça e, subitamente, se vê obrigada a disputar uma vaga para exercer funções que, na realidade, nunca desenvolveu. Para os desqualificados, a luta é por serviços que não exijam capacitação. Ainda assim a situação não é favorável porque a procura é muito maior que a oferta. Numa espécie de círculo vicioso, isto concorre para descaracterizar ainda mais os serviços. Em Canudos encontramos homens que, envergonhados, não saíam pela cidade à procura de qualquer serviço.[66] Com base em conversas informais, ficou a sensação de que a vergonha estava fundada na

[64] "A diferença com as transformações positivas que as migrações possam promover, e de certo modo promoveram no passado e ainda residualmente promovem, está no fato de que são migrações que desagregam sem transformar; dessocializam, mas não ressocializam, não preparam nem reeducam para uma sociabilidade mais rica e humanizadora. Deixam aberto o espaço para formas precárias e socialmente problemáticas de ajustamento recíproco das pessoas, na socialização espontânea dos ambientes degradados. Vão definindo uma sociabilidade dominada não só pela miséria material, mas também pela miséria moral". MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. Citação p.140.

[65] "Os sociólogos descobriram que a mudança rápida, no mundo moderno, criou sérios dramas biológicos, psíquicos e sociais para o homem. A civilização alterou-se tão depressa, que o organismo humano, a personalidade humana e a capacidade humana de atuação social organizada sofreram comoções profundas, transparentes em diferentes tipos de desajustamentos. Como se afirma, em algumas dezenas de anos, a nossa herança social se modificou mais extensa e profundamente que no decorrer de todo o período anterior da existência conhecida do homem na terra, o que expôs sua personalidade a mudanças que são dramáticas, tanto por sua rapidez, quanto por sua intensidade". FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 3ª. edição. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1979. Citação p. 75.

[66] *Aqui em Canudos é mais fácil para as mulheres achar um serviço porque elas aceitam qualquer coisa. Sabem que em casa precisam das coisas e, por isso, aceitam sem reclamar. O homem não gosta muito de ser mandado. Faz porque não tem outro jeito, mas não gosta. Quem foi atrás do serviço de meu marido lá em casa fui eu. Ele tinha vergonha de sair por aí pedindo. No fim achei. Agora ele trabalha como vigia numa empresa de construção* [Maria da Conceição – Canudos].

constatação do descompasso entre aquilo que a sociedade exigia e o que eles efetivamente podiam oferecer. Naquele contexto as mulheres pareciam mais dinâmicas.[67]

Com efeito, como os empregos se davam na área de serviços – informais -, os depoimentos mostravam que as mulheres tinham mais oportunidades de encontrar emprego.[68] Por isso, no processo de ressocialização elas aparecem como mais determinadas e persistentes do que os homens. Estes últimos, deslocados do contexto social em que se formaram, encontram maior dificuldade de adaptação e integração às novas configurações. Reagem ao desconforto provocado pela perda de suas tradicionais funções com atitudes e comportamentos às vezes agressivos. Não constituem, conforme o senso comum, a causa da desestruturação familiar, mas, são reações à desarticulação da antiga estrutura familiar que está se processando.

Numa perspectiva que contemple o movimento de reorganização social, as formas como se manifestam as relações de trabalho em Canudos contribuem para caracterizar a crise do patrimonialismo e da dominação oligárquica. Neste sentido, de forma contraditória e tensa, a integração do bairro à cidade e à sociedade exige necessariamente a desarticulação das tradicionais formas de organização familiar e social. Esta desarticulação é vivenciada pelos chefes de família como perda de autoridade por parte dos pais sobre os filhos.

A análise dos processos em curso em Canudos mostra que as mudanças rápidas e profundas efetivadas num curto espaço de tempo desenraízam sem enraizar, excluem sem incluir, desestruturam sem estruturar, uma vez que a nova socialização age no sentido de elaboração de novas identidades. O impacto sobre os grupos tradicionais e as classes sociais subalternas, além de social, político, econômico e cultural, é também psicológico. Provoca desajuste e sofrimento. Uma espécie de trauma que contribui para inviabilizar o processo de integração e dificulta a ressocialização. Constitui uma forma extremada de exclusão que se expressa na impossibilidade da inclusão. Transforma-se numa espécie de rendição.[69] O sonho da integração passa a ser vivido em função dos filhos. Os filhos não

---

[67] *Hoje em dia se não arregaçar as mangas e meter a cara, a situação que está complicada vai ficar mais ainda. Eu não tenho medo. Eu vou em qualquer lugar, atrás de qualquer coisa; não ligo com aquilo que os outros dizem* [Maria José – Canudos].
Eu trabalho aqui e acolá fazendo comida em restaurantes e também em casas de família. Quando alguém precisa manda chamar e eu vou. Onde eu vou sempre pergunto se tem algum serviço para homem; assim serviço geral como tomar conta do jardim, vigiar a casa e outras coisas. Eu procuro serviço para meu marido porque para homem hoje em dia é mais difícil encontrar serviço do que para mulher [Francisca – Canudos].

[68] Segundo Fernandes, depois da abolição a família ficou desestruturada porque somente as mulheres encontravam serviços. FERNANDES, Florestan. **Integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

[69] *Eu desejo um futuro bem melhor para meus netos, para meus filhos. Eu desejo um futuro bem melhor porque eu não tive futuro. Para sobreviver tive que trabalhar com dez anos de idade. Para criar meus filhos fui trabalhar em casa de família. Então eu não quero isso para os meus netos e para os meus filhos* [Ivone - Canudos].

podem estar onde os pais estão e viver como os pais estão vivendo. Não está mais em causa a reprodução do tradicional núcleo familiar. O sonho é a integração dos filhos uma vez que para si próprios a batalha foi perdida.

> *Eu sonho com uma filha minha sendo pedagoga. Tenho fé em Deus que um dia uma delas vai conseguir. Já pensou aqui em Canudos ter uma pedagoga, uma doutora, uma professora e a outra da marinha? Pois é isso que eu quero, coisa boa para as minhas filhas*.
>
> [Maria Francisca]

> *O meu sonho é que os meus filhos estudem*[70]*, sigam em frente com a carreira, tenham um bom trabalho, um bom ensino para ter um bom emprego, se formem e consigam ser alguma coisa na vida*.
>
> [Berenice - Canudos]

Em Canudos o grau de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios constitui um indicador de suas possibilidades de integração social. Do total, 9,36% nunca tinham freqüentado uma escola; 31,52% tinham freqüentado até no máximo o 5º ano do básico; 30,87% tinham entre a 6ª e a 8ª série; 21,16% iniciaram mas não concluíram o segundo grau e apenas 7,09% possuíam o segundo grau completo. Levando em consideração tratar-se, como ressaltado, de uma população relativamente jovem, a baixa escolaridade está diretamente associada às suas formas de exclusão. É também a consciência desta sua condição que leva a maioria dos pais a apontar a escola como o principal caminho de integração dos filhos.

Desta maneira, a vida no bairro e na cidade produz, aos poucos, um rompimento da organização familiar tradicional. As coisas que acontecem fogem da alçada e do controle da família e transformam-se em ameaça tanto da família como do bairro: gangues, drogas, violência, divisões. Os

[70] O "Mapa do Analfabetismo", divulgado pelo Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação, "mostra que as taxas de analfabetismo no país estão diretamente relacionadas à renda familiar. As famílias brasileiras que possuem renda superior a dez salários mínimos têm o índice de 1,4%, enquanto nas que possuem renda inferior a um salário mínimo o índice alcança 29%. No Nordeste o contraste é maior. As famílias da região com renda de até um salário mínimo o índice é de cerca de 37%, e nas famílias com renda acima de dez salários mínimos o analfabetismo é de 1,8% da população de mais de 15 anos. (...) No meio rural brasileiro, a taxa de analfabetismo é três vezes superior à da população urbana, com índices de 28,7% e 9,5%, respectivamente. No Nordeste, o índice é de 40,7%, alcançando 49,2% no Piauí. A melhor situação está na região Sul, com 11,9% de analfabetos na área rural". **Folha On line**, 4 de junho de 2003.

mecanismos mobilizados para o enfrentamento destes problemas voltam-se, essencialmente, para dentro, isto é, para a antiga unidade familiar. A casa e a família, que já não são as mesmas, continuam sendo vistas como amparo, defesa, proteção. Neste sentido, os pais pedem às criança para não freqüentarem a rua, agora vista como o espaço das contradições da sociedade.[71] Deste modo, o enfrentamento mobiliza valores tradicionais, recriados em contextos de adversidades. Contudo, aqueles valores não operam como imaginado e os pais constatam a perda gradativa de sua autoridade enquanto "chefes". As mulheres percebem isso dentro de casa, uma vez que não conseguem a obediência e o controle sobre os filhos, e os homens na rua, visto que o espaço em volta da casa se separou do ambiente e universo familiar, passou a se organizar de outra forma e representa uma ameaça tanto para o bairro como para a família. Essa perda de autoridade das mulheres sobre a família restrita – casa – e dos homens sobre a família ampliada – casa e contexto social em sua volta - redefinem as identidades dos homens e das mulheres e transforma-se em fonte de tensão nas relações familiares e sociais. O espaço da família é redefinido e configurado de acordo com a nova ordem social. Deixa de ser um universo regulado por princípios, valores e estruturas tradicionais nos quais os pais exerciam funções centrais e assume as características da sociedade. Não é mais a família que organiza a sociedade, mas esta que organiza aquela.[72]

É este o contexto que faz com que os moradores reconheçam que com o assentamento no bairro suas condições de vida melhoraram e, ao mesmo tempo, cheguem a afirmar que, em muitos casos, sua vida antes era melhor. Há uma idealização do passado. Embora a avaliação esteja sempre relacionada a bens ou aspectos determinados e isto permita entender a ambivalência das análises, 86,89% dos assentados afirmaram que suas condições de vida melhoraram depois que se estabeleceram em Canudos. Simultaneamente os relatos registravam as mudanças desestabilizadoras:

> *Eu digo que a vida é melhor agora porque antigamente eu não tinha minha casa e agora eu tenho.*
>
> [Terezinha – Canudos]

[71] A rua, portanto, não é espaço de redefinição da antiga socialização. MATTA, Roberto da. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

[72] A mesma constatação pode ser encontrada em Cárdia: "Assim, o que assistimos é uma grande quebra da 'ordem' familiar, à qual se seguirá, com o tempo, o deslocamento acelerado da identidade. No interior do núcleo familiar, o que é regra perde a força e a rigidez, não resistindo ao contato com o novo, com a diversidade. São essas encruzilhadas que se colocam como desafio para a identificação de um novo *status* familiar que poderá definir o cotidiano dessas famílias e que poderá ser decisivo para a nova esfera da vida social". CARDIA, Lais M. "Famílias migrantes: reordenamento e arranjo urbano". Em **Política e Trabalho,** 14 setembro 1988 p. 35-47. Citação p. 44.

Aqui a gente vive com mais preocupação. Quando sai de casa tem que trancar e não sabe se quando volta ainda encontra as coisas; na rua é perigoso porque você encontra de tudo, emprego é difícil e quando encontra ganha uma mixaria que não dá para nada. Antigamente não existia isso. As pessoas eram mais unidas, todo mundo era amigo e não aconteciam as coisas que acontecem hoje. Também naquele tempo a gente não tinha dinheiro no bolso, mas a vida era mais sossegada e a gente vivia mais tranqüilo. Aquilo tudo hoje acabou.

[Marlene – Canudos]

Deste modo, as casas não são mais o retrato da família. Nem conseguem mais esconder o que acontece no seu interior. Antes consideradas não apenas em sua estrutura material, mas em sua função social e, neste sentido, vistas como o *locus* que integrava todos os espaços em sua volta – o quintal, a rua, os parentes, a comunidade e até a roça -, adquire agora outro caráter. A casa e as famílias, divorciados, não conseguem mais domesticar, educar e integrar aqueles espaços. Pelo contrário, são os espaços de fora que agora invadem a casa, a família e criam divisão, separação, sofrimento. Neste sentido, não são mais um lugar de abrigo, de aconchego, de proteção.

Entre os chefes de família residentes em Canudos, um número significativo[73] passou por vários casamentos e teve filhos com diferentes parceiros /as. Para alguns deles, sobretudo os homens, isso não teria gerado maiores problemas ou dificuldades. Contudo, para outros, sobretudo as mulheres, a separação, de um modo geral, representa um incremento das já precárias condições materiais de vida. Como ressaltado, no bairro são numerosas as mulheres chefes de família e sem companheiro. Um elemento importante para a compreensão das condições sociais e materiais do bairro reside no fato de que, em caso de separação do casal, a tendência prevalecente é a de que os filhos permaneçam com a mãe.[74] Imbuídos de uma concepção e uma prática profundamente machistas, em várias circunstâncias os homens chegam a falar pública e abertamente dos filhos como se fossem da mulher. Quando se separam da mulher, com muita dificuldade assumem a responsabilidade de contribuir para o sustento dos filhos.

[73] Apesar de ter sido registrado pela pesquisa qualitativa, o dado não pode ser quantificado.

[74] *Quando tive o primeiro filho, aquela menina que está aí, morei com o rapaz um tempo, mas não deu certo. Aí eu larguei. (...) Quando tive esse outro menino, o rapaz foi embora. O pessoal sugeriu buscar o que era meu na justiça, mas eu não fui porque não ia adiantar nada* [Raimunda].

A maioria dos pais deixa evidente que seus esforços e sacrifício têm como objetivo criar melhores condições de vida para os filhos. Fica claro que não querem para os filhos a vida que eles estão tendo: desemprego, subemprego, pobreza, sofrimento, humilhação, etc. Embora reconheçam estarem encontrando dificuldade no relacionamento com os filhos, sobretudo quando entram na fase da adolescência e juventude e começam a escapar do controle familiar, se dividem entre o passado e o futuro. De um lado rememoram o tempo em que a família vivia unida e os pais exerciam sua autoridade incontestável e *bastava um simples olhar* para os filhos entenderem e obedecerem e, do outro, querem que os filhos se integrem naquela lógica que, em última instância, operou a desagregação daquela unidade familiar. Por isso, querem *o melhor para os filhos,* que, na maioria dos casos, se traduz no *estudo para que possam arranjar um bom emprego e ter bom salário*. Cárdia escreve: "Para essas famílias, tanto a (re)definição da identidade quanto a oportunidade de uma mobilidade social são fundadas na ideologia do sucesso que, por sua vez, é elaborada a partir das representações que têm da sua inserção na camada menos privilegiada da sociedade. Há, de certa forma, uma compreensão de que as condições de vida atuais, as privações pelas quais passam, foram geradas por mecanismos que as empurraram para a cidade e que determinam a pobreza, no sentido mais amplo da negação da cidadania, do que apenas denunciar as carências econômicas. Entretanto, o sucesso está representado pelo trabalho que seria o resultado da capacidade pessoal de realização, do esforço de cada um, não importando os limites impostos pelas estruturas econômica e política que regem as relações urbanas."[75]

Um dado que chama a atenção e que já foi apontado é a drástica redução, num curto espaço de tempo, da composição familiar. Mais acentuada na cidade, é elevada também no campo. Enquanto a família da qual os entrevistados são originários era numerosa, a atual é geralmente pequena e não há planos de ampliação. Pode-se inferir que, num processo no qual a redução do tamanho das famílias é lento, seus membros criam mecanismos de adaptação às novas configurações sociais, ao passo que quando as transformações se dão rapidamente, de uma geração para outra, produzem desajustes sociais e problemas de caráter psicológico. Com efeito, fica evidente que a redução do número de filhos não resulta de uma deliberação dos chefes de família, mas das condições sociais e econômicas. Essas condições passam a afetar e, ao mesmo tempo, regular as relações entre homens e mulheres, pais e filhos, famílias e bairro, comunidade e sociedade. As tensões que caracterizam as relações nos

[75] CARDIA, Laís M. "Famílias migrantes: reordenamento e arranjo urbano", em **Política e Trabalho,** 14 setembro 1998 p 35-47. Citação p. 45.

contextos dos assentamentos rurais e urbanos decorrem também dessa profunda redefinição do tamanho do núcleo familiar.

Como ressaltado, em Canudos, dois anos após o início do bairro, 55,5% do total dos proprietários dos terrenos eram mulheres e 44,5 % homens. Ao mesmo tempo, 35,9% dos responsáveis pelo domicílio eram mulheres e 64,1% homens. Os dados mostram que não existe necessariamente uma relação de causalidade entre a condição de proprietário jurídico do terreno e da casa e a função de responsabilidade do domicílio. Quando relacionadas ao gênero, as diferenças expressam aspectos significativos das transformações que estão redefinindo as identidades e configurações pessoais e sociais dos moradores da área.[76] Como ressaltado, as mobilizações que resultaram no acampamento e na conquista do bairro contaram com a presença significativa de mulheres. Contudo, os espaços conquistados mediante as lutas sociais e políticas ainda não se refletem plenamente ou em igual medida no âmbito da família, em que relações de caráter tradicional são reproduzidas e ainda exercem funções reguladoras proeminentes. De todo modo, o índice de quase 36% de mulheres que exercem a função de responsáveis dos domicílios revela que as lutas pela emancipação e pelas condições de vida redefinem as antigas relações e configurações familiares e comunitárias e permitem novos ordenamentos sociais. Tendo se constituído em sujeitos políticos mediante as mobilizações dos sem teto, as mulheres ocupam agora outro lugar tanto na configuração da família como na gestão da casa e do bairro. Isto mostra que a constituição de grupos e setores da população em sujeitos políticos caminha colada aos processos sociais que transformam as configurações instituídas e não são dados ou dádivas.

Levando em consideração a tradicional estrutura patrimonial sobre a qual a sociedade foi construída, infere-se que os domicílios sob a responsabilidade das mulheres sem cônjuge, sobretudo entre os setores das classes subalternas, ficam economicamente mais desprotegidos. Trata-se de um movimento ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que avança o processo de emancipação social e político da mulher que, ao destruir antigas formas de dominação, constrói novos espaços de sociabilidade, do ponto de vista econômico há uma maior exposição às contradições e desigualdades do mercado. A família, que historicamente cumpriu a função de proteção diante das dificuldades

[76] Um sinal de mudança dos papéis entre homens e mulheres na família brasileira foi captado pelo Censo: de 1991 a 2000, triplicou a proporção de mulheres responsáveis pelos domicílios, mesmo vivendo com seus cônjuges, maridos ou companheiros. **Folha de S. Paulo**, 30 de novembro de 2002. De acordo com o Censo do IBGE, as mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil no ano de 2000 eram 24,9% do total das pessoas responsáveis pelos domicílios. A grande região do Nordeste detinha a taxa mais elevada, com 25,9% do total regional.

sociais,[77] torna-se o *locus* onde as desigualdades aparecem assumindo, em muitos casos, o caráter da miséria e da fome.[78] Abrem-se, com isso, caminhos de políticas compensatórias mediante as quais tanto o Estado como setores da sociedade - grupos empresariais e organizações não governamentais - assumem as funções de "proteção" antes desempenhadas pela família. São estas as políticas que propiciam a volta, em outro nível e com outro caráter, do favor e da dádiva.

Em Canudos, fazer com que os moradores abordassem a questão das relações de gênero e dos processos que estão redefinindo as posições e as funções de homens e mulheres não foi fácil. Enquanto antes as coisas e as funções estavam definidas, ordenadas e não careciam nem permitiam discussões, agora tudo ficou confuso, indefinido, relativo, sem um rumo certo. Se o antigo poder central – patriarcalismo – já não consegue operar no sentido de reproduzir a unidade familiar e comunitária, visto que os filhos dentro de casa e os grupos e movimentos dentro da sociedade não obedecem mais às autoridades instituídas, a quem cabe, então, a tarefa de pôr ordem nas coisas? Como ficou explicitado, quando a autoridade era exercida de forma centralizada pelo chefe de família, tudo corria bem e a unidade familiar e comunitária não era ameaçada. Ao examinar as mudanças ocorridas no interior da família, a maioria dos moradores descrevia o problema como uma tensão entre gerações. Os pais não conseguiam mais exercer o controle sobre os filhos e constatavam que estes pautavam suas vidas de forma diferente *da vida de antigamente* na qual eles tinham sido criados. Dificilmente as analises relativas às mudanças familiares entravam no mérito ou tocavam no argumento da relação de gênero e das mudanças ocorridas neste âmbito. Portanto, para decifrar e caracterizar esta dimensão da socialização, a observação e a investigação se debruçaram sobre o processo de construção do bairro, garimpando, juntando e articulando detalhes, flashes, pequenos acontecimentos e particularidades do cotidiano de seus moradores. Com efeito, as transformações, tensões, descobertas, percepções de novas configurações e arranjos estão contidas e diluídas nas narrativas que contemplam, às vezes de forma desarticulada, os múltiplos e diferentes aspectos da vida: casa, família, filhos, vizinhos, bairro, trabalho, escola, associação, pobreza, humilhação, entre outros.

[77] LAUTIER, Bruno. "La famile. Un amirtisseur à la crise" ; *in* **Politis. La Revue**, 8: 25-30. SARTI, Cinthia Anderson. **A família como espelho: um estudo da moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2003.
[78] Em Canudos são essencialmente dois os objetivos da escolinha comunitária: a) cuidar das crianças para que as mães possam trabalhar; b) providenciar a alimentação das crianças – função de proteção.

As mulheres começam a perceber que são membros não apenas de uma estrutura familiar tradicionalmente fundada na lealdade, no amor e no respeito, mas também de uma sociedade que redefine em outro nível aquelas categorias e proclama a cidadania, os direitos e a igualdade como princípios reguladores da nova sociabilidade. Ensejam, então, experiências de múltipla participação que contribuem na transformação da sociedade patrimonial, redefinindo as relações patriarcais sobre as quais a família e a comunidade tradicional estavam enraizadas.

A análise do processo social em curso em Canudos, com efeito, mostra que, apesar das ambigüidades, as mulheres têm maior consciência e clareza da dominação que representava a organização social tradicional e avaliam como positivos os esforços desencadeados no sentido de sua superação. Percebem a igualdade e os direitos como um caminho de emancipação e integração social. Isso não as torna ingênuas sonhadoras. De certa forma, sentem-se espremidas entre a organização social tradicional, que persiste e tenta reproduzir suas condições de subjugação e a nova ordem que avança criando desigualdades em outras esferas. Por causa disso, a igualdade e os direitos enunciados não operam na superação das desigualdades econômicas, sociais e políticas. Pelo contrário, reproduzem o *mundo da pobreza*. Deste modo, não têm como escapar da ambigüidade, uma vez que esta decorre das condições e das situações em que estão inseridas. Circulam, então, num contexto social e político que mobiliza simultaneamente o "favor" e o "direito", a "submissão" e a "cidadania", a "humilhação" e a "dignidade humana", a "necessidade" e as "condições de vida".

Apesar desta ambivalência, as mulheres tomam a iniciativa e estão na frente das lutas.

> *Para chegar até aqui lutaram homens e mulheres. Lutaram mesmo na raça. Mas tinha épocas em que ficaram poucos homens e na luta tinha mais mulheres do que homens correndo na frente de jagunço. Tinha vez em que as mulheres ficavam na frente porque a polícia chegava e queria prender os homens; a polícia não ia prender as mulheres assim.*[79]
>
> [Raquel - Canudos]

[79] O depoimento de Raquel abre caminho para uma reflexão mais abrangente. A prática apontada, com efeito, é comum em muitas mobilizações. A partir dela, ou delas, então, é possível concluir que a estrutura social e os arranjos institucionais dos países onde isto ocorre estão edificados sobre a dominação masculina. De fato, os organismos públicos estatais se relacionam com a sociedade como se esta resultasse de deliberações, iniciativas e mobilizações masculinas. Mesmo quando são as mulheres a entrar em ação, a responsabilidade recai sobre quem as representaria, ou seja, os homens. Deste modo, tendo como referência uma sociedade fundada e regulada pela igualdade e pelos direitos, algumas perguntas simples e diretas se fazem oportunas. Por que prender os homens se são as mulheres que estão na frente da luta? Por que tem que ser o homem o cabeça de tudo que acontece? Será que a mulher não tem vontade própria e é incapaz?

As mulheres trabalham e lutam mais do que os homens. Eu pelo menos, quando quero uma coisa, vou até o fim. Meu marido não; ele vai a primeira vez, vai a segunda e pronto, desiste logo. Eu não, eu vou até o fim. Com certeza ele tem participação nessa luta minha aqui, mas quem entrou foi eu.

[Tânia – Canudos]

Numa sociedade cada vez mais complexa[80], as bases sobre as quais se fundavam as antigas relações sociais são paulatinamente transformadas. No entanto, os mecanismos de discriminação não são banidos e sim recriados tanto em termos conceituais como de processos sociais. Se antes a mulher era discriminada pelos filhos tidos fora do "casamento", hoje o é por ser pobre, morar em determinados bairros, ter baixa escolaridade, ser empregada doméstica, entre outras razões.[81] Enquanto relação social, a discriminação reiterada revela ser um elemento constitutivo do processo de construção social no país.

A mulher fica tomando conta da casa e dos meninos e quando faltam as coisas e falta dinheiro também, que hoje está tudo caro, cai tudo nas costas da mulher. Se a mulher arruma um serviço, não pagam para ela o que ela merece porque dizem que é mulher, que é pobre, que não tem estudo e não sabe das coisas. Então eu acho que por certos aspectos as coisas melhoraram e por outro ficaram mais difíceis.

[Neuza – Canudos]

[80] Melucci define a complexidade como um processo composto por três características fundamentais, a saber: a) diferenciações, b) variabilidade e; c) multiplicidade de possibilidades. Quanto ao primeiro aspecto, afirma que no espaço rural o mundo era unificado, homogêneo e relativamente simples. Pelo contrário, as diferenciações comportam uma tradução de linguagens, de regras, de sistemas de referência. Aquilo que vale num determinado âmbito não pode ser automaticamente transferido para outro. Quanto à "variabilidade", afirma que uma ação é complexa porque sujeita a um elevado teor de mutação. A variabilidade que caracteriza os tempos atuais se traduz no fato de que o que valia ontem já não vale mais hoje: as regras, as linguagens, os sistemas de referência que ontem funcionavam não são mais aplicáveis às situações mudadas. E, finalmente, as possibilidade que existem pela frente, em termos simbólicos e imaginários, são muito mais amplas do que as efetivas capacidades de ação dos sujeitos históricos. Daí a necessidade da escolha permanente. Somos obrigados a escolher e decidir. MELUCCI, Alberto. **Passaggio d'epoca: il futuro è adesso**. Milano: Feltrinelli, 1994. Referência p. 102-105.

[81] *No passado a mulher solteira era discriminada; as pessoas achavam que ela devia viver com um homem. O homem não era discriminado pelos filhos que fazia e abandonava; as pessoas achavam aquilo natural. Neste ponto hoje isso já evoluiu. Mas isso não melhorou as condições de muitas mulheres. Aqui em Canudos tem mulher que precisa de muita coisa, muita coisa mesmo, mas ninguém dá nada. Quando precisam trabalhar para ganhar alguma coisa, não conseguem por causa dos filhos pequenos* [Raimunda - Canudos].

As mulheres parecem ter também maior capacidade de adaptação, o que não significa conformação. Decorre, de um lado, de certo nível de percepção das contradições e desigualdades do processo e, do outro, da necessidade de cuidar dos filhos. A articulação destes elementos as torna mais persistentes em seus objetivos. Daí a coragem em se expor, bater às portas e pedir.[82] Pelo contrário, os homens parecem mais recatados e "envergonhados". Na realidade, a perda do poder e das funções tradicionais os deixa desconcertados, confusos, deslocados e em posição de desvantagem no novo contexto social no qual os espaços e as coisas são objeto de contendas e é necessário tomar a iniciativa, ter coragem e desenvolver aptidões para a competição.

A participação das mulheres na nova configuração social não se esgota nas tarefas relativas à casa e à família. São também os espaços públicos que estão sendo redefinidos ou reconstituídos em sua dimensão pública pela emergência das mulheres como atores políticos. As configurações de ordem social do mundo tradicional em que a mulher cuidava da casa e o homem organizava e movimentava o mundo em sua volta tornam-se recordações do passado, ainda que persistam em espaços localizados e privatizados de ordem familiar. Articulado e decorrente deste processo está em curso também um movimento que redefine as formas de representação,[83] antes moldadas e caracterizadas pela estrutura patriarcal, familiar e política.[84] Deste modo, as formas como se dá o ingresso das mulheres em espaços dos quais antes estavam excluídas alteram a divisão entre atividades masculinas e femininas, casa e rua, bairro e sociedade, espaço público e privado.[85]

---

[82] De forma apropriada, Barreira faz uma distinção entre "pedir" e "reivindicar". O rigor conceitual permite traçar os contornos e caracterizar o conteúdo e o alcance das relações, tensões e estruturas que constituem o processo social investigado. "É importante ressaltar que o termo pedir integra o universo cultural dos moradores assediados permanentemente pelo problema da pobreza. Por outro lado, os termos reivindicar e negociar fazem parte do universo vocabular típico do mundo do trabalho. É a introjeção da noção de direitos que irá permitir essa ultrapassagem de concepções e representações culturais: se a noção de pedir aponta a vigência de uma desigualdade entre doador e pedinte, a negociação e a reivindicação supõem um referencial de cidadania. (...) É sob a ótica de direitos gerais de cidadania, dignidade e moralidade que as reivindicações urbanas encontram o seu escoadouro legítimo". BARREIRA, Irlys Alencar Firmo; *in* NASCIMENTO, Elimar Pinheiro e BARREIRA, Irlys Alenar F. (org.). **Brasil urbano. Cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993. Citação p. 170.

[83] *Na união de moradores aqui do bairro só existem três homens, o resto são mulheres; são nove mulheres e três homens. Eu acho que as mulheres são mais guerreiras. A gente sai, busca lá fora e traz. A gente anda muito porque hoje em dia tudo que a gente quer tem que ir atrás, correr atrás e conseguir. O nosso objetivo é esse* [Dalva – Canudos].

[84] SOUZA-LOBO. Elizabeth. "O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 17. COSTA, Sergio. "Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 35, vol. 12, out. 1997.

[85] Neste sentido, a análise dos processos que redefinem as categorias sociais e culturais que formatavam as anteriores funções e estruturas sexuais e de gênero contribui para decifrar o caráter das novas configurações. GARCIA, Marie-France. "O segundo sexo do comércio: camponesas e negócios no Nordeste do Brasil"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 19, ano 7, jun. 1992.

Os depoimentos conseguem captar as mudanças em curso. Todavia, em relação às interpretações dos sentidos das novas configurações, os moradores tentam articular as antigas com as novas funções, o que os coloca em situação de ambigüidade e tensão. A ambigüidade não decorre de uma posição deliberadamente assumida, mas reside no fato de que a antiga sociabilidade não opera e, ao mesmo tempo, os moradores não são integrados num novo espaço social, ou melhor, são integrados de forma desigual e subalterna. Por isso, as tensões e ambigüidades resultam mais do processo estrutural do que de suas deliberações. Não sendo integrados de forma igualitária na nova ordem, apelam para a antiga para enfrentar ou se adequar à situação de desigualdade. Como afirma Ruggiero, as utopias podem ser utilizadas como compensação imaginária de uma realidade difícil de aceitar.[86]

A análise dos processos que, por caminhos diferentes, levaram mulheres e homens a convergir para o mesmo espaço físico e social do bairro, permite resgatar relações, tensões, conflitos e arranjos sociais e políticos que configuram e redefinem o espaço social de Canudos em conformidade com a ordem social do país.

Numa perspectiva histórica, a redefinição operada pelo desenvolvimento do capitalismo no campo representou duas saídas para as antigas populações rurais, a saber: a) a permanência no campo pautada em variadas formas de resistência e de lutas pela terra e associada a uma paulatina ou rápida redefinição tanto das formas de produção como da sociabilidade; b) o abandono do campo e o deslocamento para os centros urbanos. O estudo do assentamento rural de Nova Conquista se deteve numa das formas relativas à primeira saída; a investigação do bairro de Canudos enfrenta a segunda. As articulações e os entrecruzamentos dos dados das duas pesquisas reforçam a hipótese, levantada no primeiro capítulo, de um número maior de mulheres migrando do campo para a cidade. Para os homens, a perspectiva da permanência, resistência e luta no campo é ainda um elemento forte. Contribui para isso também a visão tradicional e patriarcal de regulação social ainda presente no campo, embora em processo de redefinição. Num universo socialmente estreito e rígido, estruturalmente patriarcal e atravessado por formas de organização e regulação oligárquicas, os homens expressam o lado forte – machismo - da organização social. Neste contexto incorporaram a função – uma espécie de missão – de manter a família unida, preservá-la e defendê-la dos perigos da desestabilização e dispersão. A nossa hipótese é de que as lutas pela terra dos setores rurais, inclusive aquelas dos sem-terra, estão enraizadas mais em princípios e valores tradicionais, não

[86] RUGGIERO,Vincenzo. **Movimento nella città. Gruppi in conflitto nella metropoli europea**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000. Referência à p. 67.

necessariamente retrógrados, do que em concepções políticas e ideológicas modernas. É nesse universo tradicional que as bases sociais rurais encontram a força e a capacidade de agregação, privação e enfrentamento em vista da conquista da terra. Uma vez conquistada a terra, imaginam poder reproduzir nela seu antigo universo social. Contudo, transformada em propriedade capitalista, a terra produz o estranhamento e a desarticulação das antigas unidades. Os assentados são assim obrigados a se organizar em outros níveis. É nesta reorganização / ressocialização que se operam as diferenciações e as desigualdades.

Portanto, a maior resistência por parte dos homens em permanecer na terra imaginando poder reproduzir a organização social tradicional resulta da própria estrutura social tradicional em que eles exercem uma função central. Neste sentido, o enfrentamento e a resistência não põem em causa apenas o prestígio individual, mas a própria condição, socialmente construída, da estrutura e dominação patriarcal. Acrescentem-se a isso outros ingredientes fundamentais: a) não aprenderam outra atividade salvo trabalhar na roça e nunca vislumbraram o mundo a não ser através do filtro da roça; b) possuem escolaridade baixa ou nula.

No contexto apontado, os jovens e, dentre eles, as mulheres são os primeiros – o que não quer dizer os únicos – a deixar o interior e mudar para a cidade. Se, de um lado, buscam a integração pelo caminho do estudo, do outro, é o fascínio exercido pelo universo urbano, que não se limita ao som e às luzes, que os atrai. O número maior de mulheres abandonando o campo e se deslocando para as cidades não se funda no pressuposto de que elas tenham uma aptidão especial para enfrentar e lidar com o mundo urbano. Com efeito, inserem-se neste de forma subordinada, exercendo, com freqüência, o trabalho de empregadas domésticas, às vezes sem poder usufruir os direitos estipulados em lei e sem condição de reivindicá-los ou reivindicar sua aplicação. São inseridas no mundo urbano numa condição de submissão decorrente, de um ponto de vista formal, do fato de não terem escolaridade nem capacitação para outros serviços senão os domésticos e são estruturalmente silenciadas, no sentido de que não dispõem de meios nem de condições para reivindicar, mesmo quando os direitos básicos não são respeitados. Enfrentam isto: trabalhar de domingo a domingo sem descanso; trabalhar e, às vezes, não receber salário, apenas hospedagem, alimentação e roupa; ter que criar os filhos sem a ajuda / pensão alimentícia dos companheiros; não poder procurar emprego remunerado porque têm que cuidar dos filhos pequenos ou serem demitidas do emprego por causa dos filhos. Neste sentido, a busca de um espaço, um teto, um lugar para si pode também ser vista como uma luta para criar condições mínimas e básicas de autonomia. Uma autonomia, no entanto, que para se realizar como movimento de emancipação deve se articular e redefinir outras condições /

relações, ou seja, integrar os espaços geográficos ao espaço social e político no sentido de uma maior igualdade e de superação das formas de submissão.

O dado apontado, quer dizer, o maior índice de mulheres deslocando-se para a cidade, aponta para outra hipótese investigativa: apesar dos desdobramentos concretos que acabam reproduzindo em outro lugar e em outro nível a dependência e a submissão, as mulheres vêem a cidade como um espaço mais aberto, uma alternativa à rígida estrutura de organização social e dominação rural. Ainda que não explicitado por elas, isto, de certa forma, coloca a questão da rigidez do mundo rural ainda dominado e regulado por relações de caráter patriarcal, oligárquicas, coronelistas e machistas. O abandono deste mundo por um número relativamente grande de mulheres expressa também a crise daquele universo. A cidade abre-se como uma possibilidade de construir novas relações mais abertas e equânimes. Numa certa perspectiva é possível dizer que as mulheres têm maior consciência da dominação e mais criatividade na busca concreta de soluções para a superação daquela situação. Neste horizonte a cidade constitui-se como um espaço mais apropriado para a construção dos direitos e da igualdade, ainda que os processos concretos não sejam tão lineares e a estrutura social desigual caracterize e regule também aqueles novos espaços sociais.

O fato de existir um elevado número de mulheres que constitui o movimento de deslocamento do interior para os centros urbanos - em Canudos existem muitas mulheres chefes de família - leva a supor que os espaços urbanos são mais abertos, mais plurais e mais tolerantes ou menos rígidos do que os espaços do mundo rural. Para uma mulher com filhos e sem companheiro é mais fácil viver no ambiente urbano do que no rural. Esta facilidade não diz respeito especificamente à questão econômica e sim social. Pode-se levantar a hipótese de que as mulheres se deslocam do mundo rural para o urbano inclusive por uma questão de emancipação social. De um lado não existiriam muitas perspectivas para elas no campo ainda dominado pelo homem e, do outro, fugiriam daquele controle para ocupar e construir espaços mais abertos e, de certa forma, mais autônomos. Nas entrelinhas dos depoimentos transparecem personalidades fortes, o orgulho de estarem enfrentando, de cabeça erguida, situações adversas ou difíceis, as insinuações de que, em muitos casos, foram elas que colocaram os companheiros para fora. Há inclusive uma ambigüidade no sentido de que, às vezes, não buscam determinados direitos, como a pensão alimentícia para os filhos, já que aquilo poderia ser interpretado como um rebaixamento, uma humilhação ou uma derrota. É como se elas quisessem provar, para si e para os outros, que conseguem dar conta do recado e não precisam se submeter às antigas formas de regulação social patriarcal para levar adiante suas vidas. Esses elementos fazem

com que, de certa forma, se integrem ao mundo urbano mais facilmente e de forma menos traumática do que os homens que têm a mesma origem rural. A integração, no entanto, é relativa, uma vez que a submissão e a dependência impedem a institucionalização e operacionalidade dos direitos. Deste modo, a ambigüidade fundamental reside no fato de que não são integradas numa sociedade fundada e regulada pelos direitos, e os espaços a serem ocupados continuam sendo percebidos como favores.

Na perspectiva apontada, para as mulheres o trabalho remunerado representa um caminho indispensável para alcançar a sua autonomia e lutar por sua integração. Como escreve Cárdia: "O trabalho da mulher fora de casa não representa, apenas, a complementação dos ganhos familiares. Ele significa a possibilidade de ascensão social nos limites de um modelo ideal que poderá ser atingido no futuro e a possibilidade de ter um dinheiro que seja seu configurando, de alguma forma, a sua individualidade. Mas, apesar da condição de trabalhadora remunerada, ela não abandona o trabalho doméstico, como se só através dele pudesse ter a reafirmação da sua condição de mulher e, conseqüentemente, a reafirmação da sua identidade feminina".[87]

Em decorrência das trajetórias sociais e dos constantes deslocamentos a que foram e estão submetidos, os grupos estudados têm uma consciência fragmentada e desenraizada do processo. Nestas condições de fragilidade, torna-se mais fácil para as mulheres encontrar algum tipo de serviço, mesmo que esporádico, que não exige maior capacitação. No processo que inverte a lógica tradicional que ainda caracteriza as concepções e explicações de homens e mulheres em Canudos, encontram-se os elementos que ajudam a entender as dificuldades, senão a impossibilidade, de construção de uma unidade social. Em contextos em que as formas tradicionais de coexistência deixaram de operar e as novas configurações desnorteiam e desestruturam, a tendência é que as relações interpessoais assumam características múltiplas de tensões e até formas de violência. Com efeito, os deslocamentos constantes romperam também com a organização doméstica tradicional. Tendo que construir em novos contextos físicos e sociais, os moradores de Canudos experimentam as ameaças que cercam suas unidades familiares: gangues, drogas, violência, etc. e buscam mecanismos de enfrentamento. Aos poucos os homens vão tomando consciência da perda gradativa de sua autoridade enquanto "machos" e "chefes". Como as mulheres têm maior facilidade em arrumar serviços (geralmente desqualificados), são cada vez mais numerosos os casos em que os homens

[87] CÁRDIA, Laís M. "Famílias migrantes: reordenamento e arranjo urbano"; em **Política e Trabalho,** 14 setembro 1998, p. 35-47. Citação p. 44. Ver também SARTI, Cynthia. **A familia como espelho: um estudo da moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2003.

desempregados tomam conta da casa enquanto as mulheres trabalham. Estes processos invertem a antiga posição do "homem provedor" e são apontados pelos próprios moradores como indicadores das mudanças ocorridas e em curso.

Ao tratar a questão da família em Canudos, ficou evidente que a redefinição do modelo familiar entre os setores das classes subalternas tem um impacto que afeta todos os setores daquela sociedade, mas atinge de maneira especial e de forma contraditória as mulheres, que, de um lado, ganham maior autonomia e igualdade formal e, do outro, constatam o agravamento de suas condições materiais na total ausência de qualquer forma de proteção social.

Em Canudos foi possível constatar que uma pluralidade heterogênea de fatores opera na composição e formulação das representações acerca da identidade dos moradores. Conforme evidenciado, o bairro é constituído por um expressivo contingente de mão-de-obra desqualificada. Com isso, dentro do universo do mercado de trabalho urbano, seus moradores só conseguem encontrar ocupação em atividades temporárias, de baixa renda e pouco prestígio. Estas condições de trabalho, associadas a um número elevado de desempregados e à necessidade de uma busca permanente de meios de sobrevivência, determinam a reordenação de valores e papéis sociais no interior do bairro e produzem novos arranjos. Neste movimento, as identidades individuais e coletivas são redefinidas. A luta para se integrar à realidade que se impõe, exige também uma reorientação de suas formas de sociabilidade.[88] Ao mesmo tempo, as carências materiais e econômicas transformam-se em dificuldade, senão em impossibilidade, de fixação de grande número de assentados, sobretudo mulheres responsáveis pelos domicílios e sem cônjuge. A dificuldade de fixação nada mais é do que uma dimensão do movimento desigual de incorporação de espaços e grupos sociais à lógica de movimento do capital. É a reprodução da excludência.

[88] "Vivemos numa sociedade do trabalho assalariado. (...) Trata-se de uma sociedade onde o trabalho toma a forma do emprego (:..). O fundamental e decisivo é que o 'trabalho' cumpre uma *função socialmente identificada e normatizada na produção e reprodução do todo social*. E para cumprir uma função socialmente identificável, ele mesmo deve ser identificável pelas competências socialmente definidas que ele realiza segundo *procedimentos socialmente determinados*. Ele deve, entre outros termos, ser um "emprego", uma "profissão": isto é, ele efetiva competências institucionalmente certificadas segundo procedimentos homologados. Caso contrário, ele não se situa na esfera pública, ele não responde a necessidades *socialmente definidas e codificadas*". NEUTZLING, Inácio. "Sem emprego... Por quê? A CF-99 e a grande transformação do mundo do trabalho"; *in* **Convergência**, Ano XXXIV, nº 319, jan./fev. 1999, p. 11-24. Citação p. 18-19.

Capítulo 3°

A construção social de Nova Conquista

O Projeto de Assentamento[89] Açaí, do qual Nova Conquista faz parte, foi criado em 1996.[90] Em termos de processo social propriamente dito, portanto, tem mais de sete anos de existência. Como os processos históricos assumem as características das relações e articulações que os atores sociais que os constituem desenvolvem em espaços e tempos determinados, serão estas o objeto desta indagação. A interpretação parte do princípio de que os tempos históricos concebidos em termos cronológicos não revelam por si só o grau e o caráter das transformações ocorridas, ou seja, tempos longos não representam necessariamente transformações mais profundas do que tempos curtos. Independentemente de os tempos serem curtos ou longos, [91] as transformações podem ser rápidas e profundas ou lentas e superficiais. E sempre conterão, redefinidas, configurações anteriores. Por isso, as inovações tecnológicas não devem ser confundidas com as transformações sociais, ainda que estejam articuladas e interdependentes. Estas últimas contêm aquelas e são mais lentas e complexas.

[89] São vários os trabalhos relativos aos assentamentos rurais. Entre muitos: D'INCAO, Maria da Conceição. "A experiência dos assentados: contribuição ao debate político da Reforma Agrária"; *in* **Lua Nova** - Revista de Cultura e Política, n. 23, mar. 1991, p. 83-106. ESTERCI, Neide et alli.(orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994. NEVES, D. "Agricultura familiar: questões metodológicas"; *in* **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, maio/dez. 1995, p. 21-37. SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. MARTINS, José de Souza (coord.). **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. **Assentamentos rurais e conservação da natureza: do estranhamento à ação coletiva**. São Paulo: Iglu; FAPESP, 2003.

[90] Portaria de criação: 082/96. Data de publicação: 26.9.96. Forma de obtenção: arrecadação. Número de famílias cadastradas: 472. Capacidade do assentamento: 479. Fonte: INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional do Estado do Maranhão – SR(12), Divisão de Suporte Operacional – SR(12)0.

[91] Dependendo daquilo que está em discussão, os períodos históricos, concebidos em termos de "tempos históricos", tanto podem ser considerados "longos" como "breves". É também nesta perspectiva que podem ser interpretados os trabalhos relativos ao século XX. À guisa de ilustração: ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: Contraponto - Unesp, 1996. HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Por causa disso, a investigação se deterá no processo social para apanhar as transformações que instituíram e redefiniram Nova Conquista.

O P. A. Açaí, localizado na Gleba Quatorze, a aproximadamente 40 quilômetros da sede do município de Açailândia – MA, é constituído por cinco núcleos, a saber: Conquista da Lagoa, Macaúba, Nova Conquista, Nova Vitória e Sudelândia. Criado para assentar 472 famílias - na época perfazia um total de 2.710 pessoas - numa área de 19.386 ha, o projeto visava:

a) solucionar distorções sociais distribuindo terra e,

b) integrar a população beneficiada ao projeto oficial de socialização incorporando-a ao processo de produção dominante.[92]

Como as normas vigentes para os assentamentos na região previam a preservação de 50% da área - *área de reserva* -, somente 9.693 ha teriam sido disponibilizados para o efetivo desenvolvimento das atividades agrícolas. Deste modo, planejado com módulos de 40 ha por unidade, cada assentado poderia dispor de 20 ha para o cultivo.[93]

Em conformidade com a política oficial para os assentamentos, cada núcleo seria composto por uma vila, local de residência das famílias, e pelas terras agricultáveis em sua volta. Entre as estruturas básicas previstas constavam: a) casas residenciais feitas de tijolos; b) escola; c) posto de saúde; d) um poço artesiano; e) energia elétrica; f) estrada de acesso à sede do município e aos lotes rurais; g) casa de farinha e; h) associações: rural e urbana.

[92] Entre as razões explicitadas pelo INCRA quando da "arrecadação" da área, lê-se: "para que seja consolidada a política de implantação da reforma agrária em nosso país e para que seja sanada a situação de um grande número de famílias de pequenos produtores rurais sem terra que aguardam por uma ação dos órgãos governamentais, e de apoio para que possam desenvolver e produzir no imóvel". INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional do Maranhão – SR(12), Unidade Avançada de Açailândia – UA/AÇI, Núcleo de Assentamento, *Plano Preliminar – Projeto Açaí*, mimeo.

[93] O tamanho dos lotes não tem valor em si, pois está relacionado às culturas e às formas de produção agrícola. Como ficará evidente ao longo da indagação, a redefinição do tipo e das formas de produção acabará provocando uma espécie de *redução* da propriedade. Considerada de bom tamanho quando analisada pela ótica da produção das culturas tradicionais em vista da manutenção das unidades familiares, ficará pequena quando o mercado, através das linhas de crédito, introduzir novas culturas, novas formas de produção – mecanização – e intensificar e ampliar as pastagens e a criação de rebanhos bovinos. Não é demais lembrar que um dos objetivos do projeto é a integração dos assentados ao mercado.

Como frisado, o projeto está localizado no município de Açailândia numa área também denominada de "região tocantina"[94]. Cortado pelas rodovias Brasília – Belém (BR-010) e Açailândia – Santa Inês (BR – 222), o município, criado pela Lei 4.299/81, possui uma área de 6.403 Km² e, no ano de 2000, detinha uma população de 88.240 habitantes. Deste total, 64.107 (72,65%) viviam na área urbana e 24.133 (26,35%) residiam na zona rural. Do total da população, 44.196 eram homens e o restante, ou seja, 44.044 eram mulheres.[95]

Entre os anos de 1996 e 1998, no município foram criados sete projetos e assentadas 1072 famílias.[96] Com base na composição média da família encontrada em Nova Conquista e os dados fornecidos pelo censo do IBGE no ano de 2000, é possível inferir que, na época, entre 25% e 29% do total da população rural do município residiam em áreas de assentamento. Essa parcela da população, portanto, contribuía, de forma expressiva, para dinamizar a economia do município e da região.[97]

O assentamento Nova Conquista dista 40 quilômetros da cidade de Açailândia. Para alcançá-lo, basta percorrer 10 quilômetros da BR – 010 em direção a Imperatriz, pegar então uma rodovia lateral e são mais 30 quilômetros de piçarra até a vila. Esta, construída no alto de um morro, pode ser avistada de longe. Um viajante distraído poderá confundi-la com um conjunto habitacional de periferia de cidade. Ao longo do percurso podem ser avistadas grandes extensões de terra recobertas de eucaliptos. Constituem o que restou de um grande empreendimento florestal que previa a produção de celulose, CELMAR S/A, iniciado na década de 90 e encerrado mais tarde.[98]

Não existem dados precisos relativos à população de Nova Conquista. O projeto inicial previa o assentamento de 166 unidades familiares. Contudo, além dos assentados propriamente ditos, é

[94] Nas últimas décadas, sobretudo a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília (BR-010) e da Açailândia-Santa Inês (BR-222), essa região foi transformada numa "nova fronteira" e foi palco de grilagens, disputas e conflitos pela terra que redundaram em vários assassinatos. ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes, 1982. Comissão Pastoral da Terra.

[95] IBGE: Censo 2000.

[96] Os Projetos de Assentamento criados no município de Açailândia foram os seguintes: 1) Açaí, com uma área de 19.386 ha e 479 famílias assentadas; 2) Califórnia, com uma área de 4.150 ha e 186 famílias assentadas; 3) Itaiguara, com uma área de 2.302 ha e 63 famílias assentadas; 4) João Palmeira, com uma área de 5.781 ha e 226 famílias assentadas; 5) Novo Oriente, com uma área de 1.379 ha e 66 famílias assentadas; 6) Planalto I, com uma área de 1.307 ha e com 39 famílias assentadas; 7) Planalto II, com uma área de 422 ha e 13 famílias assentadas. Fonte: INCRA – SR(12) – Divisão de Suporte Operacional SR(12) O.
Além desses assentamentos que são de responsabilidade do INCRA, em Açailândia existe também um Projeto de Assentamento do ITERMA – Instituto de Terras do Maranhão, que é reconhecido pelo próprio INCRA. Trata-se do P.E. Santa Clara, com uma área de 3.300 ha e 79 famílias assentadas.

[97] NAVARRO, Zander. "Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, MST e a reforma agrária". Em **São Paulo em Perspectiva**, vol. 11 / n° 2 / abr. – jun. 1997, p. 86-93. Referência à p. 89.

[98] Conforme levantamento, a CELMAR, empresa de papel e celulose, já tinha adquirido mais de 80 mil hectares de terra para o plantio de eucalipto. Com o desmantelamento do projeto, corriam vozes que a madeira seria futuramente transformada em carvão para as siderúrgicas de Açailândia.

necessário levar em consideração a existência de pessoas e/ou famílias de *encostados*. É prática comum os assentados acolherem outras pessoas ou famílias em suas propriedades. Em geral, trata-se de parentes, conhecidos ou sem-terra. Sua permanência pode ser temporária ou duradoura. A maioria fica trabalhando nas propriedades dos assentados enquanto aguarda a abertura de novos projetos. Denominados por alguns de "encostados", o que revela sua condição transitória, desempenham funções importantes na redefinição das relações de trabalho dentro do assentamento.[99]

Em 1998 o INCRA construiu na vila 154 casas ao lado de barracos que os assentados tinham anteriormente edificado. No mês de abril de 2002, o técnico agrícola possuía uma relação de 157 unidades usufruindo de financiamentos e, conseqüentemente, de acompanhamento técnico. Na mesma época, a área coletiva criada por ocasião da divisão e demarcação das propriedade rurais foi loteada e entregue a 37 famílias que residiam no assentamento desde o início do projeto.

Deste modo, somando as famílias assentadas, tanto no projeto propriamente dito como na área coletiva, e os encostados, mesmo levando em consideração sua mobilidade, pode-se concluir que em Nova Conquista viviam no mínimo 200 famílias. A partir disso foi possível inferir que a população do assentamento ultrapassava os 1.200 habitantes.[100]

Junto com as casas, foram construídos também um posto de saúde, uma escola e um armazém. Individualizados e não tendo o que estocar, os assentados nunca chegaram a usar o armazém a não ser para realizar algumas festas. O posto de saúde ficou praticamente desativado por alguns anos, vindo a funcionar de forma mais organizada e sistemática a partir de 2002.[101] A escola, pelo contrário, que funcionava num barracão ainda antes do atual prédio ser construído, foi reformada e ampliada no ano de 2002. Inicialmente programada para contemplar até a 7ª série, com a ampliação incorporou também a 8ª série.[102]

---

[99] *A gente deixa os encostados entrar porque não são definitivos. Quando tem um outro assentamento, a gente leva um bocado para lá. Ultimamente teve um assentamento novo lá em Bacabal e só daqui saiu uma média de vinte cinco pessoas que foram morar lá. Foram para lá de vários assentamentos. Então, na medida em que vão saindo, vai reduzindo, mas só que vão chegando outros e nunca pára de chegar. Geralmente essas famílias vêm para cá por intermédio de outras famílias assentadas que trazem um parente ou alguém para ajudar na roça. Assim, quem vem para cá tem local de morada, porque a pessoa que traz tem onde colocar, e tem onde trabalhar também. De um modo geral ficam dentro do lote e aí vão trabalhando, um ajudando o outro* [Zé Carlos – Nova Conquista].

[100] As 117 unidades pesquisadas revelaram uma média de 6,32 pessoas por família.

[101] Uma enfermeira e professora do colégio presta assistência e uma vez por semana há um plantão médico. O posto, no entanto, somente dispõe de material de primeiros socorros.

[102] Para completar a 8ª série, de início os alunos se deslocavam até outra vila (Km.30) a pouco mais de dois quilômetros de distancia. Em abril de 2002 a Escola Municipal Oziel Alves em Nova Conquista contava com 17 funcionários, dos quais 13 eram professores. Os alunos matriculados eram 278, assim distribuídos: a) Pré-escola, 37 alunos; b) Alfabetização, 21 alunos; c) Ensino fundamental (de 1ª. a 8ª. série), 174 alunos; d) Curso presencial com avaliação do processo (supletivo): 1ª a 4ª série, 19 alunos; de 5ª a 8ª série, 27 alunos.

Como todas as áreas integradas ao circuito do mercado se desenvolvem incorporando e redefinindo o espaço e os grupos sociais, assim Nova Conquista foi paulatinamente se redefinindo. Em termos de estruturas básicas, a vila foi alcançada pela energia elétrica, por linhas telefônicas públicas e foi construído mais um poço artesiano para suprir a escassez de água. As casas, no entanto, ainda não contam com rede de água. Ao mesmo tempo em que cada unidade familiar desenvolvia suas atividades na roça, foram construídas estradas, ainda que precárias, que conjugam a vila aos vários lotes.

As opiniões dos assentados quanto ao sistema viário dependem da estação do ano. Em geral negativas no período das chuvas; melhoram com a chegada do verão. O assentamento está localizado numa região colinosa e, por causa disso, as estradas têm declives que se tornam escorregadios e perigosos, senão intransitáveis, em épocas de chuva. A estrada que dá acesso ao assentamento é o elo de conexão entre os municípios de Açailândia no Maranhão e de Rondon, no Pará, conjugando alguns núcleos do P. A. Açaí. Por ela, então, transitam carros, ônibus e caminhões. Há uma média de dois ônibus por dia que fazem a ligação entre a vila e a sede do município. Para escoar seus produtos, no entanto, os assentados não contam com um sistema de transporte organizado. Cada qual tem que providenciar o próprio. Quando a quantidade de mercadoria a ser posta no comércio ou feiras locais é pequena, geralmente é transportada nos ônibus de linha. Por isso, estes sempre circulam abarrotados: nas idas com os produtos da roça a serem vendidos e na volta com as mercadorias adquiridas no comércio local.

No processo de construção efetiva do projeto, os assentados foram paulatinamente conquistando e transformando a terra em fonte de vida. Como frisado, as normas previam a preservação de 50% da vegetação original. Entretanto, as formas tradicionais de produção, essenciais ao sustento da família – o aproveitamento da fertilidade natural do solo exige constantes derrubadas -, e a progressiva extensão de pastagens em terras *cansadas*,[103] associadas ao tamanho relativamente pequeno das propriedades, foram e estão provocando desmatamentos que vão além do previsto em lei. As formas e as condições de produção, coligadas às exigências impostas pela ordem que instituiu o assentamento, colocam os assentados no limite entre a legalidade e a ilegalidade. Se não produzirem conforme planejado, são substituídos por outros mais eficientes e, se os processos

[103] O esgotamento da fertilidade natural provoca o que os assentados denominam de "terra cansada".

produtivos não se enquadrarem nos ordenamentos estipulados pela legislação oficial, são considerados infratores. O que é apresentado como ambigüidade dos assentados se configura, na realidade, como contradição entre o mercado e as disposições políticas que se expressam nas ordens jurídicas.

Tendo nascido e desenvolvido em terras consideradas livres e, por conseguinte, habituados a deslocar-se conforme as necessidades, para alguns dos assentados a fixação a um espaço demarcado e a impossibilidade de ir além dos limites impostos pela propriedade redefinem o sentido da terra e das relações com o entorno social. Importa lembrar que para as comunidades tradicionais a terra não constitui somente um meio de produção: está no centro de uma visão cosmológica.

Desde o primeiro instante o assentamento se configura como um espaço de confluência e articulação de diferentes e, de certa forma, antagônicas relações com a terra, o trabalho, a família, a comunidade e a sociedade. As três principais:

a) a dos assentados fundada na experiência do trabalho individual / familiar em terras livres ou em propriedades alheias;

b) a dos organismos de mediação que no afã de transpor o problema para o nível político de reorganização da estrutura social criam e impõem formas "coletivas" de produção com base nas frágeis experiências ensejadas no acampamento[104] e;

c) a da proposta institucional que organiza e estrutura o assentamento sobre o princípio da propriedade (familiar?) em vista da integração e dinamização do mercado.

As três formas operam juntas, de maneira tensa e articulada. Contudo, cada uma delas procura se impor sobre as outras e regulá-las a partir de seu núcleo central, que, no fundo, representa uma concepção de sociedade específica. Essencialmente, o processo de socialização em curso no assentamento contém e expressa a maneira como se configura e resolve esse conflito. As relações e estruturas sociais emergentes revelam qual das propostas em jogo predomina e se institucionaliza.

[104] Uma coisa é a coletivização do acampamento regulada pela "falta / ausência" de bens objetivados que iguala a todos e, por falta de mediação, impede o desenvolvimento das aptidões e capacidades individuais, e outra coisa é a coletivização mediada pela "propriedade" no assentamento.

Desta maneira, por cima de uma estrutura básica criada e regulada pela ordem instituída (c), no assentamento foram inicialmente criados projetos coletivos (b) que mobilizavam trabalhadores rurais com experiências individuais (a).

Assim, apoiados na experiência adquirida no acampamento, os assentados de Nova Conquista aproveitaram as linhas de crédito para agregar *grupos de famílias* em volta de propostas comuns de produção agrícola. Além da produção agrícola propriamente dita, estava em questão a reprodução da unidade social com base naquela concepção de "coletivo". Só que a base era diferente, e o coletivo, por ser uma relação social, se redefine em consonância com as bases sociais. Por causa disso, a base das experiências coletivas era a ambigüidade. De todo modo, através dos *grupos de famílias* que tinham operado tanto no acampamento como na fase inicial do assentamento – formação da vila, recorte e divisão dos lotes urbanos e rurais -, os assentados procuraram desenvolver formas de produção coletiva, materiais e sociais.[105]

Embora representassem uma novidade e um caminho de ressocialização, os grupos de família eram essencialmente determinados pela questão da produção para o mercado num contexto de escassez de recursos. Inseriam-se, portanto, na lógica do mercado e, por causa dessa condição de submissão e dependência, não conseguiam integrar as famílias ao universo imaginado pelo assentado – comunidade tradicional – nem ao espaço dos direitos. Aliás, o mercado acabaria criando diferenciações e divisões no seio dos próprios grupos de famílias. Em decorrência disso, o processo não escapava da ambigüidade. Com efeito, os assentados acabavam de recortar, dividir e se apropriar individualmente do espaço físico, tanto na vila como no campo, e, a partir desta condição básica redefinida, tentavam recriar formas de produção caracterizadas pela solidariedade tradicional. O espírito de solidariedade era ainda operante, tanto assim que formaram uma área coletiva. Entretanto, em lugar de criá-la próxima da vila a fim de favorecer eventuais mutirões, foi instituída no extremo oposto, a vários quilômetros de distância. Com isso, nunca conseguiram articular e mobilizar os grupos para trabalhar nela. Mais tarde, como destacado, a área foi loteada e colocada à disposição de sem-terras que viviam no assentamento.

---

[105] *Quando fizemos os projetos, discutimos com as pessoas. Então a gente foi vendo quais eram aquelas coisas que dava para fazer em conjunto e quais elas queriam fazer individualmente. Desde o começo nos organizamos para trabalhar em termos de grupos de famílias. Aí dividimos as atividades e vimos qual grupo ia trabalhar com o gado, qual com os suínos, qual com o abacaxi, caju, etc. Assim a gente dividiu por grupos de famílias. Ficou mais ou menos dez grupos de dez, no máximo onze pessoas por grupo. Isso ajudou a melhorar e acabar as confusões. Os grupos de famílias eram a coisa melhor que tínhamos no assentamento para acabar com os problemas e não ter bagunça. Não precisava estar sempre fazendo assembléias gerais. As reuniões aconteciam em termos de grupos, geralmente em torno do projeto* [Zé Dalena – Nova Conquista].

Deste modo, no começo do assentamento as atividades tradicionais ficaram por conta das famílias sem interferências externas ou do movimento, e os projetos que exigiam um volume maior de recursos e um acompanhamento técnico[106] foram confiados a *grupos de famílias*.

As chamadas atividades tradicionais, que continuam sendo praticadas até hoje, contemplam os produtos essenciais para o sustento da família: arroz, feijão, milho, legumes e criação de animais de pequeno porte. O processo de produção destas culturas segue uma prática tradicional chamada *no pé do toco*.[107] Um relativo grau de modernização[108] está sendo introduzido nas culturas "novas" - novas para os assentados -, que dependem de orientação técnica[109] e podem dispor de financiamentos.
Nos períodos de intensificação das atividades na roça, a vila pode ficar deserta durante o dia. Em geral, aqueles cuja propriedade fica longe da vila – a distância pode chegar a 12 quilômetros -, impossibilitados de se deslocarem diariamente, construíram um barraco na roça e chegam a passar semanas lá sem voltar para a vila.[110]

A articulação das tradicionais formas de produção com a introdução de novas culturas alavancadas pelas linhas de crédito está gerando diferenciações entre os assentados. Importa salientar que o desenvolvimento por que passou a agricultura nas últimas décadas, inclusive nas áreas mais afastadas dos grandes centros decisórios, tornou mais complexas as questões submetidas às decisões

[106] De um modo geral constituem atividades para as quais os assentados não possuíam conhecimento ou experiência. O técnico agrícola era ligado ao MST e morava na área em condição de assentado. Tinha adquirido o direito de outro que acabara desistindo. Alguns anos mais tarde foi removido da função de técnico.
[107] O cultivo no pé do toco consiste na derrubada de parcelas de mata, queimadas e plantio no meio dos tocos e dos troncos que permanecem na área. Todo o trabalho é feito manualmente. Por isso, sobretudo na época do plantio e da colheita, exige disponibilidade de mão-de-obra. Os acordos feitos com trabalhadores que vêm de fora nos períodos de colheita são vários. Prevalece a terceira parte, ou seja, duas partes para o proprietário e uma para aquele que colhe. Esta forma de produção aproveita a fertilidade natural do solo que, aos poucos, vai se desgastando. Por isso, as derrubadas avançam e nas terras desgastadas – *cansadas* – planta-se capim ou, nas capoeiras, *feijão abafado*. O sistema de plantio do chamado "feijão abafado" é o seguinte: escolhe-se uma área de vegetação baixa, tipo capoeira, passa-se jogando o feijão no chão – não é necessário semeá-lo no sentido tradicional, ou seja, encobri-lo com terra - e, em seguida, corta-se a vegetação encobrindo (abafando) as sementes de feijão.
[108] "Em que pese a importância das inovações técnicas em diferentes segmentos produtivos do Nordeste contemporâneo, seu raio de ação e seus efeitos sobre os ambientes sociais da região são, com muita freqüência, tímidos, localizados e por vezes destrutivos. O grande trunfo da pujante expansão agrícola nos cerrados nordestinos, por exemplo, é, até hoje, a terra barata, ou seja, a ignorância, por parte do sistema de preços, dos custos associados ao extermínio da biodiversidade, (...)." ABRAMOVAY, Ricardo. "Caminhos da luta contra a pobreza rural"; *in* **Folha de S. Paulo**, 3.11.2002.
[109] Embora em outro nível, o estudo de Sther contribuiu para a compreensão da dinâmica de reprodução das desigualdades. Afirma o autor: "A emancipação de amplos segmentos da população de uma condição de vulnerabilidade e subordinação econômica — que não se realiza na mesma extensão e em velocidade semelhante em todos os países industrializados — proporciona as bases materiais para novas formas de desigualdade". STEHR, Nico. "Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000.
[110] *A gente quase não vê a multidão aqui na Vila porque muitos, mesmo tendo a casa deles aqui, estão trabalhando nos lotes que ficam longe e não dá para eles ir e vir todo dia. Às vezes vêm no final de semana, outras vezes passam a quinzena lá dentro do lote deles trabalhando. Aí têm muitas casas que a gente vê fechadas; não têm ninguém por causa disso* [Luis Antonio – Nova Conquista].

relativas às escolhas do que produzir e como produzir, exigindo maior competência técnica e ampliando o poder dos que possuem e detêm o conhecimento científico. Essencialmente, o que está em causa é a diferenciação / tensão entre a tradicional gestão familiar e a nova gestão burocrática. Ainda que direcionadas às tradicionais unidades familiares camponesas, as políticas de assentamento fundam-se e instauram a gestão burocrática como caminho de integração dos assentados ao mercado. Essa política é promovida sob o disfarce de modernização, eficiência, eficácia, competência e desenvolvimento, entre outras atribuições. Afinal, são estes os objetivos dos financiamentos. Deste modo, a capacidade de racionalizar as linhas de credito, de gerir os empreendimentos e lidar com o mercado gera diferenciações e desigualdades. Ao ser conformado ao espaço físico e social da ordem instituída, o assentamento se transforma num processo gerador de desigualdades. Esta percepção e constatação já aparece nos depoimentos dos assentados.[111]

Um dos aspectos que chamam a atenção de quem visita os assentamentos rurais no Maranhão é a situação de carência, abandono e dependência que configura e caracteriza a maioria daqueles espaços sociais. Observações, sensações e indagações se entrecruzam e misturam, provocando um incômodo social, político, ético e teórico. Para o observador, o primeiro impacto é de desapontamento, conjugado com uma certa dificuldade de vislumbrar um futuro promissor para os grupos sociais que fizeram daquelas experiências o ponto de partida para melhorar suas condições de vida, objetivando alcançar a integração social. Aceito o pressuposto de que os assentamentos tinham o escopo de integrar famílias, comunidades, grupos sociais e áreas geográficas ao processo de redefinição da unidade social agora fundada em princípios de equidade e justiça, fica a sensação de reprodução da pobreza, da exclusão e das desigualdades. Desilusão de quem imaginava possível reproduzir e fortalecer a antiga unidade familiar camponesa e torná-la produtiva e competitiva no contexto das novas configurações sociais e econômicos locais, regionais e nacionais. Mas todo processo histórico se resolve de alguma forma. Deste modo, o bloqueio ou a interrupção de determinadas propostas sempre tem seu contraponto, ou seja, a emergência, o avanço e a consolidação de outros projetos e de outras configurações. Por causa disso, na medida em que a investigação for além das observações e emoções e apanhar os assentamentos em suas determinações constitutivas, ficará evidente que cumprem funções essenciais na reprodução e redefinição da ordem

[111] *Hoje nós podemos dizer que tem mais ou menos uma média de 20% do pessoal que superou as dificuldades; está mais ou menos bem; não vamos dizer que está lá em cima, mas está mais ou menos. Está melhor do que os outros. Daqueles que não conseguiram progredir, vários largaram e foram embora. Outros continuam aqui, mas estão cheios de dívidas e sem condição de pagar. Eu acho que não têm como pagar porque vejo que estão precisando das coisas, estão passando necessidade. No lugar daqueles que foram embora vieram outros* [Luis Carlos – Nova Conquista].

dominante. E necessário, porém, abandonar a idéia de que sua essência visaria, primordialmente, integrar grupos e setores da população a um ordenamento regulado por princípios de igualdade social. Para além de seus resultados econômicos que são determinantes para a permanência dos assentados nas áreas, os projetos de assentamento cumprem a função de integrar pessoas e grupos sociais à ordem instituída aliviando tensões em momentos de amplas, profundas e intensas transformações.

Portanto, oficialmente apresentados como uma expressão da política de reforma agrária[112], os "assentamento rurais" configuram-se, na realidade, em movimentos que, ao incorporar grupos sociais e áreas geográficas ao processo de socialização dominante, redefinem setores da população rural, suas relações com a terra, com a comunidade e com a sociedade e os integra a um espaço caracterizado por desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. O assentamento, que inicialmente se apresentava como o locus da igualdade, aos poucos passa a ser atravessado por desigualdades que provocam estranhamentos e geram tensões entre os assentados. Paulatinamente as diferenciações tomam corpo e passam a regular o próprio espaço físico e social do assentamento, reproduzindo, em outro nível, a excludência que a luta dos sem-terra, de um lado, e a política de assentamento, do outro, se propunham equacionar.

Ao avaliar o processo, os assentados são quase que unânimes em afirmar que, com a conquista da terra, sua vida melhorou.[113] Contudo, em conversas mais informais, tendo como pano de fundo as condições de carência em que se encontrava a vila durante os primeiros anos, algumas mulheres reconheciam que, com a ida para lá, a situação tinha ficado mais difícil. Cabe lembrar que no período do acampamento e início do assentamento, várias delas tinham ficado em outros lugares - fazendas, periferias das cidades e povoados, etc. -, aguardando a oportunidade para reagrupar a família no assentamento. Supõe-se, então, que tivessem acesso a benefícios que, num primeiro momento, não encontraram no assentamento. Com efeito, na medida em que as atividades e o dinamismo econômico incorporaram à vila bens como energia elétrica, água, linhas telefônicas, escola, posto de saúde, entre outros, suas avaliações também sofreram mudanças. De todo modo, é necessário decifrar o sentido atribuído à afirmação de que, com a conquista da terra, a vida teria melhorado. É preciso averiguar o que efetivamente melhorou, pois a afirmação pode estar exclusivamente ligada à conquista da terra

[112] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA: http://www.incra.gov.br. Balanços da Reforma Agrária 1995-1998; 1999; Dezembro de 2000; Balanço da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar 2001 e 2002.
[113] Tendo como referência as condições de vida, 78% dos assentados afirmaram que com a criação do projeto melhoraram, 16,36% disseram que continuavam iguais e 5,64% que tinham piorado.

após uma longa seqüência de lutas. As relações que os trabalhadores rurais de base tradicional estabelecem com a terra são mediadas por representações simbólicas que pouco ou nada têm a ver com a relação que o mercado estabelece com ela. Aceitar o princípio de que a função dos assentamentos é integrar famílias e áreas ao processo dominante significa reconhecer e admitir que a relação do mercado deve prevalecer e se impor sobre as outras. Nesta perspectiva, as linhas de crédito impulsionam a redefinição. Constituem uma das formas mediante as quais o mercado transforma as antigas unidades familiares e as comunidades rurais. O financiamento visa integrar pela via da produção, mobilizando inclusive a tradicional unidade familiar. Abrindo um parêntese, então, fica evidente que o mercado está interessado na produção e não nas formas de exploração do trabalho. Com efeito, a liberdade e modernidade estão associadas à mercadoria e não às relações de produção.[114]

Vista nesta perspectiva, a luta pela terra de setores rurais da população não se restringe à conquista do assentamento, ou seja, à propriedade de uma porção de terra. Nem a questão fundamental reside no tamanho da propriedade. Esta pode ser pequena ou grande, mas suas adjetivações e atribuições sempre dependerão daquilo que está em causa. Para os sem-terra, o assentamento não é garantia de melhores condições de vida e, muito menos, da possibilidade de construção de seu universo social. A propriedade da terra dissociada das decisões e determinações que lhe dizem respeito, ou seja, das políticas agrárias e agrícolas, coloca o suposto proprietário numa posição favorável à discriminação social.[115] Com efeito, os assentados que não conseguem desenvolver seus empreendimentos em direção à eficiência produtiva e à ascensão social terminam por ser socialmente descaracterizados e tratados como incompetentes e incapazes. Com base neste julgamento moral, sua substituição torna-

[114] Nesta perspectiva podem ser compreendidas e explicadas as novas formas de trabalho escravo na sociedade moderna. Pode-se consultar: AAVV. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola / Comissão Pastoral da Terra, 1999. MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997; "A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil"; *in* **Tempo Social**, Rev. de Sociologia, USP, vol. 6, nº 1-2, 1994 (edit. jun. 1995); "A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação"; *in* CPT – Comissão Pastoral da Terra. SUTTON, Alison. **Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernidade no Brasil de hoje**. São Paulo: Loyola, 1994. BINKA Le Breton. **Vidas roubadas – a escravidão moderna na Amazônia brasileira**. São Paulo: Loyola, 2002.

[115] Enquanto era realizada a investigação em Nova Conquista, uma questão voltava a incomodar: Qual a perspectiva real de inclusão de um trabalhador rural que possui 8,5 alqueires de terra a mais de 30 Km da cidade mais próxima, não conta com recursos nem com conhecimento técnico para tocar seu empreendimento, não desfruta de mecanismos nem de mediações que lhe permitam opinar e, de certa forma, interferir nas decisões que determinam e regulam as políticas de desenvolvimento agrícola da região, não controla o processo de produção, não consegue barganhar preço e é expropriado do produto de seu trabalho e, finalmente, submetido à lógica do mercado, não consegue ocupar espaço nas instâncias de representação e mediação política? Não seria exatamente na dinâmica deste processo que se reproduziria a dominação política e econômica que se manifesta nas reiteradas formas de exclusão social? A política de assentamento não seria uma forma pela qual se reproduzem as desigualdades, a centralização, o paternalismo, a dependência, o favor e a dominação? Em decorrência disso, não representaria uma negação categórica dos direitos sociais e políticos como princípios reguladores da sociabilidade e horizonte a ser alcançado?

se uma necessidade e não se coloca como uma questão social. Estes critérios avaliativos foram incorporados pelos próprios assentados e estão presentes nos relatos quando discorrem a respeito dos "companheiros" que abandonaram o assentamento.

Até o mês de abril do ano de 2002, das 157 unidades produtivas monitoradas pelo técnico agrícola, - exigência para os projetos de financiamento serem aprovados -, 48 (30,57%) já não estavam nas mãos das famílias inicialmente assentadas. Não tendo a propriedade jurídica da terra enquanto o projeto não for emancipado, os que desistem recebem de acordo com as benfeitorias realizadas e, junto com o lote, repassam as dívidas acumuladas.

Condições sociais

A estrutura social encontrada em Nova Conquista mostra a persistência de ordenamentos e configurações enraizados nas tradicionais concepções familiares e comunitárias. Se comparadas com Canudos, as funções dos diversos atores, ainda que em processo de transformação, permanecem mais simples, definidas e rígidas. Mobilizando a categoria "tempo" para caracterizar o processo, seria possível dizer que as mudanças são mais lentas. Para isso contribuem: a) a possibilidade de reprodução, em ambientes de relativo isolamento, do tradicional universo social e cultural do qual os assentados são originários; b) a mediação da terra no processo de ressocialização.

A família, enquanto unidade social, continua sob a responsabilidade dos homens. Com efeito, 87% das unidades produtivas e familiares tinham como responsáveis e chefes os homens.[116] Com funções superpostas, o homem é responsável tanto pelo empreendimento quanto pela família. Prevalece, portanto, a visão de que o universo social – casa, vila, roça, cidade, comércio, etc. – é coordenado e regulado pelo homem.

Quanto aos casos em que as mulheres cumprem as mesmas funções, 13% do universo investigado, foi averiguado que as condições não resultaram de mobilizações que se propusessem redefinir as funções, mas de circunstâncias que poderiam ser definidas de "fortuitas". Aquele universo é constituído essencialmente de viúvas e mulheres separadas cujos "companheiros" não

[116] Os dados apresentados nesta seção referem-se à pesquisa quantitativa realizada entre os meses de novembro de 2001 e fevereiro de 2002.

moram no assentamento. Desta forma, elas também cumprem a dupla função de responsabilidade pela unidade produtiva e familiar.[117]

A família é a base a partir da qual e sobre a qual o homem constrói e reproduz sua função central na organização social. De certa forma, seu poder está diretamente relacionado à sua capacidade de manter a unidade familiar. Por isso, pode até ter várias mulheres; importante é que tenha uma única família. Deste modo, em Nova Conquista 61% dos responsáveis pelos domicílios eram casados. Se a estes forem acrescentados os solteiros (12,39%) e os amasiados[118] (17, 1%), resultava que mais de 90% das unidades familiares se enquadravam no padrão moral da "família tradicional".

De um modo geral fala-se dos "assentados" como se constituíssem uma categoria unitária e homogênea. Na realidade, constituem uma unidade heterogênea. Embora aquele universo social possa ser considerado relativamente simples, a unidade deve ser constantemente refeita diante de exigências impostas de fora e diferenciações internas. Novas tensões e diferenciações obrigam a redefinir as bases da unidade e identidade social. Para as diferenciações em curso contribuem, entre outros fatores: a) as experiências acumuladas ao longo dos vários deslocamentos até a chegada em Nova Conquista. Mesmo tendo se deslocado de uma região para outra, alguns ficaram sempre no campo trabalhando em condição de proprietários, posseiros, meeiros, arrendatários ou vaqueiros; outros passaram temporadas, longas ou curtas, em cidades e povoados desenvolvendo outras atividades e lidando com situações e condições mais complexas; outros ainda percorreram outras regiões ou vieram de outros estados, estiveram envolvidos em outras mobilizações e chegaram a trabalhar em garimpos ou empresas; b) a questão da idade. Em geral, as gerações mais novas, mesmo tendo nascido e se criado no campo, têm com a terra, o trabalho, a cidade e o mercado uma relação diferente das gerações mais antigas; c) as dimensões étnicas, raciais e de classes. Embora todos possam ser contemplados na categoria "classe social subalterna", permanecem características étnicas e raciais que operam na diferenciação. Com efeito, esta não depende da evolução interna do movimento no âmbito do assentamento, mas da configuração daquele universo ao novo ordenamento social.

[117] Uma vez que em Nova Conquista as duas funções não existem separadas, de agora em diante a categoria mobilizada será a do IBGE, ou seja, "responsável pelo domicílio".

[118] A categoria e o índice de 'amasiados' merecem algumas considerações que ajudam a entender o fenômeno no contexto social do assentamento. Em geral, quando o homem, mesmo de idade avançada, fica viúvo, junta com outra mulher, às vezes muito mais jovem, e se declara "amasiado". Pelo contrário, a tendência da mulher que perde o companheiro é ficar só e se declarar viúva.

A pluralidade de respostas diante de um processo aparentemente igualitário – tamanho do lote, casa na vila, financiamentos, novas formas de produção, mercado, modernização - depende também destas situações e condições. Aos poucos, questões que aparentemente não existiam ou não eram percebidas como problemas transformam-se em tensões, disputas, divisões, diferenciações e produzem desigualdades.

Em Nova Conquista, 74,35% dos responsáveis pelos domicílios tinham menos de 50 anos de idade o que revela tratar-se de uma população relativamente jovem. Como apontado, isto tem reflexos tanto na luta pela terra como nas formas de organização do assentamento e de sua integração social.

A maioria absoluta da população era composta de mulatos e negros: 70,1%. No contexto da formação e do desenvolvimento da sociedade brasileira, este dado induz a supor que o processo de integração não será regulado apenas pelos princípios do mercado – competição -, mas deverá enfrentar também relações, estruturas e mecanismos de discriminação étnica e racial que constituem e movimentam a ordem instituída.

Em relação à procedência dos assentados, 78% eram originários de outras regiões do Maranhão e o restante procedia de outros estados da Federação, especialmente do Nordeste. O que merece reparo é o número de deslocamentos até Nova Conquista. Importa lembrar que para alguns deles (30,57% até abril do ano de 2002), esta não foi a etapa final, uma vez que foram "expulsos"[119] também do assentamento. Em termos de deslocamentos, então, entre os assentados o quadro era o seguinte: 6,1% foram diretamente do lugar de origem para Nova Conquista; para 15,2% era o segundo deslocamento; para 34,6% representava a terceira etapa; 19,5% contavam com quatro migrações; 17,4% somavam cinco mudanças e, para o restante, ou seja, 7,2%, representava a sexta ou mais tentativa de fixação. Conforme ressaltado, os deslocamentos contemplam passagens do campo para outra região e condição no campo, do campo para pequenos povoados ou cidades, destas para garimpos e várias outras combinações possíveis. Quando da constituição do acampamento, 64,9% das famílias assentadas procediam de povoados ou cidades e 35,1% da roça. Estes últimos viviam em fazendas ou em assentamento – na qualidade de encostados.

Para 87,4% dos que foram contemplados no projeto, o assentamento representava a primeira propriedade. Antes tinham trabalhado em terras livres – posseiros - em condição de meeiros,

[119] O recurso ao conceito de "expulsão" está associado à tese conforme a qual os deslocamentos de setores das classes subalternas têm causas estruturais e não resultam de deliberações de caráter individual. Os que desistem e abandonam o fazem por falta de condições, materiais, sociais e psicológicas. Nas relações reguladas pela competição o risco é perder a referência estrutural do movimento do social e atribuir a responsabilidade dos processos aos indivíduos supostamente livres. É o princípio da propriedade que configura o processo social.

arrendatários, peões, vaqueiros ou outros. Do universo investigado, 69,2% tinham sempre trabalhado na terra ou com a terra, ao passo que 30,8% tinham desenvolvido também outros serviços, de forma esporádica ou sistemática.

Os que desistiram[120] foram substituídos por "compradores". Coloca-se, portanto, a questão da mobilidade das famílias nos espaços dos assentamentos. A pergunta natural que surge é: por que as famílias lutam tanto pela terra, passam por privações e sofrimentos nas ocupações, nos acampamentos, nas matas e beiras das estradas e quando assentadas desistem? A hipótese aqui formulada é de que a causa fundamental reside na não realização da propriedade como caminho de integração, de inclusão.[121] Pode parecer um paradoxo, pois os sem-terra recebem terra, ou seja, uma propriedade e, com isso, deveriam mudar as suas condições políticas e sociais e se colocar diante dos outros proprietários em condição de iguais, ou seja, de proprietários. Contudo, a propriedade não é um ator social que tenha sentido em si, que por si realize as transformações que, muitas vezes, lhe são atribuídas. A propriedade é uma relação social que deve ser permanentemente reproduzida no bojo do movimento do social. Por isso se articula com as outras dimensões do social e as regula em função de sua reprodução. Sem essa articulação a propriedade, em seu sentido capitalista, que é o que predomina na sociedade atual, não se completa e, ao encobrir o processo social com sua aparência de autonomia, desloca para o nível da competência do proprietário a responsabilidade da expropriação e alienação sobre a qual está fundada. É o que acontece quando os que "desistem" são responsabilizados pelas suas desistências.

A escolaridade constitui um elemento fundamental para conjeturar a respeito das possibilidades de permanência e das formas de integração dos assentados à ordem social predominante. Do total dos responsáveis pelas unidades produtivas e familiares, 62,4% tinham algum grau de escolaridade e 37,6% nenhum. Em relação aos primeiros, 73,97% do total tinham até no máximo a 5ª série, 17,81% até no máximo a 8ª série e somente 8,22% tinham o segundo grau, concluído ou inconcluso.

[120] Durante a pesquisa deparei com um assentado que, insistentemente, queria vender o lote e se mudar para a cidade. Conversando a respeito do assunto com alguns moradores da vila, soube então que outros tinham vendido e se mudado. Inclusive a família onde estava hospedado era composta de "compradores" e não propriamente de assentados. Devido à relevância do fenômeno, o aspecto da compra e venda do lote foi incorporado à indagação. Para análise da questão, ver: SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.
[121] A questão será retomada em outro capítulo.

Como os dados relativos ao "estado civil" dos responsáveis pelos domicílios têm apontado, as famílias apresentam-se, pelo menos aparentemente, mais unidas e definidas. As funções de seus membros também são mais limitadas e reguladas. A terra e o trabalho continuam sendo os elementos que definem, conformam e regulam as relações sociais em família e na vila. A possibilidade de horizontes alternativos passa pelo deslocamento para a cidade, que é o que acontece com os jovens que, eventualmente, vão para lá estudar e muitos não voltam.

A média de pessoas por unidade familiar é de 6,32, bem superior à média registrada em Canudos. O registro de óbitos de crianças é bastante elevado, em média bem superior ao de Canudos, o que revela uma maior dificuldade de acesso à saúde pública.[122] As doenças que afetam as crianças são as mesmas que atingem as áreas pobres do campo e das cidades: verminose, diarréia, desnutrição, fome, anemia e vômito. As principais causas apontadas são: pobreza, falta de higiene, falta de conhecimento, falta de médico e abandono das autoridades. De um modo geral, quando precisam de remédios, os assentados os adquirem nas farmácias de Açailândia. São ainda muitos os que buscam nas ervas, chás, ungüentos e raízes formas alternativas de tratamento.

A terra constitui a preocupação central dos assentados que chegam em Nova Conquista. A casa está integrada àquele universo. Na tradição do homem do campo do Maranhão, a casa tem uma relação direta com a terra. Edificada sobre o chão é geralmente feita de taipa, ou seja, terra enraizada na terra, continuidade desta. A terra, portanto, constitui o elemento fundamental e a casa está integrada a seu universo. É esta a base sobre a qual surgem e se desenvolvem visões e concepções holísticas. Neste sentido, a terra transforma-se em "terra mãe" ou "mãe terra". Por isso, a terra contempla a mata, a roça, os pomares, a casa, o quintal e os animais e representa o valor central do universo camponês. Assim, o visitante é primeiramente brindado com a apresentação deste amplo espaço de vida e trabalho. Poderá, então, contemplar a roça, o mato, a capoeira, o brejo, o poço, o igarapé, o açude e outras coisas mais que existem na terra. Somente depois da excursão será

[122] No censo de 2000, o Maranhão ocupava um dos primeiros lugares no *ranking* brasileiro de mortalidade infantil. Registrava 49 mortes de crianças de até 1 ano para cada 1.000 nascidas vivas. Era também um dos Estados com maior prevalência de desnutrição de crianças: 12%. O desnutrido perde as defesas necessárias para enfrentar infecções, e geralmente morre de doenças pulmonares. Essas doenças representam 3,4% das mortes no Maranhão. No mesmo Estado 2,9% das crianças morrem por diarréia. **Folha de S. Paulo**, 4 de março de 2003.
O levantamento realizado apresentou o quadro seguinte: 28,2% das famílias tinham registrado pelo menos um óbito; 12% das famílias, dois óbitos cada uma; 5,13% das famílias, três óbitos cada uma; 3,4% das famílias, quatro óbitos cada uma.

convidado a entrar em casa.[123] Esta representa apenas uma dimensão da terra. Por isso, os conceitos de "morador" e "moradia" são se reduzem ao espaço da casa; referem-se à terra. A casa propriamente dita tem uma importância relativa. Em alguns casos constitui um pormenor irrelevante.[124] A terra é a "morada da vida".[125] Dissociada desta integração com o mundo em sua volta, a casa, independentemente de suas condições materiais, pode provocar estranhamento e sofrimento.[126]

Neste sentido, nas mobilizações dos sem-terra e assentados o que está em causa não é primordialmente a casa entendida como espaço físico ou bem material, mas a terra como "lugar de morada", ou seja, como espaço de construção das condições de vida. Portanto, para facilitar a integração da terra com a casa, 53,8% dos assentados tinham construído um barraco na roça, onde ficavam por períodos mais prolongados durante as épocas de pico das atividades produtivas. Em geral, os que possuem a propriedade distante da vila ficam dela afastados por mais tempo.[127] A distância, que pode chegar a 12 quilômetros, é um fator que, junto com outros, contribui no desenvolvimento das atividades produtivas e caracteriza as diferenciações em curso entre os assentados. Entre outros aspectos, dois podem ser destacados:

a) distância dificulta o acesso à roça e, em alguns casos, obriga a família, ou membros dela, a ficar mais tempo distantes da vila. Dependendo das condições das estradas, o escoamento da produção torna-se mais custoso;

b) por outro lado, a permanência na roça se traduz numa dedicação mais intensiva ao trabalho, uma vez que não há perda de tempo com deslocamentos nem distração com outras atividades, além da redução dos gastos com um estilo de vida mais contido e rígido.

---

[123] Contudo, a casa significava também família, filhos, abundância, bênção e vida serena. Constituía uma rede de relações de caráter humano, social, cultural, religioso. Era necessário, então, manter e reproduzir o ritualismo das relações que faziam da casa um espaço bendito. Havia, portanto, um lugar de destaque reservado aos santos e aos antepassados cujas fotos ficavam expostas na sala de entrada. Daí também a multiplicidade e diversidade de rituais apotropaicos.

[124] A casa cabocla pode ser tão irrelevante, que, na Baixada Ocidental Maranhense, ocupada por uma população composta, em sua maioria, por afro-descendentes, não passa de um casebre diminuto e em ruína, cuja única função é servir de refúgio à noite a na estação das chuvas. Comum a todo o Maranhão "agrícola" é a tradição do rancho, da palhoça, do tijupá: "casas" permanentemente provisórias.

[125] Expressão usada por HEREDIA, Maria Beatriz Alásia. **A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

[126] *Nasci em Coroatá. Meu pai era vaqueiro e toda vida trabalhou em fazenda com patrões. Aos cinco anos de idade saí de casa e fui morar com os patrões do meu pai. Fui levado para estudar na cidade. Aquela mudança foi muito difícil para mim. Antes eu morava na roça com os meus pais e o modo de vida da gente era um e, de repente, mudou tudo. Eu fui para a cidade morar na casa de pessoas ricas que eram os patrões do meu pai. Era um sistema todo diferente de como a gente vivia. Eu sofri muito por conta disso. Lembro que lá onde morava a casa era muito grande, ficava sozinho num quarto muito grande. Eu não conseguia acostumar com aquilo* [Zé Geraldo – Nova Conquista].

[127] Cada unidade familiar ficou com um lote rural de 8,5 alqueires, sendo que 1,5 alqueire foi disponibilizado para a área coletiva. Os lotes foram sorteados.

Pelo que diz respeito às atividades na roça, além da mão-de-obra familiar, 54,7% das unidades produtivas contavam com a ajuda mais sistemática de "encostados" e de outros trabalhadores temporários ou sazonais.

Como frisado, para as atividades de caráter coletivo - as experiências ensejadas contemplaram as culturas de arroz (mecanizado), abacaxi, caju e urucum e a criação de gado e suínos – foram mobilizados os grupos de família. Os projetos, no entanto, não estavam nas mãos dos assentados nem dos grupos e sim dos técnicos – agrícolas e dos bancos financiadores. É neste processo que os técnicos dos diferentes níveis e setores desenvolvem funções reguladoras que têm um peso muito grande na configuração do assentamento. Este processo representa e expressa um caminho possível de integração que, em seu próprio desenvolvimento, traz consigo novas formas de desintegração. O lado novo é que, de acordo com a maneira dominante de pensar e representar, a partir de agora os assentados serão responsáveis diretos por seu destino, por seu futuro. O sucesso ou fracasso estão em suas próprias mãos. Com efeito, ao passo que a luta pela criação e execução dos projetos de assentamento foi coletiva, a desistência e o abandono são vistos como decisões de caráter individual.

Devido à centralidade da terra no universo dos assentados, a análise focalizará as transformações relativas à produção agrícola, uma vez que as mudanças nas relações de produção e nas culturas produzidas redefinirão o sentido da terra, do trabalho, da família, da comunidade, da vila, da cidade, enfim, do universo dos assentados. Na reconstituição deste processo é possível apanhar aspectos relevantes da ressocialização em curso em Nova Conquista. As linhas de crédito constituem um mecanismo fundamental desta reconfiguração. Mais uma vez vale lembrar que a socialização envolve todas as esferas da vida e aqui serão enfrentadas apenas algumas. Outras, também relevantes, não serão aprofundadas. O propósito é decifrar a natureza da nova socialização.

Processo de integração

a. Produção agrícola

Apesar de estar em curso uma incipiente diversificação tanto nos tipos de culturas como nas formas de produção, após mais de seis anos de existência do assentamento, em Nova Conquista ainda prevalece uma agricultura usualmente definida "no pé do toco". Trata-se, portanto, de uma forma rudimentar de produção que objetiva, em primeiro lugar, a subsistência de quem está nela envolvido. No circuito da comercialização entra o excedente. [128] A agricultura realizada ao pé do toco exige um grande dispêndio de mão-de-obra já que as atividades são desenvolvidas manualmente e são utilizados instrumentos de trabalho tradicionais. As culturas básicas – arroz, feijão, milho e mandioca –, pautadas na fertilidade natural do solo, exigem terras "descansadas" e, conseqüentemente, a prática de novos desmatamentos como forma de contornar o desafio da adubação ou correção do solo. As áreas "cansadas" ou desgastadas geralmente viram capoeira ou são paulatinamente transformadas em pastagens. É esta a lógica que, aos poucos, transforma os assentados em criadores de gado. Nesta redefinição, porém, surgem novos ou velhos problemas que fogem da alçada dos assentados. Trata-se, de um lado, da dificuldade de lidar com o gado pela ausência de acompanhamento técnico e devido às doenças que afligem os rebanhos, provocando, às vezes, ingentes perdas e, do outro, do tamanho relativamente pequeno de suas áreas que inviabiliza, a médio e longo prazo, sua inserção no mercado como criadores de gado. Estudos técnicos já comprovaram que, devido às condições climáticas e às características do solo, a criação de gado em pequenas parcelas de terra da Amazônia está praticamente inviabilizada.

Portanto, na impossibilidade de sobreviverem da *lavoura* tradicional e, ao mesmo tempo, de se viabilizarem como criadores de gado ou grandes produtores de caju, abacaxi, urucum ou outro, procuram diversificar as atividades:[129]

---

[128] Uma vez que o objetivo é caracterizar algumas transformações em curso no assentamento, o tema da tradição "camponesa" aqui reposto não será discutido.

[129] *Como já tenho um pedaço de capim, quero fazer um outro pedacinho este ano. Também quero deixar uma faixa de terra exclusivamente para a lavoura. Esse é o meu ponto de vista, quero separar um pedaço da minha propriedade para ficar plantando a minha lavoura. O meu ponto de vista é que, se tenho onde produzir e me manter do trabalho da roça, acho isso uma grandeza e jamais deixarei de fazer isso* [Ricardo – Nova Conquista].

Nas fazendas da região a produção de lavoura é quase zero. São muitos os que estão deixando de produzir porque a produção está custando mais caro do que o próprio produto depois na praça. Assim o maior investimento é a pecuária. Aqui no assentamento é diferente, porque, quando a gente começa, sempre começa na roça. Inclusive eu, há cinco anos vinha comprando milho, feijão e arroz pra comer e esse ano nada disso eu comprei porque produzi dentro do pedaço de terra que eu consegui adquirir[130]*. Fiz uma abertura de aproximadamente oito hectares e plantei arroz, milho e feijão. Também tem uma parte de uns três hectares na qual plantei capim e cerquei com arame. Ainda não tenho gado*.

[Zé Bonifácio – Nova Conquista]

Além das culturas básicas de subsistência em propriedades individuais viabilizadas mobilizando a força de trabalho familiar e, em alguns casos, contratando diaristas ou "encostados", em Nova Conquista foram ensaiadas algumas experiências definidas pelos assentados como "produção coletiva". Para compreender o que está em causa, faz-se necessário traçar os contornos do termo "coletivo", uma vez que entre os assentados adquire especificidades e sentidos próprios. Considerado de forma abstrata, o conceito pode induzir a imaginar relações de trabalho e formações sociais que na realidade poderão não ser encontradas no interior do universo investigado. Por causa disso, em se tratando de relações sociais, para que seja possível decifrar seus elementos internos, suas potencialidades e suas debilidades, as formas coletivas de produção – agrícola e social – devem ser examinadas em seus processos constitutivos. Em outras palavras, para apreender e compreender seu caráter, é necessário analisar as formas sociais nas quais o coletivo se manifesta e não se fixar na terminologia mobilizada para explicar o sentido dos processos sociais. Considerando que, às vezes, as transformações em curso são interpretadas pelo grupo social investigado a partir de conceitos tradicionais recriados e idealizados, o coletivo pode remeter ao universo da solidariedade tradicional mais do que expressar relações, tensões, conflitos e arranjos que operam na formatação da nova sociabilidade. Solidariedade e coletividade expressam e constituem processos que fundam sociabilidades distintas. Fundamentam-se em pressupostos, valores e fins diferentes. No contexto do universo tradicional a solidariedade representa uma determinação constitutiva de coesão e unidade comunitária e não há separação entre indivíduos e comunidade. Como a modernidade está fundamentada sobre o princípio do indivíduo abstrato e se defronta com suas tendências

[130] O entrevistado adquiriu o lote de um assentado que desistiu da terra. Antes morava com a família numa fazenda próxima.

individualistas, deve mobilizar o conceito de "coletivo", associado ao "público" para construir e reproduzir a unidade social. Desta maneira o coletivo passa a adquirir uma dimensão pública – política -, enquanto o individual fica relegado à esfera do privado. Segundo Marx[131], esta separação não é senão uma das expressões das relações capitalistas de produção fundadas no divórcio entre o capital e o trabalho, a mercadoria e o seu produtor, ou seja, é uma conseqüência da expropriação e alienação constitutivas do movimento do capital.

Os assentados de Nova Conquista não são oriundos de experiências sociais e culturais caracterizadas por formas coletivas de produção agrícola e social, uma vez que as pequenas unidades familiares e comunitárias não operavam com base na separação entre o público e o privado. Com isso, é possível inferir que as formas coletivas foram introduzidas na passagem entre a antiga sociabilidade e as novas formas de socialização em curso no assentamento. Deste modo, a criação de "grupos de famílias" e sua agregação em volta de projetos coletivos de produção tornam-se formas *derivadas* de trabalho conjunto em situações em que a sociabilidade tradicional deixa de operar. Não constituem processos que possam ser interpretados como movimentos de redefinição da antiga solidariedade, uma vez que a unidade se funda em outros princípios e tem outro caráter. Em outras palavras, as tentativas de trabalhos coletivos não são unidades criadas pelos assentados nem constituem processos que consigam reproduzir a sociabilidade tradicional. Esta ambigüidade fica exposta quando atribuem às formas de trabalho coletivo valores e expectativas que, na realidade, os processos sociais acabam não tendo. E diante da constatação de que aqueles princípios não operam na configuração prática dos trabalhos coletivos, imputam a responsabilidade dos fracassos a si próprios, alegando falta de interesse, má vontade, descaso, entre outras causas. É, portanto, dentro deste

[131] Para um aprofundamento teórico destas questões, pode-se consultar: MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Moraes, 1991. E ainda do mesmo autor: **Critica de la filosofia del Estado de Hegel**. México: Ed. Gijalbo, 1968. Marx e Engels, na Ideologia Alemã, escrevem: "É justamente desta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que o interesse coletivo toma, na qualidade do Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal (...) e sobretudo (...) baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isola em cada um destes conglomerados humanos e entre as quais há uma que domina todas as outras. Segue-se que todas as lutas no interior do Estado, (...) são apenas as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre as diferentes classes (...) Justamente porque os indivíduos procuram seu interesse particular, que para eles não coincide com seu interesse coletivo (o geral é de fato a forma ilusória da coletividade), este interesse comum faz-se valer como um interesse 'estranho' aos indivíduos, 'independente' deles, como um interesse 'geral' especial e peculiar; ou têm necessariamente de enfrentar-se com este conflito, tal como na democracia. Por outro lado, a luta prática destes interesses particulares, que constantemente e de modo real chocam-se com os interesses coletivos e ilusoriamente tidos como coletivos, torna necessário o controle e a intervenção prática através do ilusório interesse-"geral" como Estado". MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984. Citação p. 12.

contexto de *elementos derivados e não inerentes* [132] que é preciso analisar as formas de produção coletiva ensejada em Nova Conquista.

> *Em relação à questão das terras coletivas, eu não conhecia essa experiência, apenas tinha ouvido falar pelo movimento* [MST]. *Eu concretamente nunca vi, embora a idéia que é implantada na cabeça do pessoal na hora da ocupação seja essa do coletivo. Só que depois na prática não acontece e nós temos o exemplo aqui. Para tentar juntar as pessoas tivemos aqui um seminário. O objetivo era estudar a questão da organização. Quando saímos daquele seminário ficou implantado um sistema de núcleos de famílias. Pensávamos que fosse possível organizar todo o assentamento, toda a comunidade através desses grupos. Aqui conseguimos agrupar quase todos os assentados; foram formados dez grupos. Depois que recebemos o investimento, ficaram três grupos. Destes, um acabou logo, outro durou uns seis meses. Daquele tempo para cá vimos que é quase impossível juntar o pessoal*.
>
> [José Francisco – Nova Conquista]

O encontro, a articulação e a fusão entre elementos *inerentes* e *derivados* podem se traduzir em formulações diferenciadas, dependendo dos grupos envolvidos. Às vezes acabam produzindo uma mistura de elementos, aparentemente ou racionalmente incompatíveis, que geram uma certa ambigüidade. No caso estudado, o entrecruzamento entre a propriedade da terra, uma vez que a área tinha sido recortada e os lotes entregues às respectivas unidades familiares, e a expectativa de reconstituir a unidade social tradicional mediante as formas de trabalho coletivo, tornava o assentamento um espaço de ambigüidade. Entre os assentados circulava o desejo de recompor a unidade tradicional agora idealizada e a necessidade de se integrar à dinâmica do novo processo de desenvolvimento.

Deste modo, através dos grupos de famílias, os assentados procuraram viabilizar alguns projetos de forma coletiva. Envolviam tanto a produção agrícola propriamente dita, como foi o caso do arroz, do abacaxi, do urucum e da banana, como a criação de rebanhos bovinos e de suínos. Os projetos viabilizados pelos grupos de famílias foram:

[132] RUDE, George. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. Referência à p. 25.

a) Criação de gado. Na realidade a socialização se limitou à compra de "reprodutores", uma vez que o gado era adquirido e criado por unidade produtiva / familiar. Além da melhoria da raça do gado, visava-se aumentar a produção de leite. Aos poucos a prática de criar gado foi se estendendo e alguns anos mais tarde a maioria das famílias estava envolvida nesta atividade. Todavia, à medida que a atividade se alargava, as formas de criação também assumiam um caráter mais individual.

b) Outro grupo investiu na formação de um campo agrícola financiando as atividades do trator e a compra de uma máquina para bater e ventilar arroz e feijão.[133]

c) Um grupo constituído deu início a um projeto de criação de suínos.[134]

d) Mais grupos associaram-se para viabilizar o plantio de caju e de urucum. Nestes casos, o caráter coletivo dos processos consistia na produção das mudas, isto é, na formação e manutenção dos viveiros.

e) A produção de farinha dependia de uma infra-estrutura mínima que demandava contenção de gastos. Produzida inicialmente na "casa de farinha" de um dos assentados, propunha-se a tarefa de construir espaços coletivos. A proposta nunca saiu do papel.[135]

f) Quando da implementação dos referidos projetos, a comercialização dos produtos estava sendo discutida coletivamente. A idéia era viabilizar uma feira do produtor rural na sede do município e solicitar à secretaria de abastecimento o serviço de um caminhão para o transporte sistemático dos produtos agrícolas.

Outro dado significativo diz respeito à chamada "área coletiva". Como ressaltado, no início do projeto os assentados se anteciparam à ação dos órgãos públicos, contrataram uma empresa de

[133] Importa ressaltar que o campo agrícola não foi criado nas terras coletivas, mas em parcelas de terras das propriedades dos membros do grupo. Foram socializadas a contratação do trator e a compra da máquina. Em decorrência disso, a produção propriamente dita e a comercialização dos produtos eram realizadas de forma individual / familiar.

[134] *O trabalho com suínos só podia ser feito em termos de conjunto porque a despesa era muito grande. Precisava construir a pocilga e comprar as matrizes* [Zé Dalena – Nova Conquista]. Alguns meses após o depoimento, recolhido em abril de 2002, as atividades de criação de suínos foram definitivamente encerradas. Conforme relato dos próprios assentados, foi a experiência de trabalho coletivo de mais longa duração.

[135] A produção de farinha de mandioca, alimento básico sobretudo da população rural da região, exige grande quantidade de água, bem escassa em toda a área do assentamento. Por causa disso, na área o plantio de mandioca é quase inexistente.

agrimensores, mediram e recortaram os lotes que, em seguida, foram sorteados. Por uma decisão tomada unanimemente, cada família ficou com uma propriedade de 8,5 alqueires e disponibilizou 1,5 alqueire que lhe caberia para que fosse criada uma área coletiva. Contudo, esta nunca congregou as famílias do assentamento tendo em vista a execução de atividades coletivas. Uma das razões talvez deva ser atribuída ao fato de que a área ficava longe da vila. A preocupação crescente com as atividades individuais / familiares, a redefinição das formas de socialização que substituíam as tradicionais relações de convivência, o lento e inexorável processo de individualização e a dificuldade de agregação no novo contexto geográfico e social fizeram com que a área ficasse à margem de qualquer preocupação individual e coletiva. Em 2002, seis anos após sua criação, a área foi dividida e entregue a 37 famílias que participaram do processo de construção do assentamento na qualidade de "encostados".[136]

Outros aspectos merecem ser considerados, pois articulados contribuem para a recomposição do assentamento e revelam características importantes das diferenciações em curso. Merecem destaque:

a) a localização geográfica dos lotes em relação à vila. Como apontado, a distribuição foi feita com base no critério do sorteio. De todo modo, a distância entre a vila e o lote rural faz a diferença. Claramente não é a mesma coisa ter a roça perto da vila ou a 12 quilômetros de distância;

b) a condição precária das estradas de acesso aos lotes, sobretudo no período das chuvas, e as diferentes condições quanto aos meios de transporte;

c) a permanência prolongada de famílias ou membros delas nos lotes, principalmente nos períodos de pico das atividades produtivas, devido às condições acima explicitadas;

d) a diferenciação dos lotes quanto à sua posição geográfica - planície, morros, etc. - e à fertilidade maior ou menor do solo;

e) a carência de água que, de um modo geral, atinge a região como um todo. Devido à falta de nascentes, rios e igarapés que atravessem a área, o recurso é a construção de açudes, que, por

[136] Nas ruas da Vila foi indagado a respeito do destino da área coletiva. A maioria dos assentados reconhecia não ter sido consultada quanto aos encaminhamentos, mesmo assim considerava a decisão acertada.

sua vez, dependem das chuvas. A perfuração de poços não cabe no orçamento dos assentados[137];

f) a composição familiar, a idade dos seus membros e as condições de saúde;

g) a trajetória histórica e as experiências adquiridas pelos chefes de família;

h) a contratação de diaristas ou a permanência, temporária ou prolongada, de "encostados" no lote.

Um aspecto que merece ser recolocado diz respeito à redefinição das relações de produção em curso em Nova Conquista. Radicalizando, como recurso para colocar o problema de modo mais claro, pode-se dizer que as formas tradicionais de trabalhar a terra não visavam prioritariamente a produção de mercadorias, mas envolviam todas as outras dimensões da vida. Prevalecia uma concepção cosmológica que articulava em volta da terra todos os elementos constitutivos da vida: casa, quintal, roça, famílias e comunidade. Neste sentido, o trabalho era, simultaneamente, um processo de produção material e social. Não era algo exterior à unidade familiar e comunitária que determinava o movimento interno. Não havia racionalidade econômica que regulava o processo. As horas de trabalho despendidas e o valor daquilo que era produzido não dependiam exclusivamente do mercado. A produção tradicional – arroz, feijão, milho, etc. - era vista como uma forma de produção da vida, da sociabilidade. Contribuía para o equilíbrio social, e o conhecimento daquele processo favorecia e fortalecia a auto-estima dos "camponeses". De repente os assentados são colocados em outro espaço físico e obrigados a entrar numa outra lógica. Importa lembrar que os projetos de assentamento são criados com vistas a: a) aliviar tensões existentes em outras áreas; b) absorver setores pobres da população, integrando-os ao processo de produção e; c) reordenar, mediante uma política social, os grupos e as classes sociais de tal maneira que as novas configurações legitimem e favoreçam a reprodução da ordem dominante. Inseridos na nova ordem, inicialmente os assentados têm a sensação de que o processo produtivo não foi alterado, uma vez que continuam produzindo arroz, feijão, milho e as próprias formas de produção destas culturas não teriam sofrido modificações relevantes. Entretanto, o caráter do processo é outro. Quase sem perceber, descobrem que estão envolvidos em outras questões, incorporando ou tendo que aprender a incorporar outras culturas,

[137] Em algumas áreas seria necessário ir a mais de 250 metros de profundidade para encontrar água.

lidando com quantias de dinheiro nunca vistas antes, cumprindo prazos estipulados por bancos e dependendo de um conhecimento alheio para as novas funções.[138] O cálculo e a racionalidade passam, aos poucos, a organizar de outra forma a casa, a roça, a produção, a família, a vila, enfim, o universo no qual estão inseridos. Diante deste processo as reações são muitas e variadas. Uns resistem – de forma meio saudosista -, outros se entregam como quem não tem como opor resistência. Paulatinamente o trabalho na roça assume outro caráter. De uma visão reguladora da sociabilidade, passa a ser encarado como atividade que contribui para destruir a auto-estima. A importância ou o valor da pessoa passa a depender da quantidade do seu produto, da capacidade de desenvolver o seu empreendimento em conformidade com as normas estipuladas pela nova ordem. A inclusão deixa de ser um processo coletivo e se torna um desafio individual. Não será o grupo ou a classe social que serão incluídos e sim quem demonstrar competência. Desta maneira, o trabalho, que era essencialmente uma atividade de socialização e, além de arroz, feijão e outros bens, produzia prazer e auto-estima, torna-se atividade dura, desumanizadora, sofrida, razão de endividamento, motivo de divisão. Aos poucos o trabalho na roça os subjuga ao conhecimento técnico, às empresas, aos bancos, ao mercado. Está em curso o processo de alienação mediado pelas novas formas de produção decorrentes da implantação da propriedade nos moldes capitalistas. A insatisfação – que não deixa de representar uma crítica – se manifesta inclusive nos ressentimentos decorrentes da prática do repasse do financiamento do banco para as empresas que executam as obras. As percepções e o sentido das mudanças estão contidos nos depoimentos:

> *No começo da luta todos pensam que é fácil. Depois que chegam aqui dentro, sentem que o negócio pesa e não é do jeito que eles pensavam. No início as pessoas pensavam que aqui seria uma coisa só, que todo mundo faria as coisas junto. Nada daquilo existe hoje aqui. Os grupos acabaram e cada um cuida de sua vida e toca a sua roça. (...) Se eu pudesse voltar atrás não entraria nunca mais na luta por terra. Não é que eu não tenha gostado, mas tem muita dificuldade para a gente chegar até a terra. E as pessoas lá da cidade pensam que quem está dentro da terra está com a cabeça fria, mexendo com plantação e contando dinheiro. É que eles não sabem como é aqui*.
>
> [Manuel – Nova Conquista]

[138] "Os avanços do capitalismo no campo revolucionam o modo de vida e trabalho do camponês. A terra fica diferente. A comunidade submerge na sociedade. O camponês fica outro: aluga-se, vai ganhar salário, ou fica camponês de outro jeito, negociando, sabendo negociar, não sabendo; ou segue para diante, em busca de outra terra, na ilusão de viver do seu jeito". IANNI, Octavio. **Classe e Nação**. Petrópolis: Vozes, 1986. Citação p. 89.

Depois que mudamos para cá a vida melhorou um pouco porque estamos no que é da gente e trabalhando não passamos mal. Mas aqui é diferente dos outros lugares por onde eu já andei. Aqui o povo não tem amor pelos outros. Por onde eu passei, por onde eu já morei, nunca tinha visto um desrespeito[139] *desse tamanho aqui*.

[Antônia – Nova Conquista]

Os assentados se sentem perdidos, inseguros, individualizados. Já não contam com a segurança e proteção que o grupo, movimento e comunidade lhes conferiam e desconfiam das empresas, do presidente da associação, do banco. Sentem-se inclusive atingidos em seu orgulho e em seus sentimentos.

Neste contexto, o mito da permanência na terra a qualquer custo, ou da luta pela reprodução das antigas condições, enfraquece e definha. Por parte de alguns, a permanência se constitui numa falta de alternativa. Assim relatava Alberto: *a gente vive satisfeita porque é o costume da gente. Desde pequeno a gente vive satisfeita. Quando você nasce no segmento de uma coisa, você vive só naquele segmento. Para quem nasce dentro da roça, o segmento é a roça*.

Mesmo aqueles que não vislumbram alternativas esperam um futuro diferente para os filhos. Ainda que de forma ambígua e contraditória, a cidade se apresenta como o caminho de superação da carência, da humilhação, da dureza do trabalho associada à falta de dinheiro, ou seja, das condições em que se encontram. A vida na cidade se apresenta como desagregação, perda de valores, perigos e violência e, ao mesmo tempo, como possibilidade de ascensão social pelo estudo, trabalho e salário, que tornam a pessoa alguém, isto é, socialmente reconhecida.[140]

[139] No contexto da fala foi possível perceber que aquilo que é definido como "desrespeito" não pode ser interpretado como desobediência às normas estatuídas ou falta de etiqueta. Pelo contrário, são as regras e normas que definem os espaços físicos e sociais e que, portanto, redefinem as relações tradicionais que são vistas como um desrespeito. É a forma como a antiga sociabilidade está sendo substituída que provoca a revolta. Não é mais possível criar os animais livremente uma vez que ao invadir a propriedade do vizinho também criam problemas de outra ordem. A definição da propriedade do lote e da casa define também o espaço no qual a pessoa é livre de se movimentar e criar. Essa restrição e regulação é vista como um desrespeito.

[140] Um dos coordenadores da Comissão Pastoral da Terra do Maranhão relatava que estava desenvolvendo um trabalho junto a grupos de jovens das comunidades e povoados do interior do estado com o objetivo de procurar decifrar os desejos e as aspirações dos filhos dos lavradores. O objetivo do trabalho visava adquirir elementos que permitissem traçar cenários futuros quanto à pequena agricultura. Portanto, o que estava em causa não eram as condições em que os jovens se encontravam, mas o futuro que eles projetavam para si próprios. A partir de um acúmulo de encontros realizados nesta perspectiva, concluía que os objetos de desejo dos jovens das áreas rurais são os mesmos dos jovens das áreas urbanas e quase ninguém sonhava com o futuro na roça.

Quem acostumou a viver na roça, a roça é melhor. A cidade é boa para quem é bem empregado, mas quem é analfabeto o lugar é o interior.

[Marcelina – Nova Conquista]

Eu nunca tinha pensado em vender, mas agora às vezes passa pela minha cabeça. Depois eu penso que se sair daqui não tenho um lugar certo para ir. Sempre morei na roça, por isso acho melhor ficar aqui. Hoje, se não tiver estudo não tem trabalho a não ser na roça.[141]

[Ana Amélia – Nova Conquista]

Na dinâmica do processo em curso, uma questão aparentemente de caráter mais técnico, de emprego racional de recursos financeiros em consonância com os fins anteriormente estipulados, se defronta, entra em choque e desestrutura formas mais tradicionais de produção e de relação com a terra. Não são apenas novas culturas e outras formas de produção que estão em jogo, mas também o próprio caráter do processo de socialização. Embutida nos depoimentos há uma crítica ao processo de modernização que padroniza dividindo, separando, jogando um contra o outro.

Nesta nova lógica, qual a base e quais os elementos da unidade social?A hipótese de que a redefinição das relações de produção objetiva a modernização da agricultura e a inserção de setores da população rural ao processo de socialização institucionalizado contrasta com as condições materiais e sociais dos assentados. Prova cabal disso é a ambigüidade[142] e inviabilidade econômica do projeto.[143]

---

[141] São muitos os depoimentos que colocam a mesma questão.
A roça só dá para comer e tudo que é para vir pra cá é difícil. Se não tem jeito para nós que já estamos velhos, pior será para esses meninos novos. Por isso eles têm que ir lutando; primeiro têm que estudar e quando aqui não terá mais graus, então ir para a cidade para continuar os estudos e trabalhar. Porque hoje se não tiver estudo não tem trabalho, a não ser na roça [Rosângela – Nova Conquista].
Eu me sinto melhor no campo. Na cidade a competição é muito grande [Paulo – Nova Conquista].

[142] *A lavoura poderia dar dinheiro se tivesse entidade que financiasse para a gente mecanizar uma área de terra. Produzir que nem nós produzimos aqui, no pé do toco, sem nenhum acompanhamento, quase sem financiamento, é muito difícil. Só mesmo para se manter, para a alimentação da gente. Agora, na situação em que vivemos na nossa região, querer viver da produção agrícola, da lavoura, é difícil, muito difícil* [Geraldo – Nova Conquista].

[143] Neste caso, a expressão "inviabilidade econômica" está relacionada à proposta de inclusão de setores pobres da população mediante a integração da produção agrícola e não ao macroprojeto econômico. Considerados no contexto amplo da expansão e acumulação do capital, a desestruturação e superação de determinadas formas de produção e organização social são consideradas "preços que devem ser pagos". A visão do fim último, ou seja, do bem e da unidade harmoniosa da sociedade, implica em custos, suor e sacrifícios. Hinkelammert elabora uma associação entre a dimensão religiosa relativa à teologia do sacrifício e o desenvolvimento da economia moderna. HINKELAMMERT, Franz Josef. **Las armas ideológicas de la muerte**. 2ª. ed. rev. y ampliada. San José: Departamento Ecuménico de Investigaciones, 1981; **Sacrifícios humanos y sociedad ocidental: lúcifer y la bestia**. San José, Costa Rica: D.E.I., 1991. Boaventura retoma o argumento inspirado em Hinkelammert: SANTOS, Boaventura de Sousa. "Suicídio coletivo"; *in* **Folha de S. Paulo**, 28 de março de 2003.

A produção "no pé do toco", como os próprios assentados reconhecem, tem um custo de produção mais elevado do que o preço final do produto no mercado. Ainda que persistissem nessas formas de produção, visando prioritariamente seu sustento, junto reproduziriam as antigas formas de socialização em contraposição à proposta de modernização. Por outro lado, não existe apenas uma resistência cultural à introdução de novas culturas e novas formas de produção; há também um sério impedimento econômico associado ao tamanho do lote. Com isso, a proposta institucional de modernização da agricultura pela integração das unidades familiares camponesas mediante programas que criam linhas de crédito não é consistente. Daí a hipótese de que a política institucional de reforma agrária implementada através dos projetos de assentamento tenha mais um caráter de controle social de setores das classes subalternas do que propriamente de sua integração ao mercado e de emancipação política.

b. Financiamentos e modernização

Independentemente de sua localização geográfica, de um modo geral os assentamentos obedecem, em termos de estrutura e divisão espacial, a um esquema padronizado. São constituídos por uma agrovila onde as famílias residem e pelas terras agricultáveis em sua volta. Essa organização espacial e social foi planejada visando favorecer a socialização dos assentados – na realidade, ressocialização –, que, em teoria, teriam uma convivência na vila e, ao mesmo tempo, facilidade de acesso às terras – roças – localizadas ao redor dela.

De acordo com a documentação oficial, desde o momento de sua criação cada assentamento deveria poder contar com as seguintes estruturas básicas: um poço artesiano, casas residenciais feitas de tijolos, escola, posto de saúde, estrada de acesso, energia elétrica, casa de farinha e associações - rural e urbana. Independentemente das condições materiais ou do grau e nível de funcionamento, após seis anos de vida, o assentamento de Nova Conquista possui todas aquelas estruturas, menos a casa de farinha.

Além das obras de infra-estrutura planejadas e executadas pelo INCRA por intermédio de empresas, os poderes públicos continuam marcando presença através das linhas de crédito, que visam: a) dar continuidade à realização de obras de infra-estrutura individual e coletiva e b) incentivar

a produção agrícola e a criação de rebanhos bovinos, suínos e outros. É este o contexto que ajuda a entender os programas oficiais, tais como o PROCERA[144] antes e o PRONAF[145] mais tarde.

Em relação especificamente aos financiamentos que caracterizaram o processo empreendido em Nova Conquista, mais do que ao discurso e à documentação oficial, queremos nos ater ao relato dos assentados, procurando apanhar e decifrar seus sentimentos, sensações e sentidos.

Num primeiro momento os assentados receberam o chamado fomento, que é uma ajuda de custo que visa garantir o sustento no início do processo: a compra de alguns instrumentos de trabalho e a realização das primeiras obras de infra-estrutura da vila e das roças. Nesta perspectiva, parte dos recursos foi liberada em dinheiro e entregue aos assentados e parte foi destinada às obras coletivas. Cabe lembrar que quando os assentados receberam o fomento ainda não tinha sido construída a vila e tampouco os lotes tinham sido recortados e entregues a seus respectivos donos. Mais tarde foi concedido o crédito para habitação. Além das casas contemplava outras obras, tais como a perfuração de um poço artesiano e a abertura de uma estrada que atravessa o assentamento conjugando os lotes à vila. Neste caso, os assentados não receberam o dinheiro e sim as casas. Com efeito, o crédito

---

[144] O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA foi instituído em 1985 e tinha como características gerais beneficiar, diretamente ou através de formas associativas legalmente constituídas, os trabalhadores rurais atendidos pela política governamental de reforma agrária, assentados em projetos aprovados pelo Incra até sua emancipação, sendo que os projetos deveriam estar compatíveis com o relatório técnico de avaliação do potencial da área. Fonte: <www.incra.gov.br>. REZENDE, Gervásio Castro de. "Programa de crédito especial para reforma agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia". **IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, maio de 1999. Texto para discussão n°. 648.

[145] O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF foi criado, em 1995, como uma linha de crédito de custeio. O documento de criação do PRONAF destaca como objetivo geral "propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares"; e como objetivos específicos:
(a) ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar;
(b) viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural;
(c) fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar;
(d) elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, para lhes propiciar novos padrões tecnológicos e de gestão; e
(e) favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos.
Fonte: www.incra.gov.br
SILVA, Enid Rocha Andrade da. "Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – Relatório técnico das ações desenvolvidas no período 1995/1998". **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, agosto de 1999. Texto para discussão nº 644. ABROMOVAY, Ricardo e VEIGA, José Eli da. "Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)". **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, abril de 1999. Texto para discussão nº 641. SILVA, Enid Rocha Andrade da. "Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998". **IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, agosto de 1999. Texto para discussão n°. 664. DEL GROSSI, Mauro Eduardo, GASQUES, José Garcia, SILVA, José Graziano da, CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. "Estimativa das Famílias Potenciais Beneficiárias de Programas de Assentamentos Rurais no Brasil". **IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, jul. 2000. Texto para discussão n°. 741.

habitacional, assim como qualquer infra-estrutura dentro de um assentamento, é um recurso direcionado às empresas contratadas para a execução das obras referenciadas. A responsabilidade da fiscalização cabe ao banco. *A dinâmica é a seguinte: o INCRA repassa o dinheiro para a associação que, suponhamos, passa a dispor de um valor "x" para a construção de casas. O dinheiro vai para a Caixa Econômica e a associação, em qualidade de gestor do recurso, assina os documentos / contratos para a empresa encarregada da construção das casas. Então o dinheiro é repassado diretamente para a empresa que executa as obras. Desta forma o representante jurídico do projeto é a associação a quem, na verdade, caberia a tarefa de fiscalizar a empresa. Mas não tem associações nem pessoas capacitadas para isso*.[146]

Outra linha de crédito, ligada ao PRONAF, consiste nos chamados "custeios". Para ter acesso ao custeio, o assentado deve estar regularmente cadastrado junto ao INCRA e fazer parte da associação existente no assentamento. É esta que representa os assentados e encaminha os projetos. Desta maneira, os projetos devem ter o aval da associação, que, por sua vez, conta com a supervisão e aprovação do técnico agrícola.

A maneira como as linhas de crédito são liberadas e as obras realizadas dificulta o acompanhamento e a fiscalização dos assentados. Estes não têm controle sobre as empresas que constroem as casas, abrem as estradas no assentamento, constroem açudes e realizam outras obras. O contrato é realizado entre o banco, a associação dos assentados e as empresas que executam as obras, mesmo que estas tenham um caráter individual, isto é, que os trabalhos sejam realizados nos lotes: derrubadas, criação de campos, açudes, entre outros. Uma das maiores queixas dos assentados reside na relação entre as dívidas que têm com os bancos e os serviços feitos em suas propriedades.

As formas de financiamento mostram que o planejamento do assentamento e suas articulações com a sociedade e com o mercado foram pensados sem levar em conta as aspirações e as intenções dos assentados. Enquanto estes imaginavam poder reconstruir as condições da antiga sociabilidade, no espaço físico e social do assentamento não tiveram outra alternativa senão entrar na lógica de um desenvolvimento estabelecido *a priori*. O processo é caracterizado pela ambigüidade no sentido de que, de um lado, pensam ter a liberdade e autonomia de gerir suas atividades e, do outro, são obrigados a se enquadrar na dinâmica de um processo que não dominam. Alguns aspectos podem ser destacados:

[146] Parte do depoimento do técnico agrícola que avalizou os projetos agrícolas, indispensáveis para a liberação das linhas de crédito, durante os primeiros anos do assentamento.

a) Em relação à produção das culturas básicas necessárias para o sustento da família – arroz, feijão, milho, mandioca, entre outras – estão presos às formas de produção tradicional: ao pé do toco. O plantio aproveita a fertilidade natural do solo em desmatamentos novos, é realizado no meio de derrubadas mal queimadas e cheias de tocos, exige um dispêndio elevado de força de trabalho e, conseqüentemente, os produtos não são competitivos em termos de mercado. Neste sentido estão mais voltados para consumo interno. O excedente é vendido.

b) A introdução de novas culturas, para as quais podem dispor de financiamento, depende da qualidade do solo, das condições técnicas e da aprovação dos projetos pelas várias instâncias: técnico agrícola, associação rural e banco. Entre um universo restrito de culturas definidas em outras instâncias, portanto, os assentados podem escolher em qual querem investir.

c) Trata-se de culturas novas que exigem um permanente acompanhamento técnico. Num universo de culturas variadas, esse acompanhamento torna-se precário. A tendência é reverter em prejuízo para o assentado. Por outro lado, a incorporação de ingredientes técnicos à produção redefine as formas de produção e a qualidade do produto. A curto prazo esta se constitui numa nova forma de desigualdade social, atribuída à qualidade inferior ou superior do produto, que gera novas formas de excludência. Por outro lado, os elevados custos envolvidos no melhoramento dos produtos demandam sua produção em escala ampliada, coisa inviável em pequenas propriedades.

d) Quando aprovados, os financiamentos não chegam ao assentado em forma de dinheiro, mas de serviços prestados. Deste modo o produtor rural não tem controle sobre as obras que são realizadas em sua propriedade nem pode escolher no mercado competitivo quem eventualmente possa realizar os trabalhos. Desta maneira, muitas vezes os assentados deparam com uma dívida a pagar sem que os trabalhos tenham sido realizados a contento:[147]

> *Aqui a gente só recebe o projeto em horas de trator. Se vem três, quatro mil reais para uma pessoa, esta só recebe quinhentos, mil reais, quando recebe muito. Então eu acho*

[147] *O dinheiro que o governo manda para cada assentado, quando chega aqui a gente não vê. De vir, vem, mas não sei aonde é que entra e para onde vai. O trator que é para fazer o campo para as pessoas plantarem, não vem na época certa. Julho, agosto, setembro e outubro seriam os meses dele vir, mas vem em janeiro, fevereiro, março e abril, quando a gente tá já apanhando o arroz. E vem para uns e não para outros* [Zé Maria – Nova Conquista].

isso errado, porque se a gente tem a terra para trabalhar, o dinheiro tem que ser na mão da gente que a gente sabe aplicar. Mas com o projeto lá no banco eu acho que existe enrolada porque se você consegue uma hora de trator por quarenta reais, com o projeto você vai pagar sessenta e cinco reais como nós pagamos. Isso acontece porque o dinheiro sai do banco e vai direto para a mão do dono do trator, não fica na mão da gente. Então eu acho que o dinheiro não é para nós, é para os empresários. Daí que é como eu digo para os companheiros: "o governo dá dinheiro para os empresários".

[Vitor – Nova Conquista]

De acordo com os relatos dos assentados, os mecanismos de liberação das linhas de crédito e as formas como o dinheiro é transformado em atividades produtivas geram tensão, divisão e diferenciação.[148] Como afirma Roberts, "o desenvolvimento econômico introduz uma divisão econômica e social nas comunidades rurais e urbanas, o que acaba enfraquecendo a localidade como base de coesão e fonte de serviços sociais. Os estudos de comunidade na América Latina têm chamado a atenção, por exemplo, para as desesperadas tentativas individuais das famílias que, para arranjar um meio de ganhar a vida, terminam por enfraquecer o papel da vizinhança como base de uma organização coletiva".[149]

Em relação ao campo, este ano devia sair mais um custeio para a gente gradear e poder plantar, mas o custeio saiu agora, tarde demais. Então eu pensei em não mexer com isso; preferi não pegar esse custeio e fazer o que eu puder mesmo com as minhas forças. Porque na verdade o nosso povo ainda não está preparado e quando aparece um dinheiro ninguém analisa se aquilo vai ser bom ou vai ser ruim; todos querem é pegar o recurso. Pegam o dinheiro sem analisar se o pagamento vai ficar viável, porque a gente sabe que esse recurso nós iremos pagar todinho e não vai ficar

[148] *Lá no banco resulta que foi liberado um dinheiro para fazer um açude no meu lote. Só que o açude não foi feito e a conta está lá. Quando a máquina veio para cá para abrir os açudes, os homens estavam em tempo de brigar por causa da máquina; a máquina era velha e quebrada. Começaram a fazer os açudes. Depois de trinta, quarenta horas de trabalho só havia um buraquinho, ao passo que em quarenta horas devia ter meio mundo de açude. Deviam fazer também uma terra mecanizada. Depois de quinze horas de serviço do trator, quinze horas de trator quebra muita coisa, só havia uma quebrada na beira da estrada* [Francisca – Nova Conquista].

[149] ROBERTS, Bryan R. "A dimensão social da cidadania"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 12, nº 33, fev. 1997.

ninguém sem pagar[150]*. Este é um problema muito grande aqui no assentamento e, pelo que ouvi falar, também nos outros assentamentos acontece a mesma coisa*.

[José Carlos – Nova Conquista]

Uma das causas do insucesso, que não é nem culpa só dos companheiros, é a questão da assistência técnica. O pessoal que está aqui era desinformado dessa coisa, desse negócio de projeto, dessa coisa de reforma agrária. Então a gente não tinha acesso mesmo à questão da reforma agrária. Até hoje quem não é assentado, e até mesmo quem o é, pouco se interessa em conhecer a realidade, o que é a reforma agrária, qual é o seu objetivo. Eu acho que por causa disso muitos pegaram esse investimento e jogaram um pouco fora porque investiram em coisas indevidas, que não tinham viabilidade e hoje estão passando fome.

[Luis Pedro – Nova Conquista]

A diversificação em curso pelos ordenamentos impostos através do financiamento paulatinamente redefine as tradicionais relações com a terra e as formas e concepções de produção agrícola e de sociabilidade. Deste modo, as antigas unidades operativas como a família, a comunidade e o movimento, passam por profundas modificações.[151] A lógica que funda e regula os interesses financeiros e de mercado passa, aos poucos, a configurar o espaço físico e social do assentamento. "As condições adversas de incorporação do camponês à produção de mercadorias vêm acompanhadas de desigualdades econômicas, sociais, culturais, raciais. Ele descobre que é outro, diverso. Perde alguns dos seus valores, padrões e laços de cunho comunitário. Descobre que é outro

[150] Com o auxílio de um dos articuladores do movimento, em abril de 2002 procuramos quantificar a dívida média de cada unidade familiar em Nova Conquista. A soma dos recursos colocados à disposição dos assentados - ajuda de custo, crédito habitação, fomento e custeio – resultou num montante entre 12 mil e 20 mil reais para cada unidade. Mesmo levando em consideração o fato de que os lotes não podiam ser vendidos, uma vez que os assentados não eram proprietários com pleno direito enquanto o projeto não fosse emancipado, na época era possível adquirir um terreno por 3 mil, 3,5 mil reais. Naturalmente junto com o terreno assumiam-se também dívidas feitas pelo antigo assentado. O interlocutor acrescentava: *O pagamento das dívidas é um pouco complicado porque o pessoal não conseguiu se desenvolver, não conseguiu produzir. Se hoje o governo lançasse um programa novo colocando à disposição cinqüenta mil reais para cada produtor que conseguisse quitar o débito anterior, com certeza o assentamento todo ficaria fora desse programa. Além de não terem conseguido produzir, os assentados também não conseguiram melhorar outras coisas como, por exemplo, a qualidade de vida. Eles não conseguiram produzir no lote nem conseguiram produzir em outro lugar. Então eles deram uma parada, chegaram aqui no assentamento e estacionaram; nem foram para frente nem para trás. O curioso é que eles ficaram nessa situação e foram se endividando a tal ponto que hoje está ficando complicado encontrar qualquer solução. E o lado pior dessa história é que o próprio assentado vai levar a culpa dessa situação. A opinião pública vai achar que ele recebeu benefícios que não foram usados como deviam ser usados porque não conseguiu se desenvolver, crescer* [Benedito – Nova Conquista].

[151] O social foi historicamente caracterizado como a esfera das relações, processos, conflitos e arranjos institucionais, mas também como o campo da reciprocidade, solidariedade e comunicação.

de si mesmo: em face da comunidade, que se perde; e da sociedade, que o subordina".[152] Em decorrência disso, a sociabilidade deve ser reconstruída sobre novas bases e adquirir outro caráter. Com isso, em lugar da idealizada e homogênea unidade da comunidade, surgem diferenciações e desigualdades que, ao reconfigurar o assentamento, tornam mais heterogêneas e tensas as bases e as condições sobre as quais a unidade social deve ser reconstruída. Deste modo, a antiga unidade, associada à categoria "assentamento" e "assentados" que remetia a algo coeso e homogêneo, esconde, na realidade, uma pluralidade complexa e articulada de concepções, visões, tensões e interesses.[153]

As várias relações existentes com as linhas de créditos revelam, instauram e acentuam diferenciações entre os assentados.[154] É necessário levar em consideração que tais diferenciações, ainda que de formas mais tênues, estavam em gestação antes que os assentados se envolvessem com os financiamentos. De fato, suas trajetórias de vida apontavam, em vários casos, para um acúmulo de experiências e situações que não se restringiam exclusivamente à tradicional relação com a terra. Além do mais, a uma primeira leva de "sem-terra", já diferenciada pelas origens e trajetórias de seus agentes sociais, importa acrescentar outra de "compradores", que substituiu os que desistiram e abandonaram o assentamento.

> *No começo as pessoas daqui eram aquelas que estavam lá no acampamento. Mas depois alguém começou a sair. Tem pessoas que ainda estão saindo e falam que é por falta de condição. Nós que viemos para cá, todos os que vieram pra cá, éramos pessoas fracas, que não tinham condições. Nossa vinda pra cá foi uma vinda sofrida, mas com a força de vontade todo mundo chegou.*
>
> [Tiago – Nova Conquista]

> *Não me arrependi de ter repassado a casa e o lote e ter voltado para a cidade. Foi um alívio ter feito aquilo porque lá dentro havia muita confusão, muito enrolamento. Lá a gente não recebe o dinheiro todo; só recebe de pouquinho em pouquinho. Assim*

[152] IANNI, Octavio. **Classe e Nação**. Petrópolis: Vozes, 1986. Citação p. 91.
[153]Segundo Carvalho, "as políticas econômicas centrais estão transformando os pequenos produtores rurais familiares e os assentados num lumpesinato rural e rururbano com o apoio consentido, pela omissão ou por interesses corporativos, da maioria das organizações sociais, partidárias e sindicais que tenham ligações diretas e indiretas com o campo". CARVALHO, Horácio Martins. "A crise de identidade dos pequenos produtores rurais familiares e suas possibilidades de superação"; *in* **Cadernos do CEAS** - Centro de Estudos e Ação Social, n° 198, mar./ abr. 2002, p. 27-36. Citação p. 28.
[154] *Graças a Deus pra mim este é um dos melhores lugares que já tive na vida. Desde que cheguei aqui comecei a trabalhar. Do primeiro ano em diante já não sofri mais necessidade de comida. Todo ano eu tenho muito porque vivo direto na luta; já tem outros que não têm a condição e talvez nem mesmo a disposição para ir para a luta porque tem pessoas que só sabem trabalhar se tiverem dinheiro. Dinheiro não é tudo na nossa vida; muito depende da nossa vontade, nossa disposição para chegar aonde a gente quer* [Antonio José – Nova Conquista].

tratam de tirar um pouquinho de uns, um pouco de outros; aí quando termina o dinheiro a gente fica só com a conta nas costas e tem uns sabidos lá que já pegaram quase todo o dinheiro. (...) Em cinco anos que eu fiquei lá dentro, nunca vi melhora de nada, só piora mesmo.

[Josefa – Açailândia]

Como fica evidente nos relatos, a relação com o dinheiro é mediada por diferentes concepções e visões. Algumas delas contrastam com a concepção que predomina na sociedade regulada pelas leis de mercado regido pelo capital. Cabe ressaltar que, para evitar que outras formas ou outras relações com o dinheiro tomem forma e se consolidem, a liberação dos recursos se dá dentro de uma estrutura que impede os beneficiários de usar o dinheiro para fins não contidos no planejado. Desta feita, as linhas de créditos estão integradas à lógica de movimento do dinheiro[155] não por deliberação ou escolha dos assentados, mas por determinação e regulação da ordem dominante que se estende pela mediação dos poderes públicos. Portanto, de um lado os assentados não determinam o uso e destino do dinheiro que nem chega a passar pelas suas mãos e, do outro, aos poucos tornam-se proprietários de dívidas contraídas em troca de benefícios realizados em seus lotes por empresas que eles não controlam. A ambigüidade ou duplicidade reside no fato de que em termos operacionais os assentados são considerados incapazes e submetidos a uma regulação externa de caráter coletivo e, em termos financeiros, são vistos como sujeitos portadores de obrigações: a de pagar as dívidas nos prazos determinados pelos contratos. Para não serem indiciados por quebra de contrato, os assentados estavam se articulando e mobilizando tendo em vista impedir a emancipação do assentamento.[156] Por outro lado, a não emancipação do projeto, dentro da atual ordem social, implica também a impossibilidade de instauração dos direitos e, conseqüentemente, de emancipação social.

Nesta perspectiva, as dívidas acumuladas pelos assentados[157] merecem uma indagação que seja capaz de ir além dos aspectos meramente quantitativos ou administrativos, mesmo que estes sejam relevantes. A questão de fundo é: como é possível acumular dívidas, ou seja, ser proprietário

[155] KRAYCHETE, Elsa Sousa, "Microcrédito: políticas de combate à pobreza ou abertura de novos mercados para os bancos?"; *in* **Cadernos do CEAS** – Centro de Estudos e Ação Social, n° 200, jul./ago. 2002, p.37-48. **JOHNSON,** Susan y ROGALY, Bem**. Microfinanciamiento y reducción de la pobreza: alternativas de ahorro y crédito para los sectores populares**. Tequisquiapan, Qro. MA: UDEC, 1997.

[156] Neste sentido, a realidade encontrada em Nova Conquista é bem diferente daquela relatada por Ricci em Minas Gerais onde os que tinham usufruído das linhas de crédito declararam não prever qualquer dificuldade para honrar seus compromissos. RICCI, Rudá et alii. **Relatório da pesquisa de análise da execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Lumen/Instituto de Pesquisas-PUC/MG, 1997. Mimeo.

[157] MST-MA. **Endividamento dos assentados e pequenos agricultores**. Setor de produção, cooperação e meio ambiente do MST-MA. São Luís, jul. 2002.

de dívidas, sem, na verdade, ter a propriedade da terra? Mais uma vez a analise de construção do assentamento revela a duplicidade e ambigüidade do processo: os assentados estão inseridos e, ao mesmo tempo, não estão. O processo é constituído por lógicas diferentes que simultaneamente integram e excluem. Trata-se do movimento desigual e combinado do capital que regula a ordem social. Neste sentido, as desigualdades sociais devem ser buscadas na lógica constitutiva do processo de desenvolvimento social regulado pelo mercado e não apenas nos dados quantitativos relativos à distribuição de renda. Os dados são reveladores dos processos e a intervenção em vista da constituição de uma sociedade mais justa e equânime passa pela redefinição das determinações constitutivas do processo. Quer dizer, a distribuição pontual de determinados bens sociais que não provoque uma redefinição da estrutura social configura-se numa política compensatória, numa forma de amenizar e controlar tensões e conflitos sociais.

Em decorrência do acima exposto, ou seja, a diferenciação social em curso e a subjugação econômica e política, deparamos com diferentes formas de lidar com o dinheiro. Por um lado há quem se apropria do crédito, mesmo que este seja liberado fora de época e, portanto, não seja possível realizar as obras pelas quais foi solicitado. O próprio processo de solicitação obrigava a um planejamento, ou seja, a definir as atividades que seriam realizadas com aqueles recursos. A partir do momento em que o dinheiro é liberado de forma a quebrar aquele planejamento, ou seja, fora de época, é a própria política de crédito que inviabiliza a execução do processo produtivo e não os assentados. Estes, no entanto, acabam sendo responsabilizados por eventuais rupturas daquela lógica e, mais tarde, caso não consigam reparar suas dívidas, submetidos às sanções estipuladas pelas leis de circulação e reprodução do dinheiro. Também é necessário ter presente que muitos dos assentados nunca possuíram nem sequer manusearam quantias significativas de dinheiro. Quem nunca pôde dispor de "sobra" de dinheiro também nunca aprendeu a planejar formas de investimentos, a racionalizar as atividades a partir do dinheiro, a planejar em termos de longos prazos. No universo do mercado, o dinheiro deve obedecer a planejamentos racionais e não pode ser encarado apenas como uma forma de subsistência. Encontramos, então, um grupo de assentados que receberam o financiamento, gastaram o dinheiro sem realizar as obras planejadas, ficaram com a dívida, não desenvolveram atividades produtivas que possibilitassem criar uma poupança em vista do seu pagamento e, às vezes, recorrem a outros créditos para amortizar as dívidas anteriormente contraídas. Este processo, no entanto, interfere e redefine a vida pessoal e social dos assentados. Com efeito, um assentado afirmava: *O trabalhador sempre foi pobre, mas nunca deveu. De repente fica devendo, devendo, devendo....* E outro acrescentava: *Tem hora em que a gente fica até estressado em pensar*

nessa dívida. Em outro contexto, mas sempre se referindo à dívida, outro declarava: *Hoje a gente está vivendo no bote da dívida*. O endividamento se expressa inclusive em desajustes de caráter psicológico e social e está na raiz de muitas desistências:

> *No meu entendimento boa parte daqueles que foram embora foi por causa do débito. Muitos agricultores receberam o financiamento e não conseguiram se desenvolver. Ao ver a conta crescer, acharam que nunca teriam condição de pagá-la e que um dia o governo tomaria suas coisas; assim apavorados terminaram por passar o lote para outras pessoas. Sendo que com o lote repassaram também a conta, eles se livraram do lote, mas também se livraram da dívida.*
>
> [Firmino – Nova Conquista]

Há também um grupo de assentados que tem com o dinheiro uma relação mais racional, mais calculada. Os que estão neste grupo chegam a recusar determinadas parcelas quando liberadas fora do prazo ou investem os recursos em atividades que possam produzir excedentes, pois sabem que deverão repor o dinheiro.

> *Eu não acho que a dívida seja tão pesada. Depende daquilo que você pega e como você aplica. Claro que, se alguém pega e gasta à toa, aí fica pesada porque na época de pagar não tem onde pegar. Então eu não vou muito com aqueles que dizem que vendem porque a dívida é grande. Eu acho que, se o que vem for bem aplicado e acompanhar de perto os trabalhos, ajuda a desenvolver mais.*
>
> [Geraldo – Nova Conquista]

De um modo geral os compradores, isto é, a leva que não estava no acampamento e foi para o assentamento substituindo aqueles que desistiram, têm uma maior propensão a conceber o processo de forma racional e incorporar o planejamento em suas atividades.

Embora o senso comum diga que o dinheiro não tem cor nem sexo, as linhas de crédito operam, em determinados contextos sociais, reforçando formas de discriminação.[158] Em Nova

[158] As manifestações de formas de discriminação não são ingênuas ou inócuas, pelo contrário, constituem "técnicas de preservação de interesses e privilégios" e a nível interpretativo podem ser vistas "como elementos que impedem ou dificultam a instauração ou expansão de relações democráticas, obstruindo a circulação das pessoas, segundo a sua competência ou qualificação". IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987; 3ª edição revista e acrescida de novos capítulos. Citação p. 331-332.

Conquista, depoimentos de mulheres chefes de família e, portanto, proprietárias de lotes revelam que a liberação de recursos para elas fica mais difícil e, na execução das obras pelas empresas contratadas, passam a ocupar o último lugar.

> *Nem eu sei dizer o que fazer, porque é assim, a mulher é a parte mais fraca. Quando o dinheiro vem, os homens são mais sabidos. Assim eles chegam na frente porque pensam que a mulher não sabe de nada. Se eu tivesse meu marido ainda vivo, os homens daqui não se aproveitavam porque quando o trator viesse pra trabalhar, eles não iriam passar na minha frente porque o homem respeita o bigode do outro.*
>
> [Regiane – Nova Conquista]

> *Aqui no começo as pessoas eram de um jeito e depois se transformaram em outras pessoas. Quando começaram a ver o dinheiro, aí começaram a ficar tudo diferente.*
>
> [Celeste – Nova Conquista]

As mulheres sentem que são discriminadas e levantam a suspeita de que as entidades financiadoras e as instituições de intermediação agem dessa forma baseadas no princípio de que as mulheres não entendem do assunto, não sabem nem teriam força suficiente para fiscalizar.[159] Uma assentada que, sentindo-se discriminada, denunciou e enfrentou a situação teve, mais tarde, que abandonar o assentamento, pois, segundo ela, não tinha mais condição de viver lá. Outra mulher viúva afirmou que na distribuição dos recursos é sistematicamente discriminada porque não tem ao seu lado um homem que a defenda. Constituem relações domésticas de caráter tradicional articuladas com formas oligárquicas e personalistas de dominação política[160] que continuam formatando o trato para com a coisa pública nas novas configurações sociais. Trata-se do patriarcalismo familiar que marcou e ainda marca boa parte da cultura das relações individuais e institucionais.

---

[159] A família e a comunidade rural não podem mais ser pensadas como unidades homogêneas. O processo de socialização, num espaço regulado pela propriedade e pelo mercado, redefine as tradicionais e, de certa forma, estáticas relações entre homens e mulheres e incorpora a dimensão de gênero como questão fundamental na configuração da nova sociabilidade. A importância da análise de gênero como um conceito que incentiva a repensar a família rural encontra-se em PEREIRA, Hildete, CAPPELIN, Paola e CASTRO, Elisa Guaraná de, "Agricultura familiar nos assentamentos rurais: as relações entre as mulheres e os homens. O Caso do Pontal de Paranapanema". **FAO/INCRA**, Rio de Janeiro, maio de 1996.

[160] Nos estados do Nordeste "o tradicionalismo e o mandonismo estão muito mais fundidos social e politicamente". REIS, Elisa P. "Modernização, cidadania e estratificação"; *in* BETHELL, Leslie (org.). **Brasil: fardo do passado, promessa do futuro - dez ensaios sobre política e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Citação p. 227.

A análise do processo em curso em Nova Conquista mostra que o assentamento está sendo incorporado ao mercado pela redefinição da produção agrícola. A penetração mais intensiva do capital na agricultura se dá através dos financiamentos que submetem os assentados a outra lógica produtiva. No horizonte do assentamento não existem saídas. A agricultura tradicional é inviável e a integração ao processo de modernização transforma todas as relações com a terra e com o meio social e desloca o conhecimento e os centros decisórios. "A questão de saber o que representam as diversas 'opções' no campo, ou as distintas formas de engajamento no trabalho agrícola que a partir de uma concepção abstrata se poderia pensar estarem abertas à população trabalhadora rural – é na verdade uma problemática que só se pode resolver em termos de um modelo estrutural e apanhando as distintas possibilidades predeterminadas no que toca aos mecanismos de reprodução das posições nas relações sociais de produção. Não é, portanto, uma questão que se resolva nos estritos termos da consciência do indivíduo e de suas presumíveis orientações cognitivas, afetivas ou valorativas".[161] Deste modo, o abandono e respectivo deslocamento para as cidades ou o retorno às anteriores condições de sem-terra representam a única alternativa viável e operante à submissão aos ordenamentos impostos pelo desenvolvimento do capital. As decisões são vistas como deliberações individuais; na realidade suas determinações são estruturais e de classe.

Na base das constatações e das interpretações acima apontadas, é possível afirmar que a extensão das formas de socialização reguladas pelo sistema capitalista e implementadas pelas instituições públicas ou, em outras palavras, a inserção na sociedade instituída, opera-se principalmente pelo caminho econômico, ou seja, pela regulação imposta pelo dinheiro através dos financiamentos e pelas mudanças nas formas de produção que redefinem as relações com a terra e com os membros da antiga comunidade. Com isto as linhas de créditos cumprem uma dupla e ambígua função. De um lado são vistas como necessárias para a transformação extensiva e intensiva da produção e, do outro, desestabilizam e substituem antigas formas de produção, inclusive de produção social da vida. Nesta duplicidade, os assentados querem o financiamento e não querem que as formas de socialização sejam mudadas, transformadas. Talvez não percebam que o financiamento tem uma missão a cumprir: estender a modernidade à assim chamada pequena agricultura familiar.

[161] GNACCARINI, José César. **Latifúndio e proletariado. Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural**. São Paulo: Polis, 1980. Citação p. 105.

Em seu trabalho "Ideologia e protesto popular", Rude elabora conceitos interpretativos que contribuem para decompor e decifrar o caráter das transformações que ocorrem com os grupos sociais investigados, sobretudo na passagem da dispersão para o acampamento e deste para o assentamento. As lutas dos sem-terra, mais tarde assentados em Nova Conquista, não se explicam levando em consideração tão-somente o universo dos atores sociais diretamente envolvidos nas mobilizações. Resultam do encontro, articulação e fusão entre elementos "inerentes" e elementos "derivados".[162]

Nesta perspectiva, na construção e desenvolvimento tanto do acampamento como do assentamento, encontramos a articulação destes elementos. É até possível dizer que o caráter da luta está nesta articulação. Importa ressaltar que não constitui um processo simples e linear. Às vezes o encontro entre elementos inerentes e derivados produz ambigüidades. Estas, no entanto, caracterizam o processo e não o negam, ou seja, a ambigüidade opera no sentido de resolver o processo conferindo-lhe características especificas e não em termos de bloqueios, atrasos ou interrupções.[163] No caso assinalado, os elementos "derivados" são introduzidos e regulados, embora não exclusivamente, pela ação do Estado e mediação do MST – Movimento dos Sem-Terra. Por conseguinte, o assentamento pode ser visto também como espaço físico e social de encontro e articulação de elementos inerentes e derivados.[164] Ao mesmo tempo, expressa e revela a relação entre os setores populares e os organismos instituídos[165].

Enquanto estavam no acampamento, os sem-terra vislumbravam a possibilidade de desenvolvimento de um específico processo de socialização como espaço de integração coletiva. Todavia, o assentamento os coloca num espaço físico e social que se constrói regulado por outros princípios e que visa outro ordenamento. Neste, a propriedade e a competição conformam e regulam tanto os processos com o mundo exterior como as relações que configuram a identidade da comunidade e do movimento. A inclusão ou integração transformam-se em disputa. É essa relação de

[162] RUDE, George, **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. Referência à p. 25.
[163] Nesta perspectiva, os conceitos de "processos inconclusos ou interrompidos" representam uma espécie de concepção teleológica da história. A pergunta lógica é: inconclusos em relação a quê? Para afirmar que algo está inconcluso é necessário ter uma referência, um horizonte, um ponto que o processo deve alcançar. Todo processo termina por resolver-se de alguma forma e é esta forma – caráter – que deve ser investigada. Nesta investigação é também possível examinar o que poderia ter sido, mas acabou sendo dominado por outras forças inscritas no mesmo processo. Ao analisar os processos relativos às revoluções burguesas na América Latina, Ianni escreve: "Não se trata, portanto, de revoluções interrompidas, inacabadas ou inconclusas. Trata-se de revoluções que terminam por resolver-se em termos burgueses ou socialistas. Isso não significa que a história acabou". [163] IANNI, Octavio. **Classe e Nação**. Vozes: Petrópolis, 1986. Citação p. 84.
[164] Em muitas análises este processo é tratado em termos de relação entre tradicional e moderno.
[165] Sem aprofundar a questão, já que nos levaria para outro caminho, vale registrar que, muitas vezes, os organismos de mediação, portadores dos elementos que na perspectiva dos acampados podem ser considerados de "derivados", se relacionam com os setores populares como se os elementos "inerentes" destes representassem um entrave ao avanço das próprias lutas populares e das mudanças desejadas.

tensão que ocupa o lugar central nos relatos dos assentados, embora não consiga explicar suas causas. No acampamento a tensão era direcionada ao mundo exterior e obrigava a pensar e reordenar a sociedade. No assentamento, a propriedade, ou a ilusão dela, trouxe aquele mundo para dentro de casa e passou a configurar a casa, a família, a vila, o trabalho, a comunidade, a cidade, o mercado, entre outros elementos e dimensões da vida, em conformidade com os ordenamentos impostos pela socialização dominante. O assentamento não é mais uma "ilha" no universo social, é parte constitutiva do próprio universo social, gerado e formatado em consonância com as relações, tensões e processos da sociabilidade instituída.

Portanto, como a socialização que toma conta do assentamento não é aquela imaginada nos acampamentos e obedece a ordenamentos e regulações de fora, ainda que mediada pelas situações e condições encontradas em cada formação social concreta, os assentados entram num processo de ressocialização. As ações, os trabalhos, as associações, as persistências, as desistências e todas as outras relações que configuram o assentamento podem, a rigor, ser analisados em relação às tensões e aos conflitos que constituem o novo processo de socialização. É o difícil e doloroso processo de inclusão[166] que produz novas formas de exclusão. Como o processo de socialização que opera nos assentamentos está construído sobre desigualdades, age naqueles espaços produzindo diferenciações e desigualdades. Deste modo, o assentamento, inicialmente espaço de igualdade representada pelos lotes rurais e urbanos recortados de formas igualitárias, torna-se, aos poucos, espaço de novas desigualdades.

O movimento extensivo e intensivo do capital que transfere, reorganiza e incorpora espaços geográficos e grupos sociais redefine a sociedade e a política produzindo também um deslocamento dos centros decisórios.[167] Ao instituir a propriedade como referência simbólica e princípio

[166] MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo:novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. Pode-se dizer que Todorov vai na mesma direção quando escreve: "Condenar o indivíduo a continuar trancado na cultura dos ancestrais pressupõe (..) que a cultura é um código imutável, o que é empiricamente falso: talvez nem toda mudança seja boa, mas toda cultura viva muda (...). O indivíduo não vive uma tragédia ao perder a cultura de origem quando adquire outra; constitui nossa humanidade o fato de ter uma língua, não o de ter determinada língua". TODOROV,Tzvetan. **O homem desenraizado**. Rio de Janeiro: Record, 1999. Citação p. 24-25.

[167] CHESNAIS, François. "A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século"; *in* **Economia e Sociedade**, Revista do Instituto de Economia da UNICAMP, 5 (dezembro de 1995), p. 1-30. RATTNER, Henrique, "Globalização e projeto nacional"; *in* SANTOS, Milton – SOUZA, Maria Adélia A. de – SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. IANNI, Octávio. "A globalização do movimento operário"; *in* **Novos Rumos**, nº 22, p. 4-9; "Nação: província da sociedade global?"; *in* SANTOS, Milton – SOUZA, Maria Adélia A. de – SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. BORON, Atílio A. "Os 'novos Leviatãs' e a *polis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina"; *in* SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

organizador da sociedade, torna a mercadoria e, portanto, o mercado, a instância reguladora das relações entre grupos, classes e povos. Ao atravessar as fronteiras, a mercadoria invade espaços geográficos, territoriais, regionais, nacionais, étnicos, culturais, simbólicos e se constitui em princípio criador e regulador da nova sociabilidade.[168] Opera como processo de desterritorialização, que é geográfico-territorial, cultural e conceitual, e, ao mesmo tempo, de novas territorializações.[169] Com a redefinição do espaço, as questões adquirem outra abrangência, outro caráter e outra configuração. O movimento incorpora camponeses, trabalhadores, sindicatos, movimentos e classes sociais. As organizações, as mobilizações, as tensões e os conflitos sociais ganham outra dimensão.

O processo de ruptura, de superação e redefinição de fronteiras e de barreiras constitui-se num movimento histórico necessário para a construção da unidade social.[170]

Na sociedade regulada pelo mercado, o poder se desloca paulatinamente das antigas instituições para as grandes empresas, corporações e conglomerados articulados em escala ampliada.[171] É dentro deste movimento que é necessário analisar as mudanças sociais e políticas em curso em Nova Conquista, pois não decorrem apenas da vontade política dos atores sociais locais. Neste sentido, o processo de redefinição social e político em curso depende mais deste movimento que opera e redefine espaços e tempos de forma desigual e em escala mundial do que propriamente da vontade política de grupos e classes sociais locais, regionais ou até nacionais.

Considerado na ótica da propriedade, que é o elemento sobre o qual está fundada a sociedade moderna, o assentamento representa a incorporação de espaços geográficos e grupos sociais à lógica

---

[168] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, vol. 1.

[169] No contexto de interdependência dos lugares que passa pela redefinição do território, os problemas também, de maneira mais visível os relativos ao ambiente, ganham um alcance global. A preservação de determinadas áreas e a discussão quanto aos princípios, à forma e aos métodos de enfrentamentos de questões genéticas, ambientais e outras colocam-se como desafios e tarefas da humanidade. Aos poucos prevalece a idéia de que o planeta Terra é patrimônio da humanidade e cabe a ela tomar conta e cuidar dele. Mas o princípio do patrimônio coletivo contrasta com o princípio da propriedade privada, considerado valor absoluto. Resta saber como os grupos e as classes sociais enfrentarão, de um ponto de vista histórico, essa contradição. De todo modo, o movimento em curso pode também ser visto como um processo de aprofundamento da contradição entre a propriedade privada - apropriação individual dos bens socialmente produzidos - e a nova tendência à socialização das questões sociais. Em outras palavras, enquanto os territórios e os problemas se tornam globais, patrimônio e responsabilidade de toda a humanidade, recoloca-se a questão problemática e contraditória da propriedade privada. Como fica a relação antagônica entre a apropriação individual e a responsabilidade coletiva com o futuro da humanidade? Essa questão é mais profunda do que o princípio da "função social" da propriedade, pois enquanto este aponta para princípios morais, aquela revela uma contradição estrutural.

[170] O problema fundamental reside no conteúdo e na forma que o movimento assume de um ponto de vista histórico e nas possibilidades contidas neste processo. A questão, portanto, não reside no fato de ser a favor ou contra a unidade social e sim no caráter e na forma como a unidade é construída e reproduzida.

[171] FURTADO, Celso. **O Capital global**. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999; **O longo amanhecer. Reflexões sobre a formação do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1998; **A sociedade global**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992. GENTILI, Pablo, (org). **Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes / CLACSO, 1999.

de movimento do capital. Analisado, portanto, de um ponto de vista de configuração social e política, se resolve conferindo um caráter institucional às questões postas pelos movimentos dos assentados. Enquanto o acampamento era expressão do caráter social e político das mobilizações dos sem-teto e dos sem-terra e se constituía numa crítica à ordem dominante, a instituição da propriedade torna o assentamento um espaço privatizado e os assentados, sujeitos individualizados. Perde, com isso, o caráter público e, em última instância, deixa de representar uma crítica à ordem social e política instituída e passa a reforçá-la. Nestas condições, as questões que envolvem e dinamizam as relações e organizações sociais dos assentados voltam-se para dentro, isto é, dizem respeito a eles próprios. São, afinal de contas, "propriedades" criadas em conformidade com a propriedade da terra e da casa. Caso a propriedade – da terra e da casa – não se resolva na forma da integração e emancipação social, econômica e política, são responsabilizados os assentados, em teoria sujeitos livres, soberanos e autônomos – atribuições da propriedade. Deste modo, o princípio da competitividade, enraizado na propriedade e na individualidade, passa a conformar e regular as relações sociais em todas as esferas. E como a competitividade se funda na propriedade, nasce e se resolve num processo reiterado de expropriação e alienação.

O acampamento reinventado

Todo deslocamento físico e geográfico sempre representa também um deslocamento social e político. Toda mudança, portanto, traz novos problemas de caráter econômico, político, social e cultural, ou seja, recoloca em outro patamar pessoas, grupos, classes e povos. Nesta dinâmica, a própria compreensão e interpretação dos fenômenos passa, necessariamente, por redefinições. Por isso, o conceito mais apropriado para a compreensão e explicação do que está em questão é o de "processo" ou "movimento". Pode-se dizer que determinadas pessoas ou grupos sociais não são simplesmente sem-terra, camponeses, trabalhadores rurais, assentados ou outros, como se estas categorias constituíssem um dado intrínseco à própria natureza, isto é, uma condição que não depende de fatores históricos. Ao se configurar como o resultado de um conjunto de relações sociais e, ao mesmo tempo, ao se constituir como relação social, aquelas condições constituem formas de vida em permanente construção e, simultaneamente, em constante mutação ou redefinição.

Quando separadas do processo de construção do social e analisadas como simples resultados e não como condição de reprodução de formas específicas de expressão do social, as condições de vida não conseguem revelar nem explicar a complexidade da realidade histórica investigada. Em outras palavras, estar num lugar geográfico definido pela ordem institucional como o espaço da "reforma agrária" ou da "reforma urbana" e ter sido contemplado com um lote de terra e linhas de créditos para a produção agrícola ou um lote para a construção da casa no contexto da cidade, não são elementos que, por si só, transformem os "sem-terra" e "sem-teto" em "assentados", produtores rurais e cidadãos. O assentado se realiza como tal na medida em que consegue reproduzir – e todo processo de reprodução necessita de sujeitos políticos capazes de formular propostas e intervir na trama de relações conflitantes e, portanto, de sujeitos relativamente autônomos e não subalternos, dependentes e tutelados - e redefinir em novos contextos sociais suas condições de vida, ou seja, de assentado. Daí a necessidade de garantir a terra e a casa – o espaço físico e social, rural e urbano – depois de sua aparente conquista. Nesta perspectiva ganha importância teórica a questão posta por Touraine quando pergunta se nas interpretações prevalecem os projetos ou os atores sociais.[172] O projeto que prevalece sobre o processo social somente pode ter caráter ideológico e não histórico. Em relação especificamente ao objeto de investigação, não existe assentamento senão como processo social

[172] TOURAINE, Alain. **Poderemos viver juntos: iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999. Referência à p. 102-103.

constituído por uma pluralidade de sujeitos. Naturalmente, no decorrer do processo as articulações, configurações e os arranjos redefinem os sujeitos. O que importa ressaltar, no entanto, é que não existem processos sem atores sociais e são estes a determinar as configurações e os arranjos políticos. Portanto, a sociedade, os atores, as relações, articulações, tensões e conflitos prevalecem sobre os arranjos políticos e os configuram. Ao prevalecer a visão política, os atores acabam sendo subsumidos e considerados em termos de sua adaptação e conformação ao projeto, isto é, à ordem instituída. Quando, pelo contrário, prevalecem os atores, a realidade social fica mais complexa e se torna um campo de possibilidades. Por causa disso, fica mais difícil traçar os contornos exatos de um projeto, uma vez que são vários os interesses e as propostas em disputa.

Toda passagem entre uma condição de vida material e outra, representa também a passagem entre uma determinada visão e concepção de mundo e outra. Quer dizer, a passagem da condição de sem terra à condição de assentado recoloca os atores sociais num novo contexto social em que devem reconstruir a sociabilidade a partir de outras condições materiais. Enquanto, num primeiro momento, a terra se apresenta como um dado material disponível – no processo será percebida como conquista permanente, ou seja, como relação social -, num segundo momento a reconstrução da sociabilidade a partir da nova condição se apresenta como algo complexo e cheio de conflitos.

Deste modo, ao mesmo tempo em que as mudanças abrem para novas configurações, também propiciam uma reinterpretação do passado. Por isso, o acampamento pode ser reinventado a partir do assentamento. As desigualdades e ambigüidades que caracterizam o novo processo de socialização formatam também as interpretações dos acampamentos. Estes são vistos como "unidade familiar, comunitária e social perdida" e, ao mesmo tempo, como "carência", "tensão", "violência", "despejo" e "sofrimento". Diante da emergência do individualismo e das tensões que caracterizam as novas relações sociais em todas as esferas, a unidade do passado, despojada das contaminações históricas, se reapresenta mistificada. Enquanto o passado é idealizado, o presente é visto pelas antigas mediações em processo de redefinição: família, comunidade, bairro, roça, trabalho, cidade, entre outras. Estas últimas não operam como antigamente. Entretanto, mesmo que os problemas do presente sejam inúmeros, o assentamento representa uma expressiva melhora nas condições de vida da maioria dos moradores de Canudos e Nova Conquista.

> *A lembrança da época do acampamento foi pra mim a época melhor que nós já tivemos na vida. Não só eu como todos daqui que estávamos lá. Eu achava que éramos uma família porque lá ninguém passava necessidade de nada. É certo que lá era uma*

coisa unida porque existia união, existia amor nas pessoas, era o lugar melhor que nós podíamos ter para trabalhar, para viver. Mas desde quando chegamos aqui no assentamento as coisas estão sendo invertidas. Hoje você não vê mais aquela amizade, aquele amor que existia entre nós. Acabou aquela união que existia entre nós. Pra mim mudou tudo.

[Tiago – Nova Conquista]

Na beira da estrada todo mundo era unido, era tão unido que parecia ser tudo uns irmãos mesmo. Depois que mudamos para a Vila e cada um recebeu uma casa, aí todo mundo ficou assim, sem conhecer uns aos outros. Mudou tudo, nem eu sei dizer o que foi, sei que aconteceu.

[Rosa – Nova Conquista]

Quando estávamos lá no Maranhão Novo as pessoas eram como se fossem uma família só. Tinha um barracão e todo mundo vivia unido. O objetivo era o mesmo para todos e ninguém pegava as coisas para si. Esse negocio de divisão, de cada um querer pegar as coisas começou depois que viemos para cá. Antes não existia o que existe aqui.

[Francisca – Canudos]

Os relatos definem com riqueza de detalhes o marco divisório entre um universo e outro:[173]

[173] *Lá no acampamento o idioma era uma coisa só, parece que estava todo mundo naquele sentido, parece que aquilo que um pensava, todos pensavam. Quando um falava qualquer coisa, todo mundo ia num bom sentido; se tivesse alguém que não estava de acordo, ele também chegava ao bom senso a fim de que fosse para o benefício daquele pessoal que estava no acampamento. Então, todo mundo era unido. Hoje a gente vê muita diferença. Depois que construímos a vila, que passamos uns dois, três anos pra cá, a gente vê muita diferença. Também aqui no começo as pessoas eram mais unidas. Para fazer as coisas criamos os grupos porque ficava melhor para as pessoas trabalhar nos grupos. Até para se conhecer melhor a gente sentava no grupo da gente. Tinha o coordenador do grupo, tinha o vice dele e aí a gente sentava para discutir aquelas coisas. Depois de cada grupo ter discutido, os coordenadores se juntavam e discutiam o que tinha sido passado nos grupos e aí eles iam ver se dava o consenso da coisa. A gente não via grupo algum desunido. Às vezes, quando tinha um que queria sair, os outros chegavam, mostravam qual era o costume daqui e diziam que as coisas seriam feitas daquela maneira. Levamos a coisa de uma maneira que todo mundo se saiu bem. A desunião começou depois que cada um construiu a sua casa e ficou com o seu lote. Aí também os grupos de famílias começaram a decair* [José Raimundo – Nova Conquista].
Enquanto o pessoal não tinha terra, a união lá no acampamento era para ter, para conquistar a terra. Depois que conquistaram, cada um se sentiu dono de si e isso gerou desunião. Isso a gente vê não só no meio rural, mas em vários meios da nossa sociedade brasileira. Então, a união naquela época existia porque as pessoas tinham um objetivo que era chegar a ter isso aqui [Alberto – Nova Conquista].

Uma das causas da mudança que houve entre o acampamento lá na Criminosa e agora aqui foi à divisão da terra. Porque quando a gente estava lá, na beira da estrada, a palavra de ordem era que fosse tudo coletivo; não tinha divisão, todos iguais, todos unidos pelo mesmo objetivo. Eu tinha esperança que ia continuar assim. Mas quando chegamos aqui em cima da área, em cima da terra, logo começou a discussão sobre o loteamento. Aí os grupos que estavam organizados lá no acampamento se desmobilizaram. A maioria do povo dizia que trabalhar de forma coletiva não daria certo porque uns eram mais espertos do que os outros, uns queriam fazer algumas coisas e outros queriam fazer outras, uns trabalhavam mais e outros menos, uns plantavam uma coisa e outros plantavam outra; aí não daria certo e era necessário dividir de qualquer jeito. Aí foi cortado, dividido, sorteado e cada qual pegou o seu lote. Foi aonde começou a divisão das pessoas, dos pensamentos, das idéias. Essa foi uma das mudanças grandes que eu achei que aconteceu.

[José Francisco – Nova Conquista]

Antes o pessoal era mais unido. Depois que recebeu o lote, cada qual cuida da própria vida. Eu não sei por que aconteceu isso. Lá [acampamento] *as pessoas eram todas boas; depois que tomaram conta da sua responsabilidade aqui, foram mostrar o que elas eram. A desunião daqui é isso aí, ninguém acredita em mais ninguém aqui dentro*.

[Maria Francisca – Nova Conquista]

A desunião foi depois da construção das casas. Foi depois que todo mundo se localizou e que começou a sair até projetos. Então começou aquela desunião, aquele voluntarismo que não chegava ao bom senso da coisa; um puxava para um lado, outro puxava para o outro. Então eu acho que a união começou a desmoronar depois da construção das casas, depois que entraram os primeiros projetos. Tudo porque até antes dos primeiros projetos as pessoas eram conscientizadas, tinham humildade uns para com os outros. Depois cada qual começou a querer ser mais do que o outro.

[José Raimundo – Nova Conquista]

Os relatos revelam também a ambigüidade. Os assentados falam do acampamento como um espaço de sociabilidade que, na realidade, não tinha consistência social, uma vez que era apenas o início de um processo comum:

Quando o acampamento começou a surgir, as pessoas chegavam de vários lugares, inclusive de outros estados e não se conheciam. Passaram a se conhecer depois, quando estavam no berço da estrada, na luta. Eu nunca tinha tido contato com muitos dos que hoje estão aqui e estão fazendo parte do mesmo movimento. Os conheci pela primeira vez no acampamento. Foi, então, pela conquista da terra que acabamos nos conhecendo.

[José Raimundo - Nova Conquista]

Os acampamentos expressam, de um ponto de vista político, a possibilidade de redefinição dos ordenamentos sociais, mas não instituem processos de sociabilidade consistentes. São situações e condições transitórias que contêm sua própria superação na concepção dos assentamentos. Nos acampamentos são mobilizados modos de vida tradicionais, anteriores aos próprios acampamentos. São esses modos de vida que o assentamento redefine. Por isso a ruptura não se dá entre o acampamento e o assentamento, mas no processo de ressocialização que modifica os antigos modos de vida. Por isso, a ambigüidade pode manifestar-se como constatação da ruptura dos laços tradicionais e melhora das condições econômicas:

Depois que vim para cá a situação ficou melhor. No começo estava difícil, mas depois começaram a chegar as coisas e agora está ficando bom. Antes eu não tinha terra para plantar e comer, não tinha o que dar de comer para a minha família. Agora não. A gente não tem dinheiro, mas também não passa fome porque temos onde plantar. Também lá no acampamento tinha dia que a situação não estava nada fácil. Por isso muitos tinham deixado a família longe e foram buscar depois que a gente veio para cá.

[Antonio José – Nova Conquista]

Nos mesmos relatos em que ganham contornos idealizados, os acampamentos aparecem como espaços de excludência, de falta das coisas, de luta e sofrimento:

Lá no Maranhão Novo eu sofri muito, dormi no chão, corri na frente de bala de jagunço. Inclusive mataram um amigo nosso, meu filho foi preso e apanhou da polícia junto com várias outras pessoas.

[Éster - Canudos]

A luta lá no acampamento foi uma experiência marcante na vida da gente. Teve morte, briga, conflito da polícia com os ocupantes da área e jagunços, que eu nem sabia o que era isso. Lá eu vivi o momento mais difícil da minha vida; foi quando chegaram os jagunços armados de facão e tocaram fogo no barraco. Eles cortaram os punhos das redes e várias pessoas caíram no chão. Todo mundo tentou sair correndo e na confusão muitos não conseguiram tirar suas coisas e perderam tudo. Por esse motivo meu marido mandou que eu me afastasse do acampamento e ele ficou lá até que foi liberada essa área aqui. As minhas sobrinhas também estavam na luta. Quando deu aquela confusão elas desistiram porque eram muito medrosas.

[Maria das Graças - Canudos]

Lá no acampamento foi muita luta. A gente ficava porque diziam que quem quisesse casa devia ficar para pegar um terreno. Lá a gente pegava, limpava o terreno e quando estava enfiando os paus pra fazer nossa casa, lá vinha a polícia. Vinha pelo ar e vinha pelo chão tirando a gente, apontando rifle, botando a gente pra dentro do barracão. A gente se agarrava um com o outro e não saía. Eu, pelo menos, e uma colega minha fardávamos mesmo de mulher e ficávamos lá. A gente lutou muito para conseguir aqui.

[Terezinha – Canudos]

Quando convidados a se expressar em relação às condições de vida depois da criação do assentamento, em Nova Conquista 78, 6% e em Canudos 86,9% dos responsáveis pelas unidades familiares afirmaram que tinham melhorado.

Os depoimentos revelam as ambigüidades e contradições que caracterizam o processo de ressocialização em que assentados estão envolvidos. Expressam, simultaneamente, o mundo que ficou para trás e que, por muito tempo, formatou sua identidade anterior e o novo contexto em que o acesso às condições de vida está associado à perda dos antigos referenciais e à necessidade de reconstruir num espaço marcado por tensões e disputas. Dependendo do que está em causa, as interpretações acentuam aspectos positivos ou negativos. A afirmação quase que unânime de que a vida melhorou depois do assentamento contrasta com a saudade do tempo em que viviam unidos e a solidariedade constituía um mecanismo de proteção diante das dificuldades e das necessidades. Deste

modo, seu deslocamento para um novo contexto material e social faz com que percebam com maior clareza o que está desmoronando do que aquilo que está sendo engendrado. Daí o apelo nostálgico ao que ficou para trás e um desnorteio para com a nova realidade em gestação.

De acordo com suas representações, o ponto de ruptura entre os dois mundos está localizado no momento ou no ato em que as terras foram divididas e apropriadas de forma individual. A propriedade, portanto, constitui o ponto de ruptura entre os dois mundos. A nova condição material desestrutura a antiga sociabilidade e coloca os assentados num conjunto de relações novas. A (suposta) propriedade da terra, portanto, os insere numa nova ordem de sociabilidade. Percebem os seus resultados, associados ao individualismo, mas têm dificuldades em apanhar suas dinâmicas. Neste sentido a propriedade representa e expressa a ruptura do mundo tradicional rural que, idealizada, constituía a referência simbólica e prática dos que agora foram assentados e sua inserção na modernidade, ou seja, mediante a extensão da propriedade – ainda que sua efetiva realização seja incerta – inserem-se grupos sociais na lógica e dinâmica do capital. Em teoria este processo deveria também abrir espaço para a integração dos assentados, na qualidade de atores políticos, aos novos ordenamentos sociais.

Ao mudar a relação com a terra e com a casa, com a roça e com a cidade, os assentados repentinamente se descobrem mais individualistas e têm até dificuldade em se reconhecer, em expressar a própria identidade.[174] *Hoje não somos mais aquelas pessoas que éramos antigamente*. Falam com uma certa segurança de si mesmos no passado, do que eram, como viviam e o que queriam e têm dificuldade de se colocar no presente. Enquanto antes se sentiam membros de uma coletividade e responsáveis pela sociabilidade instituída, sentem-se agora perdidos e confusos. A sociabilidade não passa mais pelas formas de solidariedade comunitária que formatavam aquele universo e no qual existia uma responsabilidade que era simultaneamente coletiva e individual. Quer dizer, não havia contradição nem negação entre o individual e o coletivo. Essa articulação os leva agora a fazer uma leitura na qual a desagregação parece residir e decorrer de um processo no qual o individual foi ganhando força e redefinindo as formas de vida no assentamento e no bairro. Chegam até a imaginar que com um pouco de boa vontade por parte de todos seria possível reconquistar ou reconstruir aquela unidade e sociabilidade perdidas. Assim, falam desta nova fase como se tivessem perdido a humildade, com um olhar exclusivamente voltado para si mesmos. A nova forma de propriedade, condição básica e essencial, na sociedade moderna, de construção da subjetividade e de

[174] CURADO, Fernando Fleury. "Assentamentos rurais: a terra como novo espaço de vida"; *in* **Cadernos do CEAS** – Centro de Estudos e Ação Social, n° 191, jan./fev. 2001; p. 37- 46.

constituição de sujeitos políticos, assume uma contradição e negação estrutural fundamental ao destituir as formas coletivas de socialização e abrir caminho para o individualismo. Coletivo e individual, a partir deste momento, passam a assumir outro caráter: não mais de reciprocidade constitutiva e sim de exclusão. A emergência e consolidação do individual, mediado pela propriedade, instauram o individualismo e banem o coletivismo do universo dos princípios constitutivos e reguladores do novo processo de socialização. Sem a força do pensamento, das idéias, do referencial simbólico, as experiências coletivas ensaiadas não resistem e sucumbem. Já não é mais questão de vontade individual e sim dos princípios que fundam e regulam o novo processo em curso. Desta forma há um descompasso entre as tentativas de viabilização de formas de associação coletivas, pretensamente fundadas na solidariedade, e a socialização em curso, mediada e regulada pela propriedade individual, cuja forma de proteção e reprodução exige necessariamente um conjunto de idéias e práticas de caráter individual que perpassam e formatam todas as relações sociais e de sociabilidade. Desta feita, como será possível constatar juntando as peças do mosaico, mesmo não se realizando como propriedade e, portanto, não constituindo os assentados em sujeitos políticos emancipados e integrados ao processo de socialização dominante, os assentamentos individualizam os atores sociais, operam a modernização e os inserem[175] no processo de socialização regulado pelo desenvolvimento do capital.

A articulação das diferentes fases ou etapas que, numa seqüência linear, constituem Canudos e Nova Conquista, revela que as dificuldades encontradas pelos sem-teto e pelos sem-terra na construção da unidade dos assentamentos em conformidade com suas expectativas decorrem, na realidade, das condições dos próprios acampamentos. Nestes, com efeito, não foi possível construir a coesão, no sentido de unidade e identidade operativa do movimento. Por isso, a ruptura registrada pelos depoimentos que teria acontecido na passagem dos acampamentos para os assentamentos se inscreve no universo interpretativo dos grupos sociais envolvidos que criam, mobilizam e re-inventam tradições. Com efeito, os acampamentos eram expressão de mobilizações mais do que resultados de identidades operativas dos grupos sociais. A própria identificação aos movimentos dos sem-teto e sem-terra era, a rigor, inventada. Daí a dificuldade de traçar os contornos e definir os conteúdos do que ou de quem seriam os sem-teto e sem-terra. O recurso aos conceitos gerais não revelava o caráter das relações, dos conflitos e processos nos quais os atores sociais estão envolvidos. Constituem, portanto, abstrações que operam no sentido das mobilizações, mas não necessariamente

[175] Os conceitos de inserção e integração não são sinônimos. A integração, para se realizar, deve necessariamente operar a emancipação e, portanto, a constituição de sujeitos políticos.

na formulação e formatação da coesão e da identidade dos movimentos. Por causa disso, na compreensão e interpretação dos processos sociais prevalece a visão romântica, enraizada em princípios morais mais do que em bases sociais operativas.

Importa ressaltar que as invenções operam em termos de mobilização, mas não necessariamente de unidade e identidade social. Como apontado, as interpretações relativas às categorias de sem-teto e sem-terra são díspares e contemplam tanto concepções que dizem respeito à terra enquanto bem objetivado, quanto noções e condições gerais de carências que afetam setores das classes populares e a necessidade de integração social. Por isso, a construção de uma concepção social e política da casa e da terra como determinante da unidade social é um processo histórico que requer a transformação das relações de classes e a redefinição dos arranjos políticos instituídos. Necessita, portanto, de um tempo maior do que o havido nos acampamentos. Estes constituem e resultam de mobilizações cujo conteúdo, em termos de identidade social, é pouco consistente. As mobilizações, por si só, e as razões que lhes dão vida e dinamizam não geram necessariamente coesão.

Nos assentamentos, então, se impõe e prevalece, sem muitos percalços, a proposta de unidade mediada e regulada pela ordem instituída e justificada em nome da integração social. Representa e expressa o que foi definido como processo de ressocialização dos assentados. Aquilo que é por eles vivido como ruptura da unidade social que teria existido no acampamento tem a ver, na realidade, com a redefinição de seus valores e concepções tradicionais.

III PARTE

A REPRODUÇÃO DA EXCLUDÊNCIA

Capítulo 4° -

Processos migratórios

A minha luta para chegar até aqui foi muita e a minha condição sempre foi fraca. Eu vim para cá com o pensamento de ficar pro resto da vida. Nunca tinha pensado em sair daqui; mas agora às vezes passa pela minha cabeça a idéia de vender tudo e ir embora.

[José Antonio – Nova Conquista]

Eu comprei esta casinha onde agora eu vivo com a minha família. A moça que morava aqui não queria vender. Ela tinha participado de toda a luta para chegar até aqui e tinha até apanhado. Por isso ela não queria vender. Vendeu porque não tinha condição de ficar; não tinha emprego e viver com os filhos era muito difícil.

[Ana Amélia – Canudos]

Não há dúvida de que o fenômeno das migrações atravessa a história da humanidade. Ao longo do tempo passou por profundas modificações e continua sofrendo transformações que o tornam cada vez mais complexo e diversificado. A preocupação dos estudiosos esteve essencialmente voltada para a inserção, adaptação e integração dos migrantes nas sociedades de destino.[1] Contudo, importa

[1] "A integração social dos (i)migrantes foi um tema estudado nas ciências sociais, principalmente nos EUA e na Europa central, durante todo o século XX. Atualmente, o debate acadêmico sobre a integração ou a exclusão social dos (i)migrantes na(s) sociedade(s) acolhedora(s) tem promovido uma copiosa publicação sobre o tema,(...)". CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Migração e a (re)construção do capital social: um dilema ao desenvolvimento regional**. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, s/d. Mimeo.

lembrar que o processo de integração contém também o processo de expulsão. Com efeito, as dificuldades de integração estão na base de novas migrações. Portanto, migração e exclusão se constituem e se determinam reciprocamente.[2]

Uma vez que a temática predominante nas pesquisas sobre migrações focalizou a integração social dos migrantes, os processos de assimilação foram estudados em profundidade e resultaram em diferentes interpretações sociológicas.[3] O propósito deste capítulo é modesto: não pretende entrar no mérito das questões teóricas nem se propõe estudar a questão da mobilidade humana em sentido lato ou em seus múltiplos aspectos. Efetivamente, são inúmeras as causas que provocam as migrações e diversificados os destinos dos deslocamentos de pessoas, grupos, comunidades e povos. A intenção é tentar compreender o bairro Canudos e o assentamento Nova Conquista como processos sociais que resultam e, ao mesmo tempo, produzem deslocamentos humanos. Neste sentido, a análise dos processos migratórios que conformam a existência dos grupos sociais que estão na base das duas experiências, contribui para desvelar e explicar as configurações e os arranjos que constituem o movimento articulado e unitário da sociedade local, regional e nacional. Enquanto explicam os assentamentos, as migrações revelam o caráter da questão social no Brasil. E vice-versa.

Retomando a tese relativa à formação social e política do Brasil, cuja estrutura e arranjos predominantes sempre relegaram os setores populares à condição de submissão e dependência – excludência -, a hipótese aqui ventilada é que as migrações contribuem para a reprodução daquela ordem social negando, dessa forma, os discursos ou as interpretações que enfatizam suas funções e dimensões integradoras.

[2] Focalizar o desenraizamento que decorre da migração, observa Penna, pode esconder o fato de que o migrante já vivia excluído no lugar de origem. Assim sendo, havia em curso um processo de desenraizamento antes mesmo do migrante iniciar seu deslocamento espacial propriamente dito. PENNA, Maura. "Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento"; *in* SIGNORINI, Ignes (org.). **Linguagem e identidade**. Campinas / São Paulo: Mercado de Letras / Fapesp, 1998.

[3] CORREA, Sílvio Marcus de Souza. O*bra citada*.

Canudos e Nova Conquista: destinos transitórios

> *Nunca chegamos a esquentar um lugar. Eu pensava que a nossa andança terminasse aqui, mas minha mãe já está falando em sair novamente. Ela não está gostando de coisas que estão acontecendo por aqui ultimamente.Um dia desse ouvi ela dizer que aqui não é mais o lugar que ela pensava que seria.*
>
> [Jaqueline – Canudos]

No campo ou na cidade, no Maranhão ou alhures, os assentamentos resultam do deslocamento de grupos humanos que deixam as regiões de origem, ou de migração anterior, e se estabelecem nas áreas de sua implantação. Constituem processos que reconfiguram os espaços geográficos, bem como as relações entre pessoas, grupos, movimentos, classes sociais e ordenamentos institucionais. Com efeito, os deslocamentos espaciais sempre comportam deslocamentos sociais. Redefinem as antigas formas de sociabilidade e proporcionam aos grupos e setores populares mobilizados a posibilidade de reconstruir sua identidade – ressocialização - em novos contextos físicos e sociais.

Deste modo, as migrações não são apenas deslocamentos geográficos, mas também mudanças socioculturais com evidentes desdobramentos psicosociais.

Vista pela ótica da teoria evolucionista, a história progride em direção a uma unidade e homogeneidade final. Portanto, as diferentes forças sociais devem se organizar e operar em consonância com os fins e, dessa forma, contribuir para a sua realização.[4] Conseqüentemente, para essa visão os conflitos não podem ganhar centralidade analítica. Relegados a um lugar secundário, são usualmente concebidos como anomalias, desvios, desajustes. Decorre, então, que uma das funções das instituições públicas consiste em manter e reproduzir a ordem instituída. Por causa disso, lhes é conferido o poder legal de reconduzir os grupos e as classes sociais às suas funções centrais toda vez que a ordem instituída for ameaçada.[5]

[4] Uma vez que as ações humanas são direcionadas, reguladas e justificadas pelos fins últimos, as interpretações, sociais e políticas, assumirão necessariamente um caráter moral.

[5] É no bojo desta interpretação que é possível compreender a razão pela qual, ao longo do processo de formação social, setores populares e movimentos sociais, portadores de formas renovadas e ampliadas de sociabilidade, são reiteradamente considerados pela ótica da desordem, do caos, da instabilidade e da potencial convulsão social. E, por causa disso, criminalizados, domesticados ou reprimidos.

Nesta perspectiva, as migrações assumem a função de operar ajustes sociais, econômicos, políticos e culturais.[6] Direcionadas aos fins, redefinem as configurações físicas e sociais e contribuem para o progresso, o desenvolvimento, a modernização, a ordem e a harmonia social. Destarte, o lugar de destino dos deslocamentos é construído, no imaginário, como o *locus* de superação dos impedimentos sociais, econômicos e políticos que faziam do lugar de origem e das etapas intermediárias campos de desigualdades, desajustes e conflitos. As etapas interpostas entre o lugar de origem e o de destino configuram situações, arranjos e ordenamentos provisórios e transitórios. Prevalece a visão linear e seqüencial do processo histórico. A fixação, estabilidade, integração, vida digna, harmonia familiar e social estão associadas ao lugar de chegada.[7] Seriam atribuições do novo espaço físico e não relações e construções dos processos sociais. Em decorrência disso, deslocamento espacial e mobilidade social parecem operar conjugados. Traçam, no imaginário dos migrantes, os contornos da sociedade, que pode ganhar um novo caráter humanitário, uma vez que a anterior sociabilidade foi desarticulada pelos processos migratórios que provocaram a expulsão do lugar de origem[8] e pelos sucessivos deslocamentos em busca de um novo lugar social.[9]

Como salientado, no imaginário dos sem-teto e dos sem-terra, os assentamentos eram concebidos como espaços ou unidades sociais que teriam propiciado a reprodução de suas condições de vida e, ao mesmo tempo, sua inclusão nos novos ordenamentos sociais em configuração. Entretanto, o estudo dos assentamentos mostrou que estes constituem processos sociais que não se resolvem em conformidade com aqueles postulados. Pelo contrário, operam integrando áreas geográficas e grupos sociais ao movimento de expansão do capital em escala ampliada, gerando diferenciações, divisões e desigualdades e recolocando parcelas significativas de membros dos grupos mobilizados em novas condições migratórias. Deste modo, os assentamentos não equacionam de forma estrutural o problema das migrações, desarticulam e impedem a operacionalidade das antigas formas de sociabilidade e não integram, com base em critérios de equidade, os assentados à nova

[6] Pela concepção funcionalista, as migrações visariam a conformação de grupos sociais a uma totalidade orgânica estabelecida. Na realidade, sendo que os deslocamentos redefinem todas as dimensões da vida dos grupos sociais mobilizados, produzem transformações societárias. A contradição teórica reside no princípio de que não haveria reciprocidade constitutiva nas relações entre "parte e todo", "particular e universal". Com isso a história não poderia ser modificada, transformada ou redirecionada pelas ações de grupos e classes sociais. Naturalizados, os processos sociais são vistos como inexoráveis.

[7] Como os deslocamentos são vistos em função de seus objetivos finais, não entram em discussão as causas das expulsões e das migrações. As mobilizações espaciais assumem o caráter de configurações provisórias, de passagem de situações de precariedade e privações para condições de abundância e equidade.

[8] O lugar de origem é aqui entendido em sentido físico-espacial e social, ou seja, de sociabilidade.

[9] "A idéia, perspectiva, previsão, sonho de um futuro de abundância (construir o bolo para depois reparti-lo) contribuiu para justificar o alto nível de desigualdade que caracteriza tradicionalmente a distribuição social no Brasil. REIS, Elisa Pereira. "Modernização, cidadania e estratificação"; *in* BETHELL, Leslie (org.). **Brasil: fardo do passado, promessa do futuro - dez ensaios sobre política e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Citação p. 229.

ordem social. Redefinidas, então, as carências e desigualdades que caracterizavam as relações e configurações sociais que constituíam os espaços de origem e de transição são reproduzidas nos espaços de destino. Conseqüentemente, os deslocamentos e as migrações não têm um caráter conjuntural e sim estrutural e são funcionais à ordem instituída. Seu estudo, portanto, permite decifrar melhor o movimento de configuração e redefinição do social. Em outras palavras: as migrações inserem-se no processo de configuração e redefinição do espaço territorial e social, isto é, da nação, e a análise dos processos migratórios contribui para caracterizar a questão nacional e social tanto do ponto de vista demográfico, como político, econômico, social e cultural.

Nova Conquista e Canudos constituem realidades sociais compostas por indivíduos, famílias, grupos e movimentos de origem rural e urbana. Como destacado, em teoria seria possível imaginar membros de uma mesma família configurando, a um só tempo, os dois assentamentos. Por isso, os núcleos fundadores dos projetos investigados não são exclusiva ou separadamente o rural para o campo e o urbano para a cidade e sim a articulação criadora entre as duas dimensões constitutivas de um único processo social.[10]

Nova Conquista. Somente 4,27% dos chefes de família assentados em Nova Conquista eram oriundos do município de sua localização, Açailândia. Os outros, ou seja, mais de 95% do total, tinham nascido em outros municípios, ainda que tivessem chegado à região em épocas anteriores ao assentamento. Do total de assentados, 25,64% procediam de outros estados da Federação, todos do Nordeste.[11]

Embora 93,2% dos assentados fossem originários de famílias que, no passado, viviam de atividades agrícolas,[12] 49,5% deste total exerceram algum tipo de atividade ou tiveram alguma

[10] O urbano e o rural, em que pesem suas especificidades, não podem ser pensados como dois universos separados e autônomos.

[11] A análise das migrações interestaduais ajuda a traçar o perfil e caracterizar o estado do Maranhão, base dos processos estudados. De acordo com os dados do Censo do IBGE realizado no ano de 2000, a população do Maranhão era de 5.657.552. Deste total, 461.084 tinham nascido em outras Unidades da Federação ou em países estrangeiros e, portanto, não eram maranhenses. Deste modo, a população de origem maranhense residindo no estado era de 5.196.468. Por outro lado, o número de pessoas que tinham nascido no Maranhão e estavam residindo em outros Estados da Federação era de 1.244.407. Com isso, no ano de 2000, a população de origem maranhense era de 6.440.875. Destes, 19,32% viviam em outros estados da Federação e 80,68% viviam no Maranhão. Do total da população residente, apenas 8,12% tinham nascido em outras Unidades da Federação. Isto permite concluir que a mobilidade espacial da população do Maranhão é elevada e que as migrações rumo a outros estados da Federação são muito superiores à direção inversa.

[12] As relações e as condições de trabalho das famílias eram de posseiros (34,7%), de trabalhadores em fazenda (7,8%) e de pequenos agricultores (57,5%). Estes dados, contudo, devem ser interpretados levando em consideração o fato de que a categoria "posseiro" é derivada e não inerente aos sujeitos investigados. Com isso, os agricultores, mesmo aqueles que

experiência urbana.[13] Antes do assentamento, 64,3% das famílias moravam em pequenas cidades ou povoados.[14] Apesar da pluralidade de atividades exercidas ao longo dos sucessivos deslocamentos, a terra continuou operando como principal fator de identificação para 79,2% dos assentados, mesmo tendo acumulado algum tipo de experiência urbana.

Admitida a hipótese de que o grau de escolaridade estaria relacionado às condições econômicas, sociais e políticas das famílias investigadas e determinaria as formas e os níveis de integração à ordem social dominante,[15] em Nova Conquista 62,4% dos chefes de família assentados tinham algum grau de escolaridade, ao passo que 37,6% não possuíam escolaridade alguma, infere-se que todas as esferas estão marcadas pelas desigualdades.

Canudos. Em relação aos responsáveis pelos domicílios assentados em Canudos, somente 32,4% do total eram originários de São Lus, ao passo que o restante, ou seja, 67,6%´, tinha nascido em outros municípios do estado. Apenas 8,2% procediam de outros estados da Federação.

Tendo como referência os assentados oriundos de outros municípios, o quadro migratório era assim composto: 28,7% do total foram do campo diretamente para São Luís e o restante, 71,3%, mesmo se identificando com a terra, teve como último local de morada alguma cidade ou povoado do interior do estado.[16] Estes dados, contudo, não caracterizam um tempo ou uma época peculiar de migração para a capital do estado. Com efeito, eram díspares os tempos de chegada e estada em São Luís dos sem-teto acampados e depois assentados em Canudos. No período das mobilizações que resultaram no acampamento e no assentamento, havia inclusive pessoas e famílias que chegavam do interior e logo se agregavam ao movimento dos sem-teto acampados.

---

viviam em terras consideradas "livres", não se autodefiniam de posseiros. Com efeito, apenas 5,9% dos assentados afirmaram terem sido proprietários de terra antes da criação do assentamento.

[13] Por experiências urbanas entenda-se aqui o exercício de atividades direta ou indiretamente ligadas à produção agrícola realizadas a partir das pequenas cidades ou povoados do interior do estado ou outros serviços.

[14] Enquanto alguém, geralmente o homem, ficava no acampamento, o restante da família aguardava o desfecho das mobilizações nas cidades, povoados ou fazendas circunvizinhas.

[15] As desigualdades em termos de escolaridade são consideradas um fator determinante da assimetria da estrutura social brasileira. A esse respeito ver: LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973. BARROS, Ricardo Paes e MENDONÇA, Rosane Silva Pinto. "Os determinantes da desigualdade no Brasil"; *in* **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, junho de 2001. Texto para Discussão n° 377. RAMOS, Lauro e VIEIRA, Maria Lucia. "Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes"; *in* **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, junho de 2001. Texto para Discussão n° 803.

[16] Os dados referem-se ao último local de morada antes da migração para São Luís e não permitem caracterizar os migrantes, uma vez que sua identidade foi construída ao longo de sucessivos deslocamentos. Deste modo, parcelas daqueles que provisoriamente moravam em pequenas cidades e povoados do interior se autodenominavam de "camponeses" ou "caboclos".

Mais de 90% dos responsáveis pelos domicílios assentados em Canudos tinham algum grau de escolaridade.[17]

Com base nestes dados, é possível dizer que se, de um lado, há uma urbanização do rural, do outro, há também uma ruralização do urbano. Por isso, o problema que se põe não é saber se prevalece um aspecto em contraposição a outro ou se determinado movimento emperra e atrasa o desenvolvimento de outro,[18] e nem pensar as dimensões constitutivas do processo social de forma autônoma, como se tivessem vida própria e existissem em suas formas puras. O desafio consiste em desvendar a natureza e o caráter deste peculiar encontro no bojo do movimento de articulação, configuração e redefinição da unidade social no contexto do atual processo histórico.

De acordo com Singer, os fatores que provocam as migrações são essencialmente de duas ordens: a) *fatores de mudança*, que resultam da introdução de relações de produção capitalista no campo e que ocasionam a expropriação e expulsão de camponeses, agregados, parceiros e outros; b) *fatores de estagnação*, que resultam da relação desigual entre a pressão popular e as restrições de áreas disponíveis para a agricultura ou monopolizadas por grandes proprietários.[19] Constituem processos distintos: enquanto os fatores de mudanças provocam um aumento da produtividade do trabalho, os de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra.

Se existem fatores de expulsão, a rigor devem existir também fatores de atração que orientam os fluxos migratórios. O desenvolvimento industrial e, portanto, a demanda por força de trabalho associada às oportunidades econômicas exerceram, por muito tempo, essas funções. No entanto,

[17] Se comparados com os dados de Nova Conquista, infere-se que as oportunidades de estudo entre campo e cidade continuam desiguais tanto em termos quantitativos como qualitativos. Ressalte-se também que a escolaridade básica não é garantia de maior integração social, uma vez que a mobilidade social depende sempre mais da especialização. Associada ao trabalho, a ascensão social decorre da capacitação para o exercício de funções específicas constantemente redefinidas. Os grupos sociais examinados estão fora desta batalha – há nos relatos uma espécie de rendição – e sonham com a integração dos filhos mediante o estudo.

[18] Algumas interpretações relativas à formação histórica da sociedade brasileira – sobretudo as de caráter evolucionista e de base dualista – deixam supor que o Brasil não teria ou estaria avançando lentamente em direção à modernidade por causa das resistências de setores tradicionais da população às mudanças necessárias. Na realidade, banidos das instâncias de decisão dos rumos políticos, os setores populares nunca ou pouco interferiram na configuração dos arranjos institucionais das diferentes épocas ou fases históricas do país. Portanto, não seriam suas resistências a emperrar agora os movimentos de modernização. Efetivamente, como abordado no capítulo relativo ao assentamento, a questão reside na estrutura e nos ordenamentos sociais e políticos instituídos e reiteradamente reproduzidos no Brasil que regulam e controlam os processos de socialização ao longo do tempo.

[19] SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 10ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985. Citação p. 38-39.

parecem ter se esgotado. A redefinição das relações de trabalho[20] e as limitações estruturais da sociedade de mercado, acopladas aos baixos níveis de escolaridade e à falta de qualificação para o exercício de novas funções de parcelas de migrantes, tornam problemática sua integração nos espaços dos assentamentos. Se, de um lado, é possível afirmar que estes resultam das relações que os assentados estabelecem entre si e com o processo de produção do social, do outro, são configurados e regulados também pela expansão da proposta de sociabilidade dominante que se move incorporando espaços físicos e sociais à ordem instituída. A integração de espaços físicos e a criação de novas condições de migração são expressões da redefinição e, ao mesmo tempo, da reprodução da estrutura social no Brasil.

Conclui-se, então, que as causas imediatas das migrações apontadas inscrevem-se no campo da produção[21], o que torna difícil entender os fluxos migratórios na perspectiva de alívio de tensões sociais. Deste modo, coloca-se, de um ponto de vista teórico, o imperativo de interpretar as migrações também como processos históricos que contribuem para a reprodução da ordem social.

Os deslocamentos e as migrações devem ser considerados como fenômenos espaciais e, ao mesmo tempo, sociais. Constituem rituais de passagem que conjugam espaços, tempos e ordenamentos sociais diferentes.[22] Deste modo, passado e presente, campo e cidade, arcaico e moderno tornam-se dificilmente separáveis. Contudo, não constituem movimentos ou processos lineares. Se há um deslocamento – êxodo - forçado de determinadas regiões para outras, também há um desenraizamento das concepções que conferiam sentido ao universo de origem e tentativas de enraizamento no universo de destino. Para os grupos sociais em movimento, os deslocamentos comportam a tradução de linguagens, de regras, de sistemas de referência. Aquilo que valia num determinado âmbito não pode ser transferido automaticamente para outro. Regras, linguagens e sistemas de referência que antes funcionavam não são mais aplicáveis às situações mudadas. De forma paradoxal, aquele que, de um certo ponto de vista, pode ser interpretado como um processo de

[20] Estes fenômenos são ideologicamente construídos como se atingissem e redefinissem indistintamente e de forma igualitária áreas geográficas, povos, grupos e classes sociais. Na realidade, constituem processos fundados em desigualdades decorrentes da expropriação e alienação e que se movem de forma desigual, ou sejam, recriam em outros níveis e em outras esferas desigualdades geográficas e sociais. Os setores das classes subalternas ficam mais expostos às desigualdades. Deste modo, em nome de processos aparente e ideologicamente igualitários são reproduzidas as condições de submissão das classes subalternas.

[21] As duas ordens de fatores apontadas por Singer inserem-se no que pode ser definido como a concepção desenvolvimentista da sociedade nacional. Seria possível pensar nos mesmos fatores numa fase de esgotamento do projeto desenvolvimentista? Ou haveria um desenvolvimentismo redefinido? Se não for o processo de modernização – relação capital-trabalho – a produzir os deslocamentos, a que eles seriam devidos? Trata-se de simples indagações destinadas a ficar sem respostas, uma vez que nos levariam para outro campo de investigação.

[22] MELUCCI, Alberto. **Passaggio d'epoca: il futuro è adesso**. Milano: Feltrinelli, 1994.

fragmentação das tradicionais unidades sociais, numa outra perspectiva, articulada com a primeira, pode ser concebido como um movimento de configuração, em outro nível, da unidade social. Com efeito, os espaços e os grupos sociais são integrados ao mesmo processo de socialização, à mesma unidade social. É a partir desta unidade que os espaços e grupos humanos são redefinidos, (re)conformados.

Os processos migratórios articulam tempo e situações diferentes, mas não reproduzem os tempos e as situações com o mesmo caráter do passado. Passado e presente, tradicional e moderno se constituem e, portanto, se redefinem reciprocamente. Neste sentido, imaginar que o moderno poderia liquidar com o tradicional ou que formas tradicionais de vida poderiam ser reproduzidas no presente da mesma forma e com o mesmo conteúdo do passado, como se o moderno não operasse nas novas configurações, constitui um equívoco metodológico e interpretativo. Seria como se tradicional e moderno existissem enquanto produtos acabados e autônomos. Na mutua relação há tensão e também cumplicidade. Nos assentamentos, por exemplo, são reinventadas e mobilizadas formas tradicionais de unidades sociais para viabilizar e dinamizar a modernização da produção agrícola.[23]

Partindo do pressuposto de que os processos migratórios objetivam e, por conseguinte, obedecem a reordenamentos espaciais, sociais, econômicos e políticos, ainda que as necessidades econômicas apareçam como determinantes primários, infere-se que não são fenômenos que resultem da livre e soberana vontade de quem, na realidade, é posto em movimento. Com isso, os migrantes não são despojados de sua vontade política e não deixam de ser sujeitos. Com efeito, conforme ressaltado, seus deslocamentos adquirem uma dupla direção e, por conseguinte, assumem um caráter ambíguo. Objetivam, simultaneamente, o passado e o futuro. Os migrantes procuram recompor formas de sociabilidade tradicionais e, a um só tempo, buscam se integrar aos novos ordenamentos sociais. Mesmo na ambigüidade, portanto, são sujeitos que redefinem as configurações sociais das áreas de origem e favorecem o desenvolvimento das regiões de destino[24]. Salientar o caráter de atores dos migrantes é uma forma de se precaver da tendência analítica de considerá-los desprovidos de vontade própria e de força política, sobretudo quando as interpretações concebem os fluxos

[23] É o caso do PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que ainda trabalha com o conceito de família enquanto unidade produtiva no interior de uma ordem social regulada pelo mercado.
[24] Correa fala de binômio entre migração e desenvolvimento regional. CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Migração e a (re)construção do capital social: um dilema ao desenvolvimento regional**. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, s/d. Mimeo. Navarro aponta para a dinamização econômica dos municípios onde os projetos de assentamento são implantados. NAVARRO, Zander. "Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, MST e a reforma agrária"; *in* **São Paulo em Perspectiva**, vol. 11, n° 2, abr. – jun. 1997.

migratórios como determinações estruturais.[25] As narrativas históricas podem, às vezes, contribuir para naturalizar as migrações. É o caso da associação entre as secas do Nordeste e as migrações dos nordestinos. Como assinala Guillen, "a vinculação direta entre seca e migração (sendo a última conseqüência da primeira) mascara o fato de que a transumância se constitui num dos traços mais característicos das populações de homens livres e pobres por todos os 500 anos da nossa história. Emblemático dessa questão é o conto de Guimarães Rosa, *Terceira Margem do Rio*, onde um personagem não se situa em nenhuma margem, mas também não vive à margem, e sim no vai e vem das águas".[26]

A reconstituição dos percursos dos moradores de Canudos e assentados de Nova Conquista mostra que suas origens não representam necessariamente um indicador preciso da direção de seus movimentos migratórios. Campo e cidade podem constituir-se, sincronicamente, em *locus* de origem e de destino. Infere-se, então, que o problema das migrações é social mais do que propriamente espacial. As migrações, dentro da cidade e no interior do campo, resultam de estruturas sociais excludentes, urbanas e rurais. Por isso, o que está em causa é a estrutura social e não os deslocamentos, que são derivações. Contudo, enquanto produtos[27], os deslocamentos contribuem para desvelar a estrutura social. Deste modo, como ressalta Martins, o caráter das migrações é essencialmente social: "Os problemas que aparecem não são relativos à migração de um lugar a outro, mas são relativos aos empecilhos à migração de uma posição social a outra no interior da sociedade. É o estreitamento das possibilidades de ascensão social. (...). Talvez devemos entendê-las como deslocamentos sociais que se tornam problemáticos para o próprio ser humano quando esses processos ocorrem em sociedade que estão passando por demorado período de estreitamento das oportunidades de vida, como a nossa. É preciso pensar no deslocamento social que existe no interior

[25] "Migrar, portanto, tem sempre um sentido ambíguo – como uma imposição das condições econômicas e sociais ou ambientais – e, nesse caso, ela aparece no mais das vezes como um dos mais fortes elementos que explicariam uma destinação do ser nordestino, mas também como uma escolha contra a miséria e a pobreza da vida no sertão. Migrar é, em última instância, dizer não à situação em que se vive, é pegar o destino com as próprias mãos, resgatar sonhos e esperanças de vida melhor ou mesmo diferente. O problema está no fato de que numa vasta produção discursiva, retirou-se do migrante a sua condição de sujeito, como se migrar não fosse uma escolha, como se ele não tivesse vontade própria. Migrar pode ser entendido como estratégia não só para minimizar as penúrias do cotidiano, mas também para buscar um lugar social onde se possa driblar a exclusão pretendida pelas elites brasileiras através de seus projetos modernizantes". GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica**. Fundação Joaquim Nabuco. Trabalho para discussão n° 111, agosto 2001.

[26] GUILLEN, Isabel Cristina Martins. O*bra citada*.

[27] Evidentemente, os produtos de processo histórico contribuem para configurar e redefinir a própria estrutura social.

do deslocamento espacial, isto é, pensar nos fatores propriamente sociais, culturais e políticos embutidos no processo de migração".[28]

Assim, as migrações hoje devem ser entendidas no cenário amplo e complexo de re-configuração da ordem social e, embora as determinações econômicas continuem operando de forma intensiva e em escala ampliada, as interpretações não podem ficar reféns da estrutura econômica.
Como salientado, os deslocamentos assumem variadas direções e envolvem múltiplos atores. Com efeito, neles atuam Estado, empresas, legisladores, forças de repressão, entidades e organizações defensoras dos direitos humanos e os próprios migrantes. "Por isso as tensões são freqüentes e os interesses conflitantes. A constante mobilidade humana faz esses atores desempenharem papéis variados, divergentes e às vezes contraditórios".[29]

Canudos e Nova Conquista mostraram que as direções dos deslocamentos são: campo – cidade, cidade – campo, campo – campo e cidade – cidade,[30] e que os movimentos migratórios decorrem e são funcionais aos processos de reconfiguração da sociedade e não apenas da modernização de alguns setores da produção, como pode ser o caso da agricultura – êxodo rural. O esgotamento de específicos modelos de desenvolvimento e a redefinição das relações capital e trabalho tornam precárias as condições de vida de parcelas da população nos centros urbanos e industriais. Com isso há um deslocamento, ainda que menos acentuado e, de certa forma, incipiente, de moradores urbanos para o campo. A busca de condições de vida determina e, às vezes, regula os movimentos migratórios. Assim, se de um lado é possível reconhecer em todos os moradores e assentados a condição de migrantes, do outro constata-se uma multiplicidade de direções / destinos articulados pelo movimento de um único e unitário processo social. Enquanto os destinos dos migrantes não dependem de suas vontades, as configurações dos espaços físicos e sociais obedecem aos ordenamentos impostos pelo movimento do capital.

---

[28] MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. Citação p. 133.
[29] GONÇALVES, Alfredo J. "Conclusões do seminário "Migrações: Exclusão ou Cidadania?". Agência de Informação Frei Tito para a América Latina. Fortaleza, outubro de 2003.
[30] "Ao contrário do que ocorreu nas migrações campo / cidade de períodos anteriores, a mobilidade tende agora a ser interurbana, ou seja, as pessoas se mudam para novas áreas de desenvolvimento econômico, criadas pelas manufaturas de exportação". ROBERTS, Bryan R. "A dimensão social da cidadania"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**; nº 33, ano 12, fev. 1997.

À guisa de ilustração, retomando os processos migratórios dos agentes que compõem as unidades sociais estudadas, temos:

Origens rurais e destinos diferenciados:

> *Nasci no interior. Meus pais eram agricultores e viviam trabalhando em terras dos outros. Lá o sistema de roça era pagar o foro. Naquele povoado moravam por volta de cem famílias e a maioria trabalhava em terras dos outros. Eu também trabalhei na roça até os quatorze anos e depois vim para São Luis. A oportunidade de estudar no interior foi pouca. Eu só fiz a quarta série.*
>
> [Sebastião - Canudos]

> *Toda vida meu povo trabalhou na roça. Meu pai plantava mandioca, arroz, algodão, milho; de tudo plantava na roça. Ele tinha que botar roça grande porque a família era grande. A terra lá não tinha dono; não era como agora que todo mundo tem um pedaço de terra para trabalhar, como eu mesma tenho. Lá a terra era voluntária; todo mundo botava roça do tamanho que quisesse e onde quisesse. Lá a terra era livre*.
>
> [Benedita – Nova Conquista]

Origens urbanas e destinos diferenciados:

> *A minha família é daqui, de São Luís. Meus pais viviam de lavoura; plantavam mandioca e faziam farinha num terreno lá onde hoje existe um conjunto. Mais tarde o pai passou a pescar e vender peixe, que a família era grande. Quando ele faleceu eu, com onze anos de idade, fui trabalhar para ajudar meus irmãos e a minha mãe, porque éramos pobres. Ainda somos pobres. Passei a minha vida toda trabalhando*.
>
> [Francisca - Canudos]

> *Nasci e me criei em São Luís. Concluí o primeiro grau e parei de estudar porque consegui arrumar um emprego como atendente de telefone. De lá fui trabalhar numa rede de energia elétrica fazendo desmatamento e puxando a energia de um município a outro no interior do estado. Depois voltei novamente para São Luís e trabalhei um*

tempo numa empresa que prestava serviços para outros. Terminadas as obras fomos dispensados. Então mudei para Açailândia. De lá fui para o Pará, onde passei uns seis meses. Voltei novamente para Açailândia e fui trabalhar na SUDAM[*]*. Depois fui para Imperatriz e de lá vim pra cá, para este assentamento onde estou localizado hoje*.

[Pedro – Nova Conquista]

A partir dos registros assinalados, é possível perceber que as origens dos depoentes são similares e os destinos diferentes. Os deslocamentos em direção a Canudos e Nova Conquista não foram planejados nem resultaram de deliberações individuais. Por isso, como acentuado, membros de uma mesma família podem, em teoria, estar simultaneamente nos dois assentamentos. Apreendidos no contexto de redefinição da ordem societária, os deslocamentos revelam que, na realidade, existe similaridade também em relação ao local de destino. Em primeiro lugar por não ter sido escolhido pelos assentados e, num segundo momento, pela sua integração ao movimento de reconfiguração da sociedade que, como salientado, produzirá novos deslocamentos físicos e sociais. Deste modo, os espaços dos assentamentos assumirão, redefinidas, algumas características dos lugares de origem e, com isso, ocasionarão novos deslocamentos de parcelas de assentados. Em vez de se configurarem como espaços de integração, se instituirão como espaços de novas exclusões.[31] Deste modo, os motivos das migrações resultam da não realização da inclusão que nega ou transfere para outro espaço a possibilidade da ascensão e integração social. Conclui-se, então, que as exclusões e as desigualdades estão inscritas na estrutura social. Constituem o processo de conformação e reprodução da ordem social e não são elementos secundários, desvios ou anomalias. Espaços geográficos, grupos e classes sociais se (re)configuram em consonância com um movimento unitário do social.

A duração da migração, ou as etapas interpostas entre o local de origem e de assentamento, contribui para caracterizar os deslocamentos e as possibilidades de permanência ou desistência no novo espaço físico e social. Partindo dos dados empíricos de que muitos dos assentados já não estão nos assentamentos[32], pode-se inferir que processos de deslocamento e tentativas de fixação anteriores

[*] Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

[31] "A exclusão, de que as migrações são um momento fundamental, deixa de ser temporária e se torna um modo de inserção social degradada". MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. Citação p. 149.

[32] Mais de 30% do total quanto ao assentamento Nova Conquista até o mês de abril de 2002. Em relação a Canudos, não dispomos de dados precisos uma vez que a questão não foi contemplada na pesquisa quantitativa. Baseados nos depoimentos de vários moradores, é possível supor que os desistentes representariam entre 30% e 50% do total inicialmente assentado. A nova configuração do bairro a partir de um processo de desenvolvimento mais intensivo reforça a idéia da substituição de assentados mais expostos a situações e condições de pobreza por outros mais competitivos.

tenham se resolvido da mesma forma e com as mesmas características estruturais dos atuais assentamentos.[33] Isso permite formular a hipótese de que os deslocamentos são funcionais à ordem social e favorecem a reprodução da estrutura social. Neste sentido, a funcionalidade se torna estrutural, ou seja, os deslocamentos resolvem-se em novos deslocamentos. Constituem determinantes do processo de permanente ocupação e redefinição dos espaços físicos e sociais cujo movimento é regulado pela lógica de expansão extensiva e intensiva do capital.

A articulação e associação entre a excludência e as migrações está inscrita e constitui este processo. As dificuldades de integração provocam as migrações e estas favorecem a reprodução da estrutura social que integra de forma desigual. Resulta, então, que a maioria dos assentados vem de sucessivas migrações, o que é um indicador de que haverá outras.[34]

> *Meu pai saiu do interior e levou a família para Bacabeira e depois para Zé Doca, onde ficou trabalhando um tempo. Lá ele não trabalhava em terra própria; morava nas casas dos outros e trabalhava nas terras dos outros. Mais tarde foi para Maracaçumé, onde conseguiu um pedaço de terra. Depois de pouco tempo teve que vender o lote e voltou de novo para Zé Doca e de lá foi para Cajueiro. Na época em que casei eu fui morar por conta. Quando separei do primeiro marido voltei para Zé Doca. Antes de vir para cá, porém, andei por muitos lugares. Fui para Marabá, morei dois anos em Paragominas porque o meu segundo marido trabalhava numa serraria.*

[33] "Empregando uma linguagem metafórica, a migração representa um 'desplante' (= desenraizamento) de um indivíduo ou grupo sem garantias de implantação no novo espaço social. A perda total ou parcial dos antigos laços sociais e a dificuldade em construir novas redes de sociabilidade podem deixar o migrante 'desplantado' por um tempo indeterminado. A superação dessa situação intermediária do transplante depende, entre outros fatores, das condições subjetivas e materiais do migrante. Essa situação pode se tornar crônica em função de obstrução no processo de integração, pois os riscos de que a transplantação não tenha sucesso são grandes devido às precárias condições de absorção da sociedade acolhedora regional e pelo baixo capital global dos migrantes em geral. Assim, o processo de 'enraizamento' no novo meio social pode ter longa duração e dependerá do curso do processo de integração social do migrante". CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Migração e a (re)construção do capital social: um dilema ao desenvolvimento regional**. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, s/d. Mimeo.

[34] Ao constatar um alto índice de *reimigração* nos movimentos populacionais ocorridos até a década de 70, as hipóteses interpretativas apontadas por Martine e Peliano foram: a) *migração por etapas,* que consiste numa gradual e progressiva aproximação dos centros urbanos por parte dos migrantes de origem rural. Trata-se de uma espécie de ressocialização progressiva; b) *baixíssimos níveis de renda de consideráveis segmentos da população*, fatores que induziriam a sucessivos deslocamentos por parte dos migrantes em busca da sobrevivência econômica; c) *alta funcionalidade da migração para o sistema produtivo vigente*, no sentido que gera um excedente de mão-de-obra nos centros industrializados e propicia altas taxas de crescimento econômico com reduzidos custos de trabalho; d) *diferenças funcionais e de nível de renda entre "migrantes" e "naturais*"; e) *diferenças por tempo de residência*, ou seja, na medida em que aumenta o tempo de residência de migrantes em determinada localidade, há uma tendência de melhora nas suas condições sociais e econômicas. MARTINE, George e PELIANO, José Carlos P. **Migrantes no mercado de trabalho metropolitano**. Brasília: Instituto de Planejamento Econômico e Social, Instituto de Planejamento, 1978. Série Estudos para o Planejamento, n° 19.

Depois separei novamente e fui embora para Zé Doca com os meninos. Passei três anos lá e então vim para cá, para São Luís, para a casa de uma filha. Naquele tempo eu trabalhava de empregada nas casas dos outros. Fiquei por lá um tempo e depois fui morar de aluguel até quando surgiu essa ocupação e eu entrei para poder adquirir um lugarzinho para mim. Aí eu entrei no movimento e, graças a Deus, venci e hoje estou debaixo da minha casinha.

[Sandra - Canudos]

Eu nasci em Graça Aranha e quando ainda era pequeno a família foi para Lagoa Verde. Depois de um tempo mudamos de novo e fomos para Trecho Seco, onde ficamos por quatorze anos. A minha família sempre tinha morado no interior e trabalhado na roça, mas sempre na terra dos outros. Fui morar na cidade quando a família deixou Trecho Seco e se mudou para Açailândia. Como na cidade não tínhamos terra e trabalhar no terreno dos outros ficava ruim, compramos um carrinho velho e fomos lutando vendendo verdura, melancia, essas coisas. Foram vários anos de vida assim. Quando ficamos sabendo que o pessoal estava lá no acampamento porque queria terra, fomos para lá e conseguimos essa terra aqui.

[Sebastião – Nova Conquista]

Cada trajetória histórica contém suas próprias peculiaridades. Contudo, há algo em comum[35] em todas elas: os lugares de origem e destino e as formas como os processos se dão. Aquilo que nos depoimentos aparece como deslocamento individual / familiar constitui, na realidade, um processo amplo de readequação de espaços geográficos, pessoas, grupos e classes sociais a novas configurações econômicas sociais e políticas em escala ampliada. Constitui um movimento complexo e abrangente – totalizador – que, caracterizado pela ambigüidade e contradição, expulsa, redefine e rearticula para, mais adiante, expulsar, redefinir e rearticular novamente camponeses, arrendatários, posseiros, meeiros, trabalhadores do campo e das cidades, desempregados, sem-teto, sem-terra e assentados, entre muitos.[36] Não se trata de um movimento linear entre dois pontos previamente

[35] Telles destaca o "caráter itinerante do trabalhador rural brasileiro, que busca escapar, pela migração, às relações de mando e subserviência, mas termina por contribuir para aprofundar desigualdades sociais". TELLES, Vera. "Cultura da dádiva, o avesso da cidadania"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**; nº 25, ano 9, jun. 1994. Se verdadeira, a hipótese permitiria afirmar que as migrações são deliberações dos trabalhadores rurais realizadas a partir de uma consciência política que os levaria a recusar a estrutura social de base patrimonial ainda persistente no Brasil, sobretudo no Nordeste.
[36] MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

definidos e, por conseguinte, voltado para um horizonte histórico de integração igualitária de indivíduos, grupos, povos e classes sociais.[37] Fundado na expropriação e alienação, o movimento de (re)configuração da sociedade deve produzir formas sociais e políticas capazes de articular e administrar as desigualdades de tal modo que não ameacem, emperrem, bloqueiem ou revolucionem a ordem social instituída.[38]

Analisado nesta perspectiva, é possível também afirmar que os sem-teto e os sem-terra investigados se tornam atores, movimento e classe social ao longo dos processos migratórios que comportam desenraizamento e novos enraizamentos, desagregação e (re)agregação, exclusão e (re)inclusão. Enquanto unidades – sem-terra, sem-teto, acampados, assentados, entres outras – passam a existir neste processo. Portanto, os deslocamentos e as migrações estão inscritos no movimento de redefinição da ordem social e, conseqüentemente, têm causas estruturais.[39] Transformam e rearranjam indivíduos, famílias, comunidades, grupos e classes sociais de acordo com a lógica de movimento do capital e conseqüente redefinição do social.

Desta maneira, como ressaltado, a seqüência de deslocamentos dos grupos investigados mostra que as migrações são funcionais ao reordenamento e integração de regiões e grupos sociais ao processo de construção da unidade social determinado e regulado pelo capital. Por isso, não tem sentido analisar os deslocamentos como expressão de deliberações individuais ou familiares. São fatores de reorganização e rearticulação societária que estão na base e regulam os fluxos migratórios. Nesta perspectiva Singer afirma: "se a unidade migratória deixa de ser o indivíduo para ser o grupo, também deixa de ter sentido investigar-se a migração como um movimento de indivíduos num dado período entre dois pontos, convencionalmente considerados como de origem e de destino. Quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino. É o **fluxo**

[37] Melucci escreve: "Viemos de uma cultura segundo a qual a história se apresentava como um desenho encaminhado rumo a um fim e o momento presente tinha apenas o valor de um ponto instrumental de passagem. A ação no presente encontrava o seu sentido em relação ao resultado final perseguido à luz deste: as teorias liberais do progresso e as teorias marxistas da revolução têm em comum este paradigma. Nas sociedades post-industriais nas quais a mudança se torna a condição cotidiana da existência, o presente adquire um valor inestimável. A história, portanto a possibilidade de mudança, não é orientada por fins últimos mas por aquilo que acontece já hoje". MELUCCI, Alberto. **Passaggio d'epoca: il futuro è adesso**. Milano: Feltrinelli, 1994. Citação p. 88.

[38] Castel define a "questão social" como "uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência". CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes - Coleção Zero à Esquerda, 1998. Citação p. 30.

[39] TILLY, Charles. "Transplanted Networks"; *in* McLAUGHLIN, Virginia (ed.). **Immigration reconsidered: history, sociology and politics**. New York: Oxford University Press, 1990.

migratório originado por determinados fatores estruturais, que determinam o seu desdobramento no espaço e no tempo, o primeiro objeto de estudo".[40]

Os fluxos migratórios redefinem permanentemente os espaços físicos, sociais, as bases e os processos construtores da identidade de indivíduos, grupos e classes sociais em movimento. A necessidade de novos deslocamentos após cada tentativa de fixação mostra que a mobilidade espacial, usualmente concebida como movimento de integração e ascensão social, não se resolve necessariamente em termos de ascensão e inclusão social. Tendo em vista que os espaços geográficos, os grupos e as classes sociais se constituem e se redefinem recíproca e articuladamente, as desigualdades intrínsecas ao movimento do social são estruturais e não marginais. Aparecem em sua forma objetivada, ou seja, enquanto produtos sociais. Na realidade, são relações sociais e, como tais, constituem o processo de construção e regulação do social. Desta feita, os assentamentos, imaginados e projetados como espaços de integração, fixação, inclusão, igualdade e dignidade de vida, enfim, como *locus* de emancipação, resolvem-se em conformidade com a lógica do movimento do social e regulados por ela. Conseqüentemente, geram diferenciações, tensões, estranhamentos, ambigüidades, desigualdades e conflitos. É neste processo que se constrói a unidade social. E é a partir desta unidade que conceitos como o de exclusão não são apropriados para interpretar a realidade social.[41] Conclui-se, então, que a integração e a inclusão social não dependem exclusivamente do espaço físico ocupado ou conquistado, uma vez que todos os lugares se tornam o espaço articulado e regulado pelo movimento da ordem social. Neste sentido, as formas de exclusão e reprodução das desigualdades se expressam inclusive na não realização do espaço físico como fator determinante da inclusão e integração social, ou seja, a terra e a casa, enquanto lugar de vida e trabalho, convertem-se em propriedade do capital sem transformar necessariamente os assentados em capitalistas. Em outras palavras, não se comutam em propriedade para os assentados, mas para o capital. Nestas condições, parcelas significativas dos assentados – pode-se falar de fluxos - são obrigadas e deixar os assentamentos e retomar os deslocamentos. Geralmente, as explicações alegadas pelas interpretações dominantes enfatizam as dificuldades individuais de adaptação, acomodação e competição dos assentados. Deste modo, as desistências são interpretadas como deliberações individuais. Na verdade, constituem mecanismos que visam acobertar as tensões, contradições e desigualdades da estrutura social dominante.

---

[40] SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 10a. edição. São Paulo: Brasiliense, 1985. Citação p. 52.
[41] MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. **A sociedade vista do abismo:novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

A funcionalidade das migrações

Os percursos da maioria dos moradores de Canudos e dos assentados de Nova Conquista contemplam sucessivos deslocamentos. De um modo geral, nasceram em áreas rurais; expulsos de seus lugares de origem[42], migraram para a periferia de povoados, para os centros urbanos ou para outras áreas agrícolas. Os que permaneceram no campo foram mudando de uma região para outra e os que foram para os centros urbanos continuaram se deslocando de um bairro para outro. Houve uma primeira agregação nos acampamentos - Maranhão Novo e Itacira - e, finalmente, com a chegada em Canudos e Nova Conquista deram início à construção material e social do bairro e do assentamento. Tudo levaria a pensar que a partir deste momento o processo não sofreria maiores alterações ou bloqueios e fluiria para a progressiva construção de unidades sociais integradas. Todavia, os dados levantados e as experiências de outros bairros e assentamentos, assim como as análises dos processos de redefinição dos espaços da cidade e do campo, mostram que na medida em que uma determinada área alcança certo grau de desenvolvimento, parcelas de moradores são substituídas por outras, mais integradas aos novos ordenamentos socioeconômicos. Desta forma, setores das classes subalternas que contribuíram para o desenvolvimento e a integração daquela área são realocados por uma lógica integradora que não os integra. Trata-se da duplicidade e ambigüidade da socialização dominante que integra desintegrando, inclui excluindo.

A mobilidade, que se transformou em instabilidade, opera no sentido de desestruturar qualquer forma mais consistente de organização social das classes subalternas. Por isso a mobilidade espacial e social destes setores da população tem também fortes conseqüências nas suas formas de organização e representação. Resulta, então, que as formas de socialização ensejadas pelos movimentos sociais oriundos das classes subalternas acabam não se resolvendo da forma imaginada ou programada. Os bloqueios ou redirecionamentos decorrem da mobilidade espacial e social daqueles agentes sociais determinados por uma rígida estrutura social, configurada e regulada em consonância com os interesses dominantes, que não permite a formulação de novos espaços públicos. Não se trata, portanto, de uma questão de competência ou incompetência daqueles movimentos sociais, uma vez que estão submetidos ao domínio da ordem instituída.

É no âmago desta interpretação que ganha força a hipótese da ambigüidade e fragilidade dos movimentos sociais oriundos das classes subalternas. Eles não podem ser considerados e analisados a

[42] Neste momento não estão em questão as causas nem as formas de expulsão.

partir de uma suposta autonomia operativa. Também não podem ser apreendidos apenas a partir de suas mobilizações – ações sociais – ou dos resultados alcançados. São partes constitutivas do social e, neste sentido, resultam de seus movimentos e configurações. Ao mesmo tempo, contribuem para fecundar, dinamizar, imprimir movimento e redefinir a ordem social. Conclui-se, por conseguinte, que as formas de socialização ensejadas por setores daquelas classes sociais e que apontam para processos de maior inclusão, integração e igualdade social, processos, portanto, que redefinem a natureza da sociabilidade, são constantemente bloqueadas ou redirecionadas pela rígida estrutura social instituída no Brasil.

Nos relatos dos assentados de Nova Conquista há uma associação evidente entre a redefinição de determinadas formas de ocupação da terra – posseiros, meeiros, arrendatários, pequenos proprietários e outros - e de produção agrícola – cultivo tradicional e esgotamento do solo, "terras cansadas" – e os deslocamentos. Deste modo, a terra se torna simultaneamente fator de atração e de expulsão, dependendo do tipo de relação predominante que ela assume. As propostas de modernização da produção agrícola redefinem e até expulsam formas tradicionais de ocupação e cultivo. Mediados pelos financiamentos e pelos técnicos agrícolas que redefinem as formas de produção e reorientam ou substituem determinados tipos de cultura, os assentados, antigos posseiros, meeiros, arrendatários ou outros, são introduzidos num outro universo produtivo que redefine a própria produção do social. A terra, a produção, a família, os vizinhos, a vila, a associação, o mercado, tudo ganha outro sentido.

Em Canudos, a divisão espacial e social dos bairros, no contexto da cidade, está relacionada às condições materiais e de classe de indivíduos e grupos sociais. São estas que agregam os sem-teto no acampamento e no assentamento respectivamente. Na cidade, os mediadores agem mais disfarçadamente. Trata-se dos poderes públicos que traçam o perfil arquitetônico e social do bairro, além de regular e controlar o processo de desenvolvimento material e humano.

Pelo caráter dos processos – as duas unidades são constituídas por sem-terra e por sem-teto respectivamente – o raciocínio lógico levaria a inferir que os assentamentos se configurariam como espaços de socialização e integração de indivíduos e grupos sociais que, inicialmente, não possuíam condições de compra. Como a ordem dominante é regulada pelo contrato, o acesso aos lotes urbanos e rurais mediante a política de assentamento representaria, de certa forma, a negação do princípio que institui a compra como critério de apropriação e distribuição dos bens materiais. Quando relacionada ao princípio da compra, a "doação" pode ser interpretada como uma forma paternalista e desigual de

regulação social e política. Se analisadas separada e autonomamente, ou seja, descoladas do movimento histórico, as políticas distributivas parecem negar o contrato e tornar relativa a ordem competitiva. Com efeito, se todos têm acesso aos bens materiais – mercadorias - mediante a compra, não seria injusto favorecer determinados grupos sociais desrespeitando a norma geral? A tese aqui sustentada é que não há desrespeito daquele princípio geral e as políticas de assentamento operam na ambigüidade entre a ação distributiva e o mercado, permitindo a este último regular o processo. Deste modo, o que é apresentado como política distributiva no processo não se resolve em termos igualitários e integradores, visto que predomina a regulação do mercado. Com efeito, a simples permissão de acesso às terras urbanas e rurais sem a mediação da compra não transforma os assentados em proprietários nem em integrados. Estes, contudo, permanecem num espaço físico e social caracterizado pela ambigüidade: imaginam ser proprietários sem, de fato, sê-lo. É o processo articulado de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que institui e reproduz a propriedade. Regulado pelas exigências de movimento do capital, isto é, pelo mercado, o processo que institui a propriedade também (re)cria as condições de expropriação de parcelas de assentados, obrigando a novos deslocamentos. O princípio da competitividade está restabelecido e o dos deslocamentos também.

Pelo exposto, outra questão que se coloca é quanto às reais possibilidades de inclusão e integração de setores da população submetidos a uma permanente mobilidade espacial numa sociedade fundada na propriedade e regulada pelo mercado. Sendo estes os determinantes da integração, migrações estruturalmente produzidas e inclusão são compatíveis? Não haveria a necessidade da fixação e da instituição da propriedade para que esta produza a integração? Como construir relações capazes de configurar e consolidar uma identidade individual, de grupo e social no contexto de reiterados deslocamentos? A migração provoca uma ruptura com as bases sociais instituídas e coloca o migrante num movimento de transição em vista de uma nova institucionalização. Cria problemas e dificuldades sociais, econômicas, políticas, culturais e afetivas.[43]

A análise dos acampamentos mostrou que os grupos e as classes sociais em movimento são geralmente considerados uma ameaça à ordem instituída por parte dos assentados proprietários. A lógica da propriedade transforma o outro numa ameaça, sobretudo quando este não possui

[43] Uma questão importante a ser aprofundada poderia ser a do sofrimento - enquanto problema social e não apenas individual – decorrente das migrações que rompem com as bases sociais originárias e colocam as pessoas deslocadas em contextos e situações de desvantagem.

propriedade e, portanto, não tem, na sociedade, um lugar demarcado.[44] Uma vez assentado, continua discriminado por causa da forma incomum de acesso à terra / lote associada e decorrente das suas condições anteriores. Ressalte-se que os sem-terra e os sem-teto continuam sendo assim considerados mesmo após o assentamento. É a lógica da dádiva e do favor que impede que o outro, o pobre, as classes populares se tornem atores sociais, sujeitos de direitos. Deste modo, a terra recebida como presente torna-se um marco regulador das identidades e das formas de sociabilidade.

Enquanto sujeitos políticos, os movimentos dos sem-terra e dos sem-teto desvendam a estrutura material e ideológica dominante fundada na propriedade, rural e urbana e, com suas mobilizações, ameaçam permanentemente a ordem instituída. Esta, ao descaracterizar e transformar suas lutas, cria mecanismos que visam tornar invisíveis, senão deslegitimar, aquelas lutas sociais, mesmo reconhecendo a pertinência das questões postas. Deste modo, à medida que, ao longo do processo, os movimentos são incorporados à lógica e dinâmica da estrutura social predominante, suas ações assumem outro sentido. Perdem o caráter que inicialmente visava revolucionar a persistente estrutura social e tornam-se reformadoras. [45] Neste processo, reproduzem e redefinem tensões, conflitos, contradições e desigualdades que estavam na origem de seu surgimento.

Num contexto de deslocamentos reiterados, determinados pela necessidade de (re)configuração de espaços e grupos sociais à ordem dominante, os assentamentos se apresentam como propostas de fixação. Contêm a possibilidade de redefinição da ordem social que produz os deslocamentos. Deste modo, entendidos em suas dimensões espaciais e sociais, representam o *locus* da integração e emancipação social. Por causa disso, são vistos como caminhos de realização do sonho igualitário. O próprio gesto político de arrecadar e disponibilizar o espaço físico – política distributiva – para a sua criação é considerado o ato fundador de ordenamentos sociais mais justos e equânimes.

Entretanto, como demonstrado, a análise dos processos sociais em curso em Canudos e Nova Conquista mostra que não é esta a lógica prevalecente. Os critérios de justiça e equidade não se instituem nem operam como princípios reguladores – normativos – da sociabilidade. Com efeito,

[44] ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
[45] Daí a necessidade de reconstituir os processos sociais. Com efeito, o caráter e o sentido dos movimentos sociais não residem na vontade política de seus membros, nas mobilizações ou nas palavras de ordens, mas nas configurações societárias nas quais surgem e contribuem para redefinir. Portanto, estão nos processos sociais e não nos movimentos em si. Fundamenta-se neste princípio – produto de processos analíticos – a assertiva que os movimentos sociais não existem nem podem ser estudados como se configurassem fenômenos ou constituíssem entidades providas de autonomia e sentido próprio.

importa relembrar que os projetos são criados tendo em vista[46]: a) solucionar distorções e aliviar tensões sociais distribuindo terra no campo e na cidade; b) absorver setores das classes subalternas em condição de risco, integrando-os ao processo de produção dominante e; c) reordenar espaços físicos e sociais conformando-os às necessidades de reprodução e expansão do mercado. Articulados, os objetivos têm por fim recompor a unidade social, ameaçada por tensões, antagonismos e desigualdades, promovendo uma readequação integradora do território e dos grupos sociais à proposta de unidade nacional. Considerados nesta perspectiva, portanto, os assentamentos representam processos que redefinem e rearticulam espaços, tempos, grupos e classes sociais às exigências de expansão do capital e aos novos ordenamentos sociais e políticos que resultam desse movimento. Com isso, as desigualdades que deviam ser equacionadas com sua instituição, são recriadas intensiva e extensivamente. Os espaços e os grupos sociais são integrados a uma unidade orgânica e as tensões, conflitos e desigualdades, reproduzidos em outro patamar.

As transformações das relações de produção agrícola em curso em Nova Conquista tornam a "produção" uma questão central do processo de socialização. Enquanto o movimento dos sem-terra e as mobilizações no acampamento colocavam a questão da reprodução como uma dimensão central, a forma como o assentamento se resolve reconduz o processo ao campo da produção. A grande distinção consiste no fato de que a produção é determinada e regulada pelo movimento do mercado e, portanto, pela lógica do capital, ao passo que a reprodução está inscrita no âmbito do social e do político.

Canudos, uma vez que os moradores não vivem de atividades agrícolas, mas dependem de oportunidades de troca de trabalho por salário, evidencia a dificuldade, senão a impossibilidade, de o trabalho assumir uma relação central no processo de construção da identidade por parte dos grupos sociais submetidos a sistemáticos deslocamentos. Não é que o trabalho não seja considerado importante pelos moradores.[47] Pelo contrário, há unanimidade em atribuir-lhe o poder de superação da pobreza, da humilhação e da dependência. O que está em causa são suas mediações, que se traduzem concretamente em instabilidade, formas de humilhação, favores, submissão a serviços

[46] Trata-se de objetivos que fundam a política de assentamento no país e não apenas de peculiaridades dos projetos investigados. Estando inseridos na redefinição da questão social, os assentamentos analisados permitem decifrar o caráter daquelas mudanças.

[47] "A integração social dos migrantes depende de uma constelação de fatores, dos quais se destaca a inserção no mercado de trabalho. As ocupações exercidas pela maioria dos migrantes acusam o predomínio de atividades manuais com baixa remuneração e sem muitas garantias legais. Além da falta de qualificação profissional da maioria dos migrantes, a quantidade e a qualidade da oferta de emprego no atual mercado de trabalho local têm dificultado a integração social dos migrantes". CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Migração e a (re)construção do capital social: um dilema ao desenvolvimento regional**. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, s/d. Mimeo.

esporádicos, mal remunerados, sem qualificação e de pouco prestígio social. É como se o presente e o futuro dependessem do trabalho que não ganha centralidade, que não se realiza como processo que produz a integração social. Seu passado recente funda-se na mesma indefinição. A mobilidade espacial resulta e expressa a instabilidade e mobilidade social. Em geral, não existe uma experiência sólida e de longa duração em que o trabalho tenha se configurado como determinante da utilidade e de integração social.[48] De forma paradoxal, o processo de redefinição das relações de trabalho e de perda de sua centralidade não produz nos moradores desajustes sociais e psicológicos que se verificam em outros grupos sociais. O trabalho é visto como necessário e como caminho de integração, mas eles nunca estiveram integrados a uma unidade social maior.[49] Estiveram integrados à unidade social familiar e comunitária quando a mediação era a terra e a produção agrícola tradicional. Aquela unidade, no entanto, ficou para trás e não opera mais como elemento central na construção da nova sociabilidade. Desta maneira, para parcelas de moradores assentados, o trabalho não representa o elemento central na produção da identidade social e, com isso, não surgem movimentos ou mobilizações em vista do trabalho. De certo modo, em situações de crise, possuem maior capacidade de adaptação, no sentido que se conformam e aceitam, aparentemente com mais facilidade, funções secundárias e de pouco prestígio nas novas configurações. Em decorrência disso, ocupam setores específicos do mundo do trabalho,[50] não pelo critério da qualificação e sim pelo seu oposto, ou seja, a não qualificação. Usado de forma perversa por setores dominantes, este critério favorece o não cumprimento da legislação trabalhista e permite salários menores. Em Canudos, as mulheres não se sentem humilhadas porque trabalham como empregadas domésticas, mas pelas formas como são tratadas no exercício de suas funções. Assim, serviços como os das empregadas domésticas, dos serventes de pedreiros, serviços de vigilância, serviços gerais, camelôs, garçons em restaurantes e choperias, serviços de limpeza[51] não exigem maiores qualificações e, geralmente, são mal remunerados, uma vez que são socialmente considerados serviços não qualificados.

---

[48] CASTEL, Robert. **A metamorfose da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

[49] Mesmo levando em consideração as variáveis focais, o estudo de Nova Conquista e Canudos revela situações, condições e configurações que vão na contramão da tese segundo a qual os migrantes constituem um grupo positivamente selecionado, ou seja, mais apto, motivado, empreendedor, agressivo e ambicioso do que os outros e, por causa disso, ganha, em média, mais do que os não migrantes. Para essa tese ver: SANTOS JUNIOR, Enestor da Rosa, MENEZES FILHO, Naércio e FERREIRA, Pedro Cavalcanti. **Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas / Universidade de São Paulo, Jun. 2003, nº 484.

[50] "Os setores da economia que mais empregam migrantes recém-chegados à cidade são construção civil (ajudante de pedreiro) para os homens, e emprego em casa de família (domésticas) para mulheres". SILVA, Maria das Graças Souza. "Migrações internas no Brasil: seus efeitos no processo de industrialização e urbanização". Resenha apresentada ao curso de Mestrado em Geografia da UFMG - Instituto de Geociências, Belo Horizonte,1999. Mimeo.

[51] São estes os serviços mais comuns dos moradores de Canudos.

Os processos investigados revelam que os deslocamentos são espaciais e sociais. São também multidirecionais, o que poderia levar a supor que se resolvem em termos de consciência e vontade dos indivíduos. Na realidade, as causas de sua existência não estão relacionadas aos fins que a sociedade se propõe alcançar, mas às configurações sociais das quais e nas quais surgem e prosperam. Nestas, especialmente para as classes sociais subalternas reiteradamente banidas dos processos políticos decisórios, não há margem para deliberações pessoais. A rigor, campo e cidade não representam alternativas societárias, lugares que restabeleçam ou reintroduzam novas perspectivas de ascensão social. Neste sentido, estão em jogo propostas de adequação, conformação, ajustamento e melhoramento das condições de vida, mais do que projetos de transformação da estrutura social. Conclui-se, então, que a ordem instituída, com seus ordenamentos e arranjos societários, prevalece sobre as propostas transformadoras, o que repõe a possibilidade de novas formas de sociabilidade em outras esferas sociais e políticas. Imaginar múltiplas possibilidades de desenvolvimento histórico numa estrutura social rígida e centralizada não passa de ficção. As alternativas ficam restritas aos limites da sociabilidade instituída, isto é, movem-se dentro de espaços físicos e sociais, controlados e regulados.

Deste modo, os deslocamentos alimentam até a idéia de liberdade de movimento, de valorização das vontades individuais, de busca do lugar mais apropriado e mais condizente de integração. Por isso todos os espaços devem estar integrados, pois são eles que integram pessoas, grupos, movimentos, comunidades e povos. Nesta própria concepção, os espaços físicos e sociais operam articuladamente, de tal modo que a integração de grupos humanos em situação de exclusão exige sua fixação em espaços físicos integrados. Contudo, em se tratando de relações e processos sociais permeados de tensões e propostas contrastantes, não se resolvem necessariamente de forma harmoniosa. Canudos e Nova Conquista mostram que os processos se resolvem rompendo com aquela visão idílica uma vez que integram as áreas – espaços físicos – sem integrar parcela significativa da população àqueles espaços sociais. As desistências e os abandonos revelam a natureza do processo e se traduzem em novos deslocamentos. Deste modo, os assentamentos deixam de representar o ponto final do processo.[52] Expressam momentos de um movimento de mais longa duração que pode resolver-se tanto na direção da produção das condições de assentados em contextos redefinidos, como na base de novos deslocamentos. Neste sentido, o assentamento não é uma realidade social dada e nem garante aos assentados suas condições de assentados. Na realidade, o que

[52] Segundo Martins, "A exclusão, de que as migrações são um momento fundamental, deixa de ser temporária e se torna um modo de inserção social degradada". MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. Citação p. 149.

caracteriza determinada resolução dos processos sociais são as conjunções e articulações sociais, econômicas e políticas, que impulsionam, dinamizam, controlam e regulam as transformações e as novas configurações emergentes. Resulta, então, que não é a vontade política ou os propósitos contidos na formulação de políticas públicas específicas que criam os assentamentos como processos de inclusão social e econômica. Tampouco são as aspirações dos sem-teto e dos sem-terra que formatam, regulam e garantem a configuração dos ordenamentos sociais que resultam nos assentamentos. São as formas como as forças sociais se organizam, articulam e desenvolvem que fazem com que os processos históricos se resolvam numa ou noutra direção. Conclui-se, então, que não é suficiente uma política agrícola e urbana voltada para os núcleos familiares expostos a condições de risco para que os assentamentos se resolvam como ordenamentos sociais que expressam e, ao mesmo tempo, apontam para uma redefinição da estrutura social determinada e regulada por princípios de justiça distributiva e eqüitativa.

Como destacado, a análise dos processos mostrou que os moradores de origem urbana e rural se integram com relativa facilidade. Aparentemente não existem elementos que induzam a agrupamentos com bases nas origens geográficas. Talvez uma das razões deva ser buscada na proximidade das condições sociais. É possível imaginar que as necessidades de um teto e de terra sejam tão fortes que acabam se sobrepondo a outras questões relacionadas à convivência no bairro e no assentamento. Outro fator facilita o entrosamento e contribui para criar um clima relativamente cordial: a maioria dos moradores de origem urbana é, na verdade, originária ou diretamente descendente de famílias de origem rural. E parcelas dos assentados de origem urbana são, na realidade, descendentes de famílias rurais. Deste modo, gerações cujos antepassados viviam do trabalho no campo, mesmo tendo vivido curtas temporadas ou até ter nascido na cidade, carregam, redefinidos, elementos constitutivos do universo rural.[53] É sobre esta base social que, inicialmente, se fundamenta o encontro e a convivência nos acampamentos, no bairro e no assentamento. Esta mescla ajuda a compreender os tempos dos processos sociais que não correspondem necessariamente aos tempos das mudanças rurais e urbanas. Apesar da violência que, muitas vezes, produziu e

[53] Neste sentido, Martins escreve: "O deslocamento nos mostrou, (...), que o rural pode subsistir culturalmente por longo tempo fora da economia agrícola. Pode subsistir como visão de mundo, como nostalgia criativa e autodefensiva, como moralidade em ambientes moralmente degradados das grandes cidades, como criatividade e estratégia de vida numa transição que já não se cumpre conforme as profecias dos sociólogos. Essa transição é antes inconclusa passagem, um transitório que permanece, uma promessa de bem-estar que não se confirma, uma espécie de agonia sem fim". MARTINS, José de Souza Martins. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. Citação p. 221.

acompanhou os deslocamentos espaciais e da aceleração nas transformações técnicas e materiais[54], a produção e o desenvolvimento dos processos sociais são mais complexos e longos. E é importante não confundir ou associar "longo" e "lento" também porque, neste caso, deixam de ser adjetivações e se tornam categorias interpretativas.

Além das razões alegadas, é preciso levar em conta o fato de que a maioria dos moradores de origem urbana passou por uma seqüência de deslocamentos dentro do espaço físico e social da cidade, antes de chegar em Canudos. A mobilidade espacial, ao redefinir e mudar constantemente o conjunto de relações que constroem um determinado espaço físico e social como lócus da vida, priva os "deslocados" da referência do lugar e dificulta sua identificação espacial e social. Acrescentam-se a isso as condições de desemprego, subemprego, falta de capacitação, baixa escolaridade, baixos salários, entre outras, que se explicitam na precariedade das condições econômicas e sociais e se traduzem em tensões que minam tanto as formas tradicionais de unidade e coesão social como a família, o parentesco, a vizinhança, a rua, o bairro. Além disso, dificultam, senão inviabilizam, a introdução e operação de novas formas de coesão social. Em decorrência, os caminhos de construção de uma identidade coletiva tornam-se problemáticos, já que a mobilidade espacial inviabiliza qualquer possibilidade de unidade social. Tendo em vista que a identidade individual está associada e relacionada à identidade social, a perda daqueles referenciais transforma-os em grupos humanos que não alcançam se fixar a um lugar determinado porque não conseguem se integrar à ordem social instituída. Mais uma vez importa salientar que tanto a "mobilidade" como a "não integração" são produtos do movimento da sociedade e não resultado de deliberações individuais, de grupo ou de classe.

Como frisado, a mobilidade rompe também com os tradicionais laços familiares e de parentesco que, em outras épocas, formatavam e regulavam suas vidas. Sendo o contexto geográfico e social sempre novo, as pessoas em permanente movimento não conseguem construir e codificar linhas ou princípios de socialização. Assim a dimensão coletiva passa a ser mediada por "necessidades" que têm um caráter conjuntural, são provisórias e estão geralmente ligadas à carência de bens materiais mais do que às dimensões étnicas, culturais ou de classe. São as necessidades – terra, casa, trabalho, escola, posto de saúde, água, energia, estradas vicinais, transporte, etc. - que mobilizam "os carentes" no sentido de agrupamento e planejamento de ações. Contudo, no bojo de um processo social baseado no preceito da competitividade que está redefinindo princípios, valores, indivíduos, agrupamentos e instituições, as necessidades, mesmo as coletivas, acabam assumindo o

[54] A relação entre a categoria "tempo", os acontecimentos e as transformações técnicas e os processos sociais está na base de estudos que analisam os períodos históricos em termos de tempos "longos" ou "curtos".

caráter de disputas que, em última instância, se resolvem em termos individuais. O destino é o mesmo da terra e da casa. A conquista teve um caráter coletivo, mas a realização de suas funções sociais – condições de vida, integração, inclusão, entre outras - opera na esfera do individual. Por isso a necessidade da apropriação. É a realização da apropriação, e não a terra e a casa em si que propicia a integração, social e política. Neste sentido, as mobilizações que, aparentemente, têm em vista a consecução de bens coletivos fundam-se em concepções individuais daqueles bens e acabam transformando-os em "objetos" que devem ser apropriados para que possam se realizar como instrumentos de emancipação. Na realidade, é dessa forma que os "benefícios sociais" são concebidos e distribuídos – favores – pelos poderes públicos. Sendo bens patrimoniais, a distribuição não obedece a princípios de equidade, mas a formas de reprodução da estrutura social. É este o caráter da luta pelos bens sociais, escassos e abundantes, numa sociedade em que não existem regras distributivas fundadas em princípios de igualdade, equidade e justiça.

Vale a pena se deter mais um pouco sobre a questão da mobilidade. Parece não existirem dúvidas quanto ao fato de que, num primeiro momento, a mobilidade física e a mobilidade espacial operam articuladas. Os deslocamentos[55] são sempre acompanhados, senão motivados, pelo desejo de uma vida melhor. A ação de se deslocar, no entanto, diz respeito à mobilidade espacial, mas nada garante quanto à mobilidade social. Em decorrência disso, enquanto a mobilidade física é garantida, a mobilidade social parece obedecer a outra ordem de fatores. A articulação, então, opera na reprodução da ordem social e não necessariamente na melhoria das condições de vida dos mobilizados.

Canudos e Nova Conquista, com efeito, resultam de deslocamentos espaciais de sem-teto e de sem-terra, realizados em conformidade com a expansão e reconfiguração da lógica do capital e não de um conjunto de medidas embasadas em princípios que visassem a progressiva inclusão e emancipação dos grupos sociais mobilizados. Os depoimentos dos moradores do bairro e do assentamento deixam claro que os objetivos de seus deslocamentos sempre visavam melhorar suas condições. Contudo, como apontado, os deslocamentos – foram encontrados moradores e assentados que vinham de seis, sete migrações consecutivas - mostram que os novos espaços sociais assumem as características dos antigos e recolocam em movimento parcelas de assentados. Assim, os deslocamentos de um lugar para outro dentro do espaço físico e social da cidade e do campo se configuram como processos de reprodução, ainda que em outros níveis, de suas anteriores condições

[55] Importa ressaltar que existem deslocamentos espaciais que são fruto da vontade de quem se coloca em movimento e deslocamentos induzidos ou provocados. Os vários deslocamentos realizados pelos moradores encontrados em Canudos não resultaram de suas deliberações; foram impostos pela expansão da ordem dominante e pelas necessidades.

de carência, mais do que como realização dos objetivos desejados. Neste sentido, com propriedade Martins escreve: "Os problemas que aparecem não são relativos à migração de um lugar a outro, mas são relativos aos empecilhos à migração de uma posição social a outra no interior da sociedade. É o estreitamento das possibilidades de ascensão social. (...) Talvez devemos entendê-las como deslocamentos sociais que se tornam problemáticos para o próprio ser humano quando esses processos ocorrem em sociedades que estão passando por demorado período de estreitamento das oportunidades de vida, como a nossa. É preciso pensar no deslocamento social que existe no interior do deslocamento espacial, isto é, pensar nos fatores propriamente sociais, culturais e políticos embutidos no processo de migração".[56]

Conclui-se, então, que para setores das classes subalternas os deslocamentos espaciais, mais do que possibilidades de ascensão, inclusão e emancipação social, expressam o movimento desigual de expansão do capital que se reverte na renovada excludência de setores das classes subalternas.

Desta maneira, as análises dos processos sociais em curso em Canudos e Nova Conquista reforçam a tese de Florentino segundo a qual haveria um esgotamento da possibilidade de ascensão social das classes subalternas.[57] A idéia central do historiador é a de que o travamento das possibilidades de ascensão social constitui-se, aos poucos, no ponto de ruptura da velha ordem social instituída pelas elites e classes dominantes com o apoio das classes subalternas que viviam na perspectiva da ascensão social. A grande mobilidade social existente no Brasil ao longo do século XX, que garantiu a adesão de ricos e pobres a uma das sociedades mais desiguais do mundo, há duas décadas foi bloqueada pela revolução tecnológica e praticamente acabou. Desta feita, a impossibilidade de ascender rompe com o apoio que as classes subalternas e todos os que sofrem algumas formas de exclusão atribuem à ordem estabelecida. Isto, em tese, provoca um processo de inversão no sentido de que não são mais os de baixo - as classes subalternas - que casam com os princípios e as regras dos de cima - elites e classes dominantes -, e sim o contrário. Neste aspecto Florentino retoma a tese de Milton Santos segundo a qual as elites e classes dominantes estariam paulatinamente se aproximando das classes subalternas e assumindo os princípios da cidadania em lugar dos privilégios sobre os quais sempre estiveram assentadas.[58] Por conseguinte, haveria uma conversão das elites e classes dominantes à cidadania, princípio constitutivo e regulador da sociedade moderna. Na contramão desta

[56] MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. Citação p. 133.
[57] FLORENTINO, Manolo. "Fim da mobilidade social ajudou Lula", entrevista concedida a Rafael Cariello, *in* **Folha de S. Paulo**, 30.12.2002.
[58] SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

interpretação, Martins afirma que no Brasil está em curso uma regressão e "a sociedade capitalista está recriando uma estrutura social baseada em princípios estamentais".[59]

Uma das grandes questões que se repõem diz respeito à manutenção e reprodução da unidade social numa sociedade tão desigual. O desafio, então, é como legitimar a ordem tornando as desigualdades suportáveis. Neste sentido o que está em causa não é a "conversão" das elites e classes dominantes, e sim o esgotamento de um modelo de sociabilidade que produzia desigualdades enquanto, de forma ideológica, proclamava a igualdade e a justiça social. Vista nesta perspectiva, outra interpretação adquire nova significação. Trata-se da longa e discutida polêmica quanto à resistência das classes subalternas às mudanças intrínsecas à modernidade.[60] Assentadas sobre privilégios e não sobre relações reguladas pelos direitos constitutivos da modernidade, são as elites e classes dominantes que mais resistem à modernização pautada nos princípios da igualdade, da liberdade e dos direitos.[61]

Concluindo, pode-se dizer que a dinâmica migratória deve ser apreendida e explicada a partir e no bojo dos processos de formação e reconfiguração da sociedade. Com efeito, são os movimentos de constituição e redefinição de específicos ordenamentos sociais que deslocam pessoas, grupos e povos ao longo do tempo. De modo geral, os fluxos migratórios são determinados pelos movimentos de expansão intensiva e extensiva de modelos de desenvolvimento econômico. Por causa disso, o desenvolvimento tanto pode provocar a expulsão de setores da população de determinadas áreas ou regiões – a modernização e mecanização da produção agrícola gera o êxodo rural - como atraí-los - confluência para as áreas industriais e os centros urbanos. Dentro do mesmo processo social, portanto, atuam, articuladamente, fenômenos que, à primeira vista, parecem contraditórios. A expulsão e a atração, assim como a exclusão e inclusão, estão contidas no mesmo processo social. É nesta passagem que ganham sentido os deslocamentos e as migrações. A rigor, deveriam constituir processos transitórios, pois conforme alcançam as metas propostas deveriam também contemplar e completar os projetos de integração na nova ordem. Entretanto, na medida em que os grupos e setores mobilizados permanecem nos espaços transitórios, vivem a ambigüidade de ordens sociais diferentes. Não conseguem reproduzir a antiga, associada aos espaços físicos e sociais que ficaram para trás e,

[59] MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. Citação p. 130.
[60] Mantovani oportunamente lembra que "muitas vezes a integração é percebida como se render a um sistema de valores estranho e, por isso, recusada". MANTOVANI, Giuseppe Mantovani. **L´elefante invisibile. Tra negazione e affermazione delle diversità: scontri e incontri multiculturali**. Firenze: Giunti, 1998. Citação p. 100.
[61] FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

concomitantemente, não se integram à nova pela dificuldade, senão impossibilidade, de se fixar a um lugar, físico e social. Essa ambigüidade, que é material e social, faz com que os migrantes se coloquem num lugar paternalista – relações com o Estado – ao mesmo tempo em que reivindicam seus direitos e se reconhecem como cumpridores de seus deveres. Entendidos nesta perspectiva, os deslocamentos e as migrações são funcionais à ordem instituída. Esta, com efeito, fundada em desigualdades estruturais, se move e se expande sem ter que produzir necessariamente a integração de todos os grupos e classes sociais em conformidade com princípios igualitários e ordenamentos democráticos.

O estudo dos processos em curso em Canudos e Nova Conquista mostrou que os deslocamentos e as migrações não são necessariamente funcionais à produção material. Com efeito, contribuem para a reprodução da ordem social. De modo geral, os setores mobilizados com vista à reprodução da ordem social – alívio de tensões - não têm um destino físico e social definido e, por causa disso, tornam-se uma espécie de sujeitos vagantes. Removidos de determinada região com o intuído de aliviar tensões, recriam em novos espaços físicos as condições anteriores, razão pela qual são novamente deslocados. Deste modo, setores das classes subalternas, integrados de forma desigual à ordem instituída, são deslocados de uma região para outra, de uma condição para outra, num processo de permanente mobilidade espacial e social. Os deslocamentos configuram e reforçam o processo que foi definido como a "reprodução da excludência". Na interpretação predominante, a responsabilidade da mobilidade é geralmente atribuída às próprias vítimas por sua incapacidade de se adaptar, fixar, integrar e competir.

Capítulo 5°

Pobreza e desigualdade

> *Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens.*
>
> Jean-Jacques Rousseau, 1754

As desigualdades caracterizam o processo de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira.[62] Estão na raiz de sua fundação e perduram, redefinidas, ao longo das várias épocas

[62] O Brasil é: "Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania". E ainda: "Desigualdade que surpreende tanto por sua intensidade como, sobretudo, por sua estabilidade. Desigualdade extrema que se mantém inerte, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas". BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. "Desigualdade e pobreza no Brasil"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000. "Como se apresenta a estrutura social brasileira hoje? Se pensarmos nas extremas desigualdades que caracterizam o país, podemos falar de uma sociedade como que de castas: um vasto número de indivíduos socialmente excluídos, que não têm acesso a serviços e bens públicos, na base, e uma minoria minúscula que concentra a riqueza no topo". REIS, Elisa Pereira. "Modernização, cidadania e estratificação"; *in* BETHELL, Leslie (org.). **Brasil: fardo do passado, promessa do futuro - dez ensaios sobre política e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Citação p. 215-216. Da mesma autora ver também: "Dossiê Desigualdade: Apresentação", em **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000. "A marca maior de nossa sociedade é a desigualdade e a agenda da vida brasileira deve se concentrar sobre mecanismos de distribuição, não apenas de renda, mas de correção da desigualdade regional, entre homens e mulheres e entre brancos e negros. (...). É menos difícil combater a pobreza do que a desigualdade. Para poder enfrentar a desigualdade é indispensável uma economia estável e em crescimento. São condições necessárias, mas não são suficientes". BESSERMAN, Sérgio, presidente do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao apresentar a Síntese de Indicadores Sociais 2000, *in* **Folha de S. Paulo**, 5.4.2001. Telles fala de "legado de uma história autoritária e excludente". TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania.** São Paulo: Editora 34, 2001. Citação p. 8.

históricas e das diferentes configurações e arranjos políticos. Determinam e regulam todas as esferas da vida, individuais, coletivas e institucionais.

A partir de Canudos e Nova Conquista, este capítulo pretende retomar as questões da pobreza e das desigualdades. O intuito é decifrar sua natureza e, por esta via, desvelar e interpretar o caráter da estrutura social brasileira.

Pobreza e desigualdades não poderiam ser percebidas com clareza nem construídas como categorias analíticas se o olhar estivesse voltado exclusivamente para o objeto investigado. É a relação com o processo que configura e regula o movimento de redefinição da questão social que permite caracterizar o bairro e o assentamento. Estes, como ressaltado em diferentes passagens, resultam do movimento de redefinição e reorganização da sociedade brasileira. Sua composição e seus movimentos, portanto, se inscrevem e operam em sintonia com a ordem instituída ou, dito com outras palavras, em consonância com a estrutura social predominante. Desta maneira, como a estrutura social está contida nos ordenamentos investigados, seu estudo permite reconstituir a dinâmica de reprodução do social.

Por ser uma construção social, a história é cenário de tensão, atuação e reconfiguração de sujeitos. É nela que surgem, se movem e se redefinem os movimentos sociais. Por isso, o social constitui a dimensão central de suas ações.

Analisadas enquanto determinantes do processo histórico e dimensões constitutivas de específicas configurações sociais, as desigualdades podem ser interpretadas como expressão das derrotas políticas de grupos e setores da população que se propunham criar ordenamentos sociais mais justos e equânimes. Nesta perspectiva, mesmo aquelas que adquirem conotações de caráter quantitativo - distribuição de renda e de terras, entre outras - contêm e revelam a natureza política da sociedade da qual fazem parte. Por causa disso, no Brasil as desigualdades podem ser consideradas como indicadores da exclusão das classes populares da ordem social imposta,[63] ou seja, contribuem para revelar o tamanho das formas de exclusão do povo dos ordenamentos sociais e políticos instituídos. Pelo outro caminho, os processos sociais através dos quais parcelas da população foram alijadas da história concorrem para explicar as razões, o caráter e a dimensão das desigualdades.

[63] "Trazemos cinco séculos de renda concentrada. O Brasil começou mal". "Trata-se do resultado de exclusões acumuladas ao longo dos séculos". Joaquim Pinto de Andrade, do departamento de Economia da Universidade de Brasília, e Roberto Martins, então presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; *in* **O Estado de S. Paulo**, 22.7.2001.

Desta maneira, tendo em vista que as desigualdades não possuem somente uma dimensão quantitativa e, conseqüentemente, não se resolvem focalizando apenas a questão distributiva, as interpretações e as propostas de equacionamento devem apanhar e redefinir a estrutura social.[64] Em outras palavras, as políticas distributivas devem transformar-se em processos capazes de redefinir a lógica e dinâmica de produção do social – ações totalizadoras – para, com isso, remover a concepção paternalista e a natureza compensatória que caracterizam as relações e intervenções dos poderes públicos para com as classes populares. É o caminho que abre a possibilidade de que os direitos e a cidadania regulem os processos de instituição de uma nova sociabilidade.

Infere-se, então, que as desigualdades não são apenas produtos do processo histórico. Constituem a própria estrutura social. Sendo esta desigual por sua própria essência, não pode negar-se a si mesma propondo a igualdade como meta. Por isso, esta última dependerá necessariamente de novos processos e novos ordenamentos sociais. Neste sentido, a luta pelos direitos estará diretamente associada à luta pelo surgimento de novos espaços públicos e sujeitos políticos.

Narrações sobre a pobreza

> *Está com três anos que estamos morando aqui, mas nunca tivemos condição de comprar um tijolo. O dinheiro não dá, é pouco. A gente tem que aceitar essa situação, não tem o que fazer, não tem para onde correr, não tem para quem se dirigir, não tem a ajuda de ninguém.*
>
> [Berenice - Canudos]

Embora complexas e polêmicas, as "condições de vida" e de "teor de vida" de pessoas, classes, grupos e povos se tornaram a variável focal de análises e interpretações econômicas, sociais e políticas. Foram e continuam sendo a base a partir da qual são avaliados e julgados ordenamentos sociais e arranjos políticos de sociedades determinadas.

[64] Sales afirma que as raízes da desigualdade social estão inscritas na cultura política brasileira. SALES, Teresa, "Caminhos da cidadania. Comentários adicionais"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 25, ano 9, jun. 1994. Ver também: "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**; nº 25, ano 9, jun. 1994.

Na perspectiva apontada foram sendo elaborados e permanentemente redefinidos instrumentos e mecanismos de mensuração das condições de vida de pessoas, grupos e povos.[65] O conceito de "pobreza" inscreve-se neste processo e continua gerando polêmicas, uma vez que muitos o consideram um valor moral mais do que uma categoria interpretativa do social.[66] Apesar de seu caráter amorfo, ultimamente foram se multiplicando as investigações e os estudos sobre o tema.[67]

O propósito não é intervir nessa polêmica nem elaborar uma interpretação propriamente sociológica da pobreza. As expressões "pobre" e "pobreza" foram constantemente mobilizadas pelos agentes dos movimentos estudados para descrever e explicar suas condições de vida. Constituem, portanto, categorias de identificação e representação.[68] Por causa disso, foram incorporadas tendo em vista decifrar seu sentido e recompor os processos que configuram as condições de vida no bairro e no assentamento.

a. Condições sociais

É difícil e sempre relativo querer medir o grau de pobreza / riqueza com base nas condições materiais, uma vez que as investigações apanham momentos de processos de longa duração. Por isso, as condições de vida devem ser apreendidas não somente como dados materiais, mas também como condições do processo social. Neste sentido, os dados quantitativos ganham sentido e poder explicativo na medida em que estiverem relacionados ao processo histórico no qual os próprios atores se constroem como sujeitos sociais. As condições de vida dos moradores de Canudos e dos assentados de Nova Conquista ganham sentido quando apreendidas dentro de um *continuum* histórico que leve em consideração as situações anteriores e revele as reais possibilidades de desenvolvimento

[65] As condições de vida, no entanto, contêm aspectos subjetivos que exigem a ampliação dos critérios de mensuração para serem decifradas.

[66] "Embora seja mister reconhecer que para amplas camadas da população a questão da sobrevivência material seja vivida dramaticamente, não há dúvidas que a desigualdade, e não a pobreza, é o aspecto distintivo da sociedade brasileira". REIS, Elisa Pereira. "Dossiê Desigualdade: Apresentação"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000.

[67] "A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Deste modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a esta medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor". BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane, "Desigualdade e pobreza no Brasil"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000.

[68] Com base nesta constatação, é possível inferir que a discussão sobre pobreza não se esgota no caráter relativista a que foi relegada pela teoria.

futuro. Nisto, a pobreza, bem como a riqueza, não se configuram apenas como dados ou recortes históricos. Constituem e caracterizam o processo social. São socialmente produzidas, interpretadas e redefinidas.

O acesso aos bens materiais dos grupos sociais investigados é um indicador de suas condições de vida – teor de vida – e das possibilidades de integração social. Como apontado, a passagem da condição de sem-teto e de sem-terra para a de assentados, ou seja, com teto e com terra, não se deu por decreto ou por um simples deslocamento espacial. A passagem, por si só, não foi portadora da integração na nova ordem social. Neste sentido, as dificuldades de acesso à casa e à terra são, na realidade, indicadores das dificuldades de integração à nova ordem social e mostram que as desigualdades e as formas de exclusão são reproduzidas em novos contextos geográficos e no interior do novo processo de socialização. Constituem aquele que foi definido como o processo de produção da excludência.

Canudos. Três anos após o início do assentamento, em Canudos 43,28% das casas eram de alvenaria sem reboco e 49,41% de taipa. Do universo das casas, 87,61% ainda estavam em construção e deste total 77,1% estavam com os trabalhos paralisados por falta de recursos dos moradores. Não contando com financiamentos públicos, os moradores construíam de acordo com as possibilidades de cada um. Apenas o recorte das ruas e o tamanho dos lotes conferiam um certo ordenamento ao bairro. Em decorrência disso, traçar um perfil das casas era praticamente impossível. Os dados coletados permitiam aproximações.

Desta maneira, quando da primeira etapa da pesquisa[69], 43,47% do total das casas não ultrapassavam os 30m² e 64,91% não possuíam mais do que dois cômodos. Mais tarde, com a ocupação de outras áreas vizinhas e a instalação da rede elétrica, o bairro entrou numa nova fase de "desenvolvimento" que acabou mudando rapidamente sua composição e configuração. Como a pesquisa qualitativa e as entrevistas registraram, coincidiu com a substituição de contingentes de assentados por novos moradores "compradores".

As principais fontes de renda que, como apontado, para 87,14% das unidades domiciliares não passava de dois salários mínimos, eram provenientes do trabalho assalariado (46,20%) e da prestação

[69] A coleta destes dados iniciou em novembro de 2001 e foi concluída em março de 2002.

de serviços (36,84%).[70] Tratando-se de uma população relativamente jovem[71], apenas 8,77% auferiam algum beneficio decorrente de políticas de proteção social – aposentadoria ou pensão. Na época, ninguém contava com outros auxílios públicos, como bolsa escola, *ticket* alimentação ou outro.

Em relação às necessidades mais prementes do bairro, foram apontadas: a) escola; b) posto de saúde; c) saneamento básico; d) rede de água e; e) financiamento das casas. Questionados quanto à responsabilidade de buscar uma solução para os problemas apontados, a quase totalidade dos moradores (88,5%) declarava caber aos poderes públicos – usualmente contidos na genérica formulação de governo – a obrigação de encaminhar a solução. Apenas 9,83% do total reconheciam que dependia também das organizações e das mobilizações dos moradores da área. Na mesma direção, 68,85% da população diziam sentir-se abandonados pelos poderes públicos que pouco ou nada tinham feito em prol do bairro e das condições de vida de seus moradores.

Nova Conquista. Depois de seis anos de existência do assentamento, a vila tinha ganhado rede de energia elétrica, telefone público, ampliação do prédio da escola e a perfuração de um segundo poço artesiano. As casas permaneciam intactas, não tendo sofrido praticamente nenhum tipo de reforma. Os dados coletados[72] mostravam que 41,88% das unidades familiares contavam com um membro dedicado exclusivamente às atividades agrícolas, 39,31% com dois componentes e 18,81% possuíam três ou mais pessoas trabalhando em tempo integral.[73]

Do total das unidades operativas, 54,7% contratavam, sob variadas formas, trabalhadores para a execução das atividades agrícolas. Os contratos podiam ser temporários ou duradouros. E 11,25% das unidades assentadas tinham outra família residindo em suas propriedades.

As práticas que na sociedade tradicional eram conhecidas como "trato" e podiam contemplar a ajuda mútua, a troca de dias de serviço e o mutirão estavam paulatinamente sendo substituídas pelo contrato. Foram contabilizadas 157 pessoas desenvolvendo algum tipo de atividade remunerada,

[70] "Todos os Estados nordestinos têm mais de 60% das crianças de até seis anos vivendo em famílias pobres. O pior índice, em todo o país, é o do Maranhão, onde 77,4% das crianças na primeira infância vivem em famílias cujo responsável ganha menos de dois salários mínimos. (...). A situação de pobreza também aumenta entre crianças que vivem em famílias chefiadas por mulheres sozinhas"; *in* **Folha de S. Paulo**, Censo 2000, 30 de novembro de 2002. O Maranhão foi o Estado com maior porcentual (35,8%) de crianças - trabalho infantil entre crianças de 10 a 14 anos - que trabalham ou que já trabalharam; *in* **O Estado de S. Paulo**, 5.4.2001.

[71] Conforme destacado no segundo capítulo.

[72] O mesmo da coleta realizada em Canudos.

[73] Estes dados são relativos à força de trabalho das unidades familiares e não contemplam outros trabalhadores ou diaristas eventualmente contratados. A disponibilidade de força de trabalho é um fator fundamental que incide no desenvolvimento das atividades agrícolas e nas diferenciações em curso entre as várias unidades familiares.

temporária ou permanente. Havia casos em que membros de determinadas unidades familiares exerciam, esporadicamente, funções remuneradas em outras unidades produtivas como forma de complementação da renda familiar. Deste modo, além das atividades agrícolas no próprio lote, as fontes de renda das unidades familiares contemplavam também alguma forma de trabalho remunerado e prestação de serviços. Como a média dos assentados encontrava-se numa faixa etária relativamente jovem, eram quase insignificantes os rendimentos auferidos mediante formas de proteção social como a aposentadoria.

Como frisado, desde o início do assentamento as unidades familiares puderam contar com políticas de complementação da renda familiar. Além das casas, a ajuda consistiu em cestas básicas e linhas de créditos: custeio e fomento. Os financiamentos iniciais foram essencialmente revertidos em atividades agrícolas, individuais ou coletivas, pecuária e criação de suínos.

Na sociedade rural tradicional a escolaridade não exercia grande incidência na definição das funções que as pessoas ocupavam dentro da estrutura produtiva agrícola e social. Contudo, junto com novas configurações, a redefinição das culturas e das técnicas de produção passou a exigir novos conhecimentos e novas capacitações. Também os financiamentos foram impondo a racionalidade e o planejamento como critérios para gerir a propriedade da terra, agora tratada como um empreendimento. Neste processo, a escolaridade e a capacidade de adquirir novos conhecimentos transformaram-se em fatores de diferenciação. Por causa disso, o grau de escolaridade passou a se constituir num indicador das possibilidades de desenvolvimento dos assentados.[74] A produção agrícola incorporou e depende também da produção de conhecimento.[75]

b. Representações do sofrimento

As mobilizações investigadas constituem processos que objetivam melhorar as condições sociais de sem-teto e de sem-terra. A rigor, podem ser interpretadas como ações articuladas e direcionadas a modificar o estado de pobreza e carência em que se encontram os grupos sociais referidos. Embora a casa e a terra redefinam suas bases materiais e sociais, é a análise dos processos

[74] Num universo de 66 pessoas indagadas que, pelas funções exercidas, tinham algum grau de influência no assentamento – lideres de movimentos, igrejas, pastorais, associações e grupos, entre outros – o quadro, em termos de escolaridade, era: a) 68,18% não tinham escolaridade alguma ou até no máximo a 5ª série; b) 15,15% tinham entre a 5ª e a 8ª série, e; c) 16,67% tinham iniciado ou concluído o 2° grau.

[75] STHER, Nico. "Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 42, vol. 15, fev. 2000.

que vai demonstrar se estes se resolvem abrindo possibilidades de ordenamentos mais justos e equânimes ou se reproduzem em outros níveis as desigualdades e, conseqüentemente, as formas de exclusão e a pobreza.

Na concepção dos moradores de Canudos, a pobreza está associada à necessidade de "pedir" como condição para (sobre)viver. Traduzido em termos políticos, o conceito remete à relação da dependência e do favor. De um ponto de vista moral e afetivo se expressa como sofrimento e humilhação. No entrelaçamento destes componentes, as dimensões afetivas parecem se sobrepor às condições econômicas e materiais. Entretanto, estão conjugadas e interdependentes e se configuram e se redefinem na reciprocidade do processo social.[76] Por isso, como destacado, casa e família se complementam e (con)fundem. Não ter onde morar - casa - põe em risco a família. Não ter família é não ter onde e com quem morar. Não ter casa e família é ficar perambulando sem poder criar laços afetivos, familiares e sociais. É isso tudo que caracteriza a pobreza. Não ter um lugar, físico e social, a partir do qual construir a vida constitui a dimensão central da pobreza.

> *Pobre é uma pessoa que não tem onde morar, não tem o que comer, não tem o que dar aos filhos. Essas pessoas vivem humilhadas, pedindo as coisas para os outros na rua. Eu não me considero pobre porque pelo menos tenho aonde morar.*
>
> [Denise - Canudos]

> *Eu vejo que tem pessoas mais pobres do que eu, porque pelo menos eu tenho minha casa. Eu vejo muitas pessoas que não têm casa e vivem por aí, pelas ruas.*
>
> [Sebastiana – Canudos].

> *Eu não me considero pobre; humilde sim, mas pobre não. Humilde porque moro em Canudos, consegui terreno e não comprei, moro num bairro longe do centro. Mas eu tenho um lugar para ficar com minhas filhas e meu marido*.
>
> [Josélia - Canudos]

[76] Neste sentido ganha relevância e caráter explicativo a interpretação de Thompson quando afirma que as mobilizações das classes populares estão fundamentadas numa espécie de economia moral e não decorrem apenas da miséria, "rebeliões do estômago". THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 3ª ed. Barcelona: Critica, 1989. Deste modo, a vertente econômica (economicista) para a análise das mobilizações populares, bem como a visão de que as desigualdades sociais seriam equacionadas exclusivamente mediante uma melhor distribuição da renda, revela-se insuficiente. Também neste último caso prevaleceria a dimensão economicista e quantitativa. Como os processos sociais analisados mostram, as políticas distributivas devem redefinir os processos de construção do social para impedir que o que é distribuído numa determinada esfera seja novamente expropriado e concentrado numa outra esfera dentro do mesmo processo.

A concepção moral de pobreza, prevalecente entre as classes populares, transforma-se num artifício mediante o qual os pobres recuperam e salvaguardam sua dignidade humana e social. O que está implícito é a recusa a ser catalogado como pobre, uma vez que, de um ponto de vista social, ser considerado pobre configura uma condição mais difícil de ser superada do que a própria carência de bens que a pobreza envolve. Está implícito que há uma desigualdade de condições materiais e uma desigualdade de condições humanas. Deste modo, ser pobre e ser reconhecido, considerado e tratado como pobre são coisas distintas. A segunda dimensão, social e culturalmente construída, pode adquirir conotações negativas, quanto às possibilidades de integração social, mais do que a carência de bens. Embora a ideologia dominante trabalhe as duas dimensões articuladamente, no sentido de que o ter transformaria automaticamente o ser, os setores das classes subalternas mostram que este princípio não é operante em termos de igualdade social e política de classes. Tanto o acesso aos bens materiais como o acesso aos bens culturais e sociais se defrontam com estruturas sociais estratificadas e rígidas que controlam os movimentos dos diferentes grupos sociais. Não necessariamente o acesso a alguns bens materiais transforma as estruturas e condições culturais e sociais. Os processos podem redefinir e reproduzir a discriminação e os preconceitos de classe em outro nível.

De certa forma, ser considerado pobre é pior do que ser pobre. Isto revela que princípios e valores culturais e simbólicos contribuem na configuração das estruturas sociais e políticas e intervêm na produção e reprodução das desigualdades, ou seja, a igualdade não se torna processo social apenas mediante a distribuição de bens materiais. Enquanto processo de construção do social, deve também redefinir os princípios, valores e ordenamentos culturais e políticos sobre os quais a sociedade das desigualdades está instituída.

Em última instância, é possível dizer que o universo mítico e religioso mobilizado para interpretar e enfrentar as contradições e ambigüidades da realidade histórica se funda numa concepção de igualdade originária e final. Constitui uma referência que permite colocar a questão da igualdade e da justiça no horizonte da sociabilidade.

> *Ser pobre é não ter fé, não ter coragem de enfrentar a vida. Acho que é uma pobreza total. Por isso eu não me considero pobre porque tenho muita coragem e muita força para enfrentar tudo que eu quero*.
>
> [Teresa – Canudos]

Pobre mesmo é uma pessoa que é pobre de espírito. Eu jamais me considerei uma pessoa pobre. Por pior que seja a situação, a gente tem que acreditar nas coisas e batalhar. Então é só uma questão de não desistir das coisas.

[José Antônio - Canudos]

Eu não me considero pobre porque pobre para mim é o diabo, pobre de espírito, pobre de tudo.[77]

[Rosa – Canudos].

Nas interpretações e tentativas de explicação quanto às causas que teriam contribuído para criar as condições de carência em que se encontram muitos moradores do bairro, continuam presentes a comunidade e a sociedade rural. Em alguns relatos, estas continuam sendo pensadas como o espaço no qual os pobres estavam integrados – a família e a comunidade amparavam - e tinham condição de desenvolver e crescer na vida. Em decorrência disso, a pobreza está associada à destruição do mundo tradicional.

Acho que a culpa da pobreza é do governo porque não tomou a providência e deixou o agricultor para trás. Deixou destruir tudo que o pobre podia adquirir na vida. Se o governo tivesse ajudado e não tivesse deixado ter destruição, como existe destruição da terra, das lavouras e das florestas, não existiria essa pobreza que está aí.

[Márcia - Canudos]

Se perguntar por aí vai ver que grande parte das pessoas que estão aqui vêm de lá, do interior, vêm da roça. Eu fico me perguntando porque esse povo todo largou a roça e veio para cá, para a cidade. Chegando aqui, muitos não sabiam fazer outra coisa senão trabalhar na roça, mas aqui ninguém vive de roça! Aqui precisa ter estudo, mas em muito interior por aí não tem estudo. Então eu acho que para a maioria dos que agora estão aqui teria sido melhor ficar na roça. Aquele que era o nosso lugar. Aqui a gente não tem para onde ir.

[José Raimundo – Canudos]

[77] Em vários depoimentos fica evidente a distinção entre "pobreza" e "miséria". Enquanto a miséria é caracterizada como ausência de bens materiais considerados necessários para viver, a pobreza adquire um sentido moral e está associada ao universo religioso e à vontade das pessoas.

Educação[78] e **trabalho** são os caminhos usualmente apontados para enfrentar a pobreza. Expressam os pilares sobre os quais, na opinião de todos, se constrói a integração e valorização social. Constituem os divisores entre o mundo da pobreza e o futuro que está se configurando. Nas representações e interpretações, reais ou imaginárias, constroem a ponte entre carência, pobreza, humilhação e sofrimento e abundância, valorização, integração e felicidade. [79] São usualmente considerados como bens objetivados e não relações e processos sociais. Mistificados, os benefícios a eles atribuídos – integração e bem-estar social – continuam formatando o imaginário de muitos, mesmo diante do esgotamento da concepção linear e mecânica da história. Adquirem, assim, a condição de meios – mercadorias – necessários para alcançar a ordem instituída e não se configuram como bens universais integrados e constitutivos dos processos de emancipação humana.

> *O caminho para superar essa carência é o estudo. Eu espero dar para minhas filhas o melhor possível de mim. Pretendo educá-las em estudos da melhor forma possível. A gente vive nessa batalha para isso.*
>
> [José Antônio - Canudos]

> *O futuro depende do estudo e do trabalho. Hoje em dia o trabalho depende da escola. Se a gente analisar esses dois pontos dá para concluir que o futuro não está em Canudos. Aqui não tem escola para as crianças nem emprego para as pessoas que precisam trabalhar para manter a família. Se as crianças não forem para a escola, o futuro delas será o mesmo da gente.*
>
> [Ricardo - Canudos]

[78] "Não há nenhuma vantagem que pareça ser tão desprezada aos olhos dos que estão em posições inferiores e, portanto, que os faça se sentirem mais carentes e desamparados do que a vantagem da educação". SIMMEL, Georg. **The philosophy of money**. London - Boston: Routledge & Kegan Paul, 1978.

[79] Trata-se de uma visão construída pelas elites e classes dominantes e estendida aos outros setores da sociedade. Neste sentido Reis escreve: "A prioridade conferida à educação expressa a crença amplamente difundida segundo a qual a escola cria oportunidades de mobilidade social. No caso brasileiro ela parece também refletir o otimismo da era desenvolvimentista, quando se apostava na criação de novas posições estruturais, novas ocupações sociais que viriam a ser preenchidas pelas novas gerações. Estas poderiam, assim, ascender socialmente sem, contudo, provocar a mobilidade descendente de outros setores. Em suma, as elites apostam na possibilidade de melhoria para os pobres sem custos diretos para os não-pobres". REIS, Elisa Pereira. "Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000.

Para enfrentar o problema da pobreza é necessário dar emprego para essas pessoas que precisam, que não têm como se sustentar, como manter a família. O emprego resolveria muito o problema do pobre.

[Denise - Canudos]

O caminho para vencer a pobreza é o trabalho porque a pobreza vem dessas dificuldades de não ter emprego. Com emprego a pessoa tem o seu pão de cada dia e não fica agoniada porque não sabe o que dar para seus filhos.

[Conceição - Canudos]

Analisados numa perspectiva que procura apreender e decifrar a concepção de vida dos moradores, os depoimentos mostram que a pobreza se configura também como a "condição em que tudo é dado" e "não comprado". Numa sociedade em que o acesso aos bens materiais e, portanto, às condições de vida é mediado pelo dinheiro – compra –, o consumo torna-se o indicador da integração social. Na medida do possível, os pobres também se transformam em consumidores. Deste modo, a precariedade de condições materiais, antes associada à idéia de "pessoas humildes", transforma-se agora em "humilhação". Aquele que por si só não consegue adquirir os bens, precisa da ajuda do outro. Esta, no entanto, não opera conforme a lógica da solidariedade tradicional. Novos mecanismos sociais constroem e passam a considerar o doador como um "benfeitor" e o receptor como um "necessitado". Essas concepções socialmente construídas persistem após eventuais políticas distributivas. É nesta relação que reside a humilhação, ou seja, são mecanismos sociais que produzem a humilhação e impedem que os "necessitados" se tornem sujeitos políticos. Quando o "outro" é visto como pobre ou gente humilde que precisa da tutela, do favor e da caridade, ele acaba não tendo identidade e estatuto de sujeito.[80] Neste nível, então, fica difícil introduzir a questão da cidadania e dos direitos. Com efeito, estes pressupõem a condição de sujeitos políticos das pessoas, dos grupos, movimentos e das classes sociais que compõem a unidade social referenciada. O pobre, "essa figura anônima, inteiramente construída em negativo, no registro da carência e da impotência"[81], não adquire a dignidade de sujeito político. No movimento da sociedade é reproduzido como pobre, carente e incompetente e, conseqüentemente, como "subalterno", "submisso".

[80] Observa-se que as políticas distributivas que visam proteger setores da população em condições precárias, sempre vêm acompanhadas de regulamentos, ordens ou ordenamentos de como os recursos devem ser utilizados. A caridade é uma forma de controle social.
[81] TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001. Citação p.163.

É nesta perspectiva que para os moradores de Canudos o caminho de superação da pobreza chama-se "trabalho"[82], "emprego". Em momento algum apelam para formas distributivas que se caracterizariam por concepções paternalistas e acabariam reproduzindo sua condição de subalternos, de dependentes. O emprego significa salário e com o salário eles enfrentam a vida e superam as dificuldades. Encaram outras formas de ajuda, às quais, às vezes, se vêm obrigados a recorrer por suas condições de extrema precariedade, como legitimadoras e reprodutoras de suas condições. Numa sociedade em que tudo tem um preço e tudo é comprado e vendido, romper aquela lógica acaba sendo humilhante. A sobrevivência pautada nas formas de ajuda, mesmo que tais ajudas, em determinadas circunstâncias, se tornem necessárias, acaba criando o estigma do pobre. Mapear a pobreza, a miséria, a fome assume também esta característica; torna visível aos olhos de todos onde estão situados e quem são os pobres. Esta visão / concepção instala-se na mente dos diferentes grupos sociais, opera nas formulações das políticas econômicas e sociais e reproduz, no universo simbólico, interpretativo e conceitual, diferenciações que, na realidade, são desigualdades decorrentes daquele mesmo processo. Estigmatizados, os pobres passam a ocupar o "lugar dos pobres" tanto nas diferentes concepções da sociedade como na lógica e dinâmica das políticas públicas. Os pobres tornam-se objetos, mais do que sujeitos, de todas as interpretações e intervenções públicas e privadas. Não é por nada que os moradores de Canudos falam com propriedade da pobreza, ela está presente em todas as dimensões de seu cotidiano, mas de forma alguma eles se consideram pobres. São pobres, mas não querem ser considerados e tratados como pobres. Não querem benefícios e sim a possibilidade de ganhar e conquistar os benefícios. Indiretamente afirmam que é necessário mudar a ordem, senão não muda a agenda de sua excludência.

Portanto, ao colocar as questões de "vida digna", os moradores de Canudos e os assentados de Nova Conquista não se referem apenas às condições materiais de vida, mas também à possibilidade de se tornarem sujeitos, adquirir a dignidade de sujeitos, a possibilidade de que seu estilo de vida, sua cultura, seu jeito de ser e viver sejam incorporados ao processo de socialização.[83]

---

[82] "Fica claro que é através do trabalho que buscam não ser pobres. A pobreza e o pobre adquirem conotações negativas e, em oposição, as noções de trabalho e trabalhador oferecem ao pobre uma dimensão positiva, apontada pelo significado moral que adquire o trabalho e, através do qual, ficam compensadas as desigualdades sociais instaladas na sociedade (...). Daí a dificuldade que encontram esses sujeitos sociais para entender esta perversa contradição: como eles, sendo portadores do estatuto de trabalhadores, daqueles que estão, ou deveriam estar, na condição de ser capazes de ter acesso à garantia da sua subsistência são, exatamente, os que não têm direito a ela?" CARDIA, Laís M. "Famílias Migrantes: reordenamento e arranjo urbano"; *in* **Política e Trabalho,** nº 14. set. 1998. Citação p. 41-42. Ver também: SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas: Autores Associados, 1996.

[83] O *nível de vida* não pode ser associado apenas ao nível de consumo nem a *qualidade de vida* à qualidade de coisas; GALEANO, Eduardo. "Um convite ao vôo"; *in* **Caros Amigos**, janeiro de 2000.

Enquanto relação social que objetiva a produção da vida em sociedade, o emprego, mesmo quando existe, revela-se insuficiente para transformar as formas de pobreza e exclusão a que estão submetidos os moradores do bairro em condições de vida digna e integrada. A socialização não se dá mais pelo trabalho.[84] Há uma espécie de círculo vicioso que reproduz suas condições subalternas, mesmo quando integrados ao mundo do trabalho. Deste modo, o trabalho deixa de ser o grande integrador – ideologicamente construído porque fundado na expropriação – e torna-se um elemento reprodutor das formas de exclusão, da pobreza e das desigualdades sociais. Considerado, na tradição ocidental, como a via de acesso à cidadania, aos direitos e à seguridade social, o trabalho já não garante todas estas atribuições que lhe foram dadas.[85]

> *Aqui as dificuldades são muitas, mas eu acho que a principal é o salário que é muito mínimo. Então as dificuldades vêm daí. Vêm do dinheiro, vêm do salário que é pouco e não dá para nada.*
>
> [Maria do Rosário – Canudos]

> *O que está complicado hoje em dia é arranjar trabalho e quando arruma não consegue vencer a miséria porque não pode combater a pobreza ganhando uma miséria. Como é que você trabalha o dia todinho e ganha dez reais? Deste jeito não dá para vencer.*
>
> [João Paulo - Canudos]

> *Aqui na cidade sempre trabalhei com serviço doméstico. O que ganho não dá, é muito pouco e quase todo dia sobe o preço das coisas.*
>
> [Berenice - Canudos]

A pobreza produz sofrimento e humilhação. Estas características, no entanto, não estão associadas apenas à falta de condições materiais, mas também à maneira como os pobres são tratados no mundo do trabalho e na sociedade. Por causa disso, o sofrimento e a humilhação dependem da estrutura social desigual e não apenas da pobreza enquanto "carência de bens". Neste sentido, o sofrimento e a humilhação de que falam os moradores de Canudos estão referenciados a relações

[84] CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
[85] SANTOS, Boaventura de Sousa. "Democracia convive com fascismo social"; *in* **Folha de S. Paulo**, 21 de maio de 2001. Entrevista concedida a Gabriela Athias e Daniel Bramatti.

socialmente produzidas, ainda que sejam vivenciadas em termos individuais e familiares, ou seja, são produtos sociais e contribuem para reproduzir as desigualdades que caracterizam a estrutura social.[86] Portanto, a pobreza não tem caráter exclusivamente econômico, isto é, não está associada unicamente à produção. Enquanto processo social, resolve-se gerando variadas formas de exclusão que causam também conseqüências psicológicas e afetivas.

> *A pobreza traz desespero. Tem hora que passa muita coisa pela cabeça de quem não tem nada. Eu enfrento situações difíceis porque desde pequena venho enfrentando e acostumei a viver precisando de coisas e não tendo condição de comprá-las. Mas quando não tenho nada para dar para os filhos aí eu não me conformo e fico revoltada. Saio pedindo, mas é aquela humilhação. Eu não sou vagabunda e se estou pedindo não é porque não gosto de trabalhar. Queria ter meu emprego e meu salário e não ter que viver desse jeito*.
>
> [Antônia – Canudos]

> *Eu vivo trabalhando, fazendo bicos. Lavo roupa, faço faxina, às vezes trabalho em restaurante. Às vezes consigo ganhar o pão, mas tem dia que não consigo. Se ficar alguns dias sem conseguir nada, aí as coisas ficam mais difíceis porque em casa falta tudo*.
>
> [Adelaide - Canudos]

> *Para um pai de família o sofrimento maior é ver o filho sofrer e não poder fazer nada para tirar aquele sofrimento*.
>
> [José Antônio - Canudos]

Os relatos dos moradores de Canudos, assim como os de Nova Conquista, falam de sofrimento, humilhação, contentamento, satisfação, vergonha, medo, rejeição, exclusão, respeito, união, divisão, raiva, amor, etc. Coloca-se, portanto, o desafio de incorporar e trabalhar estes valores e sentimentos numa perspectiva sociológica. Em relação especificamente ao "sofrimento", Barreto observa que "sempre se apresentou como problema-tema para a filosofia e como farto material para a literatura" ao passo que "dentro do campo das ciências sociais, (...) não é um tema dos mais

[86] BUARQUE, Cristovam. **O que é apartação: o apartheid social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

abordados". Mesmo assim, retomando alguns autores clássicos, afirma que estes conseguiram demonstrar que as emoções e os sentimentos são resultados de interações humanas e, portanto, fazem parte da experiência social. [87]

Nas expressões de muitos moradores e assentados, o termo "sofrimento" carrega duas conotações articuladas e distintas, a saber: a) a dor física propriamente dita, decorrente de algum tipo de doença, angústia ou aflição e; b) a condição de carência de bens essenciais, associada à luta constante para consegui-los sem obter êxitos significativos. Neste sentido confunde-se, às vezes, com a própria "humilhação". Entre inúmeros depoimentos, ao discorrer a respeito do sentido do sofrimento, Amélia dizia: *Porque ainda não cheguei aonde eu queria, até a minha casa de tijolo com tudo dentro. Ainda não cheguei até um emprego bom, porque hoje em dia só vale a pessoa que é empregada. Quem não tem emprego não vale nada aqui dentro de São Luís, porque tudo é comprado. Você não vai nem na casa do vizinho porque o vizinho não vai dar um prato de comida todos os dias para você. Aqui é totalmente diferente, se você tem, você come, se não tem, não come. Eu não ando de porta em porta nem mando meus filhos pedindo porque eu posso e quero dar.* E mais adiante acrescentava: *Aqui a água é um sofrimento. Também não tem uma igreja. Eu queria que viesse uma feira mais perto para a gente poder trabalhar. Também queria que viesse um hospital para a gente conseguir uma consulta, porque sempre carece dormir em fila, a pior luta que tem. Os hospitais ficam todos longe e tudo depende de dinheiro; a passagem de ônibus é muito cara e hoje em dia tem gente que não ganha um salário para poder se manter, não tem salário mínimo que chegue para comprar remédio e comprar outras coisas para colocar dentro de casa*.[88]

Desta forma, o "sofrimento" está colado à pobreza e é uma de suas conseqüências. Com efeito, a "vida de sofrimento" deriva de suas condições de carência (pobreza) tanto de bens materiais como da possibilidade de inverter ou mudar essa situação (ascensão social). Em alguns casos, o termo substitui o próprio conceito de pobreza: *A minha vida foi de sofrimento. Ainda estou sofrendo*.[89] Às

[87] "O sofrimento, desse modo, está no bojo de uma série de problemas e emoções que têm suas origens e conseqüências nas injustiças que as forças sociais podem infligir na experiência humana. Resulta do que Paul Farmer denominou de violência estrutural, isto é, do que o poder político, econômico e institucional faz ao povo e, reciprocamente, de como essas formas de poder influenciam respostas a problemas sociais. Incluídas sob a categoria de 'sofrimento social' estão condições que são quase sempre divididas em campos separados e que envolvem, simultaneamente, temas de saúde, bem-estar e temas legais, morais/ éticos e religiosos. Além disso, o sofrimento social, com freqüência, está associado às ações dos poderosos e tem sua visibilidade na esfera pública, contrastando com aquele sofrimento que se desenrola dentro da esfera privada e tem o indivíduo como seu principal sujeito. Fatores de gênero, etnicidade e *status* socioeconômico podem ser solicitados, cada qual a desempenhar um papel para levar indivíduos e grupos vulneráveis ao extremo sofrimento humano". BARRETO, Maria Cristina Rocha. "Individualismo e conflito como fonte de sofrimento social"; *in* **Política & Trabalho, nº** 17, set. 2001. Citação p. 16.

[88] Dona Amélia trabalha esporadicamente como vendedora em feiras.

[89] Depoimento de Dona Antonia, moradora em Canudos.

vezes o sofrimento é associado também à perda da antiga sociabilidade e à busca, sem sucesso, de um novo espaço acolhedor.[90]

Além das razões aludidas, o sofrimento decorre também da redefinição das relações de trabalho que, de forma mais drástica, atinge os setores da população oriundos do mundo rural, geralmente com baixa escolaridade e nenhuma especialização. Em Canudos, como destacado, é elevado o número de responsáveis por domicílios desempregados, subempregados ou ocupados em serviços esporádicos, sem garantias, proteção e de escasso valor social.[91] Se a integração social depender do "trabalho", o caminho estará fechado para parcelas significativas dos moradores do bairro.[92]

Portanto, a humilhação se constitui num conceito chave para explicar os processos de dominação e submissão a que são relegados setores da população. Os depoimentos e as falas relativos às humilhações são extremamente fecundos, permeados de detalhes e carregados de sofrimento e revolta. As condições de pobreza material não têm, nos relatos, poder desumanizador tão grande. E estas condições não podem ser descritas quantitativamente. Além da força das expressões, adquirem importância ímpar a tonalidade da voz, os sentimentos que permeiam as palavras, o clima solene e, ao mesmo tempo, trágico com que as palavras são proferidas. Este ponto é fundamental na discussão, teórica e prática, da construção da possível igualdade mediada pela distribuição dos bens sociais. O que está em causa é a dimensão ética do problema. Não é apenas uma questão de distribuição de

---

[90] "A vivência real da exclusão é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras". MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. Citação p. 21.

[91] O valor atribuído às funções sociais depende da posição ocupada na estrutura social mais do que da importância ou necessidade social do trabalho. Quem, através do trabalho, consegue passar de uma posição para outra no âmbito da estrutura social, continua por um longo tempo sendo tratado como um "deslocado", uma espécie de "intruso", alguém "fora do lugar" tanto pelo grupo social do qual é originário como pelo grupo de destino. Os espaços e as posições geográficas e sociais parecem estar definidas *a priori* e regular os movimentos dos grupos e classes sociais. Deste modo, as desigualdades econômicas se articulam e misturam com as desigualdades de casta, favorecendo o desenvolvimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, amarrando a sociedade a formas de dominação políticas autoritárias.

[92] Retomando Simmel, Barreto lembra que o desenvolvimento da cultura moderna é caracterizado pelo predomínio do *"espírito objetivo"* sobre o *"subjetivo"* e a metrópole é o lugar que melhor expressa esse processo. "A divisão do trabalho exige do indivíduo essa especialização, essa diferenciação de forma sempre unilateral, desenvolvendo apenas alguns aspectos de sua personalidade e tornando-se apenas um elo na cadeia de dependências que parece sempre crescer no modo de vida urbano. Ao mesmo tempo, o espaço público de atuação se torna cada vez mais esvaziado de sentido, pois as relações que aí se travam têm o caráter quase que exclusivamente econômico, onde se oculta toda e qualquer referência ao pessoal, ao particular e ao privado. O conflito e o sofrimento devem ser vistos, então, como sociabilidades geradas por esta hipertrofia do espaço público sobre o privado, ao mesmo tempo em que ocorre o esvaziamento de sentido da vida pública. O espaço da individualidade fica então disperso e fechado, aumentando o espaço do individualismo, enquanto sofrimento socialmente expresso e o indivíduo, como ser único, praticamente se recolhe a suas esferas mais íntimas". BARRETO, Maria Cristina Rocha. "Individualismo e conflito como fonte de sofrimento social"; *in* **Política & Trabalho, nº** 17, set. 2001. Citação p. 30.

renda e sim também da necessidade de construção de relações que sejam capazes de eliminar todas as formas de dominação, de submissão e humilhação.[93]

Como ressaltado, a partir dos acampamentos, os assentamentos eram imaginados como o *locus* de superação das carências materiais e o espaço da integração social e da vida digna.[94] Os depoimentos colhidos revelam que o universo almejado não foi conquistado e está sendo deslocado para mais adiante, para o futuro.

> *Desde que vim para cá minha vida melhorou porque consegui essa terra que antes não tinha. Isso que é a minha melhora. Mas aqui não é como eu pensava que seria.*
>
> [Adalberto – Nova Conquista]

> *Antes a minha vida era melhor, hoje estou mais pobre. Tudo ficou mais difícil. Antigamente o dinheiro rendia e hoje não rende nada. A gente vive sempre na dificuldade, lutando para ver se dá.*
>
> [Lourdes - Canudos]

> *A situação hoje está mais difícil do que antes. Antes a gente comprava e hoje a geladeira está vazia. Antigamente achava serviço e as coisas eram mais baratas. Hoje está tudo difícil. O pobre vive triste e sofre porque não sabe como vai ser no dia de amanhã.*
>
> [Conceição - Canudos]

A possibilidade de transformação das estruturas e dos ordenamentos sociais e políticos depende da consciência quanto às configurações instituídas e da força mobilizada em vista de sua redefinição. Vontade política e transformação social não possuem necessariamente uma relação de dependência constitutiva, ou seja, a relação não se caracteriza inevitavelmente como um movimento de causa – efeito. Por si só a vontade não mobiliza força suficiente para, no embate político, redefinir

[93] Para Sen, os economistas de um modo geral analisam a desigualdade por uma esfera muito restrita, ou seja, pelo fator renda. Com isso perde-se de vista ou passam em segundo plano as privações relacionadas ao desemprego, à doença, ao baixo nível de instrução e à exclusão social. SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Citação p. 13.

[94] A dignidade de vida está associada também à possibilidade de construir percepções e torná-las publicas. Ver: RUGGIERO, Vincevnzo. **Movimento nella città. Gruppi in conflitto nella metropoli europea**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000. Referência à p. 100.

as configurações e estruturas sociais dominantes. O que os moradores de Canudos e de Nova Conquista parecem revelar é uma consciência acentuada quanto às suas condições de pobreza e dependência e uma notável dificuldade, que tem causas estruturais e não apenas individuais, de articular e canalizar esse potencial para o campo da disputa política em vista de uma (re)configuração do ordenamento social. Alguns dados contribuem para caracterizar esta ambigüidade. Em Canudos, mais de 80% dos moradores entrevistados[95] reconheciam que viviam divididos, que era cada um por si. Contrastava com a visão do acampamento, onde *todo mundo vivia unido como se fosse uma só família*. Em relação às formas de organização do bairro, somente 44,2% admitiam que eram de confiança[96] e 42,6% que tinham participado de algumas delas. Entretanto, quando o olhar se voltava para o acampamento, mais de 80% declaravam terem tido participação ativa. O mesmo processo se verificava em Nova Conquista onde a maioria absoluta dos assentados admitia que as relações entre os assentados eram problemáticas. Com efeito, 43,64% do total reconheciam que viviam divididos e 27,27% que cada um vivia por conta. Constituíam evidências de que a antiga unidade social estava sendo substituída ou redefinida por uma nova sociabilidade.

Nesta passagem, a responsabilidade de buscar a solução dos problemas era atribuição dos poderes públicos, isto é, do "governo". Desta maneira, a articulação entre as antigas relações patrimoniais e as novas políticas públicas operava de forma ambígua na construção do espaço político, recriando, em outros níveis, as relações de dependência e do favor. Assim, em Canudos, os recursos públicos canalizados com vista à urbanização do bairro acabam assumindo um caráter pessoal que os identifica com o gestor, administrador ou político, considerados pelos moradores como benfeitores.[97] Estes conseguem agregar no mesmo espaço interesses antagônicos: de um lado favorecem o desenvolvimento e a integração do bairro, propiciando a entrada de grupos diretamente

[95] Os dados referem-se à "pesquisa dirigida" que contemplou a aplicação de 61 questionários com base em critérios previamente estabelecidos.

[96] Por meio das entrevistas foi possível perceber que, em muitos casos, a confiança depositada nos organismos de representação do bairro está diretamente relacionada aos benefícios materiais e sociais que aqueles organismos conseguem angariar e encaminhar para o bairro. Por causa disso, entre os setores das classes subalternas submetidos a situações e condições de privação, aos poucos as formas de representação passam das mãos dos movimentos populares – forma direta – para a gestão e o controle de políticos locais que usam os bens públicos para estabelecer suas bases eleitorais. Ao canalizar recursos públicos para determinadas áreas como se representassem benefícios pessoais, os poderes públicos recriam a dependência e o favor nas relações com as classes subalternas.

[97] "A política do favor, base e fundamento do Estado brasileiro, não permite nem comporta a distinção entre o público e o privado". MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994. Citação p. 20. "A lógica da dádiva patrimonial, autoritária por natureza, porque faz os bens circularem verticalmente, de cima para baixo, expressa a estratégia de poder desenvolvida por esses grupos oligárquicos para controlarem os mecanismos de captação e de distribuição de recursos públicos e coletivos, no contexto da modernização periférica". MARTINS, Paulo Henrique. "Cultura autoritária da brasilidade"; *in* SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca e PORTO, Maria Stella Grossi (org.). **A contemporaneidade brasileira: dilemas para a imaginação sociológica**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. Citação p. 312.

ligados aos interesses dominantes e, do outro, se apresentam aos olhos dos moradores como "pais bondosos" que cuidam dos interesses dos menos favorecidos. Neste sentido, as obras ou os benefícios públicos aparecem associados a alguma pessoa influente. Deste modo, o público ganha existência personalizada, isto é, afirma-se enquanto negação de si mesmo.

As ambigüidades que permeiam e caracterizam os processos de ressocialização estudados se expressam na dupla direção que as mobilizações dos moradores e dos assentados adquirem. De um lado, a consciência da exclusão os leva a colocar as questões da dignidade de vida, trabalho, educação, saúde, entre outras, em termos de direitos e, do outro, os encaminhamentos assumem o caráter da dependência e do favor para com o Estado, a quem cabe resolver os problemas.[98]

Apesar da ambivalência, é possível afirmar que a questão das lutas de classes, que tinha desaparecido de muitos discursos e análises, retorna como categoria compreensiva e explicativa dos processos sociais quando estes são investigados pela ótica das classes subalternas. As formas de exclusão, a pobreza e as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais têm um caráter de classe. O movimento de reorganização e redefinição da sociedade mantém a estrutura excludente e reproduz a dependência e a submissão das classes subalternas. Os poderes instituídos são mobilizados tendo em vista reproduzir estas condições, ainda que em outros níveis. Não encontrando espaços públicos abertos, a consciência das classes subalternas não se transforma em força política capaz de romper com a lógica da excludência e de fundar as bases de uma socialização na igualdade, tendo como horizonte a emancipação humana.

> *Pobre não tem valor para a sociedade, para o mundo, para os ricos. O pobre não entra onde o rico entra; sempre fica fora. Se não fossem os pobres, os ricos também não seriam ricos porque são os pobres que trabalham para os ricos.*[99] *Os pobres é que botam eles lá em cima. Os ricos mandam porque têm dinheiro e hoje o dinheiro compra tudo. Se você não tiver dinheiro não vale nada, nem vive*.
>
> [Conceição - Canudos]

[98] Não há dúvida de que essa relação paternalista é vivenciada desta maneira pelas classes subalternas porque é reproduzida em termos estruturais pelo próprio Estado.

[99] Isto mostra que ricos e pobres se constituem reciprocamente dentro de um movimento unitário de configuração do social. De um ponto de vista teórico interpretativo reproduz-se, em outro nível, o que Ianni dizia do escravo e do senhor: "A elaboração do escravo reproduz, ao mesmo tempo e necessariamente, o senhor, pois que um inexiste sem o outro. A casta dos cativos e a casta dos senhores definem-se reciprocamente, e somente podem ser conhecidas desse modo, já que ambas criam-se historicamente uma à outra". IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. Sao Paulo: Difel, 1962. Citação p. 156.

O pobre vive humilhado e escravizado. Se quiser viver, o pobre tem que trabalhar para o rico. Os ricos têm como mandar e os pobres têm que fazer calados para manter o emprego e ganhar aquele pouquinho para sobreviver e não ter que ficar na rua pedindo, mendigando. Assim os pobres têm que agüentar a humilhação.

[Tereza - Canudos]

O pobre não entra onde o rico entra; sempre fica fora. A afirmação aponta para a produção desigual dos espaços físicos e sociais que decorre das desigualdades que constituem e reproduzem a estrutura social. A consciência da excludência mostra que o problema não tem a ver apenas com a impossibilidade de freqüentar lugares determinados, mas, sobretudo, com o movimento de inclusão e integração social ao qual os pobres não têm acesso. No universo dos ricos, os pobres não têm como entrar, por sua condição de pobres. Trata-se de uma condição estrutural, portanto difícil de ser mudada, a não ser mediante uma transformação da estrutura social. É neste sentido que a maioria dos depoimentos aponta para a impossibilidade de convivência pacífica entre ricos e pobres.[100]

Enquanto processo social, a pobreza está associada a formas de discriminação que vão além dos bens materiais. Por isso, adquire um caráter de classe e, posto que os vários grupos sociais ocupam espaços diferenciados, assume necessariamente uma conotação espacial, ou seja, os espaços desiguais onde as diferentes classes sociais vivem são construídos dentro do mesmo processo que produz as desigualdades de classes. Neste sentido, os moradores de Canudos não freqüentam os lugares nos quais poderiam sofrer algum tipo de discriminação por causa de suas condições materiais e sociais.[101] Ao mesmo tempo, diante de determinadas formas de discriminação que resultam de direitos negados, nem sempre recorrem às instâncias apropriadas para conseguir reparação. Afirmam que as condições de pobreza os colocam em posição de desvantagem na disputas daquilo que lhes foi negado.[102] Na realidade, a primeira negação já mostrava qual o lugar a eles reservado na composição

[100] Desmontando o mito da cordialidade como característica constitutiva das relações entre grupos, classes e povos existentes no país.

[101] Ianni afirma que as manifestações de formas de discriminação não são ingênuas ou inócuas, pelo contrário, constituem "técnicas de preservação de interesses e privilégios" e a nível interpretativo podem ser vistas "como elementos que impedem ou dificultam a instauração ou expansão de relações democráticas, obstruindo a circulação das pessoas, segundo a sua competência ou qualificação". IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 3ª edição revista e acrescida de novos capítulos. Citação p. 331-332.

[102] As constantes derrotas políticas que se traduzem na reprodução das formas de submissão a que são sistematicamente relegados amplos setores das classes subalternas, processo que se expressa no conjunto das desigualdades sociais, conduzem a que estas classes deixem de aspirar a coisas que em outras circunstâncias desejariam. Ao elaborar sua crítica à visão utilitarista, Sen afirma que isto não deve ser interpretado como se as pessoas deixassem de atribuir valor àqueles bens e sim como uma ausência de esperança e o medo da inevitável frustração. O perdedor lida com as desigualdades sociais ajustando seus desejos às possibilidades de realização. SEN, Amartya. **Il tenore di vita. Tra benessere e libertà**. Venezia: Marsilio, 1998. Referência à p. 44.

do social.

Nestas afirmações e modos de proceder está contido o reconhecimento de que existem espaços diferenciados e desiguais e, para não freqüentá-los, os depoentes devem obrigatoriamente identificá-los geográfica e socialmente. Então, como construir a unidade social, uma vez que esta supõe a homogeneidade espacial, se existem desigualdades de espaços e classes? Fica evidente que o problema não reside exclusivamente na distribuição dos espaços, mas, sobretudo, na produção da desigualdade dos espaços que, na realidade, são desigualdades sociais.

Um aspecto que contribui para caracterizar a natureza das relações que configuram determinados ordenamentos sociais é aquele relativo às formas e ao sentido que os grupos e as classes sociais envolvidos atribuem aos processos nos quais estão inseridos. O caráter do social não está todo contido nas configurações e nos ordenamentos que resultam do enfrentamento e equacionamento de tensões e conflitos sociais, ou seja, a complexidade e heterogeneidade dos processos sociais não se esgotam nos seus resultados. Se forem muitos os interesses e as propostas contidas nos processos históricos, muitas serão também as possibilidades de desenvolvimento histórico. As configurações hegemônicas sempre acabam encobrindo, senão banindo, outras possibilidades contidas no movimento do social. É por isso que a investigação deve reconstituir os processos sociais e não se fixar nos seus resultados.[103]

A consciência dos grupos e das classes sociais não pode ser medida nem interpretada a partir dos resultados de suas ações e articulações políticas. A relação entre a consciência e as configurações sociais não é de causa - efeito. As derrotas e as formas de exclusão a que foram historicamente submetidas as classes populares e os movimentos sociais nos embates pela configuração da sociabilidade foram, às vezes, associadas à sua falta de consciência política. Com isso, não foi devidamente considerada a força estruturante da própria estrutura social.[104] Atribuir à consciência a responsabilidade pelas configurações sociais é colocá-la no âmbito da competência. Dentro desta lógica, afirmar que as classes populares não ocupam espaços nas esferas e instâncias de decisão

[103] "Se a aproximação à análise do sistema mundial for feita a partir dos sujeitos em conflito e não de suas expressões coisificadas, é possível perceber o problema da competência como um campo de batalha no qual a posição e as estratégias empregadas são os elementos de definição dos resultados". CECENA, Ana Esther. "Estrategias de dominación y planos de construcción de la hegemonía mundial". Em **Fórum Social Mundial** 2001. Biblioteca das Alternativas.

[104] A estrutura social não tem vida própria nem age por si. O que se quer ressaltar é que uma vez instituído, determinado ordenamento adquire poder normativo e, com isso, conduz, regula, controla e, se for o caso, reprime as forças que constituem seu universo social.

política porque não teriam competência para isso é apenas um passo.[105] Dando mais um passo, também as condições de pobreza e excludência seriam conseqüência da falta de consciência, ou seja, de competência.[106]

Os agentes dos movimentos sociais que constituem os processos em andamento em Canudos e Nova Conquista mostram ter consciência de sua dependência, das formas de subordinação e humilhação a que são submetidos. Por causa dessas condições, percebem a própria incapacidade ou impossibilidade de redefinir aqueles ordenamentos, a não ser que as mobilizações consigam se articular em termos de redefinição da estrutura social. Possuem aquela que pode ser definida como a consciência estrutural da subjugação. Considerada a partir dos resultados, isto é, da superação das formas de submissão, a conclusão lógica seria a falta de consciência. A consciência das condições sociais por si só não é suficiente para redefinir os ordenamentos sociais. Os moradores do bairro elaboram suas interpretações dos processos nos quais estão envolvidos e são reiteradamente derrotados nas lutas políticas pela igualdade e emancipação social.

As interpretações

> *Pobre é aquele que vive com o salário que o governo paga hoje. Aquele que não tem onde morar e vive pedindo esmola, esse é miserável. Aquele que vive na dependência dos outros é miserável. Tem o miserável, tem o pobre e aí vai subindo até chegar à classe que é riquíssima. A linha que separa o pobre do rico é você comer o resto dos outros.*
>
> [João Paulo – Canudos]

As desigualdades constituem a principal característica da questão social no Brasil. Há quase que unanimidade tanto entre os pesquisadores como entre os diferentes setores das classes sociais em

[105] É sobre esta base que se funda e legitima o poder das elites. As massas populares são amorfas e incapazes. Por isso, devem ser conduzidas, ordenadas, representadas. "A massa (...) é uma coletividade forte, impressionante, mas que depende de instituições, regras, objetivos e meios para organizar-se, manifestar-se. Caso contrário, transborda dos limites do razoável, da conveniência, da ordem. Por isso, depende da *elite*. Esta é que pode lhe oferecer referências, norte, sentido. O contraponto necessário da massa é a elite que dirige, comanda, organiza, governa, manda". IANNI, Octavio. **A sociologia e o mundo moderno**. São Paulo: EDUC – Editora da PUC, 1988. Serie textos em Ciências Sociais, n°5.
[106] Percebe-se, então, como concepções conservadoras e modernas se articulam e misturam.

reconhecer isso[107]. De um ponto de vista da interpretação histórica corresponde àquilo que foi definido como "ausência do povo no poder".[108] As divergências se fazem marcantes na hora de investigar as causas e apontar possibilidades de superação.[109] O contraponto das desigualdades é posto na igualdade. De um modo geral, as relações entre a concepção ontológica da igualdade e suas mediações históricas são mediadas por interesses e visões que formatam propostas de sociabilidade diferentes e, às vezes, divergentes. Uns procuram salvaguardar a liberdade e as potencialidades dos indivíduos, outros, mesmo reconhecendo as diferenças e peculiaridades individuais, escolhem como ponto focal a comunidade, a coletividade. Uns acentuam a igualdade de oportunidades e outros vão além e acrescentam a igualdade de condições. Sen afirma que são muitas as variáveis focais, e a igualdade em termos de uma variável pode não coincidir com a igualdade na escala de outra[110]. De todo modo, as formas de socialização que têm no princípio da igualdade seu referencial básico e seu horizonte devem responder aos desafios das desigualdades.[111]

Duas questões – teóricas e históricas - são relevantes na análise das desigualdades:

a) o tema da desigualdade fundamenta-se numa concepção ética da igualdade, concepção que tem necessariamente um caráter ontológico;

[107] Reis fez um estudo sobre as "percepções da elite sobre pobreza e desigualdade", uma vez que "a questão da visão das elites não pode ser subestimada, pois o papel delas na formulação e implementação de políticas sociais é inquestionável". Constatou, então, que esta coloca a pobreza e a desigualdade como problemas fundamentais da sociedade brasileira, mas suas raízes estariam no "insuficiente crescimento econômico". Com pertinência a autora pergunta: "Se é bastante consensual que a pobreza e a desigualdade constituem problemas centrais na sociedade brasileira, por que não tem havido progressos massivos na política social? Por que fracassam nossas políticas sociais? Por que elas falham em criar condições de igualdade de oportunidade?". São interrogações que permanecem em aberto. REIS, Elisa P. "Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000.

[108] FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980. Citação p. 9. O autor destaca duas "tradições salientes" que caracterizam a formação e constituição da sociedade brasileira: a) a exclusão do povo da história que se equaciona em termos de "falta de participação"; b) "presença absorvente e intolerante dos estratos dominantes das classes possuidoras". Referências às p. 135-137.

[109] De acordo com o estudo de Reis, falta às elites brasileiras uma noção de responsabilidade social e "a ameaça da desigualdade pesa, sobretudo, como uma ameaça à manutenção da ordem e da segurança pessoal. É, sobretudo, a problemática da segurança e da manutenção da ordem nas grandes cidades que parece assustar as elites". *Idem.*

[110] SEN, Amartya. **La diseguaglianza: un riesame critico**. Bologna: Il mulino, 2000. Citação p. 17.

[111] Devido ao caráter das desigualdades, no Brasil os processos construtores da igualdade devem contemplar tanto a igualdade de oportunidades como a igualdade de condições, medidas de ação afirmativa, ações reparadoras, sistema de cotas e devem referenciar não apenas ao indivíduo, mas às comunidades, às coletividades, às classes sociais. E isso porque as desigualdades assumiram um caráter étnico, racial, de gênero, de classe.

b) as análises contemporâneas das desigualdades estão inscritas no âmbito espacial e teórico das fronteiras do Estado nacional. Resultam do processo de desenvolvimento nacional e, ao mesmo tempo, o caracterizam.[112].

No Brasil os estudos voltados para o tema da desigualdade assumiram conotações de cunho mais econômico do que propriamente sociológico.[113] Em decorrência disso, as interpretações e as sugestões[114] em vista de configurações mais igualitárias acabaram mais associadas ao processo produtivo do que à estrutura e aos mecanismos de reprodução do social.[115]

Por causa das condições de extrema pobreza em que vivem amplas parcelas da população no país, às vezes questões éticas, sociais e políticas acabam se entrecruzando, misturando e configurando as análises interpretativas. É o caso da "pobreza", que teria uma base moral, e da "desigualdade", concebida como categoria científica.[116] Schwartzman chega a afirmar que "a nova agenda da pobreza caracteriza-se pelo forte tom moral de seus proponentes e pela crença no poder redentor da vontade

[112] Considerando que as desigualdades expressam uma das características da questão social e esta foi pensada e, de certa forma, moldada em conformidade com a questão nacional, o processo de globalização em andamento está redefinindo também as bases sociais das desigualdades. Ao redefinir a questão nacional, a globalização redefine a própria questão social e, conseqüentemente, as desigualdades. Analisadas sob um determinado ponto de vista, pode-se inferir que é nesse movimento de ampliação, de alargamento, que é, ao mesmo tempo, espacial e teórico que as desigualdades adquirem um novo caráter. É no bojo deste processo que ganham importância e força os "direitos". Embora estes estejam caracterizados pelo conflito que decorre da ambigüidade da relação entre uma tendência à sua codificação e a necessidade de uma permanente redefinição, estão se constituindo em princípios normativos e parâmetros de avaliação / julgamento de políticas regionais e nacionais.

[113] É esta a leitura de Reis quando escreve que "Pobreza e desigualdade são temas tradicionais das ciências sociais, embora no Brasil os economistas pareçam às vezes mais preocupados com essa questão do que os sociólogos, antropólogos ou cientistas políticos" e acrescenta: "No que diz respeito à desigualdade, são ainda mais escassas as análises disponíveis fora do âmbito da Economia. Com a notável exceção de alguns poucos estudos sobre estratificação, falta-nos um programa de pesquisa mais amplo que lance luz sobre a dinâmica das estruturas de desigualdade". REIS, Elisa P. "Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000.

[114] Qual a relação entre a investigação científica e a questão social? A função da ciência restringe-se à compreensão, interpretação e análise da questão social ou deve assumir também um compromisso com as configurações sociais possíveis? Há muita polêmica e divergência a respeito disso. Veca afirma: "Uma das maneiras de dar um sentido à atividade filosófica, não o único, é aquela de conceituá-la como a atividade de construção de *mundos vivíveis*, dignos – à luz da melhor interpretação das situações humanas do mundo – de ser habitados por seres como nós somos (filosoficamente) definidos. Um mundo vivível é um mundo que nós estaríamos dispostos a reconhecer como 'nosso', como um mundo que vale a pena de habitar, um mundo que tem um sentido e merece ser descrito". VECA, Salvatore. **Della lealtà civile. Saggi e messaggi nella bottiglia**. Milano: Feltrinelli, 1998. Citação p. 69.

[115] Prevaleceu, portanto, a visão do "insuficiente crescimento econômico" da elite apontado por Reis.

[116] "Embora seja mister reconhecer que para amplas camadas da população a questão da sobrevivência material seja vivida dramaticamente, não há dúvidas que a desigualdade, e não a pobreza, é o aspecto distintivo da sociedade brasileira. Também é claro que desvantagens não materiais perpetuam e aprofundam nosso padrão de desigualdade na distribuição de bens e serviços". REIS, Elisa P. "Dossiê Desigualdade: Apresentação"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000.

política e da mobilização da comunidade".[117]

Considerado um conceito amorfo e, às vezes, substituído pela categoria "exclusão"[118], há ultimamente uma série de estudos que tentam traçar os contornos e conceituar a pobreza[119] a partir de critérios variados de medição.[120] Sem entrar no mérito da questão, que é polemica, importa ressaltar

---

[117] SCHWARTZMAN, Simon. "Brasil: a agenda social"; *in* BETHELL, Leslie (org.). **Brasil: fardo do passado, promessa do futuro. Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Citação p. 87.

[118] A categoria "exclusão" é usualmente mobilizada para abordar e analisar temas e problemas variados e, às vezes, diferenciados. Neste sentindo, aparece como conceito amorfo e indefinido. Elaborado inicialmente na França, o conceito de exclusão tem características diferentes. Com efeito, *vincula o econômico ao político e ao social* e, *além da cidadania e da inserção na sociedade nacional*, tem como referência *as fronteiras (não explicitadas) entre os grupos e a lógica classificatória*. ZALUAR, Alba. "Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 12, nº. 35, fev. 1997. De certo modo, a exclusão visa dar conta dos processos de profundas transformações que redefinem e reestruturam as sociedades contemporâneas, ou seja, seria uma maneira de compreender os movimentos societários e não apenas estudar as condições e as reações de determinados grupos sociais, ainda que os mais expostos.

[119] Ao estabelecer o primeiro contato com os moradores de Canudos e assentados de Nova Conquista, houve, inicialmente, um choque decorrente da constatação das condições de extrema privação de grande parte daquela população. A superposição e os entrecruzamentos de conceitos, categorias, concepções e sentimentos pareciam embaralhar o meio de campo, dificultando o trabalho de indagação. Repentinamente, a separação, para efeito de investigação, dos componentes daquele universo social tornava-se tarefa complexa, um desafio pois as dimensões sociológicas e éticas estavam misturadas. Como, então, fazer a separação entre as categorias cientificas e as dimensões sentimentais e afetivas? Num primeiro momento o incômodo foi contornado priorizando um dos dois pólos e colocando o outro numa posição de "não interferência". Era necessário se distanciar das sensações de desconforto provocadas pelas relações entre os valores éticos que constituem o indivíduo enquanto ser humano da realidade empírica que devia ser decifrada pela investigação do indivíduo enquanto cientista social. Era este o caminho apontado pelos manuais clássicos das ciências sociais. Deviam ser mobilizados mecanismos que permitissem o alheamento, o distanciamento do sujeito investigante para com o objeto investigado. Contudo, o dilema se reapresentava a cada instante e em todas as instâncias. O resultado foi que o enfrentamento daquele desafio e a busca de uma saída plausível contribuíram para uma redefinição da metodologia de investigação. O problema não seria equacionado eliminando algumas de suas dimensões constitutivas e sim decifrando o caráter de sua articulação. Não se tratava, portanto, de colocar a investigação sociológica em contraposição ao universo dos valores éticos e das sensações e sentimentos dos sujeitos históricos, e sim analisar suas articulações a partir de experiências empíricas, ou seja, de processos de socialização concretos. A busca incessante de uma explicação científica se fundamentava, em última instância, no princípio de que a explicação se constituía num valor e seu desenvolvimento gerava um ajuste, inclusive sentimental e afetivo, do sujeito investigante com o objeto investigado. Assumimos, então, que a "pobreza" possui dimensões ético-valorativas e dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais e é passível de se configurar numa categoria analítica de processos sociais. Com efeito, o impacto daquela primeira abordagem que parece encontrar sua razão de ser no mundo dos valores, ou seja, no universo da ética, resulta de um processo histórico de múltiplas e diferentes relações que deve ser reconstituído em suas articulações, inclusive para decifrar o caráter da própria pobreza. E a porta de entrada, ou seja, o impacto de cunho ético, configura-se num elemento constitutivo do processo e não num aspecto que deva ser escamoteado ou silenciado. Para um aprofundamento da relação entre a emoção e a construção social, ver: ARAUJO, Maria de Fátima S. "A emoção e a construção do social"; *in* **Política & Trabalho**, nº 17, set. 2001, p. 33-45.

[120] São vários os textos para discussão publicados pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que abordam a temática. Entre outros: MEDEIROS, Marcelo. "A Construção de uma Linha de Riqueza a Partir da Linha de Pobreza"; *in* **IPEA**- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, jul. 2001. Texto para discussão n° 812; "Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil"; *in* **IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, out. 2003. Texto para discussão n° 984. ROCHA, Sonia. "Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil"; *in* **IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, abr. 2000. Texto para discussão n° 720; " Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real"; *in* **IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, abr. 2000. Texto para discussão n° 721. BARROS, Ricardo Paes e MENDONÇA, Rosane Silva Pinto. "Os determinantes da desigualdade no Brasil"; *in* **IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.Rio de Janeiro, jul. 1995. Texto para discussão n° 377.

que as condições de vida dos "pobres" compõem, junto com outras categorias e grupos sociais, o universo de específicas unidades sociais. Não representam, portanto, categorias ou dimensões marginais ao processo social. Pelo contrário, são partes constitutivas deste. Neste sentido o caráter da pobreza deve ser buscado no movimento de formação e desenvolvimento do social. Deste modo, a pobreza não se explica por si nem exclusivamente a partir das condições de carência material e social dos pobres. Pobreza e riqueza, carência e abundância, expropriação e distribuição, desigualdade e igualdade, entre outras, são relações e processos sociais. Infere-se, então, que a pobreza está inscrita no movimento de produção da riqueza, de formação e desenvolvimento das desigualdades de classe, étnicas, raciais, de gênero e outras socialmente construídas e reproduzidas.

São inúmeros os trabalhos voltados para a interpretação da questão social no Brasil que apontam para as desigualdades[121] como sendo uma de suas características mais marcantes e persistentes. Estudos comparativos mostram que, nas últimas décadas, estas mantiveram "um comportamento de relativa estabilidade".[122] Ramos e Vieira[123] mostram que os níveis de desigualdade observados em 1999 foram, para todos os efeitos práticos, os mesmos de 1981. Desta maneira, a realidade distributiva do Brasil continua pautada pela iniqüidade.[124] Neste sentido, a reprodução das desigualdades mostra que a estrutura social do país muda, mas não se redefine no sentido de integração e emancipação de setores das classes populares historicamente mantidos em condições de precariedade econômica e submissão política.

---

[121] "A maior parte das teorias sobre a desigualdade social permanece estreitamente relacionada com o processo de produção, sua organização e seus resultados. Além disso, a linguagem usual dessas teorias continua presa a um imaginário em que os agentes aparecem como *criaturas inflexíveis*, enredadas em estruturas de desigualdade de objetivo único, que impõem seu ritmo a indivíduos ou grupos passivos, muitas vezes por várias gerações. Já que os regimes de desigualdade são interpretados como inflexíveis e em grande parte unidimensionais, a estratificação é considerada abrupta e as conseqüências das desigualdades materiais são vistas como duradouras; assim, o discurso sobre a desigualdade tende a lidar com a coerção, ou seja, com as restrições, a vulnerabilidade e a efetiva impotência dos indivíduos e grupos perante os poderosos. Mas as novas realidades exigem uma nova linguagem que deveria acentuar a ação, a maleabilidade, a flexibilidade, a múltipla finalidade dos recursos, a volatilidade, a heterogeneidade das estruturas sociais". STHER, Nico. "Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000.

[122] BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. "Desigualdade e pobreza no Brasil"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 42, fev. 2000.

[123] RAMOS, Lauro e VIEIRA, Maria Lúcia. "Desigualdades de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes"; *in* **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, jun. 2001. Texto para discussão n° 803.

[124] "O Brasil foi fundado sobre o signo da desigualdade, da injustiça, da exclusão: capitanias hereditárias, sesmarias, latifúndio, Lei de Terras de 1850 (proibia o acesso à terra por aqueles que não detinham grandes quantias de dinheiro), escravidão, genocídio de índios, importação subsidiada de trabalhadores europeus miseráveis, autoritarismo e ideologia antipopular e racista das elites nacionais. Nenhuma preocupação com a democracia social, econômica e política. Toda resistência ao reconhecimento de direitos individuais e coletivos". GARCIA, Ronaldo Coutinho, "Iniqüidade social no Brasil: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento"; *in* **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, ago. 2003. Texto para discussão, n° 971.

No Brasil, por muito tempo prevaleceu a crença de que o desenvolvimento, a superação do atraso, a modernização e a integração no mercado mundial reduziriam as desigualdades e criariam uma maior equidade e justiça social. A igualdade foi vista como uma variável dependente da produção. Nesta linha de pensamento a igualdade era considerada uma conseqüência lógica do crescimento econômico[125], uma vez que este teria incrementado a produção de bens materiais (riqueza) que teria se revertido numa maior igualdade social[126]. Predominou, então, uma visão economicista que dificilmente colocava em discussão seu caráter e, em última instância, considerava a possibilidade da igualdade social como um produto do desenvolvimento econômico. Portanto, se a produção econômica era vista como o caminho necessário de superação das desigualdades, não havia por que questionar a produção e sim intensificá-la e tampouco havia razão para ficar discutindo a natureza das desigualdades, evidente nas pesquisas quantitativas, mas investir na sua superação através da produção. Na idéia de progresso estavam contidos os direitos e a emancipação de todos os grupos, movimentos e classes sociais. Com isso, a estrutura social não era questionada e as desigualdades, ainda que persistentes, apareciam como problemas marginais, uma espécie de acidente de percurso, questões de caráter administrativo, algo que seria facilmente equacionado com políticas voltadas para uma distribuição mais equânime da renda. Só que as próprias políticas distributivas sempre esbarraram com a rígida estrutura social, constantemente reproduzida pela ação do Estado, que sistematicamente impediu seu desenvolvimento enquanto políticas distributivas.[127] Em outras palavras, sempre foi a estrutura social a domesticar e redefinir as políticas publicas e não o contrário.

Devido à predominância deste modelo interpretativo, os resultados crescentes obtidos nos anos áureos das políticas de desenvolvimento acabaram adiando a discussão relativa à natureza das desigualdades e, conseqüentemente, ao caráter das políticas distributivas. Mais tarde constatou-se que

[125] Nesta concepção a igualdade perde qualquer caráter ontológico e transforma-se numa derivação da economia.
[126] Num estudo retomado por Stehr - STEHR, Nico. "Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 42, fev. 2000 -, Dahrendorf mostra que o aumento geral da riqueza privada acaba reduzindo, quando não inviabilizando, a possibilidade de aumento da riqueza pública. Desta feita, afirmar, por exemplo, que o PIB de uma região ou país aumentou num determinado período histórico pode encobrir ou induzir a enganos quanto às reais condições de vida daquela população se, ao mesmo tempo, os dados não revelarem como a riqueza está dividida e não fizerem uma distinção entre a riqueza pública e a privada. Em outras palavras, os indicadores que medem a riqueza geral podem se omitir quanto à distribuição e às formas de distribuição dos bens entre a população. A visão utilitarista esconde, neste caso, as formas de apropriação e, portanto, de distribuição, dos bens materiais e sociais. Disso resulta que a perspectiva quantitativa ligada à visão vertical da medição das desigualdades dificulta a análise das dimensões qualitativas tais, como as condições de vida e a participação política que não pode ser reduzida à extensão das eleições.
[127] As raízes da desigualdade social estão inscritas na cultura política brasileira. SALES, Teresa. "Caminhos da cidadania. Comentários adicionais"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**; nº 25, ano 9, jun. 1994. Ver também: "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**; nº 25, ano 9, jun. 1994.

a redução das desigualdades econômicas não acompanhava a produção de riqueza, pelo contrário, as estatísticas mostravam que a estratificação social não mudava e as desigualdades eram reproduzidas no bojo do próprio desenvolvimento econômico. Também a estrutura de poder não mudava substancialmente, e não podia ser diferente, pois era ela que dava sustentação, coesão e legitimidade ao processo.

Pelo exposto, fica evidente que as reflexões, discussões e investigações relativas às desigualdades não podem ser consideradas exclusivamente a partir da produção, mas, como os movimentos sociais estudados apontam, devem ser incorporadas e (re)construídas a partir da reprodução do social.

A análise do desenvolvimento econômico no contexto mais amplo do processo de socialização mostra que a expressão mais visível das desigualdades – os indicadores da distribuição da riqueza -, não deve escamotear ou ofuscar seu caráter político e social. Com efeito, as desigualdades decorrentes da apropriação e concentração das riquezas resultam de um processo que reproduz, de forma reiterada, as próprias desigualdades. Assim **as desigualdades aparecem inscritas na lógica e dinâmica do processo de socialização**. A análise crítica deste processo mostra que o ciclo de reprodução da lógica de acumulação – negação da distribuição –, está diretamente relacionado à exclusão de setores da população dos bens materiais e de participação nas instâncias de poder. É esta condição de excludência – social, econômica, política e cultural – que dificulta a ação dos setores populares e movimentos sociais e impede que as questões postas a partir das desigualdades sociais ganhem um caráter político. Em termos de processos históricos, então, suas mobilizações não conseguem redefinir a estrutura social, apenas reformar aspectos marginais. A reprodução da estrutura social contempla também a reprodução de suas condições de exclusão, ou seja, constituem o que foi definido como processo de excludência. Neste sentido, a redefinição da socialização terá impreterivelmente uma relação conflitante com a ordem instituída e, para se desenvolver, deverá necessariamente alargar o espaço da política e reformular os arranjos institucionais. **O igualitarismo requer a existência de uma nova esfera pública**[128]. Com efeito, **a cidadania é um modo como as relações sociais são ordenadas**. As relações e ações sociais são mediadas por uma determinada concepção de direito e de justiça.[129]

---

[128] COHEN, Joshua. "Igualitariamo, internacionalização e cidadania"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14 n° 44, out. 2000.

[129] "A natureza da cidadania social afeta a qualidade da cidadania civil tanto quanto a da cidadania política. (...) Jelin (...) observou que uma efetiva transição para a democracia deve fazer mais que desarticular as formas antidemocráticas de exercício do poder; deve mudar as práticas e crenças das elites e das populações a respeito dos direitos e das obrigações civis. No mesmo sentido, o desenvolvimento da cidadania social pode ser usado pelas elites para evitar a extensão das cidadanias civil e política (...)". ROBERTS, Bryan R. "A dimensão social da cidadania"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**; n. 33, ano 12, fev. 1997.

Pode-se, então, dizer que as desigualdades possuem dimensões econômicas, políticas e sociais que, articuladas, constituem a ordem social e regulam seus movimentos. Conseqüentemente, estão inscritas e constituem o processo de formação e desenvolvimento social e não são apenas um de seus resultados. É por causa disso que têm uma intensidade e uma estabilidade que atravessam as sucessivas épocas históricas e se reproduzem sob diferentes regimes políticos. Os estudos de Barros, Henriques e Mendonça mostram que o Brasil, um país com renda *per capita* relativamente elevada, possui um dos mais elevados graus de desigualdade e que, apesar das transformações macroeconômicas ocorridas nas últimas décadas, essa desigualdade manteve-se estável. "A análise atenta do período 1977-1998 revela, de forma contundente, que muito mais importante do que as pequenas flutuações observadas na desigualdade é a inacreditável estabilidade da intensa desigualdade de renda que acompanha a sociedade brasileira ao longo de todos esses anos". Assim, os autores chegam a afirmar que o Brasil vive "uma perversa simetria social". [130]

Neste sentido, para enfrentar as desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira, as políticas distributivas não podem ficar restritas aos aspectos econômicos – produção -, isto é, à distribuição de alguns benefícios materiais, mas devem contemplar uma redefinição da estrutura social de tal forma que, tendo por base princípios de justiça e equidade, possa incorporar e favorecer a participação política dos diferentes grupos e classes sociais.

Em algumas interpretações o conceito de 'ação distributiva', considerado o caminho de superação das desigualdades, remete a um núcleo de princípios, valores, regras e instituições que estariam acima de interesses particulares. Em decorrência disso, a distribuição seria neutra e não resultaria de relações conflitantes. Longe disso, sua função seria a de dirimir conflitos e tensões. Na realidade, por se constituírem num conjunto de relações sociais, as ações distributivas são formas de administrar conflitos e, portanto, refletem a correlação de forças existente entre grupos e classes sociais em determinadas épocas e unidades sociais. Neste sentido, as relações entre indivíduos, grupos, classes sociais, povos e instituições podem ser mensuradas a partir e na perspectiva da "distribuição" de bens materiais, sociais, políticos e culturais. Aquelas que aparecem como desigualdades na distribuição de terra, renda e outros bens socialmente produzidos são também desigualdades políticas e sociais. Deste modo, se, a partir de princípios de igualdade e equidade social, a distribuição não consegue submeter, domesticar e regular o poder da acumulação inscrito no movimento de produção do social,

[130] BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. "Desigualdade e pobreza no Brasil"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000.

determinado pelo mercado, é ilusório imaginar que, por si só, o incremento de formas de distribuição de alguns bens crie uma estrutura social mais igualitária e justa. Pelo contrário, numa sociedade estruturalmente patrimonialista, a distribuição de bens visa manter e reproduzir a estrutura social. Por isso, para romper o círculo de dependência do Estado e evitar assim que o contingente de pobres e miseráveis seja constantemente renovado, é necessário um sistema de proteção universal.[131]

Em relação especificamente à pobreza, uma das expressões das desigualdades, sua existência é geralmente explicada a partir de dois processos básicos: a escassez de recursos disponíveis e a má distribuição dos recursos existentes. No caso concreto do Brasil, a pujança econômica - todos os indicadores colocam o país entre as grandes economias no cenário mundial - contrasta com a situação de extrema pobreza em que vivem parcelas consideráveis de sua população. Portanto, deve-se concluir que a origem da pobreza não reside na escassez de recursos, mas "deve ser investigada em outra esfera"[132], ou seja, no da distribuição. Assumir esse pressuposto analítico significa deslocar a reflexão da esfera eminentemente econômica para a política. E a análise política mostra que a produção de mais recursos pela via do crescimento econômico como forma de solucionar o problema das desigualdades e da pobreza – caminho continuamente repisado no Brasil – revela-se insuficiente[133], pois, ao não enfrentar o problema da estrutura social, propicia a reprodução da concentração acoplada à excludência. Neste contexto o crescimento econômico é permanentemente acompanhado do aumento da concentração das riquezas[134]. Em outras palavras, a distribuição dos bens sociais deve ser comandada e regulada por princípios políticos que, necessariamente, terão uma função normativa e não pelas leis da economia.

Como ressaltado, as desigualdades assumem características que são simultânea e articuladamente econômicas, políticas, sociais e culturais. Por conseguinte, as análises que se propõem apanhar suas dinâmicas constitutivas e as formulações políticas que têm em vista desencadear processos que visem a construção de relações mais equânimes e igualitárias, mesmo reconhecendo a especificidade de cada uma das esferas constitutivas da realidade social, devem ser capazes de decifrar seus nexos, suas

[131] LAVINAS, Lena. "Proteção social: sem compulsórios nem clientelas"; *in* **Teoria e Debate**, Fundação Perseu Abramo, ano 16, nº 55, set/out/nov 2003.
[132] *Idem*.
[133] Sérgio Besserman, então presidente do IBGE, reconhecia: "É menos difícil combater a pobreza do que a desigualdade". E acrescentava: "Para poder enfrentar a desigualdade é indispensável uma economia estável e em crescimento. São condições necessárias, mas não suficientes"; *in* **Folha de S. Paulo**, 5 de abril de 2001.
[134] "Na medida em que a renda média brasileira é significativamente superior à linha de pobreza, podemos associar a intensidade da pobreza à concentração de renda". BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. *Obra citada*.

articulações e movimentos. É necessário, portanto, apreender as esferas ou dimensões da vida social na dinâmica do processo e não separada e autonomamente. Com efeito, a característica dos processos é que são totalizadores, ou seja, articulam e dinamizam todas as dimensões da vida individual e coletiva. Reconhecer, então, que um determinado fenômeno é mais bem compreendido ou explicado se referenciado a uma determinada esfera,[135] não deve se traduzir em estreitamento analítico que leve a atribuir importância menor ou até desconsiderar as outras esferas.[136]

Na perspectiva da produção, as formas de redução das desigualdades fundamentam-se essencialmente sobre dois pilares: a) crescimento econômico – diminui a pobreza produzindo uma maior quantidade de bens materiais (riqueza) e; b) distribuição dos bens socialmente produzidos.

No caso concreto do Brasil, os sucessivos governos optaram pelo caminho do crescimento econômico, mantendo inalterada a estrutura de concentração dos bens sociais[137]. "Devemos concluir, com algum incômodo, que apesar da evidente importância da redistribuição de renda para o combate à pobreza no Brasil, os únicos mecanismos utilizados para reduzir a pobreza, além de extremamente limitados quanto ao seu impacto, resultam, de modo sistemático, do crescimento econômico. Acreditamos que essa estratégia, no limite uma "não-estratégia", é responsável, em grande medida, pela ineficácia no combate à pobreza ao longo das últimas décadas no país"[138].

Ao optar pelo crescimento econômico como caminho de superação das disparidades decorrentes das desigualdades sociais, realiza-se, na verdade, uma submissão das questões sociais e políticas à lógica da economia.[139] A colonização da política pela economia é acompanhada pela transposição dos

---

[135] WALZER, Michael. **Sfere di giustizia**. Milano: Feltrinelli, 1987.

[136] Nesta perspectiva, é possível fazer uma crítica às interpretações economicistas, comunitaristas e culturalistas. Por isso, merecem reparos colocações como esta: "A falta de reconhecimento nem sempre tem uma conseqüência econômica direta. Por isso os direitos ao reconhecimento são autônomos em relação aos direitos de distribuição, ou direitos sociais, e é equivocado pensar que o reconhecimento virá como conseqüência pura e simples da distribuição, ou mesmo que a distribuição tem precedência sobre o reconhecimento". LOPES, José Reinaldo de Lima. "Direitos Humanos: questões de impunidade, dignidade e liberdade"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000. Por que não pensar o "reconhecimento" como um dos elementos constitutivos do processo de socialização e, portanto, como uma relação social? O problema não é o que vem antes e o que vem depois, mas o tipo de relação que se estabelece entre os vários elementos que constituem e configuram o processo como uma unidade social.

[137] Em relação especificamente à interpretação das últimas pesquisas relativas à distribuição de renda e às polêmicas relativas à estabilidade, à diminuição ou ao crescimento das desigualdades, Pochmann afirmou: "A pobreza diminuiu o que foi possível com ações conjunturais, com o fim da inflação. Mas não houve atuação em cima de fatores estruturais da pobreza"; *in* **Folha de S. Paulo**, 13.7.2001.

[138] BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. *Obra citada*.

[139] "No nosso caso, instituições como a economia de mercado e o Estado moderno não foram capazes de produzir igualdade mas apenas uma continuação de práticas de segmentação social existentes anteriormente". AVRITZER, Leonardo. "A singularidade brasileira"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n.45, fev. 2001. Ver também: SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

critérios típicos da economia de mercado para o campo da política.[140] Esta, antes portadora de uma concepção igualitária, passa, então, a incorporar características tais como "competitividade" e "custo – benefício" que a transformam em instrumento que justifica as desigualdades. Também as relações sociais passam a ser filtradas pela racionalidade econômica. Desta forma aqueles que "eram direitos consubstanciais à definição de cidadania são transformados em mercadorias que podem ser adquiridas por aqueles que podem pagá-las".[141]

Os estudos de Barros, Henriques e Mendonça acima citados[142], ao mostrar que no Brasil não há escassez de recursos disponíveis e sim concentração, coloca o problema das desigualdades no campo da distribuição. As dificuldades distributivas fundamentam-se, de um modo geral, no princípio da escassez de bens disponíveis.[143] Mas, então, como falar de escassez de terras no Brasil? A escassez e a abundância são socialmente construídas e politicamente redefinidas. Se a construção dos conceitos, dos sentidos e das funções sociais se opera dentro de processos caracterizados pelas desigualdades, fica evidente que a "escassez" cumpre a função da reproduzir a estrutura social. Por outro lado, enquanto se trata de bens quantificáveis, o raciocínio parece plausível e, com isso, a discussão se volta para os complexos e polêmicos critérios distributivos. Importa lembrar que os critérios distributivos resultam de tensões, disputas, propostas de sociabilidade e constituem consensos provisórios ou imposições. Todavia, permanece a questão de como levar a discussão para o nível dos bens, cuja quantificação parece mais difícil. Como, por exemplo, distribuir bens como a política? Fala-se, às vezes, de "déficit democrático", entendendo com isso o fato de que os cidadãos não dispõem de meios efetivos de debater as decisões e influenciar os processos de tomada de decisão[144]. A quem cabe produzir esses meios na sociedade? E a tarefa de sua regulamentação? Se, de um lado, essas questões não podem ser colocadas no mesmo nível da produção dos bens materiais, do outro, também não podem ser deixadas nas mãos das instituições políticas existentes, uma vez que estas foram configuradas em consonância com os interesses dominantes. É, portanto, mais uma vez, a

[140] "O "transporte" de critérios de "custo-benefício", "eficiência" e "racionalidade econômica" da economia para a política termina na recriação de uma nova ordem política assinada pela desigualdade e exclusão próprias dos mercados na arena até então dominada pelo igualitarismo da política". BORON, Atílio A. "Os 'novos Leviatãs' e a *polis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina"; *in* BORON, Atílio A., SADER, Emir, GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999. Citação p. 28.

[141] BORON, Atílio. *Obra citada,* p. 28.

[142] BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. "Desigualdade e pobreza no Brasil"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000; "A estabilidade inaceitável: desigualdades e pobreza no Brasil"; *in* **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, jun. 2001.

[143] "O poder só se torna necessário quando se distribuem recursos escassos"; GIANNOTTI, José Arthur. "O dedo em riste do jornalismo moral"; *in* **Folha de S. Paulo**, 17.5.2001.

[144] HABERMAS, Jürgen. "Citizenship and national identity: some reflections on the future of Europe"; *in* BEINER, R. (org.). **Theorizing Citizenship**. New York: State University of New York Press, 1995.

questão social que se torna o ponto de partida e a referência desses processos. A questão de fundo está no fato de que há um déficit de meios de participação porque o sistema de produção está de tal forma estruturado que impede ou bloqueia qualquer tentativa de re-configuração da ordem social.

Os conceitos de escassez e de abundância não podem estar associados ou depender exclusivamente da quantidade de bens disponíveis, uma vez que constituem relações sociais e não dados objetivados. Enquanto dimensões do processo social, escassez e abundância expressam fatores contingentes que resultam de tensões, conflitos, disputas. Reificados, os conceitos são usualmente mobilizados para legitimar as estruturas instituídas. Ao serem elaborados, os critérios distributivos traçam os limites entre os que têm e os que não têm direito aos bens escassos. Com isso, as justificativas distributivas não dizem respeito apenas àqueles que, em princípio, terão acesso aos bens, mas deverão explicitar também as razões da exclusão dos outros.[145] Focalizar apenas uma dimensão do processo pode dificultar a compreensão da sua natureza. Com efeito, é mais difícil e problemático justificar por que alguns ficam de fora do que explicitar as razões que fazem com que outros sejam contemplados. Na exclusão não estão contidos apenas os bens materiais quantificáveis, mas também os bens sociais – daí a importância e o peso da estrutura social - que intervêm na formulação dos critérios distributivos predominantes. Poder-se-ia trabalhar com a hipótese segundo a qual os setores populares – oriundos dos escravos e dos homens pobres livres – foram e continuam sendo excluídos das terras, do poder e da história oficial por serem considerados inferiores, massa inorgânica, incapazes e ignorantes por parte das elites e classes dominantes. Camufladas, estas atribuições sobrevivem nos princípios que fundamentam e regulam a sociedade moderna: competição, qualificação, capacitação, produção, entre outros. É neste movimento que a estrutura social continua regulando as novas configurações e determinando os arranjos políticos. O que importa ressaltar é que as políticas distributivas redefinem e reorganizam a sociedade como um todo e não dizem respeito apenas aos grupos beneficiados ou excluídos.

Resulta, então, que a distribuição é um processo social e, por conseguinte, tem características sociais, políticas e culturais e não apenas econômicas. Por isso, a análise dos processos distributivos contribui para revelar as configurações sociais e os arranjos políticos da sociedade brasileira.

Muitas vezes as condições sociais das classes subalternas são tão dramáticas que induzem a priorizar as esferas econômicas da distribuição, inclusive para lhes garantir, no mínimo, a

[145] ELSTER, Jon. **Giustizia locale: come le istituzioni assegnano i beni scarsi e gli oneri necessari**. Milano: Feltrinelli, 1995.

sobrevivência. Se, entretanto, esta ação distributiva se esgotar em si mesma e não provocar uma redefinição de todas as relações que configuram o processo de socialização, não chegará a assumir o caráter de uma política distributiva, ou seja, não construirá uma sociedade mais igualitária e justa.

As ações e as proposições redistributivas[146], avançadas por um número cada vez maior de movimentos sociais, mostram que suas reivindicações não estão exclusivamente direcionadas à distribuição de um bem material, mesmo contemplando-o, mas envolvem o conjunto dos bens sociais, ou seja, todo o processo de socialização[147]. Neste contexto a distribuição assume um caráter eminentemente político e social. Ainda que, muitas vezes, não o expressem, os movimentos sociais parecem dizer que os bens materiais não podem ser descolados do processo de sua produção e das condições políticas e sociais em que são produzidos. Deste modo, para que possa se configurar como um processo que objetiva a construção de uma sociedade justa e não fique restrita às políticas compensatórias, a distribuição deve necessariamente redefinir essas condições. O caso específico da luta pela terra ilustra a dinâmica desse movimento. Com efeito, **os movimentos que lutam pela conquista da terra estão dizendo que a reforma agrária não pode se esgotar na simples distribuição de terras. Se esta ação não for acompanhada de um conjunto de políticas de redefinição da estrutura social, a terra não se realizará como espaço de vida e condição de sociabilidade. Pelo contrário, a lógica expropriatória do movimento do capital a reincorporará ao universo das mercadorias.** Assim, direta e indiretamente, esses movimentos estão dizendo que a terra não é uma mercadoria objetivada, embora assim seja tratada pela ordem dominante. Ela é uma relação social que redefine o processo de construção da vida em sociedade e é redefinida por ele.

O princípio distributivo contido nas mobilizações analisadas redefine a própria concepção de desigualdade. Neste sentido, pode-se dizer que uma das transformações das bases a partir das quais as desigualdades são apreendidas e explicadas está nesta passagem de uma concepção econômica que estava baseada predominantemente no desenvolvimento industrial, no processo de produção, para uma visão política e societária que incorporou e passou a garantir, pelo menos em teoria, um conjunto de direitos políticos e sociais. Como a integração apontada pelo crescimento econômico não aconteceu, houve e há em curso uma espécie de deslocamento emancipatório que, em lugar da

[146] Embora próximos, os termos "distribuição" e "redistribuição" revelam processos e significações diferentes. A redistribuição contempla a consciência de que o processo histórico foi marcado pela expropriação e acumulação dos bens cuja propriedade está sendo agora questionada.

[147] Em Nova Conquista a articulação dos grupos de famílias que desenvolveram trabalhos coletivos na roça e na vila redefinia o processo de socialização. Com efeito, também os problemas que não estavam diretamente relacionados à questão da produção agrícola eram levados até os grupos de famílias que buscavam as soluções mais viáveis.

linguagem econômica, assume, pela ação de muitos movimentos sociais, a linguagem dos "direitos".[148] É uma metamorfose de substituição de conteúdo.

Essa (re)interpretação das concepções societárias representa uma ampliação ou alargamento - e todo alargamento sempre significa uma redefinição do que está em causa - das categorias predominantes da política que passa a incorporar e dar maior importância às questões sociais, às condições reais de vida de pessoas, grupos e povos na configuração dos elementos prioritários do processo de socialização. Pode-se dizer que este processo redefine também a questão da economia. Com efeito, as condições de vida ou do "teor de vida" de pessoas, classes, grupos e povos, ainda que constituam questões complexas e polêmicas[149], tornam-se uma das variáveis focais de algumas análises econômicas. [150] Chega-se, inclusive, a estabelecer um mínimo de bem-estar social abaixo do qual as pessoas não deveriam ser relegadas a viver. Com isso as condições de vida tornam-se a base a partir da qual são avaliadas e julgadas as políticas econômicas e os arranjos institucionais da sociedade.[151]

Infere-se, portanto, que além do aspecto econômico, as desigualdades têm dimensões sociais e políticas que contribuem inclusive para redefinir seu caráter quantitativo. São, por conseguinte, as análises dos processos sociais que permitem reconstituir as dinâmicas mediante as quais são construídas e reproduzidas. É neste movimento que, enquanto produtos de processos históricos, as desigualdades se transformam na base de novas desigualdades e que a exclusão, uma de suas expressões, reproduz, em outro nível, novas formas de exclusão - excludência.[152] Se for esta a lógica da socialização, os discursos quanto às possibilidades de integração não passarão de artifícios ideológicos. Pela análise dos processos investigados, dois são os possíveis caminhos de integração

[148] SANTOS, Boaventura de Sousa. "As tensões da modernidade"; *in* **Fórum Social Mundial**, Biblioteca das Alternativas.
[149] Amartya Sen. **Il tenore di vita. Tra benessere e libertà**. Venezia: Tascabili Marsilio, 1993.
[150] Ao analisar a obra de Sen, Kerstenetzky escreve: "Se a Economia é o saber sobre as relações humanas voltadas para a produção e distribuição da riqueza material, a riqueza, entretanto, nos interessa principalmente como instrumento de bem-estar, por sua vez parte de uma visão mais ampla dos propósitos humanos. Trata-se aqui de uma hierarquia em que a dimensão ética tem clara precedência, ou melhor, é a dimensão envoltória: Sen nos propõe uma visão dos propósitos humanos que não se detenha no espaço do 'ter', abrangendo o 'fazer' (*doings*) e o 'ser' (*beings*)". KERSTENETZKY, Celia Lessa. "Desigualdade e pobreza: Lições de Sen"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15 n. 42, fev. 2000.
[151] "Se nós aceitarmos a idéia que a política, as suas instituições, as escolhas coletivas tenham efeitos sobre as nossas vidas, sobre aqueles que podemos definir os 'planos de vida', as 'perspectivas de vida', as 'oportunidades de vida' de qualquer um que esteja incluído na comunidade política, então não é tão estranho colocar-se o problema (que a alguém pode parecer acadêmico) de como avaliar eticamente, de como justificar ou não uma política, um certo ordenamento das instituições, uma certa escolha coletiva. Noutras palavras, tem sentido perguntar-se se aquela escolha coletiva, aquela instituição, aquela política, aquela medida, sejam justas ou não, sejam quase justas, sejam injustas, sejam moralmente aceitáveis ou reprováveis". VECA, Salvatore. **Della lealtà civile. Saggi e messagi nella bottiglia**. Milano, Feltrinelli, 1998. Citação p. 119.
[152] A expressão popular "quem nasceu pobre terá que viver a vida inteira como pobre" retrata a lógica deste processo.

dos sem-teto e dos sem-terra assentados: a) o mercado, cujo vetor básico é a competição; b) a política, fundada em princípios de justiça e equidade. A competição, como demonstrado, já expulsou e continua a expulsar os assentados das áreas de assentamento. Quanto ao segundo item, se for considerado pela ótica da política institucional, os caminhos estão fechados para parcelas significativas de moradores e assentados. A incapacidade de competir e a falta de meios para competir os excluem do mercado, e as rígidas estruturas da política institucional os excluem das instâncias de poder.

Concluindo, pode-se dizer que é no bojo do processo de formação e reprodução do social que surgem e ressurgem os movimentos sociais. De forma aparentemente paradoxal, estes são frutos das desigualdades e lutam contra elas. Na medida em que as reivindicações e mobilizações são direcionadas ao campo da produção, os movimentos sociais são absorvidos pela estrutura dominante que focaliza a própria produção como caminho de superação das desigualdades que constituem suas bases sociais. Ao colocar as questões no campo da reprodução, corre-se o risco de focalizar questões particulares, torná-las autônomas – visão culturalista – e, com isso, olvidar que a questão de fundo é estrutural, ou seja, de redefinição da ordem instituída. Por isso, o desafio que se coloca para os movimentos sociais e as classes subalternas de um modo geral é aquele de tornarem suas lutas societárias.

O caráter da estrutura social

> *Eu acho que não tem solução para a pobreza. Antigamente eu pensava de outro jeito, mas agora já penso ao contrário de antigamente. Eu dizia: a gente vai melhorar e esse dia nunca chegou. Já estou com cinqüenta e quatro anos e nunca chegou esse dia.*
>
> [Ester - Canudos]

As ambigüidades configuram e formatam as relações e os processos que, articulados, constituem aqueles que definimos como assentamento Nova Conquista e bairro Canudos. Caracterizam as complexas e tensas relações entre o projeto de modernização que instaura a maneira

capitalista de conceber e se relacionar com a terra, com a casa e com o mundo e as anteriores relações sociais que conformavam os espaços geográficos e sociais agora incorporados àquela lógica.[153] Na realidade, como ressaltado em diferentes passagens, as ambigüidades não resultam das relações entre universos contrapostos, uma vez que estes configuram um processo social peculiar e unitário, mas do movimento de constituição e expansão do capital baseado na expropriação e alienação como características essenciais.

Recoloca-se, portanto, uma questão teórico-metodológica de suma importância. Nas interpretações de cunho dualista predomina a idéia da existência de tensões, conflitos e enfrentamentos que seriam superados pelo desenvolvimento do processo histórico. Tratar-se-ia, em última instância, de uma questão de tempo. As explicações fundam-se num determinismo metodológico e concebem a história de forma linear e progressiva. Com a ajuda de intérpretes, os atores sociais e políticos poderiam prever e delinear o final da história. Neste ponto, utopias e projetos políticos se misturam e confundem. Com efeito, todas as formas de organização e concepção de mundo que não são condizentes com o projeto de modernização são destinadas a desaparecer. Estão em causa duas visões coexistentes na mesma análise, a primeira que concebe as tradicionais formas de organização social como processos históricos e a segunda que reifica e naturaliza a proposta de modernização.[154] De acordo com esta concepção, talvez a única dificuldade consistiria em estabelecer com exatidão o tempo necessário para a plena instauração da modernidade. Obstáculos são constantemente recriados por forças tradicionais que resistem e teimam em não se integrar à nova ordem. Nesta linha de raciocínio, a modernidade é vista como um projeto acabado, algo que, de certa forma, não depende de atores, relações e conflitos. Estes últimos podem, no máximo, atrasar o pleno domínio daquela. A modernidade não deixaria de ser inexorável.

Pelo contrário, a postura que definimos como "relacional", além de conceber o movimento da história como processo, privilegia as organizações e ações de grupos, classes, movimentos e povos, concebe as relações entre eles como sendo caracterizadas por tensões, conflitos e antagonismos.

---

[153] Talvez seja possível caracterizá-los como movimentos híbridos, conforme a formulação de Ricci: "São movimentos híbridos porque enfrentam uma realidade profundamente adversa e inusitada, onde os códigos morais e as instituições públicas tradicionais se esvaziam. Refugiando-se na tradição comunitária conseguem afirmar a energia moral necessária para garantir a identidade social das populações atingidas por esse turbilhão de mudanças, mas não confere a possibilidade de sobrevivência. A resistência, portanto, conta pouco nesses tempos sombrios". RICCI, Rudá. **Fuga para o futuro. Novos movimentos sociais rurais e a concepção de gestão pública**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, fev. 2002. Mimeo. Citação p. 46.

[154] FUKUYAMA, Francis. **Fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Deste modo, a análise dos processos contribui, de forma singular, para desvendar e compreender os atores e as propostas de configuração social que estão em causa. Em suma, entende os conflitos como processos que redefinem todas as forças e os arranjos sociais e políticos de determinada unidade social. Nesta perspectiva, a construção relacional permite apreender e refletir sobre as relações, as tensões, os processos e as propostas que os grupos e as classes sociais - mesmo aqueles que vivem em desvantagem e são submetidos a condições de dependência e tutela - estão tentando integrar ao processo de socialização. Com isso, os assentados de Nova Conquista e os moradores de Canudos, mesmo mergulhados nas ambigüidades e aparentemente derrotados em seus intentos de reprodução da antiga sociabilidade, expressam uma crítica social.[155] Nela está contido um questionamento estrutural à proposta de modernização e às formas excludentes sobre as quais está fundada. De um modo geral, as análises sempre se detiveram nas resistências ou nas mudanças que aconteceram com as tradicionais comunidades e grupos sociais em face do processo de modernização e reestruturação. Tanto as resistências como as mudanças – toda resistência contém em si a mudança, assim como toda mudança contém, redefinidas, configurações anteriores – constituem processos sociais caracterizados por tensões e ambigüidades que redefinem antigas e formatam novas configurações sociais. Desta maneira, a questão não reside nas resistências ou nas mudanças como se representassem objetivações do social, mas nas formas, nas articulações e nos arranjos que os processos assumem em termos de movimento unitário do social. Vista nesta perspectiva, a resistência não impede a mudança, mas caracteriza a forma peculiar que esta assume em termos de processo social.

Numa perspectiva histórica talvez seja possível afirmar que os fundamentos de levantes, revoltas, lutas, conflitos e transformações que ocorreram em sociedades determinadas devam ser buscados nas múltiplas maneiras de percepção e compreensão de algumas ou várias formas de opressão às quais parcelas da população estiveram submetidas e das desigualdades que constituíam e reproduziam específicos ordenamentos sociais.[156] Nesta ótica, as relações, as tensões, os conflitos e as ações de grupos e classes sociais ganham centralidade nas interpretações dos processos históricos. Em situações particulares, o desafio é entender em que bases determinados ordenamentos sociais estão arraigados e, eventualmente, como conseguem se reproduzir em meio a desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais que ameaçam constantemente sua unidade.

[155] WALZER, Michael. **Interpretazione e critica sociale**. Roma: Edizioni Lavoro, 1990.
[156] Ver especialmente os intérpretes da linha marxista.

As lutas contra as desigualdades sempre estiveram referenciadas a concepções múltiplas de igualdade.[157] No bojo das interpretações dos processos históricos e dos debates teóricos delas decorrentes, foram construídas e estão sendo redefinidas as diferentes teorias da justiça.[158]

---

[157] SEN, Amartya. **La diseguaglianza: un riesame critico**. Bologna: Il Mulino, 2000.

[158] Nas últimas décadas foi particularmente fecunda e abrangente a produção teórica relativa às questões de justiça. Inicialmente patrimônio de uma corrente da filosofia política, mais tarde a reflexão foi contaminando e envolvendo outros ramos e disciplinas das ciências. Numa perspectiva histórica, deparamos com algumas teorias básicas. Resumidamente:

1. O "utilitarismo", cujo núcleo central básico é o "princípio de utilidade". Trata-se do princípio único e básico para aceitar ou recusar – julgamento - qualquer ação a partir de sua tendência em aumentar ou diminuir a felicidade. A meta é a felicidade e tudo, inclusive a justiça, é julgado na perspectiva desse objetivo. A justiça, então, consiste na maximização da utilidade coletiva numa comunidade específica e a injustiça no desperdício da "felicidade pública". Exponente clássico desta interpretação: BENTHAM, Jeremy. **An introduction to the principles of morals and legislation**. Oxford: Clarendon Press, 1996. [No caso específico do utilitarismo, Veca afirma que não se trata de uma teoria política normativa e sim de uma teoria moral compreensiva que visa o julgamento moral de qualquer tipo de ação ou escolha. VECA, Salvatore. "Il paradigma delle teorie della giustizia". Campinas: UNICAMP, 1997; mimeo. Referências às p. 7-8].
2. A teoria "contratualista" trabalha a partir das teses fundamentais do liberalismo e em contraposição ao utilitarismo constrói o princípio de "equidade". "Uma tarefa do liberalismo como doutrina política é responder à seguinte questão: como entender a unidade social, visto que não pode haver acordo público sobre o bem racional único, e que uma pluralidade de concepções opostas e incomensuráveis devem ser tomadas como um dado? Na justiça como equidade, o entendimento da unidade social parte de uma concepção da sociedade como um sistema de cooperação entre pessoas livres e iguais. (...).A unidade social e a lealdade dos cidadãos com respeito a suas instituições comuns não se fundam em que todos sustentam a mesma concepção de bem, mas em que aceitam publicamente uma concepção política da justiça para regular a estrutura básica da sociedade". [RAWLS, John. "A justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica"; *in* **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, nº 25, 1992, p. 25-59. Citação p. 56]. Decorre, então, que a idéia principal da teoria da justiça como equidade consiste numa generalização da tradição do contrato social. Há, portanto, um deslocamento do princípio de utilidade para o princípio dos direitos. O ponto de partida e a base são duas teses fundamentais do liberalismo enquanto filosofia política normativa: 1) o Estado deve proteger um conjunto de direitos fundamentais dos cidadãos. Os direitos fundamentais que devem ser respeitados e salvaguardados são: a) direitos à vida; b) direitos à liberdade de expressão e de associação; c) direitos a construir as próprias concepções religiosas e políticas e a poder agir segundo elas; d) direitos a não sofrer punição sem julgamento justo; e) direitos a justiça distributiva. 2) O Estado deve ser neutro no que se refere às concepções de boa vida a que os cidadãos devotem lealdade e que se empenhem em realizar. [VITA, Álvaro de. **Justiça liberal. Argumentos liberais contra o neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Citação p. 12-13]. "Os princípios da teoria da justiça como equidade são dois: a) cada qual tem que ter a máxima liberdade compatível com a máxima liberdade dos outros; b) cada qual tem direito à mesma quantidade de bens sociais primários e admite desigualdade na distribuição só se favorecer os mais desfavorecidos". [VECA, Salvatore. *Idem*, p. 18]. Trata-se, então, de dois princípios básicos: a liberdade e a diferença. A teoria baseia-se na idéia de um ordenamento entre os princípios de tal forma que a liberdade é o princípio fundamental básico mais importante. E o ordenamento é gerado pela própria teoria. Daí o seu caráter normativo e a importância do intelectual que constrói a teoria. A obra fundadora e clássica dessa teoria é: RAWLS, John **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
3. O "libertarismo", que trabalha com o princípio da "liberdade negativa". Essa teoria é centrada na idéia de estado mínimo e de máxima extensão das escolhas individuais. O princípio fundamental é expresso por Nozick na seguinte asserção: "Os indivíduos têm direitos: há coisas que pessoa ou grupo algum pode fazer aos indivíduos (sem violar seus direitos). Estes direitos são tão fortes e de alcance tão amplo que levantam o problema do que o estado e seus funcionários podem fazer, se algo podem fazer". Temos instaurado, então, a soberania do indivíduo. Como o Estado pouco pode, pois o que não pode é violar os direitos dos indivíduos, o mercado acaba sendo erguido como única instituição econômica coerente com a igual liberdade negativa dos indivíduos. Trata-se dos princípios fundadores daquilo que é conhecido como neoliberalismo. A obra que deve ser tomada como referência básica para essa teoria é a de NOZICK, Robert. **Anarchia, stato e utopia. I fondamenti filosofici dello "Stato minimo**. Firenze: Le Monnier, 1981. Citação p. 11.
4. A teoria do "pluralismo", também denominada de comunitarista, tece uma crítica às teorias anteriores e afirma que os critérios de justiça não podem ser definidos de forma abstrata nem descolados de contextos históricos específicos. A justiça distributiva tem a ver apenas com os bens sociais e estes são socialmente construídos, assim como são

É inegável que, de um ponto de vista institucional, a política de assentamento se insere numa perspectiva de ordenamento social que visa superar anteriores formas de apropriação e concentração de bens como a terra e, desta forma, propiciar a construção de uma sociedade mais equânime e justa. A passagem da condição de sem-terras e de sem-teto para a de assentados, mediada por um conjunto de políticas governamentais, pode ser interpretada como parte de uma política distributiva que tem em vista a inclusão de espaços e grupos sociais antes relegados à condição de excludência. Contudo, por ser uma relação social, a distribuição não se esgota em si mesma, na simples ação de repartir determinado bem social. Se assim fosse, sua eficácia poderia ser mensurada a partir do próprio ato distributivo, ou seja, o objetivo final seria a distribuição e não a integração dos grupos sociais e sua emancipação. O objetivo da distribuição, como destacado, visa a construção de processos de socialização mais equânimes, igualitários e, conseqüentemente, mais justos. Neste sentido, as análises e avaliações das ações distributivas devem responder às seguintes indagações: contribuíram para criar maior igualdade social? Fortaleceram o processo de integração criando condições mais favoráveis, sobretudo para as pessoas, os grupos e as classes sociais que antes se encontravam em posição de desvantagem por causa das desigualdades?[159]

Apreendida dentro do processo de socialização em curso no Brasil, a política de distribuição de terras, rurais e urbanas, ensejada em Nova Conquista e Canudos, não está criando maior integração e igualdade social. Não nos referimos exclusivamente às diferenciações em andamento entre os assentados, mas, de forma mais específica, à reprodução, em outra escala, das desigualdades sociais e políticas e, conseqüentemente, do próprio ciclo da exclusão. Da análise destes processos infere-se que as múltiplas e diferentes políticas distributivas ou estão articuladas entre si e interagem no sentido de

---

socialmente construídas suas significações. Por isso, em decorrência da pluralidade de bens sociais, a teoria terá que fornecer uma pluralidade de critérios de justiça que corresponda aos diferentes bens sociais. Elabora-se, então, o princípio de "igualdade complexa" e Walzer fala de "arenas" e "esferas". Entre outras, uma das obras que fundamentam esta teoria: WALZER, Michael. **Sfere di giustizia**. Milano: Feltrinelli, 1987.

Entre muitas, outras obras que contribuem para o debate relativo às questões de justiça: VECA, Salvatore (a cura di). **Filosofia politica società: utilitarismo e teoria della giustizia**. Napoli: Bibliopolis, 1987; **Questioni di giustizia : corso di filosofia política**. Torino: Einaudi, 1991; **La società giusta e altri saggi**. Milano: Il Saggiatore, 1988. SEN, Amartya. **La diseguaglianza: un riesame critico**. Bologna: Il mulino, 2000. SEN, Amartya e WILLIAMS, Bernard. **Utilitarismo e oltre**. Milano: Net, 2002. NAGEL, Thomas. **I paradossi dell'uguaglianza**. Milano: Il Saggiatore, 1993. ELSTER, John. **Giustizia locale: come le istituzioni assegnano i beni scarsi e gli oneri necessari**. Milano: Feltrinelli, 1995. FERRARA, Alessandro. **Giustizia e giudizio: ascesa e prospettive del modello giudizialista nella filosofia politica contemporânea**. Roma: GLF Editori Laterza, 2000. BESUSSI, Antonella. **Giustizia e comunità. Saggio sulla filosofia politica contemporanea**. Napoli: Liguori, 1996. MAFFETONE, Sebastiano e VECA, Salvatore. **L' idea di giustizia da Platone a Rawls**. ROMA/BARI: Laterza, 1997.

[159] "Uma das maneiras de dar um sentido à atividade filosófica, não o único, é aquela de conceitualizá-la como a atividade de construção de *mundos vivíveis*, dignos – à luz da melhor interpretação das situações humanas do mundo – de ser habitados por seres como nós somos (filosoficamente) definidos. Um mundo vivível é um mundo que nós estaríamos dispostos a reconhecer como 'nosso', como um mundo que vale a pena de habitar, um mundo que tem um sentido e merece ser descrito". VECA, Salvatore. **Della lealtà civile. Saggi e messaggi nella bottiglia**. Milano: Feltrinelli, 1998. Citação p. 69. Ver também **La bellezza e gli oppressi: dieci lezioni sull'idea di giustizia**. Milano: Feltrinelli, 2002.

fundar e configurar processos sociais na perspectiva da equidade ou, isoladamente, podem reproduzir e fortalecer as desigualdades que se propunham combater.[160] Neste último caso, muda o caráter das próprias desigualdades, da configuração dos conflitos e dos atores em conflito.

A distribuição, portanto, é uma relação social que tem pelo menos duas dimensões constitutivas: uma que assume um caráter "material" e se explicita nas ações concretas de distribuição de bens sociais e a outra, de caráter "cultural", que se materializa na produção da sociabilidade. Ambas constituem um único processo; articuladas, são o próprio processo.

No universo determinado e regulado pelas relações de produção capitalistas, relações que têm, simultaneamente, um caráter material e social, a terra, ou seja, a propriedade da terra, não cumpre mais a função de agregação de pessoas e de construção de identidades coletivas. As condições de "sem-terra" e de "sem-teto" que conferiram unidade e direção aos acampamentos e às ações de ocupação de terras eram, necessariamente, condições transitórias e, portanto, elementos frágeis num processo de socialização de longa duração. Ainda naquela fase o elemento forte era a conquista da terra, a constituição de seus agentes em proprietários, base a partir da qual teria início um novo processo de integração. Desta forma, a propriedade, que inicialmente era vista como elemento essencial no processo de integração, configura-se, em sua forma histórica, isto é, no processo em

[160] Está aqui contida uma crítica às concepções formuladas pelos pluralistas ou comunitaristas. Walzer escreve: "Em relação à justiça distributiva a história mostra uma grande variedade de ideologias e de ordenamentos. Mas o primeiro impulso do filósofo é o de resistir à variedade da história, ao mundo das aparências, e de buscar uma unidade subjacente: um conjunto de candidatos de bens fundamentais dos quais extrair imediatamente um único bem; um único critério distributivo, um único conjunto de critérios interligados, e além do mais, coloca a si mesmo, pelo menos simbolicamente, num ponto de decisão único. Eu acredito, pelo contrário, que buscar a unidade signifique não entender o problema da justiça distributiva; todavia o impulso filosófico, num certo sentido, é inevitável. Até a escolha do pluralismo, a minha escolha, precisa de uma defesa coerente. (...). O problema mais relevante é a particularidade da história, da cultura e da pertença. Mesmo desejando ser imparciais, os membros de uma comunidade política se porão provavelmente não a pergunta 'Qual seria a escolha de indivíduos racionais em tais e tais outras condições universalizantes?' e sim 'Qual seria a escolha de indivíduos iguais a nós, numa situação igual à nossa, que tenham em comum uma cultura e queiram continuar tendo-a?'. E a última interrogação transforma-se com facilidade em 'Quais escolhas temos já feito no decorrer da nossa vida em comum? Quais idéias temos (realmente) em comum?' E mais adiante acrescenta: "A justiça é uma construção humana, e não está dito que exista somente uma maneira de realizá-la. (...) A minha tese ...é que os princípios da justiça têm uma forma pluralista, que bens sociais diferentes devem ser distribuídos por razões diferentes, conforme procedimentos diferentes, e que todas estas diferenças derivam de concepções diferentes dos bens sociais mesmos, resultado inevitável da particularidade histórica e cultural". WALZER, Michael. **Sfere di giustizia**. Milano: Feltrinelli, 1987. Citação p. 16-18. A teoria pluralista acaba valorizando a comunidade como bens em si, um espaço no qual os indivíduos podem se exprimir, partilhar valores. Parte do pressuposto de que os bens sociais teriam um sentido comunitário único que conferiria à ação distributiva uma unidade homogênea. Na realidade, a unidade e o sentido prevalecente resultam de relações e processos caracterizados por tensões e conflitos. Deste modo, não necessariamente os valores e sentidos predominantes são aqueles assumidos e vivenciados pela(s) comunidade(s). No caso específico da terra, a concepção das comunidades camponesas é plural e é diferente da concepção do capital. Como distribuir terra respeitando as concepções camponesas e, ao mesmo tempo, a lógica de expansão do capital? Como explicar diferenciações que geram desigualdades sociais dentro de uma mesma comunidade se todos seus membros partilham as mesmas concepções e sobre elas constroem a distribuição? Os princípios de justiça não deveriam ser normativos dentro de sociedades determinadas? Os críticos do comunitarismo vêem nesse conceito a teorização dos guetos.

curso em Nova Conquista, em elemento desagregador da unidade anterior e coloca os assentados num patamar de disputas. Mesmo estando fundada sobre princípios e ordenamentos jurídicos e políticos de alcance geral, a propriedade se realiza em termos individuais. Por isso, a luta pela propriedade tem um caráter essencialmente individual. Imaginar possível, então, a construção de uma identidade coletiva com base em valores tradicionais num contexto em que a propriedade passa a ordenar e regular o espaço físico e social, é uma das contradições que caracterizam a socialização em Nova Conquista. A dimensão individual, que carrega as marcas da propriedade, é o elemento forte, enquanto o coletivo, fundado sobre valores tradicionais, constitui o elemento frágil. Na disputa desigual, o mais forte acaba subsumindo o mais fraco e relegando-o ao nível das possibilidades utópicas. Possibilidades que cumprem uma função social muito importante, pois, além de legitimar o processo, abrem ilusoriamente espaços para as alternativas que o processo dominante na realidade nega.

A partir deste momento as identidades passam a ser determinadas e reguladas pelos processos produtivos que têm na propriedade seu fundamento. Assim, num universo marcado pela complexidade, diversidade e pluralidade de relações, a propriedade assume um caráter único e unívoco, mesmo quando, aparentemente, se apresenta sob várias formas. É este seu caráter que funda, regula e controla os processos de socialização institucionais. A pluralidade de manifestações e expressões é permitida desde que não ponha em xeque aquele princípio. Neste contexto, a propriedade caminha na contramão das formas de organização e de construção das antigas identidades e obriga a novas formas de socialização. A propriedade não pode existir senão personalizada, individualizada. Coloca limites entre si e as outras propriedades ou a propriedade dos outros e, portanto, entre um proprietário e outro. Em seu movimento de reprodução e expansão, destrói os limites que ela mesma cria e vive fomentando tensões e conflitos entre proprietários. É, por sua própria essência, destrutiva e construtiva. Nasce no bojo da racionalidade que constitui a modernidade, mas age de forma irracional, destruindo o que ela mesma cria. É este o chão sobre o qual nasce a competitividade que, atualmente, regula as relações econômicas e sociais. É este também o contexto no qual os moradores de Canudos e assentados de Nova Conquista tentam se integrar.

Coloca-se, então, um conjunto de questões, que são simplesmente esboçadas, sem pretensões de respostas. Numa sociedade caracterizada pela propriedade em sua forma capitalista e regulada pela competitividade, é possível pensar em justiça distributiva? Não haveria, na eventual assertiva, uma

contradição de fundo? Uma incompatibilidade estrutural? Se, como Milton Santos[161] realça, a violência que perpassa e constitui as diferentes esferas da vida é um dos produtos da competitividade, como conciliar e articular a competitividade, que considera o outro uma coisa, um objeto que deve ser subjugado, com a distribuição que pressupõe a existência de sujeito político?

A análise das formas de produção social em curso em Canudos e em Nova Conquista mostra que os antigos sem-teto e sem-terra atualmente assentados estão sendo inseridos, de forma desigual, no processo de socialização dominante, mas não estão sendo integrados. Inserção e integração não são sinônimos, tampouco conceitos similares. A integração supõe a constituição de sujeitos políticos capazes de interagir na formulação e implementação dos princípios e das instituições que configuram e regulam a ordem social. Nesta perspectiva não há emancipação possível sem integração. A inserção, pelo contrário, não exige necessariamente o enfrentamento das desigualdades. Basta estar dentro de uma determinada unidade ou totalidade, independentemente da posição que se venha a ocupar no conjunto das relações que a constituem. Nova Conquista e Canudos indicam que a inserção é um projeto inscrito na lógica de expansão do mercado que funda a própria política de assentamento, ao passo que a integração, por estar ligada à estrutura política da sociedade, deve redefinir a sociabilidade instituída para se realizar.

Ainda que de forma ambígua, da maneira como está posta a luta pela terra e pela casa - dignidade de vida, inclusão social e política, direitos -, a questão agrária e a questão urbana ganham um novo caráter. Não se esgotam na divisão do latifúndio, na distribuição de terras no campo e na cidade. Transformam-se em questões societárias, de Brasil. Deste modo, os movimentos sociais operam no sentido de criar as bases de uma nova socialização que permita aos setores excluídos elaborar os elementos de uma identidade cidadã.

Esta distinção, que é conceitual porque assentada no âmago das relações sociais, contribui para o debate, teórico e prático, da questão da exclusão. Analisada na perspectiva da inserção, a exclusão propriamente dita não existe, pois todos fazem parte de uma totalidade, local, regional, nacional ou global, e todos, de diferentes maneiras, constituem aquela totalidade. Já na ótica da integração, quando esta não se realiza, é possível falar de exclusão. O grau de exclusão dependerá tanto da não integração como das formas desiguais que os processos de socialização assumem de um ponto de vista prático.

[161] SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Citação p. 57.

Portanto, visto pela ótica das classes subalternas, o Brasil se constitui como um espaço social cercado, delimitado, fechado, controlado[162] e as mudanças não expressam necessariamente uma ruptura com a ordem anterior.[163] Sua condição social contrasta com a amplitude e extensão do espaço físico, territorial ou geográfico. Um dos resultados deste desencontro ou peculiar encontro é a persistência de largas parcelas da população que se agregam tendo como base suas condições de privação e carência e, a partir disso, passam a se reconhecer e identificar como "sem": "sem-terra", "sem-teto", "sem-trabalho", "sem-transporte", entre outras denominações. Numa seqüência histórica de longa duração - que contemple o movimento de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira -, constitui o que definimos como processo de excludência. Por outro lado e ao mesmo tempo, através de suas agregações, esses grupos passam a existir, ganham estatuto social e político. Enquanto sujeitos políticos, adquirem o direito de falar, opinar, pressionar. Ao fazê-lo, ampliam e redefinem os espaços públicos.[164]

Contudo, e de forma contraditória, se o direito expressa a mudança social,[165] a persistência de uma rígida estrutura social mostra a dificuldade, senão impossibilidade, de os direitos se instituirem como princípios reguladores de uma nova sociabilidade. Por isso, como afirma Furtado, "o ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país".[166]

Concluindo, os mecanismos que, no Brasil, produzem as desigualdades sociais são estruturais. Resultam da conjugação entre a dominação tradicional patrimonialista e a expropriação e alienação capitalista.

---

[162] "No Brasil do século 21, a elite se sente tão distante do povo quanto no século 19. A elite brasileira não é cidadã. A desigualdade entre os ricos e os pobres, seja na renda, na educação, na habitação, no transporte, no lazer, na comida ou nos costumes, é tão grande que eles não sentam à mesma mesa, não conversam os mesmos assuntos, não sentem a cumplicidade cidadã de pertencerem a um mesmo povo. (...).O regime ficou republicano, mas o Brasil continuou dividido entre uma elite nobre e uma massa plebéia. (...) A República não foi completada porque os republicanos não se ligaram ao povo". BUARQUE, Cristovam. "A revolução republicana"; *in* **Folha de S. Paulo**, 9 de março de 2003.

[163] "As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subseqüentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da 'conciliação' (em regra, uma autêntica negação ou neutralização da 'reforma')". FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Citação, p. 201-202.

[164] A força social das mobilizações populares reside também na força que os temas ou as questões têm em termos de sociedade, em relação à publicidade, ao consenso ou simpatia que conseguem despertar. CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Referência à p. 161.

[165] BOBBIO, Norberto **L´età dei diritti**. Torino: Einaudi, 1997. Referência à p. 77.

[166] FURTADO, Celso. **Brasil, a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Articuladas, as várias questões propostas mostram que, no Brasil, a estrutura social e os arranjos políticos continuam a operar no sentido de manter os setores populares afastados das instâncias que decidem os rumos da nação. O destino dos reiterados acordos foi e continua sendo a manutenção do *status quo* e as mobilizações institucionais que parecem permitir configurações mais democráticas e participativas representam, na realidade, movimentos antecipatórios, rearranjos das elites e classes dominantes no exercício da dominação.[167] Enquanto alguns intérpretes reconhecem que o processo de modernização brasileiro foi fortemente "controlado de cima",[168] outros acrescentam que as formas autoritárias de dominação se fundam no "não reconhecimento do direito ou capacidade da sociedade governar-se a si própria".[169] Confinadas, submissas e tuteladas, as classes subalternas não conseguem redefinir a estrutura social. São criminalizadas, reprimidas e dispersadas todas as vezes que tentam colocar as questões políticas e sociais no cerne dos conflitos, ou seja, quando se atrevem a querer discutir e redefinir a estrutura social. Nas mãos das classes dominantes, as políticas sociais, aparentemente voltadas para melhorar as condições de vida dos setores da população mais desprotegidos, não rompem com aquela lógica. Pelo contrário, a reproduzem e legitimam.

[167] "... repetindo no essencial o que ocorreu no passado remoto ou no passado recente, todas as vezes que as elites dos estamentos ou das classes dominantes se viram postas diante da *história viva* com a necessidade de escolher, de imaginar e de criar. Elas se retraíram, isolaram o povo da história e confundiram seus interesses particulares e imediatos com os interesses na Nação e do futuro". FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980. Citação p. 1-2.
[168] FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
[169] SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Citação p. 123.

Considerações finais

"Não há como largar o sistema porque o sistema não larga a gente".

[José Luis - Nova Conquista]

Canudos e Nova Conquista constituem processos sociais cuja existência vai além do bairro em São Luís e do assentamento em Açailândia. O sentido dos processos estava contido nos acampamentos dos sem-teto e dos sem-terra como horizonte possível. Representava o objetivo das mobilizações. Integrava também a agenda da ordem instituída que os concebia como mecanismos de integração, tanto de espaços físicos como de grupos sociais. Por meio dos assentamentos seria possível recompor a unidade social ameaçada pelo caráter político que as questões sociais estavam assumindo nas mobilizações dos sem-teto e dos sem-terra nos acampamentos.

Por ser o ponto de convergência de duas propostas de sociabilidade, uma que alargava e redefinia e outra que restringia e reproduzia o instituído, os assentamentos deviam necessariamente se constituir em *locus* de tensão e ambigüidade. Os assentados eram postos entre dois processos de socialização: de um lado a recomposição da antiga unidade social desestruturada pela perda da terra, deslocamentos e migrações – socialização - e, do outro e ao mesmo tempo, a necessidade de se integrar à nova ordem imposta de fora para sobreviver e se reproduzir enquanto assentados – ressocialização.

De um ponto de vista de linearidade histórica, é possível afirmar que, inicialmente, são laços familiares, comunitários e de condição social que concorrem para a agregação e a mobilização dos sem-teto e dos sem-terra. Arraigada nesta base social, a solidariedade formata o movimento e regula as mobilizações. Com efeito, está presente e conforma os acampamentos nos quais os espaços físicos e sociais não são apropriados individualmente. Com sua força simbólica e social contaminam outros setores da população, que se articulam com o intuito de colaborar no que for possível. Com isso, o problema adquire uma dimensão social ampla e passa a compor, mesmo que polemicamente, a agenda política do país. Aos poucos, porém, aqueles laços de inicial solidariedade são redefinidos pela lógica da integração ao circuito da cidade, da sociedade e do mercado. O processo torna-se tenso,

ambíguo e contraditório. De um lado a resistência tenta recompor a organização social e política do passado **-** e, com isso, dificulta a integração ao novo espaço, que, em última instância, é a razão dos movimentos – e do outro, na mesma lógica, a inclusão exige a superação daquelas mesmas formas de organização social. Neste processo, desarticulam-se a família e a comunidade e redefinem-se os princípios que nelas operavam e as definiam. Emergem valores e mecanismos de caráter individual que criam tensões e antagonismos, inclusive entre os membros de uma mesma família. Há em curso um processo de estranhamento percebido e retratado nos depoimentos.

Nos processos de constituição dos acampamentos e assentamentos, portanto, num primeiro momento os laços de parentesco e de solidariedade operam como elementos de integração dos indivíduos ao movimento. Os mais fracos contam com o apoio e a solidariedade da comunidade, que se expressam em múltiplas formas de ajuda e proteção. Na medida em que, porém, se institui a propriedade e o espaço físico e social passa a ser configurado de acordo com a lógica do capital, os laços familiares e comunitários deixam de ser elementos de unidade social. Os assentados acabam expostos à lógica do mercado sem ter desenvolvido mecanismos, materiais e culturais, que os tenham tornado aptos para o exercício das novas funções.[1] Recorrem, então, às instituições públicas em busca de proteção e assistência.[2] Defrontam-se com um processo de reestruturação econômica e de redefinição, descentralização e reorganização das funções e competências do Estado. Por causa disso,

[1] Com a suposta extensão ou "distribuição" da propriedade há a instituição da ordem competitiva sem que, na realidade, tenham sido criadas as condições estruturais e orgânicas de competição. Ao analisar a Revolução Burguesa no Brasil, Fernandes mostra que a burguesia "foi condicionada pelos requisitos ideais e legais da ordem social competitiva", mas aqueles requisitos constituíam representações ideais que "valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. De tal forma que quando outros grupos "se puseram em condição de cobrar essa identificação simbólica (...) a burguesia mostrou as verdadeiras entranhas reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico". E mais adiante acrescenta: "os fundamentos axiológicos legais e formais da ordem social competitiva eram extraídos de uma ordem capitalista idealizada". FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil. Ensaios de interpretação sociológica**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Citações p. 205-206 e 211. Nesta linha interpretativa, o estudo dos processos sociais em curso em Canudos e Nova Conquista mostra que numa estrutura social caracterizada por desigualdades estruturais, a ordem competitiva é uma fantasia.

[2] "Há algo de inquietante nessa condição da estrutura social brasileira, porque ela define dois estilos de ação, distintos mas interligados: um deles é a crença de que o Estado deve resolver todos os problemas sociais e pessoais, e outro é a de que o indivíduo decide sobre questões de natureza coletiva como se se atribuísse todo o poder que não lhe pertence. Encontramos, de certo modo, o que Caio Prado chama de poder público fraco, e as conseqüências disso vão muito além do que se pode inferir à primeira vista. Essa fragilidade deve ser vista em termos não só da incapacidade da sociedade de se organizar com vistas à cidadania plena – para só então se constituir em um Estado realmente forte, por representar uma sociedade civil forte, bem organizada (daí a necessidade de o Estado ser autoritário) – como deve ser vista também à luz do fato de que parece mesmo não existir uma crença no Estado como autoridade competente e eficiente. (...). Desse modo, parece justo pensar que o imobilismo civil atual se deve à conjunção dessas duas manifestações: a incompreensão do espaço do governo por parte de amplos setores da sociedade brasileira e uma espera, um desejo, de que o Estado tudo resolva". D'INCAO, Maria Ângela. "Estrutura e desigualdade"; *in* D'INCAO, Maria Ângela (org.). **História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989. Citação p. 330-331.

ficam totalmente desprotegidos.[3] Por outro lado e na outra ponta, a ordem instituída que opera como força integradora ao novo espaço físico e social delega às famílias e às comunidades a incumbência de amparar e providenciar a proteção dos mais fracos. Importa ressaltar que se trata de uma questão estrutural e não pontual no sentido que envolva apenas algumas pessoas ou famílias. Traduzindo numa expressão popular, é a miséria amparando a miséria, como é o caso da escolinha comunitária de Canudos. É o círculo que não fecha.[4] Deste modo, não é uma proteção social / pública / política que opera e sim uma privada / familiar. Isto mostra que há uma articulação institucional e funcional entre o privado e o público, o tradicional e o moderno. Oliveira afirma que a anulação ou não construção das diferenças entre o público e o privado constitui "o cerne do fetiche da igualdade social".[5]

Em relação à cidadania moderna, Roberts afirma que a origem da distinção entre público e privado reside no "ataque do mercado às formas tradicionais de provisão e bem-estar social" e que "as demandas da unidade familiar por recursos baseados no parentesco e na comunidade perderam força diante da individualização dos direitos de propriedade e da liberação da força de trabalho de suas obrigações comunais. O parentesco se tornou, em essência, uma esfera doméstica ou privada da sociedade." E acrescenta: "Nessas circunstâncias, a família se coloca em oposição ao Estado e o privado se opõe ao público, como esferas concorrentes na prestação de serviços sociais. O Estado providencia esses serviços como parte dos direitos dos cidadãos, mas eles podem ser privatizados em momentos de crise fiscal, porque a família e a comunidade assumirão as tarefas sociais. O limite entre uma definição pública ou privada de moral é flutuante, depende da ideologia dominante e pode ser modificado pela ação política. Quando o bem-estar é visto como uma questão basicamente privada, a ser resolvida no âmbito da família e da comunidade imediata, e não como um assunto pertinente à atividade e à organização política, se impõe uma barreira permanente à extensão da cidadania

[3] Com a reestruturação econômica, reformulação e descentralização do Estado, este deixa de desempenhar um papel central na prestação de assistência e proteção social das classes populares. Importa lembrar que as classes mais altas contam com proteção e assistência privada. Eventuais provisões de serviços sociais se dão agora mediante a cooperação e participação das comunidades locais, de organizações não governamentais e de mecanismos de mercado como pode ser o auxílio educação. Trata-se de mecanismos que possuem um caráter focalizado, isto é, voltado para setores específicos da população e não expressam nem representam políticas universais de proteção social. Coloca-se, então, a questão de saber se a cidadania e, conseqüentemente, a proteção social são concebidas como bens coletivos e de responsabilidade da comunidade ou têm por base o indivíduo. Esta discussão foi levantada agora no Brasil com a redefinição das funções do Estado operada pelo mercado.

[4] DAHRENDORF, Ralf. **Quadrare il cerchio: benessere economico, coesione sociale e libertà politica**. *Obra citada*.

[5] OLIVEIRA, Francisco. "Da dádiva aos direitos: a dialética da cidadania"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 25, ano 9, jun. 1994. Na mesma direção Martins afirma que, no Brasil, a distinção entre o público e o privado nunca chegou a se constituir, e acrescenta: "Ao contrário, foi distinção que permaneceu circunscrita ao patrimônio público e ao patrimônio privado. Portanto, *uma distinção relativa ao direito de propriedade e não relativa aos direitos da pessoa*". MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. Citação p. 21-22.

social".[6] Nesta perspectiva, as políticas públicas, dependendo da maneira como são elaboradas e conduzidas, tanto podem fomentar o clientelismo e a dependência como abrir caminho para a construção da autonomia dos cidadãos. Nos casos analisados, não se resolvem trazendo possibilidades de autonomia para os sem-teto e os sem-terra, mas fortalecem e perpetuam o clientelismo.

As mobilizações dos sem-terra e dos sem-teto provocam e, ao mesmo tempo, redefinem tensões e conflitos sociais. Os acampamentos e os assentamentos são dois momentos de um processo de resolução dos conflitos sociais. Os primeiros representam uma ameaça à unidade social, os segundos a reconstituem. Deste modo, os assentamentos são oficialmente apresentados como políticas que visam solucionar conflitos decorrentes da desigual distribuição das terras e do espaço urbano e de recomposição, em outro nível, da unidade social ameaçada. Numa lógica seqüencial, o ponto final do processo - o assentamento - contém um ordenamento social mais justo, ou menos desigual, resultado da distribuição mais eqüitativa dos bens. Daí a ênfase dada à distribuição dos bens como forma de superação das desigualdades sociais. É uma distribuição que não leva em conta a maneira como os bens materiais e sociais são produzidos e distribuídos, ou apropriados, não rompe com a lógica de reprodução da expropriação, alienação e desigualdades. As lutas pela terra e pela casa não se esgotam no acesso àqueles bens materiais. Dependendo das configurações sociais e dos arranjos políticos, a conquista da terra e da casa pode resultar, mais adiante, em novas expropriações. Em outras palavras, a distribuição de bens sociais que não reformula a estrutura social e política fundada na expropriação, acumulação e concentração, não abre caminho para ordenamentos mais eqüitativos.

O estudo dos processos em curso em Nova Conquista e em Canudos mostra que as terras, rurais e urbanas, enquanto bens materiais e condições de integração e emancipação social, voltam, pela mediação e regulação do mercado, a novas formas de expropriação e concentração. Deste modo, a política distributiva sobre a qual estariam hipoteticamente arraigados os assentamentos não se traduz em processos capazes de gerar uma sociabilidade inclusiva fundada nos direitos e na igualdade.

A integração social, no modelo em que a sociedade brasileira se assenta, exige necessariamente a propriedade. Ao estabelecer uma relação de reciprocidade orgânica com os

[6] ROBERTS, Bryan R., "A dimensão social da cidadania; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. nº 33, ano 12, fev. 1997. Em CD-ROM Coleção da Revista Brasileira de Ciências Sociais realizada pela ANPOCS.

ordenamentos sociais que ela engendra e da qual deriva, a propriedade e a integração social se constituem reciprocamente. São, portanto, interdependentes. Com isso, caso os assentados não consigam transformar a terra, a casa e seus universos em propriedade, também não alcançarão a integração ou inclusão social. A integração não depende exclusivamente da terra ou da casa. Deve incluir também a apropriação do social, do processo de socialização. É neste sentido que a propriedade deixa de ser uma coisa e se torna um processo social. Para os assentados de Canudos e de Nova Conquista as possibilidades de inclusão ou de equidade social dependem de sua capacidade, junto com outras forças sociais, de desencadear um processo de socialização. Disto depende também sua transformação em sujeitos políticos. Constitui o caminho necessário para evitar que a conquista da terra fique dissociada da emancipação política e social.

Portanto, a justiça distributiva deve ser um processo e uma proposta de sociedade e não pode se restringir à distribuição localizada de alguns bens. Os assentados de Canudos e de Nova Conquista descobrem como a terra e a casa, mesmo estando nelas ou sobre elas, representam, na realidade, algo que precisa ser constantemente conquistado, construído. É como se elas se movessem debaixo de seus pés. Desta forma, a inclusão torna-se um processo social que avança na direção da integração na medida em que consegue redefinir, num movimento caracterizado por tensões, conflitos e antagonismos, os arranjos sociais e políticos instituídos. Quando, pelo contrário, são as forças e os projetos instituídos a configurar e regular o processo, então a exclusão se reproduz, ainda que redefinida.

Quando mediadas pela "propriedade", as políticas de integração e emancipação carregam as marcas da alienação e expropriação. É este o caráter que assumem a inclusão, a emancipação e os direitos em sociedades fundadas e reguladas pela propriedade em sua forma capitalista. Os direitos sociais e políticos derivam, em última instância, da propriedade. Constituem bens universais na medida em que a propriedade se realiza, eventualmente, como bem universal. Se esta se expressa num processo de expropriação e alienação, os direitos não terão como ganhar o caráter de universalidade, senão enquanto expressão da ideologia dos proprietários.[7] Não constituem bens sociais, ou seja, universais, mas apropriações que se dão num processo de competição.[8] Deste modo,

[7] "As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual". MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984. Citação p. 72.

[8] Desta maneira, Ianni chega a afirmar que *a cidadania por excelência é a mercadoria*. IANNI, Octávio. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1989. Citação p. 124.

a inclusão de alguns implica necessariamente exclusão de outros. E é desta forma que os processos sociais em curso nos assentamentos operam: incluindo e excluindo.

Resulta, então, que o processo de constituição e desenvolvimento da propriedade regulado pelo mercado institui direitos individuais e uma cidadania civil abstrata. Como, de um ponto de vista econômico e social, gera desigualdades e disparidades de riquezas, destrói formas tradicionais de solidariedade que operavam no sentido de mitigar o sofrimento e a miséria e aumenta a insegurança, econômica, social e psicológica, de indivíduos e coletividades. A dimensão social da cidadania fica exposta às contradições do mercado. A própria cidadania política que deveria arbitrar e regular os antagonismos do mercado fica subsumida a ele.[9] Neste sentido alguns intérpretes falam em "cidadania concedida" e outros de "cidadania regulada". [10]

Na sociedade atual, a "inclusão", em contraposição à "exclusão", se dá no universo da competitividade fundada na propriedade. Ser capaz de competir significa ser dono de si mesmo, participar do jogo e, por meio dele, conquistar a inclusão. É o indivíduo / proprietário que deve competir. A incapacidade ou impossibilidade de competir leva à exclusão. Não é possível, portanto, incluir a outros. Aliás, por ser um processo simultaneamente includente e excludente, a inclusão de uns representa, de alguma forma, a exclusão de outros. Se o indivíduo não é capaz de competir, não será incluído compulsoriamente, pois, em decorrência da sua incapacidade, continuará excluído, mesmo que ganhe uma casa ou um pedaço de terra.

Portanto é o princípio da competitividade que é o grande organizador da vida social, econômica e política. A competitividade, a eficiência e a qualidade dos produtos – materiais e intelectuais – reproduzem e justificam /legitimam, no espaço ampliado e controlado, as desigualdades intrínsecas ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Para o capitalismo coloca-se o permanente desafio de encontrar meios, formas e estratégias de acobertar ou justificar antagonismos e desigualdades intrínsecos a seu movimento.

Como resposta às desigualdades sociais geradas pelo movimento do capital, apela-se para o princípio da "solidariedade". A "cultura da solidariedade", porém, é a negação da competitividade. Competição e solidariedade colocam-se em níveis diferentes. A competição fundamenta-se em

[9]Oliveira fala de "anulação da política". OLIVEIRA, Francisco. **Em busca do consenso perdido**. Íntegra da aula magna proferida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, da Universidade de São Paulo –USP, fev. 2003. Mimeo.

[10] SALES, Teresa. "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 25, ano 9, jun. 1994. NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. "A lógica perversa da crise: o caso dos movimentos sociais urbanos no Brasil"; *in* NASCIMENTO, Elimar Pinheiro e BARREIRA, Irlys Alenar F. (org.). **Brasil urbano. Cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993. Citação p. 98.

princípios e regras econômicas, racionais, de cálculo, ao passo que a solidariedade é uma postura ou um princípio ético-moral. A solidariedade pode compensar e amenizar as desigualdades do sistema, sem, no entanto, atingir ou minar sua lógica excludente. A redefinição da competição deve se dar por meio de um conjunto de relações que incorporem e coloquem em causa tanto a dimensão econômico racional como ética, política e cultural.

A partir de Canudos e de Nova Conquista é possível dizer que a ordem instituída age, através do Estado, sobre as forças instituintes, redefinindo seus propósitos e estreitando as fronteiras de suas ações. Com isso, as questões sociais e políticas levantadas pelas forças sociais instituintes são reconduzidas à esfera dos ordenamentos jurídicos instituídos. É no bojo deste processo que os assentamentos privam os movimentos dos sem-teto e dos sem-terra da força social e política adquirida nos acampamentos. Desta maneira, considerados pela ótica dos movimentos sociais, os assentamentos representam a derrota das propostas contidas nos acampamentos. Apreendidos pelo prisma da ordem instituída, expressam configurações mediante as quais são restabelecidas a coesão e a harmonia social.

Esta maneira de a ordem instituída se impor sobre as forças instituintes está na gênese da sociedade brasileira. São vários os autores que procuram mostrar como a unidade social não foi construída mediante a incorporação de grupos, comunidades, povos e classes sociais ao projeto da nação. Pelo contrario, prevaleceram a conquista, a escravização, a dominação, o aniquilamento, a submissão, a tutela e as múltiplas formas de exclusão.

Segundo Caio Prado, o que caracteriza a colonização do Brasil é a ocupação de "todo o extenso litoral" como "condição necessária para uma eficiente defesa" e a "forma pela qual se distribui a terra". Trata-se da instituição da grande exploração rural que impede que a pequena propriedade encontre "terreno favorável para se desenvolver na economia da colônia". Associada à escravidão, configura e determina a organização econômica e social da era colonial. Por causa disso, acrescenta, a sociedade da época se reduz a "duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres."[11] Esse traço se constitui na herança legada à sociedade brasileira mesmo nos séculos posteriores à colonização e à escravatura.

Furtado, entre muitos, aponta para a natureza da relação entre as classes sociais na formação da sociedade brasileira: "O distanciamento entre elite e povo será o traço marcante do quadro cultural

[11] PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil. Colônia e império**. 15ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986. Citações p. 13, 18, 28 e 29.

que emergirá como forma de *progresso* entre nós. As elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultura européia. O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do *atraso*, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não européia e negando-se a volta à sua criatividade artística".[12]

Em seus estudos relativos à interpretação do processo de formação da sociedade brasileira, Fernandes afirma que "várias fases, supostas historicamente extintas, na evolução social do Brasil, persistem e vivem na existência cotidiana de muitas aglomerações humanas brasileiras do presente".[13] Nesta linha investigativa, é possível afirmar que uma das características persistentes, ainda que as formas e os conteúdos tenham sido redefinidos ao longo das diversas fases históricas, é a sistemática incorporação do espaço físico e geográfico sem uma correspondente integração dos diferentes grupos e classes sociais. O aspecto apontado por Caio Prado configura uma espécie de conquista / defesa permanente. O caráter da colonização, redefinido, perdura e continua operando ao longo do tempo. O movimento de expansão do litoral em direção ao interior e as sucessivas reocupações de territórios anteriormente conquistados objetivam incorporar espaços físicos e grupos sociais a uma ordem fundada sobre a exploração, a expropriação, a concentração e, conseqüentemente, sobre desigualdades estruturais.[14]

O processo de constituição da sociedade nacional não conta com a participação direta das classes populares que não encontram espaços abertos nas sucessivas configurações e arranjos políticos. Como dito anteriormente, prevalece a conquista, a dominação e subjugação e não a integração e a inclusão.[15] Fernandes assinala que a marca da questão social no Brasil reside no fato de que "o povo é isolado da história".[16]

---

[12] FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. Citação p. 64.

[13] FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 3ª edição. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFELPaulo, 1979. Citação p. 11.

[14] "A ocupação e re-ocupação do território brasileiro não é apenas uma questão geográfica, mas também política e social. Há um movimento de expansão que chega até as fronteiras territoriais para continuar em outro nível redefinindo e reincorporando grupos, povos, movimentos e classes sociais. Neste sentido, à idéia de 'defesa nacional' que remete ao princípio da nação, acresce-se a idéia de 'segurança nacional' que controla e regula as relações entre as classes sociais dentro da própria nação". IANNI, Octavio. **Classe e Nação**. Petrópolis: Vozes, 1986. Citação p. 38. E em outra obra: "Nas sociedades latino-americanas, não se forma o espaço da cidadania, nem mesmo sob a forma conveniente a setores da classe média e burgueses. Apenas em termos ideais todos são considerados iguais perante a lei, independentemente da raça, religião, sexo, educação e outras diversidades. Na prática, todos são desiguais, em termos econômicos, políticos, culturais, raciais e outras denominações. (...) Prevalece a violência legalizada a ilegal, pública e privada, das classes dominantes contra o povo, camponeses, operários, mineiros, movimentos sociais, partidos". **Revolução e Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. Citação p. 44.

[15] Touraine afirma que "Cada vez que a desgraça dos dominados, dos explorados ou dos excluídos surge no palco da história, esta hesita entre a formação de um novo movimento social e a irrupção de ideologias e de forças políticas reduzindo os dominados à sua desgraça". TOURAINE, A. **Como sair do liberalismo**. Bauru: EDUSC, 1999. Cit. p. 49.

[16] FERNANDES, F. **Brasil, em compasso de espera: pequenos escritos políticos**. São Paulo: Hucitec, 1980. Cit. p. 2.

Retomando a questão da grande propriedade rural que está na origem da formação social brasileira, Martins afirma que: "A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros."[17] Deste modo, adaptadas e redefinidas, as características fundantes da sociedade brasileira continuaram a formatar e regular os ordenamentos sociais e políticos ao longo das diversas fases históricas. As pretéritas e recentes políticas de ocupação das fronteiras em nome do "desenvolvimento", da "segurança nacional" ou da "integração" e a reocupação de novas ou antigas áreas, rurais e urbanas, através de projetos de grande envergadura, da colonização ou do assentamento, fundamentam-se no ideário da "defesa" e do "controle" do território nacional, isto é, da ordem social instituída. O território a ser conquistado deve, então, ter suas anteriores formas de vida descaracterizadas a fim de que a nova ocupação ganhe legitimidade. Neste ímpeto expansivo, as formas de sociabilidade preexistentes são impreterivelmente colonizadas. A instituição da sociabilidade dominante exige o domínio sobre todos os espaços geográficos e a subjugação, controle, tutela e regulação de todas as formas de sociabilidade.[18]

Paulo Henrique Martins caracteriza o pacto fundador da sociedade brasileira como "assalto militar", conquista e submissão e não incorporação e integração.[19] Por isso, a sociedade política

[17] MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994. Citação p. 13.

[18] É este o contexto que faz com que Ianni afirme que "desde o começo, o Brasil tem jeito de território ocupado; e o povo aparece como povo conquistado. Desde o princípio os blocos de poder aparecem como arranjos de conquistadores". IANNI, Octávio. **O Ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984. Citação p. 11. E, em outra obra, ao analisar o processo de construção da nação, conclui que "A nação burguesa não compreende a nação do povo". IANNI, Octavio. **Classe e Nação**. Vozes: Petrópolis, 1986. Citação p. 14.

[19] "No lugar de um pacto fundador que inspirasse a idéia de uma comunidade de indivíduos, de caráter multicultural, multirracial e multiétnico, cuja solidariedade fosse organizada pelo Estado, surgiu um pacto entre elites colonizadoras, sustentado por um imaginário expansionista mercantil e cristão, que viabilizou o poder patrimonial periférico às custas da perseguição e escravização das populações ameríndias e das populações africanas". E complementa: "A destruição da cultura indígena impediu, logo, que a idéia de nacionalidade fosse uma proposta multicultural que integrasse politicamente o imaginário ameríndio. A inexistência de um campo de subjetividades, vinculando simetricamente colonizadores e nativos em torno de um projeto identitário comum, bloqueou quaisquer políticas de hibridização que integrassem as tradições locais como referentes do imaginário da colonização. Pois os colonizadores não chegaram com o propósito de fundar o social, mas apenas de se apropriar de riquezas naturais e de fundar uma empresa militar e comercial, sem maiores preocupações com a organização de práticas comunitárias envolvendo os atores individuais e coletivos presentes nesta parte do Novo Mundo". MARTINS, Paulo Henrique. "Cultura autoritária da brasilidade"; *in* SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca e PORTO, Maria Stella Grossi (org.). **A contemporaneidade brasileira: dilemas para a imaginação sociológica**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. Citações p. 307-308 e 316.

assume o caráter do autoritarismo político[20], o que torna complicadas as distinções entre as esferas do público e do privado.[21] Contudo, geralmente atribuído ao modelo político predominante no país, o autoritarismo não se esgota nas formas políticas do Estado e suas instituições. Envolve também as representações em torno do poder e da noção de autoridade construídos pelo discurso, ou seja, pela ideologia dominante.[22] Nesta perspectiva, os mecanismos de produção das formas de dominação e dos comportamentos sociais não dependem exclusivamente dos ordenamentos políticos, mas têm também imbricações culturais.[23]

As formas de exclusão que perpassam a história do Brasil e se reproduzem reiteradamente, inscrevem-se no processo de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. Há, desde o início, um reiterado movimento de conquista e subjugação, em lugar de inclusão, integração.

Uma vez que os assentamentos, rurais e urbanos, estão fundados na propriedade, podem ser vistos como uma territorialização e, por conseguinte, uma privatização do social e do político. As questões postas pelos movimentos através das mobilizações que resultaram nos acampamentos e que possuíam um caráter societário, são resolvidas no sentido de sua circunscrição espacial e social, no âmbito do assentamento. Como o novo espaço é fundado e regulado pelo princípio da propriedade, o processo de integração pelo caminho do assentamento produz a desintegração dos ordenamentos sociais anteriores. Questões sociais e políticas que envolviam e desafiavam a sociedade transformam-se em problemas localizados, demarcados e restritos que assumem um caráter administrativo. Grande parte das discussões relativas aos assentamentos focaliza aspectos organizativos e administrativos driblando a questão da configuração social e dos arranjos políticos que instituem a ordem dominante. Constituem reflexões que expressam a predominância de uma visão funcionalista segundo a qual

[20] São inúmeros os trabalhos que, de diferentes enfoques, procuram caracterizar o autoritarismo. Entre outros: SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1991. IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. SODRE, Nelson Werneck. **Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil**. 2ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1984. CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

[21] MARTINS, Paulo Henrique. *Idem*, p. 319.

[22] Chaui escreve: "Ora, se considerarmos que um dos aspectos mais importantes e eficazes da ideologia reside no esforço imaginário (mas de modo algum ilusório) para estabelecer uma coincidência entre o discurso social e o político e o discurso sobre o social e o político, graças a uma lógica da identificação que unifique a realidade social e política com as representações construídas acerca delas, então as elites são necessariamente autoritárias". CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1980. Citação p. 41

[23] Na mesma direção D'Incao afirma que "A questão da cidadania parece que não passa somente pela legislação de um país, mas também, sobretudo, pelo que se pode chamar de *ethos cultural*". D'INCAO, Ângela. "Estrutura e desigualdade"; *in* D'INCAO, Maria Ângela (org.). **História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989. Citação p. 329.

eventuais desajustes não são concebidos em termos de ordenamentos sociais, mas de problemas localizados que necessitam de intervenções pontuais, tendo em vista sua readequação à totalidade.

Referindo-se especificamente aos assentamentos rurais, Navarro afirma que por meio deles se opera "a eliminação do persistente padrão de dominação social e de clientelismo que forma a base da reprodução oligárquica no país e impede seu desenvolvimento político".[24] Tendo como referência a análise dos processos em andamento em Nova Conquista e em Canudos, seria mais apropriado dizer que não há uma eliminação e sim uma redefinição das formas de dominação baseadas no clientelismo e no favor. Com efeito, se, de um lado, a passagem de uma ordem para outra redefine o ordenamento das relações sociais, do outro, as tradições persistem nos próprios ordenamentos sociais. A transformação das bases sociais e políticas é necessária para que o movimento do capital possa operar em outra escala. Como afirma José de Souza Martins, "o clientelismo político não desapareceu. Ao contrário, em muitas regiões do País ele se revigorou, embora mudando de forma, praticado por uma nova geração de políticos de fachada moderna. (...). Minha concepção é as de que o oligarquismo brasileiro se apóia em algo mais amplo do que esse relacionamento – ele se apóia na instituição da representação política como uma espécie de gargalo na relação entre a sociedade e o Estado. Não só os pobres, mas todos os que, de algum modo, dependem do Estado, são induzidos a uma relação de troca de favores com os políticos."[25]

As políticas governamentais, [26] sobretudo aquelas que visam reorganizar e acomodar setores das classes subalternas, são implementadas com o intuito de controlar ou contornar focos de tensões e possibilidades de convulsões sociais. Não são princípios de equidade e justiça que impulsionam as intervenções públicas, mas a necessidade de manter as desigualdades num nível tolerável de modo que não provoquem rupturas. É neste processo - público e estrutural - que as políticas públicas se transformam em políticas compensatórias e reproduzem o "favor" e a "dádiva". Neste sentido, as políticas governamentais contribuem para negar os direitos e a cidadania. O Estado, com efeito, de um lado bloqueia qualquer tentativa de transformação estrutural e, do outro, restringe e controla a

[24] NAVARRO, Zander. "Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, MST e a reforma agrária"; *in* **São Paulo em Perspectiva**, vol. 11, n° 2, abr. – Jun. 1997, p. 86-93. Citação p. 89.
[25] MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994. Citação p. 29. E ainda: "A política do favor, base e fundamento do Estado brasileiro, não permite nem comporta a distinção entre o público e o privado". *Idem*, p. 20.
[26] A benevolência, as ações caritativas do Estado - bolsa escola, alimentação, etc. - configuram "um modelo peculiar de cidadania, dissociado dos direitos políticos e também das regras de equivalência jurídica". TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001. Citação p. 22.

possibilidade das transformações sociais.[27] Analisada nesta perspectiva, a colocação de Navarro não deve induzir a imaginar que por intermédio das políticas governamentais sejam automaticamente criados espaços e condições políticas que favoreçam a integração dos assentados e a extensão da cidadania. Por si só, a constatação de que há em curso um processo de transformação do clientelismo não explicita a natureza das mudanças nem caracteriza as relações, configurações e estruturas que emergem e se instituem. Numa sociedade cada vez mais complexa, os processos de transformação social e política contêm, hipoteticamente, múltiplas possibilidades, inclusive aquela de reproduzir a antiga dominação em outro nível. Por isso, com base em Nova Conquista, é possível afirmar que o processo social que desmonta a estrutura de dominação oligárquica desestrutura, ao mesmo tempo, a comunidade rural e as tradicionais formas de organização social. Mas não é a política de assentamento em si que opera esse desmonte e sim a forma como são redefinidas as relações com a terra, com a família, com a comunidade, enfim, com a sociedade no processo de construção de um determinado tipo de assentamento. Em outras palavras, não são decisões de caráter político-institucional que podem mudar as bases e estruturas sociais, mas é a capacidade de romper com um ciclo de dominação que naturalmente se reproduz se não houver intervenção que o elimine de forma definitiva. Neste sentido, é a análise dos processos sociais que deve demonstrar se as transformações em andamento expressam a passagem do reino da dominação para o reino da liberdade ou de uma forma de dominação para outra. No Brasil, as formas de subjugação, exclusão e dominação das classes subalternas são sistematicamente reproduzidas em novos contextos sociais e políticos. Deste modo, a tese aqui sustentada é que através das políticas públicas, da forma como tradicionalmente têm sido encaminhadas no Brasil, voltadas para setores das classes subalternas em situação de pré-convulsão, o Estado reproduz a dominação e, desta forma, impede a emancipação social e política dos grupos envolvidos.[28]

Também o que é definido como cultura, identidade individual ou coletiva, é algo em permanente construção, é processo, movimento, tensão, possibilidade. Em algumas análises essas relações aparecem como uma realidade objetivada, descolada de seu processo constitutivo. Em outras palavras, alcançado um determinado estágio dessa construção, os resultados, sempre relativos e

[27] Para um aprofundamento desta questão, entre outros textos, pode-se consultar: SOUZA, Maria Ângela de Almeida; *in* NASCIMENTO, Elimar Pinheiro – BARREIRA, Irlys Alenar F. (org.). **Brasil urbano. Cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993; p. 212-231.

[28] "O autoritarismo nas instituições brasileiras é congênito no sentido que ele está no cerne de uma estrutura institucional doméstica que aprisiona e submete a lógica individualista a um jogo conspirativo regrado por uma lógica holística, hierárquica e racista, boicotando as práticas autonomizantes que produzem a cidadania moderna. Daí que as distinções entre as esferas do público e do privado também são complicadas". MARTINS, Paulo Henrique. "Cultura autoritária da brasilidade"; *in* SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca e PORTO, Maria Stella Grossi (org.). **A contemporaneidade brasileira: dilemas para a imaginação sociológica**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. Citação p. 319.

provisórios, parecem descolar-se do processo, assumir uma aparente autonomia e, reificados, passar a agir sobre indivíduos, coletividade e instituições delimitando e determinando o espaço de seus movimentos. Claro que as interações entre pessoas, grupos, classes e povos produzem, reiteram e redefinem também relações e instituições de dominação, de controle, de poder. Trata-se, porém, de relações construídas no bojo do mesmo processo histórico. Por isso as inter-relações não podem ser caracterizadas a *priori* como uma ameaça ao processo de construção e preservação das identidades culturais, étnicas, de grupo. Pelo contrário, são dimensões essenciais e constitutivas desse processo.

Estão colocados os pressupostos que permitem retomar a questão das barreiras, das fronteiras. O processo de construção da identidade, em todos os seus níveis, estabelece uma relação tensa e conflitante com as barreiras, com as fronteiras, enfim, com a alteridade. Trata-se de uma ação simultaneamente criadora e destruidora. E a destruição é indispensável para a dinâmica do processo. Destruídas, as fronteiras acabam sendo reconstruídas de maneira diferente num outro nível. Talvez a ressocialização, pelo menos quando analisada na perspectiva da questão étnica e cultural, possa ser apreendida também como um dos resultados dessa dinâmica. As fronteiras e os territórios são permanentemente criados e quebrados e todos os elementos ou dimensões constitutivos de uma determinada configuração social são jogados num outro espaço geográfico, social, temporal e são redefinidos a partir e na base de novas e diferentes relações.

Nesta perspectiva pode ser feita uma crítica aos que vêem no processo em curso a simples descaracterização de identidades de grupos, classes e povos, como se o princípio básico da redefinição social visasse a construção de um mundo homogêneo e uniforme. Na direção contrária à visão de um mundo uniforme, há quem acentua o movimento de fragmentação que estaria em andamento. Às vezes a palavra "fragmentação" carrega um sentido moral e, de certa forma, expressa a saudade de algo que foi ou estaria se rompendo. Talvez em lugar da expressão "fragmentação" seria mais apropriado falar de "redefinição". "A erosão das velhas identidades coletivas costuma ser caracterizada, negativamente, como atomização, sem levar em conta a riqueza potencial que ela significa". [29]

A progressiva redefinição das bases sociais – locais, regionais ou nacionais - sobre as quais foram construídas as identidades de grupos, movimentos e classes resulta de um processo histórico de caráter social que redefine os princípios e as estruturas das antigas unidades e formas de coesão social. Trata-se, portanto, de uma nova socialização permeada de tensões, conflitos e antagonismos. Não estão se constituindo microterritórios ou micronações independentes e autônomas. A redefinição

[29] LECHNER, Norbert. "A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da Democracia Latino-Americana"; in **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política, nº 21, set. 1990, p. 73-86. Citação p. 83.

do indivíduo e do processo de individuação, bem como dos grupos e das formas de unidade dos grupos, não representa necessariamente individualismo e fragmentação. O que parece estar em curso são socializações em outra escala, ou seja, não é a fragmentação e sim uma nova socialização que caracteriza os processos sociais.

Assim, a quebra das barreiras / fronteiras étnicas, geográficas, regionais, nacionais, culturais, de identidade e outras, permite novas formas de socialização. "O que significa universalismo? Que se relativiza a própria forma de existência, atendendo-se às pretensões legítimas das demais formas de vida; que se reconhecem iguais direitos dos outros, aos estranhos, com todas as suas idiossincrasias e tudo o que neles resulta difícil entender; que cada um não se obstina na universalização da própria identidade; que cada um não exclui e condena tudo que se desvia dela; que os âmbitos de tolerância têm que tornar-se infinitamente maiores do que são hoje. Tudo isto é o que significa universalismo moral"[30].

Observamos estes elementos nos estudos feitos. As reivindicações dos movimentos sociais não se limitam à inclusão na esfera do Estado, que é importante se for um indicador da inclusão na esfera da sociedade. Quando os poderes públicos são mobilizados para regular e reproduzir as desigualdades presentes na sociedade, a ação dos movimentos sociais deve redefinir necessariamente o caráter político do Estado para que os princípios de igualdade e equidade operem em termos sociais. Daí a necessidade de construção de um novo espaço público para que as propostas dos movimentos sociais de base popular ganhem um caráter político. [31]

Touraine ressalta que enquanto o discurso das reivindicações procura modificar a relação entre custos e benefícios, o discurso moral coloca o problema da liberdade, do projeto de vida, do respeito aos direitos fundamentais, fatores que não podem ser reduzidos a ganhos materiais ou políticos.[32] Por isso, as mobilizações dos movimentos sociais incorporam as diferentes dimensões societárias. As lutas travadas pelos movimentos sociais colocam questões que revelam as limitações e os entraves da ordem dominante e apontam para que a unidade da sociedade seja buscada e

[30] HABERMAS, Jürgen. **Identidades nacionales y postnacionales**. Madrid: Tecnos, 1994.
[31] Santos afirma que o Estado teria perdido sua capacidade de regulação social. Talvez seja o caso de definir o caráter da regulação do Estado, pois este, de um modo ou de outro, continua regulando. Por isso, também no caso da regulação é necessário definir o que está em questão. Uma coisa é considerar a unidade social e, conseqüentemente, os arranjos políticos, tendo como referência básica a coletividade, o interesse geral e os direitos, e outra coisa é examinar o Estado enquanto produto e condição do desenvolvimento do capital. Ressaltando o segundo aspecto, no Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels chegam a concluir que "o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão das outras". MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, **Manifesto do Partido Comunista**. Em Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, vol. 1. No Brasil o Estado sempre regulou em beneficio das classes dominantes.
[32] TOURAINE, Alain, **Poderemos viver juntos: iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999. Citação p. 105.

construída sobre princípios, valores e instituições fundamentados na igualdade, na equidade, na participação política[33], na dignidade e na justiça. A igualdade é a capacidade de participar do discurso público, possível na medida em que forem criados novos espaços públicos que incorporem esses novos atores. Deste modo, a condição necessária para o desenvolvimento de processos sociais igualitários reside na configuração de espaços públicos. Se estes se constituem de forma desigual, contribuirão para a reprodução de desigualdades. Em teoria é possível imaginar que o espaço público, configurado com base em princípios de igualdade, seja igualitário também em suas realizações. A investigação, como indicado por Gramsci na "questão meridional",[34] deve partir da periferia. E não há razão para se opor a esse procedimento, uma vez que princípios como igualdade, liberdade e direitos são proclamados como universais. Por outro lado, se de um ponto de vista histórico os processos sociais operam criando desigualdades, é destas que precisa partir para compreender a natureza deles, ou seja, é necessário partir das classes sociais subalternas, dos setores da população submetidos a formas de exclusão para analisar os processos sociais.

A história da formação e do desenvolvimento da sociedade brasileira leva a concluir que amplas parcelas da população não conseguem a inclusão não por falta de força, mas por falta de espaços públicos que as incorpore. É a ordem instituída que impede sua incorporação. Deste modo, quando os movimentos sociais tornam públicos os conflitos sociais, que são essencialmente conflitos distributivos – de bens materiais, políticos e culturais -, contribuem para desvelar a lógica desigual e injusta da ordem instituída.[35] São os conflitos e as lutas sociais que projetam as desigualdades no cenário público, ou seja, lhes conferem um caráter político. Por isso, desqualificar os movimentos sociais que colocam os conflitos sociais numa esfera política significa tentar negar qualquer legitimidade de seus pontos de vista.

---

[33] "O conceito de participação política é impregnado de conteúdo ideológico e utilizado de várias maneiras (...) é preciso delimitar o conceito de participação e, para isso, é fundamental considerar o poder político, que não se confunde com autoridade ou Estado, mas supõe uma relação em que atores, com os recursos disponíveis nos espaços públicos, fazem valer seus interesses, aspirações e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações". TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001. Citação p. 25-26.

[34] GRAMSCI, Antonio. **La questione meridionale**. Roma: Editori Riuniti, 1991.

[35] Ferrara afirma que "a idéia de justiça nasce da constatação da existência de uma pluralidade de concepções do bem não conciliáveis entre si. Se há interesses conflitantes em jogo, as questões da justiça são questões às quais devem ser encontradas respostas que resultem aceitáveis a indivíduos orientados em direções e concepções de bem diferentes". FERRARA, Alessandro. **Giustizia e giudizio: ascesa e prospettive del modello giudizialista nella filosofia politica contemporanea**. Roma: Editori Laterza, 2000. Citação p.. 26-27.

Retomando a trajetória dos sem-erra e dos sem-teto, foi visto que estes se tornaram sujeitos políticos na medida em que passaram da dispersão para a agregação. Tornaram-se portadores de direitos enquanto grupos sociais, uma vez que individualmente não eram reconhecidos nem valorizados. Voltaram a ocupar o lugar de sempre quando, pela interferência do Estado, o ciclo da adaptação à propriedade foi novamente fechado.

Isso nos permite uma conclusão: nem os movimentos sociais têm o caráter libertário que um certo grupo de intelectuais costuma atribuir-lhes nem as políticas públicas que são apresentadas como formas de combater a exclusão a eliminam de fato. A sociedade é mais complexa. Ela tem um potencial extraordinário de reproduzir suas contradições. A dominação não é vencida distribuindo terras ou permitindo a ocupação de espaços urbanos. Sem uma mudança efetiva nos espaços ocupados pelos agentes sociais, muita discussão sobre direitos não passa de retórica.

Bibliografia

AFFONSO, Rui de Britto Álvares e SILVA, Pedro Luiz Barros (org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap/Unesp, 1995.

ALEXANDER, Jeffrey. "Ação coletiva, cultura e sociedade civil. Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13 n. 37. São Paulo, Fev. 1998.

ALTVATER, Elmar. "O Mercado Mundial como Área de Operações, ou a Transformação do Estado Nacional Soberano no Estado Nacional Concorrencial"; *in* **Indicadores Econômicos FEE**, nº 23. Porto Alegre, maio 1995.

ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (org). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 5ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

AQUINO, Rubim Santos Leão de (et al). **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ARAUJO, Maria de Fátima S. "A emoção e a construção do social"; *in* **Política & Trabalho**, n° 17, set. 2001.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes, 1982. Comissão Pastoral da Terra.

AVRITZER, Leonardo (coord.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
_____. "A singularidade brasileira"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n.45. São Paulo, fev. 2001.

BARRETO, Maria Cristina Rocha. "Individualismo e conflito como fonte de sofrimento social"; *in* **Política & Trabalho**, n° 17, set. 2001.

BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. "O combate à pobreza no Brasil: dilemas entre políticas de crescimento e políticas de redução da desigualdade"; *in* HENRIQUES, R. (org.). **Anais do Seminário Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, ago. 1999.
_____. "Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42. São Paulo, 2000.

_____. “A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil”; *in* **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Rio de Janeiro, jun. 2001. Texto para discussão n. 800.

BARROS, Ricardo Paes e MENDONÇA, Rosane Silva Pinto. “Os determinantes da desigualdade no Brasil”; *in* **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, jun. 2001. Texto para discussão n° 377.

BARRY, B. **Teorie della giustiza**. Milano: Il Saggiatore, 1996.

BASTOS, Élide Rugai e RÊGO, Valquíria D. Leão (org.). **Intelectuais e política. A moralidade do compromisso**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 1999.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **Mitos da "globalização"**. São Paulo: Pedex / FGV, 1998.

BECK, Ulrich. **Risk society**. **Towards a new modernity**. Sage: Thousand Oaks, 1992.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. **Assentamentos rurais e conservação da natureza: do estranhamento à ação coletiva**. São Paulo: Iglu / FAPESP, 2003.

BENTHAM, Jeremy. **An introduction to the principles os morals and legislation**. London: Mathuen, 1992.

BESUSSI, Antonella. **Giustizia e comunità. Saggio sulla filosofia politica contemporanea**. Napoli: Liguori Editore, 1996.

BETHELL, Leslie (org.). **Brasil, fardo do passado, promessa do futuro. Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BILAC, Elisabete Doria. **Família: algumas inquietações. A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC / Cortez, 1995.

BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1993.

BOBBIO, Norberto. **L’età dei diritti**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1997.

BOGUS, Lucia, YAZBEK, Maria Carmelita, BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997.

BOSCHI, Renato Raul (org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Lois. “Mundo Norte-Amercinao. A nova bíblia do Tio Sam”; *in* **Fórum Social Mundial 2001**. Biblioteca das Alternativas. http://www.forumsocialmundial.org.br/
BRETON, Binka Le. **Vidas roubadas. A escravidão moderna na Amazônia brasileira**. São Paulo: CPT-Loyola, 2002.

BRUNER, J. **La ricerca del significato**. Torino: Bollati Boringhieri,1990.

BUARQUE, Cristovam. **O que é apartação: o apartheid social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CARDIA, Lais M. "Famílias migrantes: reordenamento e arranjo urbano"; *in* **Política e Trabalho**, n° 14, set. 1988.

CARDOSO, Ruth. C.L. "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico"; *in* **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
_____. "A trajetória dos movimentos sociais"; *in* DAGNINO, E. (org.). **Anos 90- Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAETER, Ian (org.). **L'idea de eguaglianza**. Milano: Feltrinelli, 2001.

CARTER, Ian e RICCIADI, Mario (org). **L' idea di libertà**. Milano: Feltrinelli, 1996.

CARVALHO, Horácio Martins. "A crise de identidade dos pequenos produtores rurais familiares e suas possibilidades de superação"; *in* **Cadernos do CEAS***,* Centro de Estudos e Ação Social, n° 198, mar/abr 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes - Coleção Zero à Esquerda, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos**. 4ª edição. Mexico: Siglo Veiteiuno, 1997.
_____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** Volume II**: O poder da identidade**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAUME, David José. **A tessitura do "assentamento de reforma agrária": discursos e praticas instituintes de um espaço agendado pelo poder**. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP, 2002.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COHEN, Joshua. "Igualitarismo, internacionalização e cidadania"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15 n.44. São Paulo, out. 2000.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Migração e a (re)construção do capital social: um dilema ao desenvolvimento regional**. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, s/d. Mimeo.

COSTA, Sérgio. "Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12 n. 35. São Paulo, fev. 1997.

COUTO, Andréia Terzariol. **Produção familiar e estratégias de reprodução social em assentamentos rurais**. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas – SP, 2000.

CURADO, Fernando Fleury. "Assentamentos rurais: a terra como novo espaço de vida"; *in* **Cadernos do CEAS**, n. 191. Salvador, jan./fev. 2001.

DAL LAGO, Alessandro. **Non persone: l'esclusione dei migranti in una società globale**. Milano: Feltrinelli, 1999.

DAGNINO, Evelina (org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra – UNICAMP / IFCH, 2002.

DAHRENDORF, Ralf. **A lei e a ordem**. Brasília: Instituto Tancredo Neves, 1987.
_____. O conflito social moderno. Um ensaio sobre a política da liberdade. São Paulo: Zahar / Universidade de São Paulo, 1992.
_____. **Quadrare il cerchio. Benessere economico, coesione sociale e libertà plitica**. 7ª edizione. Roma-Bari: Laterza, 1997.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo, GASQUES, José Garcia, SILVA, José Graziano e CONCERÇÃO, Júnia Cristina. "Estimativas das famílias beneficiárias de programas de assentamentos rurais no Brasil"; *in* **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, jul. 2000. Texto para discussão n. 741.

D'INCAO, Maria Ângela. "A experiência dos assentados: contribuição ao debate político da Reforma Agrária"; *in* **Lua Nova** - Revista de Cultura e Política, n.23, mar 1991.
_____ (org.). **História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Editora UNESP - Secretaria de Estado da Cultura - Brasiliense, 1989.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento popular no Brasil pós-70: formação de um campo ético-político**. São Paulo: USP-FFLCH, 1993. Tese de doutorado. 2 vol.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DWORKIN, R. **I diritti presi sul serio**. Bologna: Il Mulino, 1982.

DWORKIN, R., MAFFETTONE, S. **I fondamenti del liberalismo**. Roma/Bari: Laterza, 1996.

ELIAS, Norbert. **A condição humana: considerações sobre a evolução da humanidade, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELSTER, Jon. **Giustizia locale: come le istituzioni assegnano i beni scarsi e gli oneri necessari**. Milano: Feltrinelli, 1995.
_____. "Reflexões sobre a transição para o socialismo"; *in* **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, nº 22, dez. 1990.

ESTERCI, Neide et alli.(org.). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.
_____. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
_____. **Integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.
_____. **Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 3ª edição. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1979.
_____. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, Bernardo Monçano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
_____. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.
_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRARA, Alessandro. **Giustizia e giudizio: ascesa e prospettive del modello giustizialista nella filosofia politica contemporanea**. Roma: GLF Editori Laterza, 2000.

FILHO, Naércio Menezes e FERREIRA, Pedro Cavalcanti. **Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil**. São Paulo: Fundação Getulio Vargas / Universidade de São Paulo, Junho de 2003. nº 484.

FRASER, Nancy. **Justice interrupts**. Nova York/Londres: Routledge, 1997.

FURTADO, Celso. **Brasil, a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
_____. **O Capital global**. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
_____, **O longo amanhecer. Reflexões sobre a formação do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GARCIA, Marie-France. "O segundo sexo do comércio: camponesas e negócios no Nordeste do Brasil"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 19, ano 7, jun.1992.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. "Iniqüidade social no Brasil: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento"; *in* **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, ago. 2003. Texto para discussão n° 971.

GENTILI, Pablo, (org.). **Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes / CLACSO, 1999.

GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich, LASH, Scot. **Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo** São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **História dos Movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.
_____. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.
_____. "MST e mídia"; *in* **Cadernos do CEAS**, n. 179. Salvador, jan/fev 1999.

GNACCARINI, José César. **Latifúndio e proletariado. Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural**. São Paulo: Polis, 1980.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. "Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas publicas"; *in* **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, julho de 2003. Texto para discussão n° 960.

GORZ, André. **Metamorfosi del lavoro. Critica della ragione economica**. Ristampa. Torino: Bollati Boringhieri, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Il Risorgimento**. I Ristampa.Torino: Editori Riuniti, 1979.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/Fase, 1987.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica**. Fundação Joaquim Nabuco. Trabalho para discussão n° 111, ago. 2001.

HEREDIA, Maria Beatriz Alásia. **A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Hobsbawm, E. J. **Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
_____. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Edusp, 1998.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difel, 1962.
_____. "Formas sociais da terra"; *in* **Ciência e Cultura**, 36(8); ago. 1984.
_____. **Classe e Nação**. Petrópolis: Vozes, 1986.
_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 3ª edição revista e acrescida de novos capítulos.
_____. "A questão social"; *in* **São Paulo em Perspectiva**, vol 5, nº 1. São Paulo, jan/mar. 1991.
_____. **A sociedade global**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
_____. **Teoria da Globalização**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
_____. "As ciências sociais na época da globalização"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13 n. 37. São Paulo, jun. 1998.

_____. “A sociologia e as questões sociais na perspectiva do século 21”; *in* **IX Congresso Brasileiro de Sociologia**, Sociedade Brasileira de Sociologia, Porto Alegre, 30 de ago. a 3 de set. de 1999. Mimeo.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas publicas: demandas por saneamento básico e saúde, São Paulo 1974-84**. São Paulo: Cortez, 1989.

JUNIOR, Caio Prado. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. 21ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
_____. **Evolução política do Brasil: e outros estudos**. 11ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979.

KAUCHAKJE, Samira. **Movimentos sociais na academia: um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na UNICAMP e USP entre 1970 e 1995**. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 1997.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. “Desigualdade e pobreza: lições de Sen”; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15 n. 42. São Paulo, fev. 2000.

KOWARICK, Lúcio. “Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo”; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.1, n.3. São Paulo, fev. 1987.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LAUTIER, Bruno. “La famile. Un amirtisseur à la crise” ; *in* **Politis. La Revue**, 8: 25-30.

LAVINAS, Lena. “Proteção social: sem compulsórios nem clientelas”; *in* **Teoria e Debate**, Fundação Perseu Abramo, ano 16 - nº 55 - set/out/nov 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, José Reinaldo de Lima. "Justiça, identidade e liberdade"; *in* REIS, Elisa *et al*. **Pluralismo, espaço social e pesquisa**. São Paulo: Hucitec, 1995.

LOPES, José Reinaldo de Lima. “Direitos humanos e tratamento igualitário: questões de impunidade, dignidade e liberdade”; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15 n. 42. São Paulo, fev. 2000.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe. Estudo da dialética marxista**. Porto: Publicações Escorpio, 1974.

MAFFETTONE, S., VECA, S. **L’idea di giustizia da Platone a Rawls**. Roma/Bari: Laterza, 1997.

MANTOVANI, Giuseppe. **L'elefante invisibile: tra negazione e affermazione delle diversità: scontri e incontri multiculturali**. Firenze: Giunti, 1998.

MARCOS, Valeria de. "A (u)topia da produção comunitária camponesa no final do século XX"; *in* **Cadernos do CEAS**, n. 177. Salvador, set/out 1998.

MARONI, Amneris. **A estratégia da recusa**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARSHALL, T.H. **Class, citizenship and social development**. Westport: Greenwood Press, 1973.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Difel, 1982.
_____ . **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. Lisboa: Editora Avante, 1982.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.
_____ . **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo. Estudos sobre as condições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.
_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1983.
_____. **A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"**. São Paulo: Hucitec, 1986.
_____. **Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.
_____. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.
_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.
_____. **Reforma agrária — o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.
_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.
_____ (coord.). **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MATTA, Roberto da. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Marcelo. "A Construção de uma Linha de Riqueza a Partir da Linha de Pobreza"; *in* **IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, jul. 2001. Texto para discussão n° 812.
_____. "Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil"; *in* **IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, out. 2003. Texto para discussão n° 984.

MELO, Hildete Pereira de, CAPPELLIN, Paola e CASTRO, Elisa Guaraná. **Agricultura familiar nos assentamentos rurais: as relações entre as mulheres e os homens. O caso do Pontal do Paranapanema**. FAO / INCRA, Rio de Janeiro: maio de 1996.

MELO RICO, Elisabeth e RAICHELIS, Raquel (org.). **Gestão Social, uma questão em debate**. São Paulo: Educ / Iee – Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, 1999.

MELUCCI, Alberto. **Sistema politico, partiti e movimenti sociali**. 2ª ed. Milano: Feltrinelli, 1990.
_____. **L'invenzione del presente. Movimenti sociali nelle società complesse**. Bologna: Il Mulino, 1991.
_____. **Passaggio d'epoca. Il futuro è adesso**. Milano: Feltrinelli, 1994.

MINGIONE, Enzo. "Fragmentação e exclusão: a questão social na fase atual de transição das cidades nas sociedades industriais avançadas"; *in* **Dados** - Revista de Ciências Sociais, vol. 41 nº. 4. Rio de Janeiro, 1998.

MIRANDA, Telma Guimarães de. **Movimentos sociais no Brasil: balanço da literatura, 1970-1995**. São Paulo: USP-FFLCH, 1997. Tese de doutorado. 2 vol..

MOISES, José Álvaro. **Classes populares e protesto urbano**. São Paulo: USP/FFLCH, 1978. Tese de doutoramento.

MUNCK, Geraldo L. "Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais"; *in* **Dados** - Revista de Ciências Sociais, vol. 40 nº 1. Rio de Janeiro, 1997.

NAGEL, T. **I paradossi dell'eguaglianza**. Milano: Il Saggiatote, 1993.

NASCIMENTO, Elimar P. **A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares. O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: ANPOCS / Hucitec / IPEA, 1994.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro e BARREIRA, Irlys Alenar F. (org.). **Brasil urbano. Cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

NASCIMENTO, Mariângela. "Democracia e espaço público no Brasil"; *in* **Cadernos do CEAS** nº 183. Salvador, set/out 1999.

NETO, Joviniano. "Direitos Humanos no Brasil: uma avaliação"; *in* **Cadernos dos CEAS**, Salvador, nº 184. Salvador, nov/dez 1999.

NEUTZLING, Inácio. "A grande transformação socioeconômica do capitalismo no final do século XX – Algumas características"; *in* **Convergência**, 293 / 1996.

NOZICK, Robert. **Anarchia, stato e utopia. I fondamenti filosofici dello "Stato minimo"**. Milano: Il Saggiatore, 2000.

OFFE, Clauss. **Partidos politicos y nuevos movimientos sociales**. 2ª ed. Madrid: Editorial Sistema, Coleccion Politeia, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. "O Surgimento do Antivalor"; *in* **Novos Estudos Cebrap**, nº 22, outubro de 1988.

OLIVEIRA, Luciano. **Imagens da democracia: os direitos humanos e o pensamento político de esquerda no Brasil**. Recife: Pindorama, 1995.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

PETRELLA, Ricardo. **Le bien comum. Éloge de la solidarieté**. 2ª ed. Bruxelas: Labor, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINTACUDA, Ennio. **Breve corso di politica**. Milano: Rizzoli, 1988.

PIQUET, Rosélia e RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Brasil, território da desigualdade. Descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

RAMOS, Carlos Alberto. "Programas sociais: trajetória temporal do acesso e impacto distributivo"; *in* **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, dez. 2000. Texto para discussão n. 771.

RAMOS, Lauro e VIEIRA, Maria Lúcia. "Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes"; *in* **IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, jun. 2001. Texto para discussão n. 803.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
_____. **La giustizia come equità. Saggi 1951-1969**. Napoli: Liguori, 1995.
_____. **Il liberalismo político**. São Paulo: Ática, 2000.

REIS, Elisa P. "As ciências sociais e o bug do milênio"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14 n.39. São Paulo, fev. 1999.
_____. "Dossiê desigualdade: apresentação"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15 n. 42. São Paulo, fev. 2000.
_____. "Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15 n. 42. São Paulo, fev. 2000.

REIS, Maria José. **Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Ita**. Campinas: UNICAM – IFCH, 1998. Tese de doutorado.

RESTREPO, Luis Alberto. "A relação entre a sociedade civil e o Estado. Elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina"; *in* **Tempo Social**; vol. 2, nº 2, 1990.

RICCI, Rudá. **Fuga para o futuro. Novos Movimentos sociais rurais e a concepção de gestão pública**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, Fevereiro de 2002.

ROBERTS, Bryan R. "A dimensão social da cidadania"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**; ano 12, nº 33, fevereiro de 1997.

ROCHA, Sonia. "Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil"; *in* **IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, abril de 2000. Texto para discussão n° 720;
_____. "Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real"; *in* **IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, abril de 2000. Texto para discussão n° 721.

RUGGIERO, Vincenzo. **Movimento nella città. Gruppi in conflitto nella metropoli europea**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

RUDÉ, George. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entra em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo, (org.). **Pós-neoliberalismo II. Que Estado para que democracia?** Petrópolis, Editora Vozes / CLACSO, 1999.

SADER, Eder, PAOLI, Maria Celia e TELLES, Vera da Silva. "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico"; *in* **Revista Brasileira de História**, n. 06, 1983.

SALES, Teresa. "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira"; in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**; nº 25, ano 9, jun.1994.

SANDEL, Michael J. **Il liberalismo e i limiti della giustizia**. Milano: Feltrinelli, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "As tensões da modernidade". Em **Fórum Social Mundial**; Biblioteca das Alternativas. http://www.forumsocialmundial.org.br/
_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 1999.
_____. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta : do sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura, (org.). **Território. Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
_____. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SARTI, Cinthia Anderson. **A familia como espelho: um estudo da moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2003.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1994.
_____. **Cidadania sem fronteiras. Ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SEN, Amartya. **Utilitarismo e oltre.** Milano: Il Saggiatore, 1984.
_____. **Il tenore di vita. Tra benessere e libertà**. Venezia: Tascabili Marsilio / Saggi, 1998.
_____. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
_____. **Lo sviluppo è libertà. Perchè non c'è crescita senza democrazia**. Milano: Mondadori, 1999.
_____. **La diseguaglianza. Un riesame critico**. Bologna: Il Mulino, 2000.
_____. **La ricchezza della ragione. Denaro, valori, identità**. Bologna: Il Mulino, 2000.

SHUTE Stephen e HURLEY Susan, (org.). **I diritti humani. Oxford Amnesty Lectures**. Garzanti, 1994.

SIGNORINI, Ignes (org.). **Linguagem e identidade**. Campinas / São Paulo: Mercado de Letras / Fapesp, 1998.

SIMMEL, G. **Le conflit**. Paris: Circé, 1995.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 10ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.
_____. "Desemprego e Exclusão Social"; *in* **São Paulo em Perspectiva**, vol. 10, nº 1.

SKINNER, Quentin. **As ciências humanas e seus grandes pensadores**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca e PORTO, Maria Stella Grossi (org.). **A contemporaneidade brasileira: dilemas para a imaginação sociológica**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SOUZA, Jessé. "A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13 n. 38. São Paulo, out. 1998.
_____. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA-LOBO. Elizabeth. "O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 17.

SOUZA, Maria Antonia de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP – Faculdade de Educação. 1999.

STEHR, Nico. "Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15 nº 42. São Paulo, fev. 2000.

TELLES, Vera da Silva. "Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70"; *in* SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
_____. "Pobreza e cidadania: para evitar mal entendidos"; *in* **Cadernos CRH** 161, Salvador, 1993.
_____. "Cultura da dádiva, o avesso da cidadania"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**; nº 25, ano 9, jun. 1994.
_____. "Sociedade civil e os caminhos (incertos) da cidadania"; *in* **São Paulo em Perspectiva** – Revista SEADE 8 (2): abr-jun, 1994.
_____. "Sociedade civil e a construção do espaço público"; *in* DAGNINO, E. (org). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
_____. "Direitos Sociais: afinal de que se trata?"; *in* **Revista da USP**, São Paulo (37), mar/mai 1998.
_____. "Inúteis para o mundo"; *in* **Jornal de Resenhas**, São Paulo, nº42, 1998.
_____. "Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo"; *in* ALVAREZ, S.E.; DAGNINO, E; ESCOBAR, A.(org). **Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos: nova leitura**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
_____. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

THOMPSON, Edward P. **Tradicion, revuelta y consciência de clase: estúdios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 3ª ed. Barcelona: Critica, 1989.

TOMASI DI LAMPEDUSA, Giuseppe, **Il Gattopardo**. 71ª ed. Milano: Feltrinelli, 1998.

TOMLINSON, John. **Sentirsi a casa nel mondo. La cultura come bene globale**. Milano: Feltrinelli, 1999.

TOURAINE, Alain. **A sociedade pós-industrial**. Lisboa: Moraes, 1969.
_____. **Como sair do liberalismo**. Bauru – SP: EDUSC, 1999.
_____. **Poderemos viver juntos: iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.

VACCA, Giuseppe. **Pensar o novo mundo. Rumo a democracia do século XXI**. São Paulo: Ática, 1996.

VECA, Salvatore. **Cittadinanza. Riflessioni Filosofiche sull'idea di emancipazione**. Milano: Feltrinelli,1990.
_____. **Questioni di Giustizia. Corso di filosofia politica**. Torino: Einaudi, 1991.
_____. **Il paradigma delle teorie della giustizia**. Campinas: UNICAMP, 1997. Mimeo.
_____. **Della lealtà civile. Saggi e messaggi nella bottiglia**. Milano: Feltrinelli, 1998.
_____. **La bellezza e gli oppressi: dieci lezioni sull'idea di giustizia**. Milano: Feltrinelli, 2002.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
_____. "Cidadania Global e Estado Nacional"; *in* **Dados** - Revista de Ciências Sociais, vol. 42 nº 3. Rio de Janeiro, 1999.

VITA, Alvaro de. **Justiça liberal. Argumentos liberais contra o neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
_____. "A tarefa prática da filosofia política em John Rawls"; *in* **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, nº 25, 1992.
_____. "Justiça Distributiva: A Crítica de Sen a Rawls"; *in* **Dados** - Revista de Ciências Sociais, vol. 42 nº 3. Rio de Janeiro, 1999.
_____. "Uma concepção liberal – igualitária de justiça distributiva"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14 nº 39. São Paulo, fev. 1999.
_____. **A justiça igualitária e seus críticos**. São Paulo: UNESP, 2000.

ZALUAR, Alba. "Exclusão e política públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas"; *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12 n. 35. São Paulo, fev. 1997.

ZANDER, Navarro. "Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária"; *in* **São Paulo em Perspectiva**, vol. 11, nº 2. São Paulo: Fundação SEADE, abr-jun de1997.

ZYGMUNT, Bauman. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

WEFFORT, Francisco. **Qual Democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WALZER, Michael. **Sfere di giustizia**. Milano: Feltrinelli, 1987.
_____. **Interpretazione e critica sociale**. Roma: Edizioni Lavoro, 1990.
_____. **Intellettuale militante. Critica sociale e impegno politico nel Novecento**. Bologna: Il Mulino, 1991.

Anexos

Residencial Canudos, São Luis do Maranhão - Pesquisa Quantitativa

Levantamento por unidade familiar: lote /casa e chefe de família

101 - **Proprietário do lote / casa**: _____

102 - Endereço: Rua _____ Quadra _____ Lote _____ Casa _____ No. _____

103 - Idade _____

104 - Sexo: □ Homem □ Mulher

Chefe da Família

201 - Idade _____

202 - Sexo: □ Homem □ Mulher

203 - Cor: □ Branca □ Mulata □ Negra

204 - Estado Civil: □ Casado(a) □ Solteiro(a) □ Separado(a) / Desquitado (a) □ Viúvo(a) □ Amasiado(a) □ Divorciado (a) □ Outros (as)

205 - Profissão: _____

206 - Nasceu em: Município _____ UF ____ □ Cidade / povoado □ Interior /roça

207 - Se nasceu na roça, com que idade foi para a cidade? _____

208 - Estudou? □ Sim Até que série _____ □ Não

209 - Caso não tenha estudado, qual o grau de alfabetização? □ Nenhum □ Assina □ Lê □ Escreve □ Assina e lê □ Assina, lê e escreve

210 - Há quanto tempo estava lutando por um lote / casa? Anos _____ Meses _____

211 - Esteve em outros assentamentos antes deste? □ Sim Qual? _____ Onde (bairro / município) _____ □ Não

212 - Trabalha atualmente? □ Sim Em que _____ Onde _____ □ Não

213 - O trabalho é: □ Estável □ Período integral □ Meio período □ Provisório (bico) □ Com carteira □ Sem carteira

214 - Recebe: □ Por hora □ Por dia □ Por semana □ Por serviço feito

215 - Quanto ao lote e a casa: □ É proprietário □ É de parentes □ Amigos □ É cedida □ Paga aluguel

Levantamento por unidade familiar: terreno, casa e bens

401 - É o primeiro lote / terreno que consegue ter em São Luís? □ Sim □ Não

402 - Caso tenha anteriormente morado em lote / terreno próprio em São Luís, o que fez com ele quando veio para cá? □ Vendeu □ Deixou com alguém da família / parente □ Deixou para alguém tomar conta □ Alugou Outro (especificar) _____

403 - Antes de vira para cá morava em: □ Casa própria □ De aluguel □ Com parentes □ Casa de amigos □ Barraco em ocupação □ Acampamento □ Outro

404 - A casa onde agora mora é de: □ Alvenaria com reboco □ Alvenaria sem reboco □ Taipa não revestida □ Madeira □ Barro □ Palha □ Lona Outras (especificar) _____

405 - Em quais condições se encontra a casa? □ Acabada □ Está sendo construída □ Inacabada e parada

406 - Tem material de construção estocado? □ Sim □ Não

407 - O piso da casa é de: □ Cimento □ Cerâmica □ Madeira □ Barro batido Outros (especificar) _____

408 - A cobertura da casa é de: □ Telhas de barro □ Telha brasilit □ Zinco □ Laje □ Madeira □ Palha Outros (especificar) _____

409 - Teve algum financiamento para a construção da casa? □ Sim De quem _____ Quanto R$ _____
□ Não
410 - Conseguiu alguma outra ajuda? □ Sim De quem _____ Quanto R$ _____
□ Não
411 - A casa tem banheiro? □ Sim □ Não □ Sim, mas externo (quintal)
412 - A casa tem chuveiro? □ Sim □ Não □ Sim, mas externo (quintal)
413 - A casa tem água encanada? □ Sim □ Não
414 - Caso não tenha água encanada, de onde pega a água? □ Poço artesiano próprio □ Poço artesiano público
□ Torneira (bica) pública Outro (especificar) _____
415 - A água usada para o consumo recebe algum tipo de tratamento? □ Sim □ Não □ Não sei
416 - O esgotamento sanitário da residência é feito através de: (destino dos esgotos) □ Rede geral □ Fossa séptica
□ Fossa rudimentar □ Não existe esgotamento sanitário
417 - Qual o destino que é dado ao lixo doméstico? (predominante) □ Coletado □ Enterrado □ Queimado
□ Jogado em terreno baldio Outro (especificar) _____
418 - A casa possui rede elétrica? □ Sim □ Não □ Gambiarra
419 - Qual é o tamanho da construção? m² _____
420 - Quantos cômodos/quartos tem a casa? No. _____
421 - Quantas pessoas moram na casa? No. _____
422 - De quantos precisaria? No. _____
423 - Possui algum outro terreno no interior ou na cidade? □ Sim □ Não
424 - Tem outra(s) casa(s) em outros lugares? □ Sim □ Alugada □ Emprestada □ Outra □ Não
425 - Utensílios e outros bens:

Descrição	SIM	NÃO	Descrição	SIM	NÃO
Fogão			Rádio		
Geladeira			Som		
Liquidificador			Telefone		
Filtro para água			Celular		
Microondas			Automóvel		
Televisão			Motocicleta		
Antena Parabólica			Bicicleta		
Vídeo cassete			Carroça e animal		
Máquina de lavar			Conta no banco		
Ferro elétrico			Cartão de crédito		
Ventilador					

Levantamento por unidade familiar: renda

501 - Quais as fontes de renda da família? □ Salário/Trabalho □ Aposentadoria □ Pensão
□ Prestação de serviços □ Ajuda/Doações Outras (especificar) _____
502 - Quem trabalha recebe o ticket transporte? □ Sim □ Uma ajuda de custo □ Não
503 - Quem trabalha recebe o ticket alimentação? □ Sim □ Uma ajuda de custo □ Não
504 - A família recebe alguma ajuda (cesta básica, bolsa alimentação, bolsa escola, ticket, cupons, etc.) dos programas do governo (federal, estadual ou municipal)?
□ Sim Quais _____ De quem _____
□ Às vezes Quais _____ De quem _____
□ Não
505 - A família recebe algum tipo de ajuda de pessoas e ou organizações (igrejas, associações caritativas, campanhas, etc.)?
□ Sim Quais _____ De quem _____
□ Às vezes Quais _____ De quem _____ □ Não
506 - A família recebe a ajuda de algum programa para a alimentação das crianças (ticket leite, salário educação, etc.)?
□ Sim Qual _____ De quem _____
□ Às vezes Qual _____ De quem _____
□ Não

507 - As crianças e os adolescentes com menos de 14 anos ajudam na complementação da renda familiar?
□ Sim Quantas _____ □ Às vezes Quantas _____ □ Não
508 - As crianças e adolescentes que ajudam na complementação da renda familiar, o que fazem?
□ Trabalham □ Prestam serviços □ Pedem ajuda □ Outro
509 - Em dinheiro, quanto o conjunto da família ganha em média por mês? (S.M. = Salário Mínimo
□ Menos de 1 S.M. □ De 1 a 2 S.M. □ De 2 a 3 S.M. □ De 3 a 4 S.M.
□ De 4 a 5 S.M □ De 5 a 6 S.M. □ Mais de 6 S.M.
510 - Com o dinheiro ganho, dá para a família ter o que precisa para viver:
□ Sim □ Mais ou menos □ Não
511 - Fazendo um cálculo por alto, de quanto precisaria para a sua família viver dignamente hoje? R$ _____
512 - Quanto da renda mensal é utilizada com: Alimentação R$ _____ Educação R$ _____
Transporte R$ _____ Saúde R$ _____ Vestuário R$ _____ Lazer R$ _____ Outros R$ _____
513 - Já pagaram algum imposto do terreno ou da casa?
□ Sim □ Veio a conta e não pagamos □ Não
514 - Alguém da família tem algum plano de saúde? □ Sim □ Não
515 - Caso tenha plano de saúde, é: □ Individual □ Coletivo

[Pesquisa dirigida]
Levantamento das condições sociais e políticas

Perfil do entrevistado

601 - Nome: _____ Idade ____
602 - Sexo: □ Homem □ Mulher
603 - Está no assentamento desde: □ 1998 □ 1999 □ 2000 □ 2001
604 - Estudou? □ Sim Até que série _____ □ Não
605 - Profissão _____
606 - Participa de algum movimento ou organização existente no assentamento ou na cidade?
□ Sim □ Às vezes □ Não
607 - Caso participe de algum movimento ou organização:
Qual? _____ Há quanto tempo ____
Qual? _____ Há quanto tempo ____
608 - Exerce alguma função no movimento
□ Sim Qual _____ □ Só participa mas não tem cargos

A Saúde no assentamento

701 - Quais são as principais doenças que atingem as pessoas do bairro e, às vezes, causam até morte?
□ Tuberculose □ Desnutrição / desinteria □ Câncer □ Hepatite □ Hanseníase
□ Malária □ Aids Outras (especificar) _____
702 - Quando as pessoas adoecem, que meios utilizam para se curar?
□ Posto médico do bairro □ Posto médico de outros locais □ Procuram um médico particular
□ Se auto medicam □ Vão a um terreiro de macumba □ Seguem orientações de outras pessoas
703 - Em situações de atendimento médico, como os doentes adquirem os remédios?
□ Compram em farmácias □ Não compram □ Buscam as farmácias básicas dos postos de saúde(SUS)
□ Substituem por outros sugeridos / indicados por amigos □ Buscam a medicina alternativa (ervas, chás, ungüentos, raízes..) □ Pedem ajuda para comprar Outros (especificar) _____
704 - Quais são as principais queixas das crianças?
□ Verminoses □ Diarréia □ Vômitos □ Desnutrição □ Fome □ Outras _____
705 - Existem programas especiais de atendimento das crianças (políticas públicas, pastoral da criança, etc.)?
□ Sim Quais _____ □ Não □ Não sei
706 - Quais são as principais complicações relacionadas a gravidez e parto?
□ Falta de pré-natal □ Hipertensão □ Eclampse (convulsões) □ Má formação de fetos
□ Crianças com síndrome de Down Outras (especificar) _____
707 - Já ocorreu alguma epidemia no bairro?
□ Sim □ Não □ Não sei

708 - Caso tenha acontecido alguma epidemia, qual foi?
□ Dengue □ Febre amarela □ Meningite □ Hepatite □ Tuberculose □ Outras _____
709 - Quando as pessoas adoecem que providencias são adotadas?
□ Vão ao hospital □ Chamam o vizinho □ Chamam o curandeiro (macumbeiro)
□ Buscam alguém no bairro que preste os primeiros socorros
□ Encontram alguma forma de contornar o problema (remédios caseiros) Outras (especificar) _____
710 - Existe Posto de Saúde no assentamento? □ Sim □ Não
711 - Caso exista algum posto de saúde no assentamento ou no bairro vizinho, por quem é mantido?
□ Poder Público Estadual □ Poder Público Municipal □ Igrejas □ Entidades da própria comunidade
□ Algum grupo externo à comunidade Outros (especificar) _____
712 - Onde as mulheres grávidas do assentamento costumam ganhar os seu filhos?
□ Em casa □ Em posto de saúde □ Em hospital □ Em maternidade Outros (especificar) _____
713 - Existe treinamento de pessoas da comunidade para atuarem como agentes de saúde?
□ Sim □ Não □ Não sei
714 - Caso existam treinamentos, quais são?
□ Primeiros socorros □ Vacinação □ Partos □ Acompanhamento de crianças e gestantes
□ Acompanhamento de idosos Outros (especificar) _____
715 - Existem campanhas sistemáticas de vacinação?
□ Sim □ Não □ Não sei
716 - Se existem campanhas de vacinação, quais são?
□ Poliomielite □ Hepatite □ Tétano □ Febre amarela □ Tuberculose
□ Malária □ Meningite
717 - Existe atendimento específico para os moradores idosos?
□ Sim □ Não □ Não sei
718 - Caso exista algum atendimento, de que se trata?
□ Campanhas de vacinação □ Terapia ocupacional □ Exames preventivos e periódicos
□ Atividades de lazer Outros (especificar) _____
719 - Existe incidência de doenças sexualmente transmissíveis entre homens e mulheres do bairro?
□ Sim □ Não □ Não sei
720 - Caso existam doenças sexualmente transmissíveis, quais são?
□ Sífilis □ Herpes genital □ Gonorréia □ Aids □ Infeções genitais / verrugas (Hpv)
721 - Quais são as principais causas das doenças?
□ Pobreza □ Falta de conhecimento □ Alimentação insuficiente □ Falta de higiene
□ Faltam médicos / atendentes □ Faltam estruturas adequadas □ Abandono das autoridades
Outras (especificar) _____

A Educação no assentamento

801 - No assentamento tem creche? □ Sim □ Não
802 - Caso tenha creche, por quem é mantida?
□ Poder Público Estadual □ Poder Público Municipal □ Igrejas □ Entidades da própria comunidade
□ Algum grupo externo à comunidade Outros (especificar) _____
803 - Caso tenha creche, é:
□ Paga □ Gratuita □ Atende a todos □ Atende a alguns
804 - No bairro existem escolas / colégios?
□ Sim Até que série _____ □ Não
805 - Caso no assentamento ou no bairro zinho exista escola ou colégio, por quem é mantida (o)?
□ Governo Federal □ Prefeitura □ Comunidade □ Particular □ Não sei
806 - Todas as crianças e adolescentes do assentamento em idade escolar estão estudando?
□ Sim □ Não □ Não sei
807 - Os que estão na escola estudam:
□ Perto □ Meio longe □ Longe □ Não sei
808 - As crianças e adolescentes que estão estudando, estão em escolas:
□ Públicas □ Particulares □ Comunitárias
809 - Em geral, as crianças que estão na escola progridem bem ou enfrentam dificuldades e, às vezes, repetem?
□ Progridem bem □ Algumas repetem □ Muitas repetem □ Não sei

810 - Caso muitas crianças tenham dificuldades na escola, a que isto se deve?
□ Desinteresse das crianças □ Desinteresse do(a) professor(a) □ Falta de acompanhamento
□ Falta de merenda e/ou material escolar □ Dificuldade de conciliar trabalho e estudo
□ Doenças freqüentes □ Distância de casa para a escola (transporte)
□ Pobreza (falta de condições da família) Outros (especificar) _____
811 - Caso tenha crianças e adolescentes fora da escola, são:
□ Muitas □ Bastante □ Poucas
812 - Na sua opinião, é melhor que as crianças e adolescentes estudem ou procurem um trabalho?
□ Estudo □ Trabalho □ Não sei
813 - Acham a escola importante?
□ Sim □ Não □ Mais ou menos □ Não sei
814 - Caso a escola seja importante, o é porque:
□ Prepara para a vida □ Permite ganhar um bom emprego □ Ajuda a sair da pobreza
□ Quem tem estudo não é pisado Outros (especificar) _____

Sociedade e Política

901 - Foi uma boa solução vir morar neste assentamento?
□ Sim □ Não tinha escolha □ Não
902 - Gosta das pessoas do bairro?
□ Sim □ Mais ou menos □ Algumas □ Não Outras (especificar) ____
903 - As pessoas daqui são:
□ Unidas □ Cada uma por si □ Divididas □ Não sei dizer
904 - Quais organizações / instituições estão de alguma forma presentes no assentamento?
□ Órgãos do governo estadual Quais _____ □ Órgãos do governo municipal Quais _____
□ Partidos políticos Quais _____ □ Igrejas Quais _____
□ Sindicatos Quais _____ □ Outros (especificar) _____
905 - Quais são as formas de organização das pessoas do assentamento?
□ Associações Quais _____ □ Cooperativas Quais _____
□ Clubes Quais _____ □ Pastorais Quais _____
□ Uniões Quais _____ □ Núcleos Quais _____
□ Mutirões Quais _____ Outras (especificar) _____
906 - Você participa de algumas destas organizações?
□ Sim Quais _____ □ Às vezes Quais _____ □ Não
907 - Considera as organizações daqui de confiança?
□ Sim □ Algumas sim outras não □ Não □ Não sei
908 - Antes de vir para cá, as famílias assentadas participavam de algumas das atividades promovidas pelo movimento dos "sem teto"?
□ Sim □ Algumas □ Não □ Não sei
909 - As famílias que foram assentadas aqui, estavam no acampamento no Maranhão Novo?
□ Sim □ Algumas Quantas ___ □ Não □ Não sei
910 - Vocês contaram com o apoio de alguém para começar a vida aqui?
□ Sim De quem _____ □ Em parte □ Não
911 - Acham que a Prefeitura Municipal fez tudo que podia para vocês?
□ Sim □ Pouca coisas □ Está fazendo □ Não □ Nos abandonou □ Não sei
912 - E o pessoal do partidos políticos, já apareceu por aqui?
□ Sim □ Alguns Quais _____ □ Não □ Não sei
913 - Os partidos estão fazendo um bom trabalho em prol das pessoas que mais precisam?
□ Sim □ Alguma coisa □ Não □ Não sei
914 - O que é mais urgente fazer para o bairro? (escolher 3 opções)
□ Financiamento casas □ Saneamento básico □ Rede de água □ Rede elétrica
□ Escolas / Colégios □ Posto de saúde □ Jardim de infância □ Outros (especificar) ___
915 - Existe uma solução para os problemas do assentamento?
□ Sim □ Não □ Não sei
916 - A quem cabe procurar a solução destes problemas?
□ Presidente da República □ Governador(a) do Estado □ Prefeito □ Organizações do povo
□ Partidos políticos □ Igrejas □ Deus Outros (especificar) _____

917 - Diante do sofrimento das pessoas, o que você aconselha?
□ Paciência □ Luta □ Resignação □ Revolta □ Oração
□ Diálogo Outro (especificar) _____
918 - Diante das injustiças, o que você aconselha?
□ Paciência □ Luta □ Resignação □ Revolta □ Oração
□ Diálogo Outro (especificar) _____
919 - Já ouviu falar de Direitos Sociais?
□ Sim □ Alguma coisa □ Não
920 - A quem cabe resolver o problema do desemprego?
□ Governo □ Partidos □ Donos das industrias e do comércio □ Não sei
921 - Por que muitos passam fome?
□ Falta de emprego □ Salário insuficiente □ Bens nas mãos de poucos
□ Egoísmo das pessoas □ Sociedade injusta Outros (especificar) _____
922 - De quem é a responsabilidade desta situação?
□ Ricos □ Governantes □ Povo □ Políticos □ Organizações populares
□ Pobres Outros (especificar) _____
923 - Depois que veio para cá, a situação melhorou ou está pior?
□ Melhorou □ Está igual □ Piorou □ Não sei
924 - De quem é a responsabilidade da violência?
□ Pobreza □ Injustiça □ Cobiça □ Desigualdades □ Políticos
□ Governo □ Bandidos

Assentamento Nova Conquista, Açailândia - MA - Pesquisa Quantitativa

Levantamento por unidade familiar: lote /casa e chefe de família

101 - Proprietário do lote / casa: _____

102 - Endereço: Rua _____ Quadra _____ Lote _____ Casa _____ No. _____
103 - Idade _____
104 - Sexo: □ Homem □ Mulher

Chefe da Família

201 - Idade _____
202 - Sexo: □ Homem □ Mulher
203 - Cor: □ Branca □ Mulata □ Negra
204 - Estado Civil: □ Casado(a) □ Solteiro(a) □ Separado(a) / Desquitado (a) □ Viúvo(a) □ Amasiado(a)
□ Divorciado (a) □ Outros (as)
205 - Nasceu em: Município _____ UF ____ □ Cidade / povoado □ Interior /roça
206 - Seus pais eram: □ Agricultores / Camponeses □ Posseiros □ Meeiros □ Arrendatários
□ Trabalhavam em fazenda □ Trabalhavam na cidade Outros (especificar) _____
207 - Estudou? □ Sim Até que série _____ □ Não
208 - Caso não tenha estudado, qual o grau de alfabetização? □ Nenhum □ Assina
□ Lê □ Escreve □ Assina e lê □ Assina, lê e escreve
209 - Há quanto tempo estava lutando por um lote / casa? Anos _____ Meses _____
210 - Esteve em outros assentamentos antes deste?
□ Sim Qual: _____ Onde (bairro / município) _____ Quanto tempo ___
□ Não
211 - Participou de alguma luta do movimento dos "sem-terra" para conseguir este lote?
□ Sim □ Alguém da família □ Cheguei mais tarde □ Não
212 - Já participou de alguma ocupação?
□ Sim Qual _____ Município _____ Ano ____
□ Não
213 - Já morou em algum acampamento dos "sem-terra"?
□ Sim Qual _____ Município _____ Ano / Mês _____
□ Não
214 - Antes de ser assentado onde morava sua família?
□ Cidade / Povoado □ Interior / Roça
215 - Antes deste, já foi proprietário de alguma terra?
□ Sim Quantos alqueires _____ Município _____
□ Não
216 - Sempre trabalhou a terra ou também fez outros serviços?
□ Sempre a terra □ Outros serviços Quais _____
217 - Ter conseguido uma terra, um lote urbano e ter trazido a família para cá foi:
□ Ótimo □ Bom □ Indiferente □ Ruim □ Péssimo

Levantamento por unidade familiar: terreno, casa e bens

401 - A casa em que mora foi construída pelo INCRA?
□ Sim □ Não □ Em parte
402 - Caso tenha sido construída pelo Incra, depois da entrega foi reformada?
□ Alguma reforma □ Ampliada □ Ficou como estava
403 - Antes de vira para cá morava em: □ Casa própria □ De aluguel □ Com parentes
□ Casa de amigos □ Barraco em ocupação □ Acampamento □ Outro
404 - A casa onde agora mora é de: □ Alvenaria com reboco □ Alvenaria sem reboco □ Taipa não revestida
□ Madeira □ Barro □ Palha □ Lona Outras (especificar) _____

405 - O piso da casa é de: □ Cimento □ Cerâmica □ Madeira
□ Barro batido Outros (especificar) _____
406 - A cobertura da casa é de: □ Telhas de barro □ Telha brasilit □ Zinco □ Laje
□ Madeira □ Palha Outros (especificar) _____
407 - A casa tem banheiro? □ Sim □ Não □ Sim, mas externo (quintal)
408 - A casa tem chuveiro? □ Sim □ Não □ Sim, mas externo (quintal)
409 – A casa tem água encanada? □ Sim □ Não
410 - Qual a origem da água da casa? □ Açude □ Rio □ Riacho □ Poço
□ Cacimba □ Lagoa Outro (especificar) _____
411 - A água usada para o consumo recebe algum tipo de tratamento?
□ Sim □ Não □ Não sei
412 - O esgotamento sanitário da residência é feito através de: (destino dos esgotos)
□ Rede geral □ Fossa séptica □ Fossa rudimentar □ Não existe esgotamento sanitário
413 - Qual o destino que é dado ao lixo doméstico? (predominante) □ Coletado □ Enterrado
□ Queimado □ Jogado em terreno baldio Outro (especificar) _____
414 - A casa possui rede elétrica? □ Sim □ Não
415 - Caso não possua rede elétrica, qual energia é utilizada? □ Gambiarra □ Querosene / óleo
□ Gerador □ Bateria Outra (especificar) _____
416 - Qual é o tamanho da construção? m.² _____
417 – Quantos cômodos /quartos tem a casa? N° _____
418 - Quantas pessoas moram na casa? N° _____
419 – De quanto cômodos precisaria? N° _____
420 - Possui alguma outra casa na vila ou em outra cidade? □ Sim □ Não
421 - Tem casa no lote rural (roça)? □ Sim □ Não □ Barraco
422 - Está sendo criado algum tipo de animal doméstico no espaço do quintal?
□ Sim Qual (quais) _____ □ Não
423 - Utensílios e outros bens:

Descrição	SIM	NÃO	Descrição	SIM	NÃO
Fogão			Rádio		
Geladeira			Som		
Liquidificador			Telefone		
Filtro para água			Celular		
Microondas			Automóvel		
Televisão			Motocicleta		
Antena Parabólica			Bicicleta		
Vídeo cassete			Carroça e animal		
Máquina de lavar			Conta no banco		
Ferro elétrico			Cartão de crédito		
Ventilador					

Levantamento por unidade familiar: roça, produção e renda familiar

501 - Qual o tamanho do seu lote rural (roça)? Hectares _____ Alqueires _____
502 - Qual a distância entre a Vila Nova Conquista e a sua roça? Km ____ Metros ___
503 - Entre a Vila Nova Conquista e a sua roça existe estrada?
□ Sim □ Apenas uma picada □ Não
504 - Caso exista estrada, ela é: □ Boa □ Regular □ Precária
505 - Existe transporte da Vila para o lote?
□ Sim Qual _____ □ Não
506 - Como conseguiu aquele lote rural e não outro em outro lugar do mesmo projeto de assentamento?
□ O INCRA deu □ Sorteio □ Troquei com outro Outros (especificar) _____
507 - Uma parcela do terreno que lhe cabia ficou para a criação da área coletiva?
□ Sim Hectares _____ Alqueires _____ □ Não
508 - A decisão de criar uma área coletiva foi de: □ Movimento dos sem-terra
□ Todos os assentados de Nova Conquista □ Alguns dos assentados
□ INCRA Outros (especificar) _____

509 - Quando chegou, como encontrou o seu terreno / lote? □ Mata □ Capoeira
□ Descampado Outro (especificar) _____

510 - Até agora, quanto foi derrubado? Hectares _____ Alqueires _____

511 - Qual o tamanho da sua lavoura? Hectares _____ Alqueires _____

512 - Em média, quantas pessoas da família trabalham na roça?
Adultos n° _____ Adolescentes e crianças n° _____

513 - Além dos membros da família, tem outras pessoas que trabalham na sua roça?
□ Sim Quantas _____ □ Às vezes Quantas _____ □ Não

514 - Têm outras pessoas ou famílias morando na sua propriedade?
□ Pessoas: Quantas _____ □ Temporariamente □ Permanentemente
□ Famílias: Quantas _____ □ Temporariamente □ Permanentemente
□ Não

515 - Produção:

Produto	S (im) N (ão)	Quantidade plantada (linhas, ha, alqueires, etc.)	Consumo da família (sacos, quilos, etc.)	Venda (sacos, quilos, etc.)
Arroz				
Feijão				
Mandioca				
Milho				
Legumes				
Pasto (capim)				
(outros)				

516 - Criação de animais:

Tipo	S (im) N (ão)	Quantidade (número, cabeças, etc.)	Consumo por ano (cabeças, etc.)	Venda por ano (cabeças, etc.)
Gado				
Ovelhas				
Porcos				
Galinhas				
(outros)				

517 - Na fase inicial do assentamento, a família recebeu alguma ajuda do INCRA para manutenção e complementação de renda (alimentação, cesta, etc.)
□ Sim O quê _____ Quanto _____ □ Não

518 - Onde compram aquilo de que necessitam para viver e não produzem (vestuário, alimentos, instrumentos de trabalho, etc.)?
□ Comercio da Vila Nova Conquista □ Comércio de Açailândia □ Ambulantes que passam pela Vila
□ Cooperativa □ Outros (especificar) _____

519 - Além daquilo que vocês produzem e consomem, quanto em média gastam por mês para a manutenção da família e das atividades?
Alimentação: R$ _____ Educação: R$ _____ Transporte: R$ _____ Saúde: R$ _____
Vestuário: R$ _____ Lazer: R$ _____ Outros: R$ _____

520 - Já obtiveram alguns financiamentos (Pronaf ou outro) para as atividades na roça?
□ Sim Quantas vezes _____ Qual o montante total R$ _____ □ Não

521 - Caso tenham obtido financiamento(os), em que obra / atividade foi / foram investido(os)?
□ Produção agrícola individual / familiar na roça
□ Compra / criação individual / familiar de animais de pequeno porte
□ Produção agrícola coletiva
□ Compra / criação coletiva de animais de pequenos porte
□ Construção de estruturas (reforma da casa, barraco na roça, etc.)
□ Compra de instrumentos de trabalho
□ Outros (especificar) _____

522 - Já pagaram algum imposto ou eventuais parcelas do financiamento da casa e do lote rural?
□ Sim □ Veio a conta e não pagamos □ Não

523 - Além da venda dos produtos da roça, a família tem alguma outra fonte de renda?
□ Sim □ Não
524 - Caso tenha outras fontes de renda, quais são? □ Aposentadoria □ Trabalho remunerado
□ Prestação de serviços Outros (especificar) _____
525 - Depois que vieram para cá, a vida: □ Melhorou □ Ficou na mesma
□ Em parte melhorou e em parte piorou □ Piorou Outra (especificar) _____

[Pesquisa dirigida]

Levantamento por unidade de produção / criação aoletiva

Perfil do entrevistado

601 - Nome: _____ Idade ____
602 - Sexo: □ Homem □ Mulher
603 - Está no assentamento desde: □ 1996 □ 1997 □ 1998 □ 1999 □ 2000 □ 2001
604 - Estudou? □ Sim Até que série _____ □ Não
605 - Participa de algum movimento ou organização existente no assentamento ou no Município de Açailândia?
□ Sim □ Às vezes □ Não
606 - Caso participe de algum movimento ou organização: Qual ___ Há quanto tempo ____
607 - Exerce alguma função no movimento □ Sim Qual _____ □ Só participa mas não tem cargos

Grupo de produção criação

701 - O grupo ao qual pertence é de: □ Produção agrícola □ Criação de animais Quais _____
□ Produção e criação Outro (especificar) _____
702 - Se for de produção agrícola: De que se trata _____
Qual o tamanho da área envolvida Hectares _____ Alqueires _____
703 - Se for de criação: Quantos (cabeças) _____
Qual o tamanho da área envolvida: Hectares _____ Alqueires _____
704 - Quantas pessoas e /ou famílias fazem parte do grupo?
□ Pessoas n° _____ □ Famílias n° _____
705 - Em que ano o projeto foi iniciado? Ano _____
706 - O projeto foi iniciado com financiamento do Pronaf ou outro?
□ Sim □ Em parte □ Não
707 - De quem foi a iniciativa de criar este grupo? □ INCRA □ Movimento dos sem-terra
□ Associação rural de Nova Conquista □ Um grupo de assentados Outros (especificar) ___
708 - Todas as pessoas e /ou famílias entraram com a mesma quantia de recursos?
□ Sim □ Cada qual de acordo com suas possibilidade □ Não
709 - Quem articula e coordena os trabalhos do grupo? □ Uma pessoa escolhida pelo grupo
□ Uma equipe escolhida pelo grupo □ Todos os membros do grupo
□ Qualquer um pode convocar e propor Outros (especificar) _____
710 - Em média, quantas pessoas trabalham no projeto e quantos dias por semana?
Pessoas que trabalham n° _____ Dias por semana n° _____
711 - Já realizaram algum lucro com a venda do produto?
□ Sim □ Não □ Ainda não vendemos
712 - Como pensam em distribuir eventuais futuros lucros? □ Partes iguais
□ Conforme a participação no investimento inicial □ De acordo com o trabalho de cada família / pessoa
□ Ainda não foi decidido Outras (especificar) _____
713 - Já houve algum desentendimento entre os membros do grupo?
□ Sim □ Não □ Não sei
714 - Caso algum membro passe por dificuldades, como o grupo procede? □ Ajuda □ Substitui
□ Diminui a parcela que lhe cabe Outro (especificar) _____
715 - O grupo está pensando / planejando em aumentar a produção?
□ Sim Com quais recursos ____ □ Não □ Não sei
716 - O grupo está pensando / planejando em diversificar a produção?
□ Sim O quê ___ Com quais recursos _____ □ Não □ Não sei

717 - O grupo está satisfeito com a escolha feita ou teria sido melhor investir em outra coisa?
□ Satisfeito □ Mais ou menos satisfeito □ Melhor outra coisa □ Não sei
718 - O grupo de vocês tem contato com os outros grupos de produção?
□ Sim □ Às vezes □ Quando precisa □ Não
719 - Além da produção / criação, o grupo desenvolve outros trabalhos na Vila Nova Conquista?
□ Sim Quais _____ □ Às vezes: Quais _____ □ Não □ Não sei

Levantamento das condições sociais e políticas

Perfil do entrevistado

601 - Nome: _____ Idade ____
602 - Sexo: □ Homem □ Mulher
603 - Está no assentamento desde: □ 1996 □ 1997 □ 1998 □ 1999 □ 2000 □ 2001
604 - Estudou? □ Sim Até que série _____ □ Não
605 - Profissão _____
606 - Participa de algum movimento ou organização existente no assentamento Nova Conquista ou na cidade de Açailândis?
□ Sim □ Às vezes □ Não
607 - Caso participe de algum movimento ou organização:
Qual? _____ Há quanto tempo ____
608 - Exerce alguma função no movimento
□ Sim Qual _____ □ Só participa mas não tem cargos

A Saúde no assentamento

801 - Quais são as principais doenças que atingem as pessoas do assentamento e, às vezes, causam até morte?
□ Tuberculose □ Desnutrição / desinteria □ Câncer □ Hepatite □ Hanseníase
□ Malária □ Aids Outras (especificar) _____
802 - Quando as pessoas adoecem, que meios utilizam para se curar?
□ Posto médico da Vila Nova Conquista □ Posto médico de Açailândia
□ Procuram um médico particular □ Se auto medicam □ Vão a um terreiro de macumba
□ Seguem orientações de outras pessoas (parentes, vizinhos..) Outros (especificar) _____
803 - Em situações de atendimento médico, como os doentes adquirem os remédios?
□ Compram em farmácias □ Não compram □ Buscam as farmácias básicas dos postos de saúde(SUS)
□ Substituem por outros sugeridos / indicados por amigos
□ Buscam a medicina alternativa (ervas, chás, ungüentos, raízes..)
□ Pedem ajuda para comprar Outros (especificar) _____
804 - Quais são as principais queixas das crianças? □ Verminoses □ Diarréia □ Vômitos
□ Desnutrição □ Fome Outras (especificar) _____
805 - Existem programas especiais de atendimento das crianças (política pública, pastoral da criança, etc.)?
□ Sim Quais _____ □ Não sei
806 - Quais são as principais complicações relacionadas a gravidez e parto?
□ Falta de pré-natal □ Hipertensão □ Eclampse (convulsões) □ Má formação de fetos
□ Crianças com síndrome de Down Outras (especificar) _____
807 - Já ocorreu alguma epidemia no projeto de assentamento Nova Conquista?
□ Sim □ Não □ Não sei
808 - Caso tenha acontecido alguma epidemia, qual foi?
□ Dengue □ Febre amarela □ Meningite □ Hepatite
□ Tuberculose Outras (especificar) _____
809 - Quando as pessoas adoecem que providencias são adotadas?
□ Vão ao hospital □ Chamam o vizinho □ Chamam o curandeiro (macumbeiro)
□ Buscam alguém no bairro que preste os primeiros socorros
□ Encontram alguma forma de contornar o problema (remédios caseiros) Outras (especificar) __
810 - Existe Posto de Saúde que funciona no assentamento?
□ Sim □ Não

811 - Caso exista algum posto de saúde no assentamento ou na sede do município, por quem é mantido?
□ Poder Público Estadual □ Poder Público Municipal □ Igrejas
□ Entidades da própria comunidade □ Algum grupo externo à comunidade Outros (especificar) __
812 - Onde as mulheres grávidas do assentamento Nova Conquista costumam ganhar os seu filhos?
□ Em casa □ Em posto de saúde □ Em hospital □ Em maternidade Outros (especificar) ___
813 - Existe treinamento de pessoas da comunidade para atuarem como agentes de saúde?
□ Sim □ Não □ Não sei
814 - Caso existam alguns treinamentos, quais são? □ Primeiros socorros □ Vacinação
□ Partos □ Acompanhamento de crianças e gestantes
□ Acompanhamento de idosos Outros (especificar) ____
815 - Existem campanhas sistemáticas de vacinação?
□ Sim □ Não □ Não sei
816 - Se existem campanhas de vacinação, quais são? □ Poliomielite □ Hepatite □ Tétano
□ Febre amarela □ Tuberculose □ Malária □ Meningite
817 - Existe atendimento específico para os moradores idosos?
□ Sim □ Não □ Não sei
818 - Caso exista algum atendimento, de que se trata? □ Campanhas de vacinação □ Terapia ocupacional
□ Exames preventivos e periódicos □ Atividades de lazer Outros (especificar) _____
819 - Existe incidência de doenças sexualmente transmissíveis entre homens e mulheres do assentamento?
□ Sim □ Não □ Não sei
820 - Caso existam doenças sexualmente transmissíveis, quais são? □ Sífilis □ Herpes genital
□ Gonorréia □ Aids □ Infecções genitais / verrugas (Hpv)
821 - Quais são as principais causas das doenças? □ Pobreza □ Falta de conhecimento
□ Alimentação insuficiente □ Falta de higiene □ Faltam médicos / atendentes
□ Faltam estruturas adequadas □ Abandono das autoridades Outras (especificar) _____

A Educação no assentamento

901 - No assentamento tem creche? □ Sim □ Não
902 - Caso tenha creche, por quem é mantida? □ Poder Público Estadual □ Poder Público Municipal
□ Igrejas □ Entidades da própria comunidade □ Algum grupo externo à comunidade
Outros (especificar) _____
903 - Caso tenha creche, é □ Paga □ Gratuita □ Atende a todos □ Atende a alguns
904 - Na Vila Nova Conquista existem escolas / colégios?
□ Sim Até que série _____ □ Não
905 - Caso no assentamento exista escola ou colégio, por quem é mantido? □ Governo Federal □ Prefeitura
□ Comunidade □ Particular □ Não sei
906 - Quantos são os adolescentes e jovens de Nova Conquista que ficam morando na sede do município (Açailândia) ou em outras cidades por razões de estudo?
□ Muitos □ Poucos □ Nenhum □ Não sei
907 - Todas as crianças e adolescentes do assentamento em idade escolar estão estudando?
□ Sim □ Não □ Não sei
908 - As crianças e adolescentes que estão estudando nas cidades, estão em escolas:
□ Públicas □ Particulares □ Comunitárias
909 - De um modo geral as crianças que estão na escola progridem bem ou enfrentam dificuldades e, às vezes, repetem?
□ Progridem bem □ Algumas repetem □ Muitas repetem □ Não sei
910 - Caso muitas crianças tenham dificuldades na escola, a que isto se deve?
□ Desinteresse das crianças □ Desinteresse do(a) professor(a) □ Falta de acompanhamento
□ Falta de merenda e/ou material escolar □ Dificuldade de conciliar trabalho e estudo
□ Doenças freqüentes □ Distância de casa para a escola (transporte)
□ Pobreza (falta de condições da família) Outros (especificar) ____
911 - Os adolescentes e jovens que estudam e se formam nas cidades, de um modo geral escolhem:
□ Continuar a viver nas cidades □ Voltar para o assentamento em Nova Conquista
Outras (especificar) _____

912 - Caso tenha crianças e adolescentes fora da escola, são:
□ Muitas □ Bastante □ Poucas
913 - Na sua opinião, é melhor que as crianças e adolescentes estudem ou procurem um trabalho?
□ Estudo □ Trabalho □ Não sei
914 - Acha a escola importante?
□ Sim □ Não □ Mais ou menos □ Não sei
915 - Caso a escola seja importante, o é porque: □ Prepara para a vida □ Permite ganhar um bom emprego
□ Ajuda a sair da pobreza □ Quem tem estudo não é pisado Outros (especificar) _____

Sociedade e Política

1001- Foi uma boa solução vir morar no assentamento Nova Conquista?
□ Sim □ Não tinha escolha □ Não
1002 - Gosta das pessoas de Nova Conquista? □ Sim □ Mais ou menos □ Algumas
□ Não Outras (especificar) _____
1003 - As pessoas daqui são:
□ Unidas □ Cada uma por si □ Divididas □ Não sei dizer
1004 - Quais organizações / instituições estão de alguma forma presentes no assentamento?
□ Órgãos do governo estadual: Quais _____
□ Órgãos do governo municipal: Quais _____
□ Partidos políticos: Quais _____ □ Igrejas: Quais _____
□ Sindicatos: Quais _____ □ Outros (especificar) _____
1005 - Quais são as formas de organização das pessoas do assentamento Nova Conquista?
□ Associações: Quais _____ □ Cooperativas: Quais _____
□ Grupos de produção: Quais _____ □ Sindicatos: Quais _____
□ Clubes: Quais _____ □ Pastorais: Quais _____
□ Uniões: Quais _____ □ Núcleos: Quais _____
□ Mutirões: Quais _____ Outras (especificar) _____
1006 - Você participa de algumas destas organizações?
□ Sim: Quais _____ □ Às vezes: Quais _____ □ Não
1007 - Considera as organizações daqui de confiança?
□ Sim □ Algumas sim outras não □ Não □ Não sei
1008 - Antes de vir para cá, as famílias assentadas participavam de algumas das atividades promovidas pelo movimento dos "sem-terra"?
□ Sim □ Algumas □ Não □ Não sei
1009 - As famílias que foram assentadas aqui, estavam no acampamento a beira da rodovia perto da fazenda Califórnia?
□ Sim □ Algumas: Quantas _____ □ Não □ Não sei
1010 - As famílias de Nova Conquista contaram com o apoio de alguém para começar a vida aqui?
□ Sim De quem _____ □ Em parte □ Não
1011 - Acha que a Prefeitura Municipal fez tudo que podia para vocês? □ Sim □ Pouca coisas
□ Está fazendo □ Não □ Nos abandonou □ Não sei
1012 - E o pessoal do partidos políticos, já apareceu por aqui?
□ Sim □ Alguns: Quais _____ □ Não □ Não sei
1013 - Os partidos estão fazendo um bom trabalho em prol das pessoas que mais precisam?
□ Sim □ Alguma coisa □ Não □ Não sei
1014 - O que é mais urgente fazer para o projeto de assentamento Nova Conquista? (escolher 3 opções)
□ Urbanização da Vila □ Saneamento básico □ Rede de água □ Rede elétrica
□ Escolas / Colégios □ Posto de saúde □ Jardim de infância □ Outros (especificar) __
1015 - Existe uma solução para os problemas do assentamento?
□ Sim □ Não □ Não sei
1016 - A quem cabe procurar a solução destes problemas?
□ Presidente da República □ Governador(a) do Estado □ Prefeito
□ Organizações do povo □ Partidos políticos □ Igrejas
□ Deus Outros (especificar) _____

1017 - Diante do sofrimento das pessoas, o que você aconselha?
□ Paciência □ Luta □ Resignação □ Revolta □ Oração
□ Diálogo Outro (especificar) _____
1018 - Diante das injustiças, o que você aconselha?
□ Paciência □ Luta □ Resignação □ Revolta
□ Oração □ Diálogo Outro (especificar) _____
1019 - Já ouviu falar de Direitos Sociais?
□ Sim □ Alguma coisa □ Não
1020 - A quem cabe resolver o problema da agricultura?
□ Governo □ Partidos □ Fazendeiros □ Agricultores □ Não sei
1021 - Por que muitos passam fome?
□ Falta de emprego □ Salário insuficiente □ Bens nas mãos de poucos
□ Egoísmo das pessoas □ Sociedade injusta Outros (especificar) ____
1022 - De quem é a responsabilidade desta situação?
□ Ricos □ Governantes □ Povo □ Políticos □ Organizações populares
□ Pobres Outros (especificar) _____
1023 - Depois que veio para cá, a situação melhorou ou está pior?
□ Melhorou □ Está igual □ Piorou □ Não sei
1024 - De quem é a responsabilidade da violência?
□ Pobreza □ Injustiça □ Cobiça □ Desigualdades □ Políticos
□ Governo □ Bandidos